

CELITO KESTERING



BAIANOS TATAUÍ
Warum nicht?

Celito Kesting

**Baianos Tatauí
Warum nicht?**



Pedro & João
editores

Copyright © Celito Kesting

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

Celito Kesting

Baianos Tatauí. *Warum nicht?* São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 331p. 14 x 21 cm.

ISBN: 978-65-265-0342-3 [Impresso]

978-65-265-0343-0 [Digital]

1. Arqueologia. 2. Genealogia. 3. História de família. 4. História de vida. I. Título.

CDD – 370

Capa: Petricor com arte de Celito Kesting

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Celito Kesting

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2023

A religião não é apenas uma, são centenas.
A espiritualidade é apenas uma.
A religião é para os que dormem.
A espiritualidade é para os que estão despertos.
A religião é para aqueles que necessitam que alguém lhes diga o que fazer e querem ser guiados.
A espiritualidade é para os que prestam atenção a sua voz interior.
A religião tem um conjunto de regras dogmáticas.
A espiritualidade te convida a raciocinar sobre tudo, a questionar tudo.
A religião ameaça e amedronta.
A espiritualidade lhe dá paz interior.
A religião fala de pecado e de culpa.
A espiritualidade lhe diz: "aprenda com o erro"..
A religião reprime tudo, te faz falso.
A espiritualidade transcende tudo, te faz verdadeiro!
A religião não é Deus.
A espiritualidade é tudo e, portanto, é Deus.
A religião inventa.
A espiritualidade descobre.
A religião não indaga nem questiona.
A espiritualidade questiona tudo.
A religião é humana, é uma organização com regras.
A espiritualidade é divina, sem regras.
A religião é causa de divisões.
A espiritualidade é causa de união.
A religião lhe busca para que acredite.
A espiritualidade você tem que buscá-la.
A religião segue os preceitos de um livro sagrado.
A espiritualidade busca o sagrado em todos os livros.
A religião se alimenta do medo.
A espiritualidade se alimenta na confiança e na fé.
A religião faz viver no pensamento.
A espiritualidade faz viver na consciência.

A religião se ocupa com fazer.
A espiritualidade se ocupa com ser.
A religião alimenta o ego.
A espiritualidade nos faz transcender.
A religião nos faz renunciar ao mundo.
A espiritualidade nos faz viver em Deus, não renunciar a Ele.
A religião é adoração.
A espiritualidade é meditação.
A religião sonha com a glória e com o paraíso.
A espiritualidade faz viver a glória e o paraíso aqui e agora.
A religião vive no passado e no futuro.
A espiritualidade vive no presente.
A religião enclausura nossa memória.
A espiritualidade liberta nossa consciência.
A religião crê na vida eterna.
A espiritualidade nos faz consciente da vida eterna.
A religião promete para depois da morte.
A espiritualidade é encontrar Deus em nosso Interior, durante a vida.

Não somos humanos, passando por uma experiência espiritual.

Somos espirituais, passando por uma experiência humana.

TEILHARD DE CHARDIN (1881-1955)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	ORIGEM E HISTÓRIA DA FAMÍLIA KESTERING	35
2.1	Ancestrais sem Vínculo Genealógico	37
2.1.1	A Casa de Gaspar Kesting	37
2.2	Origem dos Kesting do Brasil	39
2.2.1	Meu mais Antigo Ancestral Conhecido	43
2.2.2	Johan, meu Heptavô	49
2.2.3	Theodor Wilhelm, meu Hexavô	53
2.2.4	Johan Bernhard, meu Pentavô	56
2.2.5	Gerd Heinrich Anton, meu Tetravô	59
2.2.6	Bernhard Heinrich Anton, meu Trisavô	59
2.2.7	Por que Henrique Antônio Migrou?	64
2.2.8	Henrique Antônio em Teresópolis	66
2.2.9	Henrique Antônio em Mãe Luzia	67
2.2.10	Henrique Antônio em São Ludgero	68
2.2.11	Os Filhos de Henrique Antônio	70
2.2.12	Os Filhos de Antônio Brasilius	71
2.2.13	Os Filhos de José Kesting	72
2.2.14	Os Filhos de Luiz Kesting	76
2.2.15	Hino da Família Kesting	79

3	ORIGEM E HISTÓRIA DA FAMÍLIA BÖGER	81
3.1	A Família Böger na Alemanha.....	81
3.2	Heinrich Böger em Teresópolis	83
3.3	Heinrich Böger em São Ludgero	84
3.3.1	Os Filhos de Heinrich Böger	87
3.3.2	Os filhos de Augusto Böger	90
3.3.3	Os filhos de Tabita Böger.....	100
4	DA CASA DOS PAIS AO CLAUSTRO	103
5	NO SEMINÁRIO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	113
5.1	Resgate do Cristianismo	121
5.1.1	Congresso de Medellín	129
5.1.2	Minha Decisão de Trabalhar na Bahia	135
6	NO SERTÃO DE FRANCISCO PEREIRA RODELAS ...	147
6.1	Ancestralidade de Ducilene	150
6.1.1	Seus Trisavós	152
6.1.2	Seus Bisavós	153
6.1.3	Seus Avós	156
6.1.4	Seus Pais	170
6.2	Primeiras Letras	179
6.3	Amor à Primeira Vista e para Sempre	187
7	DE RODELAS À PASSAGEM DO JUAZEIRO	199
7.1	Alfabetizadora Revolucionária	213

7.2	Pesquisadores da Realidade Brasileira	218
8	<i>FAMILIA PROBATA EM SOBRADINHO - BA</i>	225
8.1	Sobradinho e a Luta pela Libertação	231
8.1.1	Associação Agrícola São Joaquim	235
8.1.2	Associação do Alagadiço	239
8.1.3	Associação da Lagoa Seca	245
8.1.4	Associação do Brejo de Dentro.....	248
8.1.5	Associação da Mina do Incaibro	249
8.1.6	Associação da Chapadinha	253
8.1.7	Associação Agrícola São Sebastião	257
8.1.8	Associação das Lavadeiras	258
8.1.9	Sociedade Amigos de Sobradinho	259
8.1.10	Associação dos Estudantes	259
8.1.11	Conselho de Moradores da Vila São Joaquim	260
8.1.12	Associação dos Moradores da Vila São Francisco .	260
8.1.13	Colônia de Pescadores Z-26	261
8.1.14	Considerações	262
8.1.15	Centro Comunitário Antônio Conselheiro	264
8.2	Educadores Públicos Estaduais.....	268
8.3	Educadores Político-Partidários	270
8.3.1	Intelectuais Orgânicos	270
8.4	Educadores Agricultores	275
8.4.1	Escola Família Agrícola de Sobradinho	281
8.4.2	Instituto Regional da Pequena Agropecuária	283
8.5	Educadora Licenciada em Letras	290

8.6	Servidores Públicos Municipais	293
8.7	Psicopedagoga	300
9	VIVÊNCIA E SOBREVIVÊNCIA TAMOQUIM	301
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	311
	REFERÊNCIAS	313
	APÊNDICES	327

1 INTRODUÇÃO

Com atributos identitários derivados de longo e inconcluso processo evolutivo físico e cultural, posto-me à Câmara Municipal de Sobradinho - BA, para participar do ritual de entrega do título de cidadania que, por solicitação de Enivalto Alves Lima, unânime e graciosamente concederam-me os edis da gestão próxima passada. Por oportuno, externo sinceros agradecimentos.

Aqui eu chego, com bagagem recheada de experiências e conhecimentos edificadas sobre estruturas físicas, hormonais, neurológicas, emocionais e mnemônicas, adquiridas por memoráveis heranças filogenéticas, de ancestrais teutônicos cuja história já se revelou-me desde o ano 1622, quando, em *Metelen*, na antiga Prússia, nascia *Bernhard Kesting*, meu octavô paterno. Ao que de herança recebi de meus avoengos do Velho Mundo, por experiências de vida acadêmica e social, no Nordeste do Brasil, acrescentei, para forjar minha cidadania e identidade.

Identidade é o arquétipo a partir do qual os indivíduos e os grupos sociais constroem a ideia de quem são e estabelecem o padrão de relacionamento com outros membros da própria espécie e com o ambiente, para garantir a sobrevivência e o sucesso reprodutivo. Muitas espécies animais possuem atributos físicos que lhes bastam para a sobrevivência. Outras, entre as quais os humanos, por serem despossuídas de aptidões físicas vantajosas em relação às outras espécies e aos fenômenos ambientais, desenvolvem técnicas, rituais e/ou comportamentos padronizados, para suprir suas limitações. (KESTERING, 2007, p. 20).

Os rituais constituem-se de gestos regulares e repetitivos que as pessoas e os grupos empregam, para realizar atividades técnicas e compensar limitações físicas; para equacionar problemas funcionais de rotina, nas ações do cotidiano, e

para preservar a memória de acontecimentos ou referências importantes à sobrevivência e sucesso reprodutivo, nos cerimoniais.

Os hábitos humanos de praxe não são ambíguos. Eles reproduzem gestos padronizados pelos genomas e pelas tradições culturais. Constituem-se de informações teleonômicas, de meneios que deram certo e garantiram a sobrevivência e o sucesso reprodutivo dos grupos. De acordo com Piaget (1996 *apud* Kesting 2007, p. 20), “os genomas são sistemas organizados de *genes* que regulam a manutenção de estruturas e dão estabilidade física e emocional aos indivíduos”. Assim, as ações humanas, como as de outras espécies animais, obedecem a padrões de comportamento, aprendidos nas experiências armazenadas pela memória cerebral, em populações contemporâneas, e/ou transmitidas de geração em geração, pelo consórcio da memória cerebral e filogenética.

Em ambientes diferentes, os humanos, como as outras espécies animais, diversificam as respostas de adaptação ao meio, mas conservam padrões comportamentais e gestuais teleonômicos, muitas vezes obsoletos ao momento que estão a viver. Assim faz o cão pequinês que, nascido em apartamento de uma grande cidade, sem necessidade alguma, repete o gesto de esconder o osso que se lhe oferece, do jeito que seus ancestrais faziam para sobreviver na companhia de outros animais, a disputarem com eles o alimento disponível.

Da mesma forma, os gatos originários de regiões desérticas arenosas, por providencial e profilático senso de preservação, transmitido pela memória filogenética, ainda hoje ocultam na terra seus dejetos, para dificultar seu rastreamento. Em seus genomas preserva-se o conhecimento de que, devido ao mau cheiro, as fezes são uma gigantesca pista da presença animal em determinado local. (ZEBALLOS, 2021).

De maneira semelhante, o apego aos gestos e comportamentos do passado leva à morte indivíduos de raças caprinas exóticas, introduzidas em rebanhos nordestinos atuais, porque não herdaram memória filogenética qualquer, referente ao padrão comportamental apropriado à sobrevivência no Semiárido. As linhagens caprinas introduzidas no período colonial, não somente ambientaram-se, como repassaram às gerações sucedâneas a experiência de extrair da vegetação xerófila espinhenta, o suporte alimentar que necessitam. (KESTERING, 2001, p. 39-40).

Crocodilos assaltantes e jacarés americanos são os primeiros répteis a usar ferramentas, uma tarefa que antes era considerada realizável por primatas! (...) Colocam galhos acima de seus focinhos, que funcionam como uma espécie de atração para os pássaros que procuram materiais de nidificação. Quando um pássaro chega, o crocodilo, o pega e aproveita sua refeição.

Guaxinins são capazes de roubar comida nas perigosas cidades / florestas em que vivem. Guaxinins têm a aparência de um ladrão e desempenham o papel muito bem, pois esses animais podem arrombar fechaduras. (...) Têm memória impecável e podem abrir bloqueios complexos, em menos de 10 tentativas.

Os corvos, além de serem capazes de lembrar os rostos daqueles que encontraram e guardar rancor contra eles, podem entender a física básica. No laboratório, um corvo foi capaz de controlar o deslocamento da água para manobrar um tratamento a seu alcance. Além disso, esses pássaros também têm memória incrível. São capazes de lembrar regiões perigosas para eles e mudar suas rotas de migração.

Os orangotangos podem descobrir alguns problemas de deslocamento invisíveis. Existem até dois orangotangos de Sumatra que praticam jogos de computador um contra o outro. Na natureza, os orangotangos usam sua inteligência na vida cotidiana na forma de ferramentas. Eles usam esses utensílios para extrair alimentos como insetos e sementes. (...) Possuem, possivelmente, capacidades linguísticas. Uma orangotango

fêmea chamada Rinnie aprendeu a linguagem de sinais e conseguiu formar 30 sinais diferentes.

As hienas são astutas solucionadoras de problemas. Experimentos no laboratório mostraram que elas podem resolver quebra-cabeças simples, para recuperar alimentos e, na natureza, podem utilizar as mesmas habilidades, para escapar das armadilhas. Sua inteligência também é útil durante as batalhas entre clãs, nas quais elas podem contar quantas hienas estão em um clã rival, pelo número de vozes que ouvem, e decidir se a luta é a seu favor. Estudos chegam a sugerir que as hienas são tão inteligentes quanto os primatas, em certos aspectos, pois têm superado os chimpanzés em testes cooperativos de resolução de problemas.

Os polvos são extremamente inteligentes. Em um experimento para descobrir se essas criaturas podiam distinguir entre indivíduos, verificou-se que o polvo ignorava aqueles que eram maus e prestava atenção naqueles que tinham sido gentis com ele.

Os cães têm uma ótima memória, habilidades para resolver problemas, podem reconhecer indivíduos e entender comandos verbais humanos.

Cabras testadas foram capazes de usar suas habilidades de resolução de problemas. Utilizam alavancas para recuperar guloseimas.

Os golfinhos são conhecidos por serem criaturas inteligentes que podem caçar em perfeita coordenação, entender sua própria língua e até ser treinados para fazer truques. Esses mamíferos aquáticos também são um dos poucos tipos de animais que conseguem distinguir que estão vendo seu próprio reflexo no espelho e podem transmitir seus conhecimentos aos filhotes, de maneiras sofisticadas.

Compartilhamos 99% do nosso DNA com **os chimpanzés** e não é de admirar que sejam animais extremamente inteligentes. Em um teste de memória de curto prazo entre estudantes universitários e chimpanzés adultos / adolescentes, os chimpanzés adolescentes venceram. A pesquisa mostrou que esses macacos estavam usando memória fotográfica. Além disso, os chimpanzés demonstram ser extremamente sociais, exibem sinais de possíveis emoções e usam ferramentas.

Além de serem animais extremamente sociais, **os elefantes** têm ótimas lembranças de poços de água que o rebanho não usa há anos e conseguem distinguir muito bem entre amigo e inimigo. Estudos mostram que os elefantes percebem a diferença entre as vozes dos caçadores tribais e as tribos que os deixam em paz, o que é útil quando é uma espécie em extinção. (WALTERS, 2022).

De modo símil, para relacionar-se socialmente, cada indivíduo de uma comunidade humana utiliza formas de apresentação corporal e ornamental, constantes em sua identidade social herdada e/ou aprendida. Nessas modalidades de se exibir, serve-se de posturas, gestos, sons, ornamentos e ritmos, que viabilizam sua integração em um universo de comunicação intra e interespecífica. Para que exista esta interlocução, pressupõe-se haver um consenso sobre posturas, gestos e ritmos apropriados à identidade do grupo. É uma linguagem não verbal que permite aos indivíduos compreenderem-se, avaliarem-se, posicionarem-se no contexto e, em síntese, reconhecerem-se.

Esses modos de se apresentar socialmente fazem parte da cultura de cada indivíduo e são indispensáveis para sentir-se pertencente a um grupo ou classe social. São regras do cotidiano, integradas com tanto sucesso, que se percebem como comportamentos naturais e espontâneos. A esses modelos de apresentação agregam-se pequenas variações individuais que não modificam o quadro geral da apresentação. (PESSIS, 2003 *apud* KESTERING, 2007, p. 21).

É bem verdade que, apesar de uniformizados pela tradição, alguns traços herdados modificam-se nas relações dos indivíduos com o ambiente e com outros grupos. Por isso reconhecem-se cidadanias, pelos atributos adquiridos na convivências com cidadãos de territórios específicos. Entende-se por atributo cada uma das propriedades qualitativas e/ou quantitativas que anuem distinguir um

membro de um conjunto. É uma característica pela qual constata-se a existência de uma entidade. Atributos que permitem a definição de entidades coletivas são peculiaridades comuns, perceptíveis nos padrões físicos e na cultura material e/ou imaterial de um grupo. Um conjunto de indivíduos com atributos comuns constitui, assim, uma identidade coletiva ou cidadã.

Alguns atributos da identidade modificam-se pelas exigências ambientais e nas relações sociais internas e externas dos grupos porque eles são sistemas abertos, com dinâmicas próprias. Quando não há restrições ideológicas ou ambientais, por imperativos genéticos, promove-se miscigenação sanguínea e/ou cultural. As trocas de genes e os intercâmbios culturais revigoram os indivíduos, pelo aprimoramento de aptidões físicas e da visão de mundo. É por isso que, mesmo conflituosas, as relações entre grupos sociais culminam sempre com apropriações biológicas e culturais, tanto pelos remanescentes dos vencidos quanto pelos dos vencedores. (FERREIRA NETO *apud* CARDOSO e VAINFAS, 1997).

[As apropriações que ocorrem nos contatos sociais] promovem fusão completa dos grupos originalmente diferentes, eliminação de um dos grupos ou até mesmo dos dois, ou ainda, **persistência dos dois grupos em um equilíbrio dinâmico, no interior de uma comunidade maior** (grifo nosso). (BATESON, 1997, *apud* KESTERING, 2007, p. 31).

Por apropriado, lembro que os grupos de uma mesma espécie precisam ligar-se por cruzamentos físicos e culturais. Não havendo miscigenação com outros grupos, ao longo do tempo, os indivíduos definham-se. Assim, em isolamento geográfico, um conjunto de indivíduos evolui para uma subespécie, ainda em condições de cruzamento. Se a barreira que impede a miscigenação persistir por muito tempo, a tendência da subespécie isolada é transformar-se em outra espécie, o que significa que, se encontrar populações

derivadas mesma da cepa original, não se cruzará mais com elas. (WILSON, 1978).

Por constituírem-se de uma espécie biológica, definida e solitária, os humanos formam um conjunto genético fechado. Eles não trocam *genes* com outras espécies. Os indivíduos de um grupo não podem, por isso, desviar-se muito dos demais, porque precisam intercambiá-los com famílias de outros grupos.

A transmissão de atributos físicos e culturais envolve, porém, processos diferentes. Os atributos biológicos transmitem-se nas estruturas genéticas do DNA¹ e os culturais, no processo de ensino aprendizagem.

Apesar da característica comum da transmissão de atributos genéticos e culturais, as espécies biológicas diferentes não se cruzam e, quando o fazem, produzem descendentes estéreis, enquanto os atributos culturais resultam de cruzamentos férteis de toda espécie. (GALLAY, 1983; BASALLA, 1991, *apud* KESTERING, 2007, p. 32).

Grande parte das mudanças nos atributos culturais acontece nas relações pessoais ou grupais. As transmissões de atributos culturais de identidade acontecem em cruzamentos horizontais de informações, quando indivíduos aprendem de seus contemporâneos; verticais, de seus antecessores ou oblíquas, de pessoas mais velhas.

Quando as informações são transmitidas verticalmente, de pai para filho, ocorrem pouquíssimas mudanças; quando se cruzam no interior dos grupos sociais, são sutis; **quando são transmitidas entre diferentes grupos sociais, as mudanças são radicais e, por isso, facilmente identificáveis** (grifo nosso). Quando as informações são repassadas de um para muitos, os atributos se propagam rapidamente, produzindo um

¹ Segundo Wilson (1978), o ácido desoxirribonucleico (DNA) é o material hereditário fundamental de todos os organismos. Os *genes* são compostos de segmentos funcionais das moléculas do DNA.

considerável grau de mudança homogênea; quando a transmissão é feita de muitos para um, como no caso de um conselho de anciãos ou membros de uma geração mais velha, o resultado é também a uniformidade, mas a mudança é pouca. (SHENNAN, 2002 *apud* KESTERING, 2007, p. 32).

Na construção das identidades atuam agentes conservadores como a tradição, o poder e a própria estrutura genética das pessoas. Esses gestores de hábitos rotineiros uniformizam e perpetuam padrões de comportamento dos indivíduos e dos grupos. O processo de ensino aprendizagem, que se realiza nos intercâmbios, não se reduz, por isso, a simples cópia de atributos. Na aprendizagem, integram-se e interagem estruturas físicas e culturais, dependentes dos sistemas hormonal e nervoso, e de memórias herdadas geneticamente. Os sistemas nervoso, hormonal, genético e cultural são responsáveis pelas relações dos indivíduos com o ambiente e com os outros membros da espécie.

O sistema nervoso é constituído por um conjunto de neurônios que se conecta e transmite mensagens do mundo externo ao cérebro. No cérebro, as mensagens são interpretadas e assimiladas. Os atributos culturais dos grupos estão, por isso, ligados a coordenações profundas dos genomas dos indivíduos. Enquanto alguns genes regulam respostas adaptativas ao ambiente, outros são responsáveis pela renovação de metabolismos que mantêm a estrutura do conjunto. (PIAGET, 1996, *apud* KESTERING, 2007, p. 32-33).

Nos intercâmbios com o meio ambiente e com outros grupos, os indivíduos agregam a sua identidade os atributos adquiridos pelo processo de aprendizagem. No processo de aquisição de conhecimentos, a assimilação da realidade externa, para a produção de saberes, depende, porém, da estrutura genética dos indivíduos e de arranjos mnemônicos e culturais dos grupos. As configurações mnemônicas e culturais são arquivos de memória com os quais se reconhecem os traços funcionais, essenciais dos objetos e

acontecimentos. Assim, a capacidade de perceber e reproduzir imagens e saberes depende, em última instância, de disposições físicas, geneticamente adquiridas, e de potencialidades desenvolvidas pelos indivíduos, no contexto social e ambiental. Vê-se o que se está condicionado a ver. Percebe-se e incorpora-se o que se associa com as estruturas genéticas, mnemônicas e culturais. Por se vincularem estreitamente com a estrutura genética e mnemônica, as manifestações culturais preservam atributos da identidade dos grupos. Entende-se por estrutura o modo como estão dispostos e se relacionam as partes que permitem identificar-se um conjunto.

As estruturas genéticas, mnemônicas e culturais transmitem-se de geração em geração e manifestam-se nas homologias. Segundo Wilson (1978) “homologia é toda a semelhança entre estruturas anatômicas, processos fisiológicos ou genes idênticos de duas ou mais espécies, decorrente da posse de um antepassado comum”. A constatação de homologias no comportamento animal leva a Etologia a propor que, na passagem de atributos culturais de identidade entre gerações, funcionam processos semelhantes aos fatores que mantêm atributos físicos na herança genética. (LORENZ, 1995, *apud* KESTERING, 2007, p. 33).

Utiliza-se assim, conveniente, pragmática e eficazmente o conceito de homologia para os atributos culturais de identidade que, apesar de adquirirem mudanças ao longo do tempo, mantêm constante uma estrutura com a qual se vinculam diferentes indivíduos e grupos a ancestrais comuns.

Conhece-se o fenômeno da manutenção de atributos físicos e culturais ligados à estrutura genética como memória filogenética. Entende-se essa estratégia dos genomas do ácido desoxirribonucleico (DNA) como a resistência de atributos de identidade que foram úteis à sobrevivência de um grupo social no passado, muitas vezes incompreensíveis

ou inexplicáveis à luz das relações ambientais e ou sociais. As culturas e os *genes* têm sistemas de heranças conservadoras. Essas podem não responder às provocações circunstanciais do ambiente e/ou da sociedade. Os traços culturais dos indivíduos, comportamentos e ações grupais não podem, por isso, explicarem-se simplesmente em termos de adaptação. Eles conservam predicados compreensíveis somente à luz da história. (SHENNAN, 2002, *apud* KESTERING, 2007, p. 34).

A memória filogenética do comportamento humano era já embrionariamente constatada e referida por Stuart Mill (1860), quando afirmava que “muitas coisas que os homens originalmente realizavam por algum motivo, continuam a fazê-las por hábito”. O conjunto de atributos da identidade que se herda dos antepassados permite reconhecer-se uma etnicidade. Etnia é um grupo de indivíduos que se diferenciam de outros, pelos atributos físicos, sociais e culturais próprios. A ela reconhece-se principalmente pela língua, **espiritualidade**, maneira de agir e/ou jeito de ser comuns.

Assim foi que os atributos físicos e culturais hereditários da tradição germânica de minha identidade e dos costumes portugueses e indígenas de Ducilene modificaram-se paulatina e progressivamente, graças às influências do meio ambiental e social, sem perderem, contudo, o vínculo com os de nossos ancestrais. Como nas pinturas rupestres em que ocorrem modificações temáticas em estruturas herdadas, invariáveis milenares, ao longo de nossa trajetória de vida evoluíram-se as temáticas, na estrutura invariável dos antigos avoengos do Velho Mundo e da nativa Pindorama. Não há como negar que somos hereditariamente membros das etnias Böger e Kesting, Ribeiro, Tuxá e Massacará, manifestas em nossa **espiritualidade, língua, costumes** e em nosso **jeito prussiano, português e indígena de ser**.

De coração agradecemos à Câmara Municipal, pelo reconhecimento de que chegamos ao lugar certo, ao paraíso terreal do Sertão de Rodelas. Aqui, fora dos palácios herodianos, de sobrados, latifúndios, megaprojetos de irrigação e barragens, planejados e implantados por menestréis do sistema colonizador da Casa da Torre, dos coronéis curraleiros e das empresas a serviço de interesses multinacionais, tiveram guarida nossos sentimentos libertários. A Enivalto Alves de Lima, vulgo Beto Galego, um agradecimento especial pela iniciativa de propor à edilidade honrar-nos com o título de cidadania que se me concedeu neste chão da diversidade. Com ele, pela porta magna, ingresso oficialmente no estado da Bahia onde secularmente viceja e frutifica o sonho de independência para os brasileiros.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Sobradinho, Estado da Bahia, no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 32 e o Artigo 114 do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

Artigo 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Sobradinhense ao Professor, Arqueólogo, Filósofo, Ilustríssimo Senhor CELITO KESTERING.

Artigo 2º - A honraria de que trata o artigo anterior será conferida em Sessão Especial a ser convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de Sobradinho, especialmente para esse fim. (...). (SOBRADINHO – BA, 29/03/2019 *apud* Kesting, 2019b, p. 310).

Aqui, no âmago dos sertões brasis, em mais de quarenta anos de convivência com diferentes culturas que a vida facultou-nos conhecer, fortaleceram-se os traços identitários, mormente espirituais, do finito Céu prussiano e da efêmera Doce Lua Tuxá-Massarará. Aqui robusteceram-se os perenes ideais dos construtores Kesting e arqueiros Böger, com os imortais sonhos dos Ribeiro, Soares, de Jesus e da Silva,

transmitidos filogenética e culturalmente em 400 anos da história familiar parcialmente desvendada.

Na terra em que Dom José Rodrigues de Souza pôs-nos como agentes da Teologia da Libertação, solidarizamo-nos com os nativos sentimentos de independência dos pobres barrageiros desempregados, marginalizados pelo antropofágico sistema colonialista e capitalista. Não nos pusemos a construir sobrados, para sustentação dos ideais da Casa da Torre e nem a colossal Barragem que alimentava servilmente aos interesses das eletro-intensivas. Sentiamonos muito de bem com a vida, na reconstrução da identidade Tatauí com que se fortalecia a autoestima sertaneja Tapuia, mormente Tamoquim.

Foi assim que Ducilene e eu redefinimos nossa identidade em mergulho que fizemos no Rio de Lutas da terra onde o séquito menestrel edifica obras escravagistas. No chão da diversidade, adquirimos cicatrizes que hoje, com o reconhecimento da Câmara Municipal, ostentamos como medalhas de honra ao mérito. Enchemo-nos de orgulho porque aqui, por mérito e incentivo de Dom José Rodrigues de Souza e da Teologia da Libertação, fizemo-nos **cidadãos Tatauí**. Como flechas de fogo, a ela (a Doce Lua) e a mim (o Pequeno Céu) arremessaram os arqueiros da Etnia Böger, nativos das colinas de *Hunsrück* e os flecheiros das etnias Massacará e Soares, autóctones das cabeceiras do Vaza Barris e das barrancas do Submédio São Francisco. Aqui chegamos para, enquanto Kesting edificar espaços onde se celebra a memória e reforça-se a resistência Tapuia. Orgulhosamente dizemos: **Nossa bisavó era índia**. Ela não se rendeu. **Foi pega a dente de cachorros** que a Casa da Torre e as empresas colonialistas criam soltos no Vale dos Currais. (KESTERING, 2019b, p. 316).

Por adequado, lembro que o primeiro título de cidadania Sobradinhense concedeu-se a Dom José Rodrigues de Souza de quem nós não éramos dignos de desatar sequer os cordões dos sapatos. Cientes de que a emancipação política

de Sobradinho deveu-se grandemente à orientação e apoio dele, o bispo que nunca traiu os pobres, propusemos aos pares conceder-lhe o título de cidadania. Com o apoio da unanimidade dos vereadores que então compunham o parlamento municipal, a solenidade de outorga ocorreu no dia 29 de agosto de 1991. Como esquecer o belo discurso que proferiu o profeta a quem minha mãe, por muito cedo haver-se exaurido o sopro vital de meu genitor, confiou a responsabilidade de adotar-me como filho?

Manifestamos nossa infinita gratidão por este honroso título que hoje os vereadores me entregam. Para nós, esta honraria é extremamente gratificante porque representa a bênção do povo de Sobradinho a dizer-nos: Deus lhes proteja, dê-lhes saúde e coragem para continuarem na luta por dias melhores. A bênção é um incentivo que retrata a confirmação de estarmos em harmonia com a família Tatauí. É um sinal sensível da presença de Tupã, a encorajar-nos na busca pela vida em plenitude, do jeito que Jesus e nossos encantados querem.

Por falar em viver em plenitude, nós (Ducilene e eu) entendemos que o sentido maior da vida humana reside no sucesso reprodutivo genético e espiritual, pela ininterrupta conquista da felicidade. Se nascemos para a bem-aventurança, é profundamente lamentável, muitos membros da espécie *sapiens* passarem pela vida sem descobrir que Deus fez esse mundo para nosso usufruto, como paraíso onde se desfrute vida plena. Ele o fez e viu que nele tudo era bom. Assim, ao nascermos para o mundo, desabrochamos para a felicidade.

Há pessoas religiosas que fazem promessas. O que elas prometem a Deus? Poderiam prometer: “Senhor, se me concederes essa bênção, eu prometo que, todos os dias, às seis horas da tarde, eu vou ler um poema de Fernando Pessoa. Ninguém oferece coisa boa para Deus. Oferece o que? Subir 40, 400 degraus de joelho. A ideia é que Deus é sádico. Ele fica

feliz quando a gente sofre. Isso é uma coisa tão horrível porque, dizem as escrituras sagradas, Deus criou um jardim de delícias, delícias. Nós fomos criados para a felicidade. (ALVES, 2022).

Sirvo-me deste momento honroso e espaço democrático, para, tempestivamente, revelar que esse ritual de passagem é de extrema significância porque aqui, no Nordeste brasileiro a Doce Lua nativa e eu encontramos a razão de existir, na luta pela conquista da felicidade, em parceria com os marginalizados do sistema colonialista. Em cada dia que passa, ela e eu refletimos sobre o quanto teria sido inútil minha existência se optasse por ficar na zona de conforto do Sul ou Sudeste do Brasil, e não conhecesse o povo do Semiárido, com seu peculiar jeito nordestino, sertanejo, nativo, indígena de ser.

Não sou o primeiro a reconhecer as maravilhas do Nordeste brasileiro. Quando os portugueses, no Século XVI, chegaram à Bahia de Todos os Encantos, caracterizaram-na como Paraíso Terreal. Infelizmente, eles traziam na bagagem porções avultadas da destilada peçonha do sistema colonialista, a infernizar, a partir de então, a vida nordestina como até hoje fazem os sulistas desavisados e sudestinos preconceituosos. Na conjuntura política atual, continuamos a digerir o amargo sabor da discriminação colonialista e capitalista. Digo nós porque a partir deste ritual, Sobradinho reconhece que sou nordestino, de fato e de direito. Isso é, para mim, uma imensurável bênção divina. Muito eu teria a dizer sobre essa temática. Porém, como o pequeno tempo disponível não permite grandes divagações, limito-me a falar apenas o essencial. Para exprimi-lo em tempo hábil, espremo o discurso.

Comecei por pesquisar a razão de haver encontrado a felicidade no Nordeste e, de forma vivencial e prática, em Sobradinho que, no início da colonização efetiva do Semiárido,

há quase 400 anos, quando vivia ainda meu octavô *Bernard Kesting*, integrava-se ao território reconhecido e respeitado como Sertão de Rodelas. Foi na cidade dos indígenas Tuxá, de Francisco Pereira, que em 1975, eu cheguei como missionário do Projeto Igrejas Irmãs. Lá eu tive a graça de, à primeira vista encantar-me por Ducilene, com quem casei-me três anos depois.

Há quem afirme nosso casual encontro e recíproca paixão terem acontecido por uma benfazeja ação do destino. Enquanto cientista, pesquisador na área de Arqueologia, não me permito acreditar na felicidade como desígnio de divindades extraterrestres. Prefiro deduzir ser ela o produto de nossa harmonia existencial, pela sintonia espiritual com padrões gestuais e comportamentais, transmitidos e aprimorados, de geração em geração, durante séculos e/ou milênios.

Acreditar em destino pressupõe atribuir sobrenaturais poderes a divindades super-humanas a administrarem-nos como fantoches, destituídos de vontade própria, na escolha do que nos fosse melhor, para auferirmos qualidade de vida e sucesso reprodutivo, pela autoestima elevada e felicidade deles decorrentes, ou do que nos fosse pior, pelo desperdício das oportunidades.

Lembro que Baruch Spinoza, conterrâneo e contemporâneo de meu octavô *Bernhard Kesting* (1632-1677), defendia não existir a divindade extraterrestre a quem os humanos faziam piruetas para agradá-lo, desintediá-lo ou abrandar sua ira, tristeza e/ou capricho. Se fosse alienígena, o ser supremo seria inacessível e tudo que dele se dissesse, mera especulação filosófica ou teológica. Verdadeiro, racional e cientificamente acessível é o Deus que habita o coração das pessoas. Para nada serve, dizia aquele pensador racionalista e criticista das terras baixas da Velha Prússia, esforçar-se para

agradar ao esdrúxulo e fantasmagórico ser divino, acima de todos os humanos.

Observo que os livros sagrados recomendam incondicionalidade no amor a Deus, mais que a todas as coisas. Nós, os humanos filhos de Eva, gerados à imagem e semelhança Dele, não somos objetos criados para acessar seres sobrenaturais. Conectamo-nos, sim, com o conceito mestre, a ideia axial a definir nossa identidade, a dar sentido à vida, a habitar o coração das pessoas e capacitá-las a mover montanhas.

No Nordeste, eu aprendi a seguir a estrela Tatauí, de forma semelhante a que fizeram os reis magos, para encontrar o menino Deus, em uma manjedoura, na periferia do palácios herodianos. Foi no convívio com pessoas de boa vontade, do Sertão de Rodelas, que eu ensaiei adorar a Deus que se fez carne, para habitar entre nós. No coração do Semiárido, eu compreendi ser verdade a máxima suprema, onde dois ou mais estiverem reunidos em meu nome, estarei eu no meio deles. O prodígio da vida, com felicidade plena aos vivos, acontece na observância da partilha que, há dois mil anos, ele próprio propôs e sugere ao contexto existencial de cada cristão, nos dias de hoje.

Encantei-me pelo jeito nordestino de compartilhar a vida. Por proveitoso, exemplifico a dizer que, em um dia desses, eu estava no Sudeste do Piauí, a fazer um trabalho de prospecção arqueológica, quando, na hora de almoçar, um auxiliar de serviços operacionais convidou-me a servir-me da frugal comida trivial da marmita que, bem cedo, sua esposa havia preparado. Com o argumento de que o trabalho estava prestes a findar-se e que, por isso, decidira almoçar em um restaurante, na hora que retornasse à cidade, gentilmente agradei sua oferta.

Resumo a história a narrar que ele não almoçou enquanto eu não aceitei a partilha que ele estava a propor. Ao alimentarmo-nos, com frugalidade, à sombra de um frondoso juazeiro (*Ziziphus joazeiro*), revelou-se-me, naquele bendito dia, ser verdade o que há muito ouvia dizer ser da essência nordestina o hábito de dividir o que tem, mesmo que seja pouco. A prodigiosa palavra de ordem, isto fazei em memória de mim, recomendada pelo galileu de Nazaré, em sua derradeira ceia, repete-se infinitésimas vezes nas chapadas do Sertão de Rodelas e Sudeste do Piauí: **está servido?** Em outras regiões, sulistas e sudestinas, eu vi com fatura, pessoas renitentemente revelarem o mesquinho hábito de esconderem-se para se alimentar, com receio de que alguém solicitasse um pouco de sua farta comida.

O gesto da partilha revela a presença do Cristo que liberta. Enquanto cientista, eu tenho instrumentos e parâmetros que facultam acessá-lo, porque ele é abordável no produto materializado da cultura material, objeto de nosso estudo. Pelos frutos conhece-se a essência da árvore que os produz. Vê-se na Bíblia escrito que, quando os apóstolos se reuniam, na hora da partilha do pão, eles se lembravam da identidade, **da espiritualidade**, do jeito de Jesus Cristo ser. Assim, ele, o mestre, fazia-se e perpetra-se, infinitamente presente, na memória cerebral e filogenética de seus seguidores. Eles se encantavam, como nós nos encantamos, no encanto do memorável encantado. É esse ritual nativo atávico que os Nordestinos de origem indígena naturalmente repetem durante milênios.

Quando cheguei em Rodelas, encontrei a octogenária indígena Cordolina, a dizer que o índio, ao exaurir-se-lhe o sopro vital, não vai pra cima (ao céu) e nem para baixo (ao inferno). Quando morre, dizia ela, o índio encanta-se (ocupa o reino dos encantados), para encorajar a aldeia, na conquista da Terra sem Males. Assim, eu aprendi a apreciar a dança

guerreira do Toré e a participar de rituais nativos, para fazer com que os encantados se façam presentes, da mesma forma que Jesus Cristo se encantava, nas celebrações da partilha dos primeiros cristãos.

Por congruente, expresso minha satisfação em receber este título de cidadania porque ele representa o reconhecimento da sociedade Tatauí, de que a partilha cristã efetivou-se entre os barrageiros desempregados e culminou, com a emancipação política e administrativa da terra que a empresa colonialista, responsável pela construção da Barragem, sonhava destruída.

Lembro que, ao receber o primeiro título de Cidadania Sobradinhense, Dom José Rodrigues de Souza disse estar feliz porque constatava naquele gesto da Câmara de Vereadores, terem os edis a certeza de que, quando dois ou mais se reunissem em nome Dele, Ele, o salvador, estaria no meio deles, a operar maravilhas. A emancipação política de Sobradinho, disse ele, foi o portentoso resultado dessa união. Ela se concretizou porque o cidadão de Nazaré fez-se presente, a incentivar a luta conjunta, em busca de um sonho coletivo, o Reino de Deus, a Terra Sem Males.

Partilhar um sonho coletivo é fundamental porque é nesse processo que a humanidade, embrionariamente desumana, geneticamente egoísta e etnocêntrica, humaniza-se, pela **espiritualidade** altruísta e cristã. Por cabível, endosso o falar de Maria do Socorro Oliveira que, há pouco, nesta tribuna, disse habitar em seu DNA o sonho de buscar dias melhores para Sobradinho e sua família.

A essência dos humanos habita, de fato, em seus genomas e neurônios cerebrais. Por isso, quando elaborei minha tese de doutorado, busquei conhecer a identidade de Sobradinho, pelo estudo das pinturas rupestres onde se preserva o espírito materializado dos Tamoquim e de outros grupos que

passaram por aqui. A identidade deles revelou-se-me no estudo daqueles fragmentos do antigo sistema de comunicação porque os pesquisei com base no pressuposto de que, antes de serem impressos, eles haviam transitado pelos neurônios onde tinha guarida a **espiritualidade** dos autores. Com propriedade, Piaget (1996) dizia que os espíritos não vagam, soltos como seres etéreos (fluidos, voláteis e/ou vaporosos). As divindades geram-se nos neurônios e preservam-se na memória genética e filogenética das pessoas, bem como no produto materializado e cientificamente mensurável de suas ações.

Assim, somos felizes quando nossa **espiritualidade** e o comportamento dela decorrente harmonizam-se com os de nossos ancestrais, preservados na memória filogenética. Por pertinente, com base nas evidências etológicas e antropológicas disponíveis, além da memória cerebral, em nível preliminar e hipotético, proponho haver uma memória genética subjacente. É por ela que se consegue estar de bem com a vida e ser feliz, ou de mal com a existência e desafortunar-se.

Antes de minha vinda ao Nordeste, eu não era feliz porque minha memória filogenética não se afinava com o dominante padrão comportamental, egocêntrico e etnocêntrico, capitalista e colonialista, sul catarinense. Comecei por perguntar-me de onde eu teria adquirido esse gosto pelo jeito nordestino de ser, se dele eu não tinha uma fagulha sequer de memória cerebral, por nunca antes haver passado, mesmo que fosse pelo Semiárido.

Para entender a razão última ou primeira desse encantamento natural pela gente de origem nativa (tapuia, bárbara, bugra ou gentia), estudei profundamente a filogenia das famílias Kesting, Böger, Soares, Ribeiro, de Abreu, de Jesus e da Silva. Comecei por pesquisar o contexto histórico da vida de meu pai. Prossegui com o estudo da vida de meus

ancestrais mais antigos (avô, bisavô, trisavô, tetravô, pentavô, hexavô, heptavô e octavô). Descobri que meu octavô, *Bernhard Kestering* nasceu em 1622, em *Metelen*, junto à fronteira atual da Alemanha com a Holanda, muito mais próximo de Amsterdã que de Berlim.

Busquei compreender como era o espírito dele. Procurei entender o que se passava em sua cabeça; o que dava sentido a seu existir; sua identidade, definida pelo modelo político identitário vigente em sua época, em sua terra natal. Quis conhecer Deus em quem ele acreditava; se com aquela divindade ele era feliz ou não. Eu sabia que, se hoje eu sou o que sou e apraz-me ser Tatauí, é porque o espírito (a divindade) de meu octavô e dos outros ancestrais, sobrevive em mim. Com base no mesmo pressuposto, Paulo Apóstolo dizia: “não sou eu quem vive. É Cristo quem vive em mim”. (GÁLATAS, 2:20).

Nossa identidade não é, portanto, individual. Ela é coletiva. É o espírito de avoengos que vivem em nós. Por isso, não nos salvamos enquanto indivíduos. Salvamo-nos enquanto grupos sociais, identidades comunitárias ou comunistas.

Quando meu octavô nasceu, em 1622, ocorreu a Batalha de *Fleurus*, no cenário da Guerra dos 30 anos, entre Católicos tradicionalistas e Protestantes capitalistas, iniciada em 1618 e findada em 1648. Fazia 100 anos que as teses (ideias e ideais) de Lutero e Calvino estavam cozinhando as conexões neurais dos cérebros prussianos. Em território da atual Alemanha, o monge reformista da Cristandade havia-se solidarizado com a burguesia teuta, na luta por desvincular a religião Evangélica Germânica da Tradição Apostólica Romana.

Meu octavô era católico apostólico Romano-Germânico. Na memória cerebral e filogenética dele, alojavam-se as ideias de Carlos Magno que, no ano 800 da era cristã, aliara-se com Leão III, para criar o império da integração, a defender a

convivência harmônica das tradições de origem apostólica, com as milenares práticas culturais de berço teutônico. Mantinha ele os atributos identitários, a **espiritualidade**, do cristianismo original, edificado sobre o respeito à diversidade expressa nas duas culturas.

Por vantajoso, lembro que, com o objetivo de sustentar ideologicamente o Império Romano, no ano 313 da era cristã, Constantino I havia transformado em Cristandade o Cristianismo revolucionário das catacumbas. O que, naquela época, muita gente pensava serem as autênticas ideias do revolucionário Galileu, não passava de um arranjo dos princípios religiosos judaicos, com as bases da filosofia helênica, a serviço dos interesses dele, que representava o secular poderio do Império Romano.

Igreja e Estado, base da Cristandade dominaram a vida social, política, econômica, cultural e simbólica, onde esse modelo foi implantado. Essa construção da Cristandade enquanto modelo eclesial de poder aconteceu quando a Igreja, buscando expandir seus interesses, manteve uma relação de dominação sobre a sociedade civil mediada pelo Estado. (OLIVEIRA, 2011, p. 315).

Assim, a Guerra dos 30 anos, estabelecida por interesses econômicos antagônicos, da Cristandade Germânica em oposição à Cristandade Romana, era um conflito de burgueses prussianos contra poderosos de Roma. Por acordos feitos com o poder central da cidade primaz do Lácio, o exército espanhol ocupou a região onde meu octavô morava e derrotou o exército protestante, na batalha de *Fleurus*.

Por perder aquela contenda, reduziu-se o espaço para professar-se a Cristandade capitalista, reformista e protestante na região de meu octavô. Os holandeses vieram, então, ocupar o Nordeste do Brasil onde eles representavam o jeito de ser da burguesia prussiana, incompatível com os milenares costumes indígenas tapuias ou sertanejos. Ficaram

10 meses na Bahia e 24 anos (1630-1654) em Pernambuco. "A mobilização contra os holandeses teve a participação de donos de engenhos, negros e indígenas." (SILVA, 2023). A expulsão deles deu-se mormente porque 200 indígenas de Rodelas, da terra onde nasceu Ducilene, reforçaram o exército comandado por Filipe Camarão. Em síntese, o modelo político identitário da Cristandade não logrou êxito porque não se harmonizava com o jeito indígena, nativo e sertanejo de ser.

Assim, quando cheguei em Rodelas, no dia cinco de março de 1975, encantei-me por Ducilene e pelo povo indígena Tuxá e Massacará, não por ação do destino, mas porque em meus genomas estava latente a memória genética transmitida de geração em geração, durante quatro séculos. No DNA de Ducilene habitava também a memória do jeito de ser da convivência dos grupos nativos com os diferentes. É certo que os sertões atraíam aqueles que não os encaravam como o "outro", mas como o "próprio" e, assim, identificavam-se como parte deles. Nele, os índios de diferentes etnias cultivavam terras, com roças de legumes e mandiocas, ou aproveitavam os frutos nativos como o umbu. (SOUSA, 1587 *apud* ARRAES, 2017, p. 64-65).

Observe-se que o fascínio nativo pelas virtudes dos outros materializava-se em celebrações de casamentos e/ou acasalamentos quando as relações eram amistosas ou em rituais de antropofagia, quando o clima era de hostilidade. Cria-se que, pela mistura de sangue dos amigos ou pela ingestão da carne dos inimigos assimilavam-se seus atributos identitários. Evitavam-se por isso cruzamentos interétnicos com covardes ou ingestão de restos mortais de quem fosse destituído de virtudes desejáveis. (KESTERING, 2021a, p. 22).

Quando chegamos em Juazeiro, Sobradinho vivia o Deus nos acuda do desemprego reinante pelo findar dos trabalhos de construção da Barragem e Eclusa. Todos os dias, víamos

anjinhos levados compulsoriamente ao cemitério, em cortejos quase contíguos. A ordem que recebemos de Dom José Rodrigues, defensor e militante da Teologia da Libertação ou Teologia pós-Concílio Vaticano II, objetivava resgatar o Cristianismo dos primeiros discípulos, para dar cabo aos frutos da Cristandade a serviço do Capitalismo selvagem, do Regime Militar e da empresa responsável pela construção da Barragem.

Disse-nos o Profeta da Teologia da Libertação precisar que Ducilene e eu nos solidarizássemos com a população desempregada de Sobradinho. Vocês não vão lá para ensinar, nem pregar, disse ele. Quero ver-lhes solidários com os mais pobres. *Evangelizare pauperibus misit me* (o Senhor] mandou-me a evangelizar os pobres) era o compromisso que ele havia firmado com Paulo XVI. Apesar de a Diocese ter, então, uma casa na Vila São Francisco, Dom José sugeriu que morássemos na Vila São Joaquim. Assim fizemos. Aí vem toda história da luta que vocês conhecem e ora narramos.

Em Sobradinho pós-barragem, Ducilene e eu encontramos a felicidade, porque, não havia mais espaço para os queridos da divindade capitalista, “acima de todos”. Eles haviam migrado, para edificarem outras hediondas grandes obras a serviço das herodianas eletrointensivas capitalistas e colonialistas. Aqui estávamos nós, no mesmo barco do sofrimento coletivo popular, condenados a naufragar nas águas revoltas pelo descaso do Planalto Central. Não havia povo eleito e nem gentios. Éramos nós, o povo de Emanuel, em coletiva busca pela libertação que culminou com a Emancipação Política. Das reuniões que fazíamos participavam crentes, católicos, membros de confissões de origem africana e indígena, agnósticos e ateus confessos. Dançávamos o Toré com os Tamoquim, em Algodões, e com membros do povo Truká, na Quadra S 19 da Vila São Joaquim.

Alguns conhecidos, renitentes e gratuitos opositores diziam: Esse povo mexe com macumba. É gente de Satanás. Quantas vezes Ducilene e eu saímos da Vila São Joaquim para, com a família e os amigos de João Preto, em Algodões, participar do autóctone ritual guerreiro Tamoquim? Não sei. Foram muitas. Comparecíamos àquelas memoráveis celebrações porque nossa crença nos encantados sustentava-se no rochedo da **espiritualidade** comum, cristã e nativa. Acreditávamos, naqueles tempos, e confiamos, ainda hoje, na ação de Deus presente na memória cerebral e filogenética, nas conexões dos neurônios e genomas das pessoas de boa vontade.

De forma similar, censuravam-nos os órgãos governamentais e não governamentais alinhados com o regime político militar e, então, subservientes aos interesses do capitalismo escravagista multinacional. A título de exemplo citam-se: Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), Conselho de Moradores da Vila São Joaquim, Prefeitura Municipal de Juazeiro, Polícia Militar da Bahia, Ministério da Marinha, Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, Serviço Nacional de Informações (SNI) e Ministério da Justiça².

Este livro intitula-se Baianos Tatauí porque a Câmara Municipal de Sobradinho, ao avesso da contra mão seguida pelos obsoletos e carcomidos representantes dos órgãos governamentais da Ditadura Militar, abre suas portas para, concomitante, oficial e prazenteiramente, vincular-nos à família Tatauí e ao povo da Bahia de Todos os Encantos. Aos incrédulos de que esta fantástica bênção concederam-nos os representantes do povo de Sobradinho, infinitésimas vezes repetimos o que *Bernhard Kestering*, nosso octavô prussiano, ao regozijar-se perguntava: **Warum nicht?** (Por que não?).

² Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br>.

2 ORIGEM E HISTÓRIA DA FAMÍLIA KESTERING

Segundo informações de amigos da cidade alemã de *Metingen*, o nome da família Kesting originou-se da arte de edificarem-se castelos (*Kastel*), estruturas fortificadas, normalmente habitadas por membros da nobreza. (Fig. 1). Do esmero em construí-los derivou-se a fama do casteleiro e sua parentela (Kaster, Käster, Kaester ou Kester).

Figura 1 – Castelo medieval



Fonte: Wallpapers de Castelos (2018 *apud* Kesting, 2018, p. 39)

Na Prússia medieval, era comum registrarem-se as famílias, com base na profissão de destaque de seus membros. Assim, os integrantes da etnia que se dedicava ao fabrico e/ou manejo de arcos registravam-se como arqueiros (Böger); os da parentela que se afeiçoava à arte de pescar, como pescadores (Fischer). Quem se esmerasse na arte de confeccionar pães, conhecia-se como Becker. Do casteleiro original (Kaster) derivaram-se os Kestermann (homens casteleiros), Kesterson (filhos do casteleiro) e Kesting (aliança dos casteleiros). (Fig. 2).

O sobrenome Kaster foi encontrado pela primeira vez na Prússia e na Dinamarca. Ele surgiu na época medieval como

uma das famílias notáveis da região. A partir do século XIII, o sobrenome foi identificado com a grande evolução social e econômica que fez desse território um marco contribuinte para o desenvolvimento da nação [alemã]. (HAUSE OF NAMES, 2018).

Figura 2 – Kaster/ Prússia / Província do Reno / Distrito de Colônia



Fonte: Hause of Names (2018), adaptado pelo autor

A origem da Prússia remonta à Idade Média, quando era habitada por caçadores e criadores de gado. No Século XIII, o reino germânico conquistou-a, impôs a ela seus costumes e transformou-a em eficiente máquina de guerra.

A Prússia era inicialmente um território no atual **norte da Polônia**. Desde a época dos romanos a região era mencionada com o nome latino *Borussia* (...). No século XIII, os **Cavaleiros da Ordem Teutônica** germanizaram a região. Através da Bula de Rieti, escrita em 1234, o Papa Gregório IX coloca aquele território em domínio “eterno e absoluto” da Ordem Teutônica. Isso significava que nenhuma autoridade secular teria direitos sobre a Prússia. (LUCKWÜ, 2018).

2.1 Ancestrais sem Vínculo Genealógico

Encontram-se registros dispersos de membros da família Kesting em recortes de livros e jornais que se preservam na Alemanha. Há referências de integrantes das famílias Kesting e Kesterman entre os fundadores de mosteiros em *Langenhorst*, *Metelen* e *Borghorst*, então vinculados ao Sacro Império Romano Germânico. Em 1624, eles constavam na relação de benfeitores do Mosteiro da Virgem Maria, edificado na província da *Westfalia*³. (DARPE, 1914, p. 199-200). Nessa época, as famílias do oeste da Alemanha eram majoritariamente católicas.

Livro de registros

Vinha da virgem B. Maria, conhecida como Mosteiro Menor de Burlo. No ano 1624 do nascimento da Virgem. (Arquivo do mosteiro). Mosteiro do Pequeno Burlo. (...) **Kesterinck** (...) **Kesterman** (...). (DARPE (1914).

2.1.1 A Casa de Gaspar Kesting

Em 1647 / 48, final da Guerra dos Trinta anos, Gaspar Kesting de *Nordhorn* reconstruiu um belo edifício sobre as ruínas de uma casa imponente que havia sido edificada em

*“Liber obventionum. Vineae virginis B. Mariae vulgo monasterii minoris Burlo. Anno a partu Virginis 1624. (Klosterarchiv.). Kloster Klein-Burlo. In Schoppinck in term. Blasii: Kippeldinck 10 sch. r. und 1 m. g. tho z.; Rosinck bsch. Haverbecke 8 sch. r., 16 sch. g., 16 becker weitts; Vyffhuis 10 sch. r. und 1 m. g.; Wernsinck 18 sch. r.; Amann 16 sch. r. und 16 becker w.; Nyhoff 25 sch. r.; Schurhuis uflm Ramsbergh 6 sch. r.; **Kesterinck** (grifo nosso) bsh. Raimbsbergh 8 sch. r.; Wissinck tho Meitelen alias Wissman 11 sch. r.; Wissinck tho Gemmen 4 sch. r.; Uphuis - hove in Schoppingh - solvit **Kesterman** (grifo nosso) im dorp Schoppingh - 10 sch. r. un 1 m. g.; Rottman tho (...).” (DARPE, 1914).*

1609, em uma propriedade à Rua da Água, nº 12, na cidade de *Steinfurt*⁴. Em frente ao edifício reedificado puseram-se estátuas de dois leões, com brasões de armas nos escudos. (Fig. 3 e 4). No distintivo segurado pelo leão da direita, liam-se as iniciais de *Adelheid Hubert*, antiga proprietária da casa e, no emblema do leão da esquerda, as iniciais de *Gaspar Kesting*. Após a morte de sua esposa, Gaspar vendeu-a a *Johannes Hüllesheim*. (AM ENDE DES DEISSIGJÄHRIGEN KRIEGES ERBAUT, 1914).

Figura 3 – Fachada da casa de Gaspar, reconstruída em 1647/1648



Fonte: Am Ende... (1914)

O filho mais novo, Gerhard, sucedeu seu pai no escritório e, em 1609, reconstruiu a imponente casa na Rua da Água, nº 12

⁴ *“Der jüngere Sohn Gerhard wurde Amtsnachfolger seines Vaters und erbaute 1609 das imposante Haus Wasserstrasse 12 (früher 27). Nach Austerben die Familie Huberts erbte der mit Johans Tochter Adelheid verheiratete gräfliche Rat und Verwalter der Grafschaft Steinfurt, Dr. Gaspar Kesting aus Nordhorn, die Besitzung am Markt. 1647 /48 liess er an der Stelle des alten, arg mitgenommenen Köninkschen Hauses ainen schöneren Neubau errichten.”* (AM ENDE... 1914).

(anteriormente 27). Depois que a família *Hubert* morreu, Dr. Gaspar Kesting de Nordhorn, conselheiro do Conde e administrador do condado de *Steinfurt*, casado com a herdeira *Adelheid, filha de João*, comprou a propriedade. Em 1647 / 48, ele mandou construir um novo e melhor prédio no local da casa original, gravemente danificada. (AM ENDE... 1914).

Figura 4 – Monumentos postos na frente da casa de Gaspar



Fonte: Am Ende (1914)

2.2 Origem dos Kesting do Brasil

Por informações que até o momento se têm, os Kesting do Brasil são originários de *Metelen*, município do distrito de *Steinfurt*, no *North Reine Westfalen*, região ocidental da Alemanha atual. (Fig. 5 e 6). Essa cidade histórica situa-se 20 km a leste de *Enschede*, junto ao Rio *Vecht* que naquele lugar os soldados romanos costumavam atravessar.

Por artefatos manufaturados e/ou utilizados que lá se encontraram e preservam-se, propõe-se que seu território tenha sido originalmente ocupado por grupos celtas, expulsos

por tribos germânicas no ano 600 antes de Cristo. No ano 200 da era cristã, conhecia-se aquele lugar como *Mediolanum*.

Figura 5 - North Reine Westfalen



Fonte: *Unemployment Rate (2010 apud Kesting, 2018, p. 40)*

Figura 6 – Metelen e Steinfurt



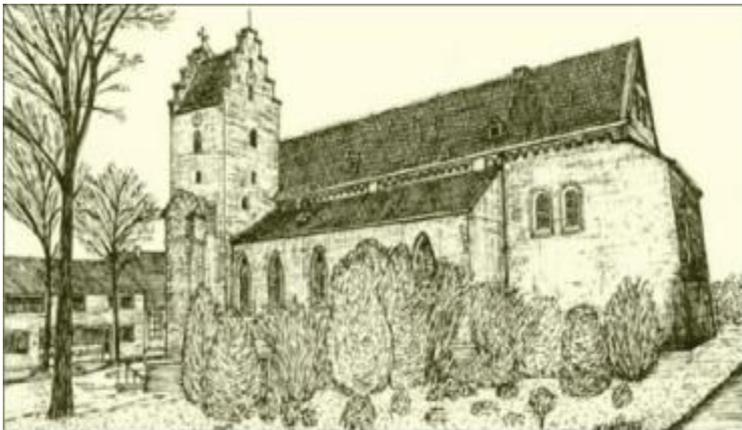
Fonte: *Steinfurt (2017 apud Kesting 2018, p. 41)*

Em 16 de agosto de 889, com consentimento do imperador *Arnulf*, apesar da frontal oposição dos bispos de *Münster*, a religiosa *Friduwi* implantou lá um mosteiro para mulheres de origem nobre. Em 993, com vistas a conceder autonomia ao convento, o imperador atribuiu-lhe o *status* de “liberdade imperial”. O lugar adquiriu então relativo prestígio e passou a reconhecer-se como *Matellia* e, anos mais tarde, como *Matelon* e/ou *Metel*. Contudo, o nome *Metelen*, que se traduzia como lugar de justiça, só se tornou comum depois dos anos 1.200. (HILCKMANN, 2020).

Em 1572 e em 1815, *Metelen* transformou-se em ruínas por grandes incêndios. Em 1623, fez-se palco de grandes batalhas entre prussianos e suecos, quando se destruíram muitos arquivos históricos. Ao longo dos tempos, seu povo foi também vítima de várias epidemias.

No ano 1.100, junto ao mosteiro da religiosa *Friduwi*, a igreja católica de Metelen, originalmente de madeira, edificou-se com pedras. Nela se batizaram sucessivas gerações da família Kesting. (Fig. 7 a 9).

Figura 7 - Igreja de Metelen, no ano 1.100 da Era Cristã



Fonte: Hilckmann (2020), adaptado pelo autor deste

Figura 8 - Igreja atual de Metelen



Fonte: Hilckmann (2020), adaptado pelo autor deste

Figura 9 - Pia em que se batizavam membros da família Kesting



Fonte: Hilckmann (2020), adaptado pelo autor deste

A igreja foi construída em estilo romano, no entanto, na época em que foi concluída no século 13, já estava sendo influenciada pelo estilo gótico. Nos séculos posteriores, várias outras mudanças foram feitas, dificultando o reconhecimento do estilo original. Nesta igreja você pode encontrar a antiga pia batismal que tem 900 anos. (HILCKMANN, 2020).

Até o século XIX, quando *Otto von Bismarck* ainda não promovera a unificação da terra dos teutos, *Metelen* inseria-se no território da antiga Prússia. Atualmente, o estado da Renânia Norte da *Westfalia* faz divisa com a Holanda e a Bélgica. As maiores cidades do estado da *Westfalia* são: *Bohn, Köln, Essen, Münster e Dortmund*.

2.2.1 Meu mais Antigo Ancestral Conhecido

Meu ancestral paterno, com vínculo genealógico mais antigo, chamava-se *Bernhard Kesting*. Ele nasceu em *Metelen*, no ano de 1622, quando na Europa ocorriam sangrentas batalhas entre católicos e protestantes, na famigerada Guerra dos Trinta Anos. Para contextualizá-lo, lembro que, no ano de seu nascimento, aconteceu a Batalha de *Fleurus*. (Fig. 10).

Figura 10 – *Batalha de Fleurus*, em 1622



Fonte: Ciruelos (2018 *apud* Kesting, 2019b, p. 290)

Em 29 de agosto de 1622 os terços espanhóis impuseram-se na Batalha de *Fleurus* contra os protestantes do Sacro Império. A batalha ocorreu no âmbito da Guerra dos Trinta Anos, uma

luta que acabou levando toda Europa às armas. Nela se disputavam duas formas de entender o mundo, ou seja, **duas civilizações opostas, a sociedade burguesa, capitalista e protestante, contra a sociedade tradicionalista e católica** (grifo nosso). (LUACES, 2011).

Observo que a Guerra dos Trinta Anos não se limitou ao Continente Europeu. Ela estendeu-se às terras do Novo Mundo onde, para auferirem vantagens econômicas, os burgueses mercantilistas promoviam divisões entre os grupos nativos. Na região Nordeste do Brasil, por exemplo, o indígena Pedro Poty, membro do povo Potiguar, aliou-se aos protestantes da burguesia capitalista holandesa da Companhia das Índias Ocidentais⁵. Em 1634, ele combatia os católicos portugueses com quem se solidarizava o Capitão Mor Antônio Filipe Camarão, nativo da mesma nação⁶.

Abandonai, portanto, primo Camarão, esses perversos e perigosos portugueses e vinde juntar-vos conosco (...). Formaremos uma força respeitável e expulsaremos esses trapaceiros e traidores. Mantenhamo-nos com os estrangeiros que nos reconhecem e tratam bem na nossa terra (...). [Sou] cristão e melhor do que vós: creio só em Cristo, sem macular a religião com idolatria, como fazeis com a vossa. Aprendi a

⁵ “A Companhia das Índias Ocidentais, DutchWest-IndischeCompagnie, foi uma empresa de comércio holandês, **fundada em 1621**, com o objetivo de promover uma guerra econômica contra a Espanha e Portugal. O monopólio ibérico no comércio entre a Europa e Américas era um incômodo político e econômico e a empresa foi fundada pelos holandeses como maneira de promover negócios entre as colônias americanas e africanas.” (TODA MATÉRIA, 2023).

⁶ “Filipe Camarão confrontou-se com alguns compatriotas potiguares, como ele, que haviam sido evangelizados pelos holandeses e que lutavam contra os portugueses. Em 1637, tomou parte da batalha de Porto Calvo, em Alagoas, onde sua mulher também lutava na tropa feminina, na batalha de Barra Grande. Esteve na batalha de Comandatuba na Bahia, onde enfrentou os holandeses, estando a frente do exército, o próprio Maurício de Nassau. Participou ainda das lutas em Goiana, Terra Nova e Salvador.” (FRAZÃO, 2017).

religião cristã e a pratico diariamente. Se vós a tivésseis aprendido, não serviríeis com os pérfidos e perjuros portugueses. (POTY, 1634 *apud* SOUTO MAIOR, 1912).

É notório que Francisco Pereira Rodelas, líder indígena do povo Tuxá, conterrâneo de Ducilene, minha esposa, participou da guerra de expulsão dos rivais de meu octavô paterno, os protestantes da burguesia capitalista holandesa, que então vinculavam-se à Velha Prússia.

Sabe-se que, em 1637, no contexto da Guerra dos 30 Anos, as forças protestantes holandesas, lideradas por Maurício de Nassau, haviam invadido as terras da Ribeira das Alagoas do São Francisco, então pertencentes à província de Pernambuco, e expulsado a população nativa, majoritariamente católica, em direção à Bahia.

João Maurício de Nassau-Siegen (em alemão *Moritz von Nassau-Siegen*) era 18 anos mais velho que meu octavô *Bernhard Kesting*. Ele era filho do Conde *Johann von Nassau-Siegen* e da duquesa *Margarida de Schleswig-Holstein-Sonderburg*, menestrel dos interesses da burguesia mercantilista, calvinista e capitalista da Companhia das Índias Ocidentais. Nasceu em 17 de junho de 1604, em *Dillenburg*, região do Sacro Império Romano-Germânico, atualmente vinculada ao estado de *Essen*, no território da Alemanha. Lembro que meu octavô paterno, católico apostólico romano-germânico carolíngio, nasceu em *Metelen*, no estado alemão da *Westfalia*, situada 221 km de *Dillenburg*. (Fig. 11 e 12).

A migração compulsória da população nativa e os colonos portugueses da Ribeira das Alagoas do São Francisco, com o conseqüente abandono das atividades agrícolas, da pecuária e da pesca, foi enormemente impactante para as comunidades nordestinas. Ela provocou interrupção no abastecimento de gêneros alimentícios ao comércio de Recife e revolta massiva aos donos de engenhos, negros do

Quilombo de Palmares e indígenas entre os quais destacou-se o povo Tuxá de Francisco Rodelas.

Figura 11 - Maurício de Nassau



Fonte: Vieira (2016)

Figura 12 - Metelen, de Bernhard e Dillenburg, de Maurício



Fonte: Google (2023)

Foi de Rodelas e vizinhança, quero dizer, da gente da tribo procás (sic), que em 1639 partiu um reforço de 200 guerreiros sob o comando de um moço índio que se imortalizaria com o nome de Rodela, para, ao lado do índio Felipe Camarão, pôr a

correr os holandeses da ribeira das Alagoas do São Francisco. Voltou herói o chefe guerreiro e seria batizado com o nome de Francisco – Francisco Rodela ou Francisco Pereira Rodela. Aí, em Rodelas, situaram-se os primeiros curraleiros da Sesmaria, que seriam possivelmente os primeiros das corredeiras do São Francisco para, em seguida, alcançar a margem esquerda do rio e penetrar Piauí a dentro até as terras da Paraíba e Rio Grande do Norte. Subindo o Rio até Carinhanha. (FONSECA, 1996, p. 12). (...) Aliás, está escrito em Serafim Leite, que o índio Rodela “matara 80 holandeses, favorecendo um português que se lhe acolheu para o sertão”. (FONSECA, 1996, p. 24).

É notório que ao território da Ribeira das Alagoas do São Francisco vinculava-se o Quilombo de Palmares, fundado em 1597, na Serra da Barriga. A ele integravam-se vários mocambos habitados por negros da terra e de berço africano, fugitivos dos engenhos da Capitania de Pernambuco. Durante todo Século XVII, eles resistiram ao domínio Português. Contudo, sabe-se também, que nessa centúria, a resistência quilombola fortaleceu-se grandemente, pela oferta de abrigo a muitos escravos indígenas e de origem africana, bem como a brancos que se arruinaram economicamente, em função da invasão holandesa.

Escavações de 14 sítios arqueológicos no espaço permitiram coletar quase 2.500 artefatos. (...) A cerâmica descoberta, por exemplo, evidenciava materiais provenientes de indígenas e brancos que viviam na costa brasileira, o que indica o constante contato dos quilombolas com outros povos e que resultou em uma sociedade quilombola mesclada. De acordo com Funari, o mesmo poderia ser dito com relação à religião que, mesmo africana, teria influências do catolicismo, com base em vestígios materiais. (FUNARI, 2023).

Nos mocambos do Quilombo de Palmares, deu-se relativa e provisória trégua ao secular conflito contra os escravagistas colonizadores lusitanos da Cristandade Católica, para enfrentamento dos problemas comuns, impostos pelos

protestantes capitalistas holandeses, sob o comando de Maurício de Nassau.

Em Palmares, era produzido tudo o que os palmaristas necessitavam para sobreviver, e desde muito cedo os habitantes precisaram lutar para garantir a sua sobrevivência e liberdade. Isso porque tem-se notícia de que já em 1602 houve expedições enviadas pelas autoridades coloniais com o intuito de destruir Palmares.

A resistência palmarista contra a repressão portuguesa foi dedicada e estendeu-se durante todo o século XVII. **Em meados desse século, o quilombo aproveitou-se dos conflitos travados entre portugueses e holandeses e conseguiu crescer consideravelmente.** (Grifo nosso). Houve alguns problemas com os holandeses, mas a partir da expulsão destes, a situação ficou cada vez mais delicada para Palmares. (SILVA, 2023).

Quando ainda não havia qualquer sinal de trégua no conflito que as duas facções religiosas se estabeleceram no Velho Mundo e em terras do Nordeste do Brasil, meu octavô *Bernhard* casou-se com Joana (de sobrenome ainda ignoto), nascida em 1626. Nada se sabe além de que um de seus filhos, **Johan**, meu heptavô paterno, nasceu em *Metelen*, em **1648**, quando em *Münster* se firmava o Tratado de Paz da *Westfalia*, pondo fim à guerra. (Fig. 13).

Figura 13 – Tratado de Paz da *Westfalia*



Fonte: Helst (1648 *apud* Kesting, 2018, p. 45)

A Guerra dos 30 Anos, no Velho Mundo perdurou de 1618 a 1648 e, no Brasil, de 1630 a 1654. Na Europa arrasaram-se cidades e dizimou-se a população de grandes regiões. Na Velha Pindorama, destruíram-se engenhos, desestabilizou-se a economia açucareira e a sobrevivência das comunidades tradicionais, afeiçoadas a práticas agrícolas consorciadas com a pesca, caça e coleta dos recursos que a natureza dispunha.

Com o Armistício da *Westfalia*, o Sacro Império Romano Germânico perdeu territórios para a França e Suécia, bem como se desmembraram dele a Suíça e a Holanda. Aos estados asseguraram-se os direitos essenciais de soberania em questões religiosas e seculares, permitindo-lhes formar alianças com parceiros internacionais. (DO I IMPÉRIO À ASCENSÃO DA PRÚSSIA, 2015). Em data ainda incógnita, *Johan* casou-se com *Elisabeth Wiggendor* e, depois, pela morte desta, com *Aleidis Schruender*.

2.2.2 Johan, meu Heptavô

Johan Kestering, meu heptavô paterno era contemporâneo de Baruch Spinoza (1632-1677), quando recrudesciam na Holanda as ideias da ala capitalista radical do protestantismo calvinista. Esse filósofo racionalista defendia, então, a liberdade de pensamento e expressão.

Filho de Michael, notável e bem sucedido comerciante judeu de origem portuguesa, e Hannah Deborah, Baruch nasceu no dia 24 de novembro de 1632, em Amsterdã que dista apenas 187 km de *Metelen*, onde em 1648, 16 anos depois, nasceu *Johan*, meu heptavô paterno. (Fig. 14 e 15).

[Baruch Spinoza] negava a ideia de um Deus transcendente e legislador moral. Negava o livre arbítrio. Considerava que tudo é predeterminado e o ser humano, parte integrante da

natureza, submetido às leis da natureza, como qualquer outro ser. (...) Defendia a separação radical entre a Igreja e o Estado, a Teologia e a Filosofia, a fé e a razão, mostrando que são campos completamente heterogêneos, com objetivos completamente diferentes. O ponto central na argumentação de Spinoza é mostrar que a liberdade de expressão não é apenas compatível com a paz social e a prática da piedade, da verdadeira religiosidade, mas é condição mesmo. Portanto, é uma obra extremamente atual diante do que a gente está vivendo no Brasil e no mundo. (BURDMAN, 2023).

Figura 14 - Baruch Spinoza



Fonte: Burdman (2019)

Figura 15 - Amsterdã, na Holanda e Metelen, na Alemanha

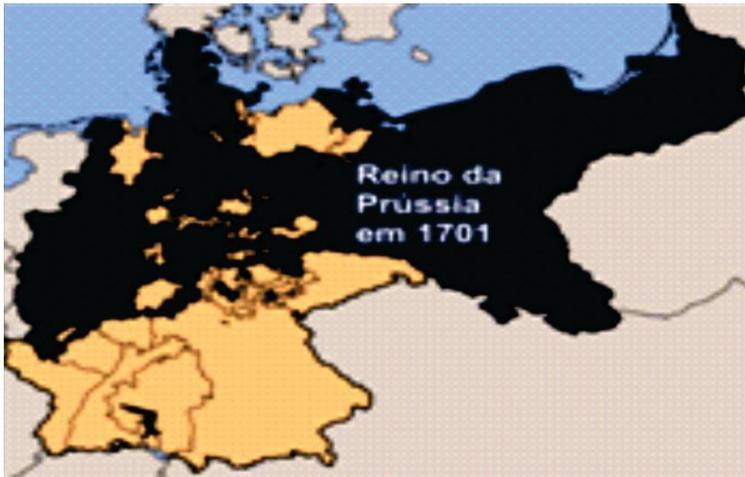


Fonte: Google (2023)

Johan Kestering e *Aleidis Schruender*, meus heptavós paternos, tiveram seis filhos: *Johan Heinrich*, nascido no dia 26 de dezembro de 1683; *Margaretha Elisabeth*, nascida no dia 1º de agosto de 1686; *Johan Wilhelm*, nascido no dia 1º de fevereiro de 1691; ***Theodor Wilhelm*, meu hexavô, nascido no dia 8 de janeiro de 1695;** *Maria Elisabeth*, nascida no dia 13 de outubro de 1697 e *Maria Cornélia*, nascida no dia 15 de dezembro de 1701.

Em 18 de janeiro de 1701, quando *Johan Kestering* tinha 53 anos de idade, com a permissão do Sacro Imperador Romano Leopoldo I da Germânia, a Prússia tornou-se reino e Frederico I coroou-se seu primeiro rei. (Fig. 16).

Figura 16 – Reino da Prússia em 1701



Fonte: Opera Mundi (2011 *apud* Kestering, 2018, p. 46)

A grande importância que se deve dar a Frederico I da Prússia é justamente sua empreitada em elevar o status da Prússia de um mero margraviado a um reino que, nas mãos de seu neto, tornou-se no século XVIII um dos mais poderosos da Europa. Foram suas investidas diplomáticas na Casa dos Habsburgo que permitiram tal façanha. Através de um acordo com o

imperador do Sacro Império Romano-Germânico, Frederico III (seu nome antes de ser rei) apoiava incondicional e militarmente a defesa dos interesses do império na sucessão do trono espanhol. Em troca disso, o imperador concedia a Frederico o título de rei na Prússia (importante: não rei *da* Prússia). (FEOLA, 2016).

Apesar de viver a menos de 200 km de distância do revolucionário pensador Baruch, a defender ideias claras sobre a existência de Deus imanente, meu heptavô *Johan* não se deixou influenciar por elas. Sua identidade religiosa continuou visceralmente ligada à Cristandade Romano-germânica, implantada por Leão III e Carlos Magno, no ano 800 da Era Cristã, e reforçada pela Contra-reforma a fazer frontal oposição à Cristandade protestante, mercantilista e capitalista, proposta por Lutero e Calvino. Naquela época, salvo raríssimas exceções, era unísono o coro dos crentes da divindade heleno-judaica, elitista e etnocêntrica, acima de todos, tanto nas terras do Velho Mundo quanto nas do continente americano, independentemente de ser-se católico, luterano, calvinista ou judeu.

Os senhores do Mahamad fazem saber a vossas mercês, como há dias que, tendo notícia das más opiniões de Baruch de Spinoza, procuraram por diferentes caminhos e promessas retirá-lo de seus maus caminhos e que, não podendo remediá-lo, antes, pelo contrário, tendo a cada dia maiores notícias das horrendas heresias que praticava e ensinava, e das enormes obras que praticava, tendo disso muitas testemunhas fidedignas que depuseram e testemunharam tudo em presença do dito Spinoza, de que ficou convencido, o qual tendo tudo examinado em presença dos Senhores Hahamín, deliberaram com o seu parecer que o dito Spinoza seja excomungado e apartado de toda nação de Israel como atualmente o põe em herém, com o Herém seguinte:
Com a sentença dos Anjos, com dito dos Santos, com o consentimento do Deus Bendito e o consentimento de todo este Kahal Kados, diante dos Santos Sepharin, estes, com

seiscentos e treze parceiros que estão escritos neles, nós excomungamos, apartamos, amaldiçoamos e praguejamos a Baruch de Spinoza, como o herém que excomungou Josué a Jericó, com a maldição que maldisse Elias aos moços, e com todas as maldições que estão escritas na Lei. Maldito seja de dia e maldito seja de noite, maldito seja em seu deitar e maldito seja em seu levantar, maldito ele em seu sair e maldito ele em seu entrar. Não queira Adonai perdoar a ele, que então semeie o furor de Adonai e seu zelo neste homem e caia nele todas as maldições escritas no livro desta Lei. E vós, os apegados com Adonai, vosso Deus, sejais atento todos vós hoje. Advertindo que ninguém lhe pode falar oralmente nem por escrito, nem lhe fazer nenhum favor, nem estar com ele debaixo do mesmo teto, nem junto com ele a menos de quatro côvados (três palmos, isto é, 0,66m cúbito), nem ler papel algum feito ou escrito por ele. (COMUNIDADE JUDAICA PORTUGUESA DE AMSTERDÃ, 1656).

2.2.3 Theodor Wilhelm, meu Hexavô

Theodor Wilhelm Kesting, meu hexavô paterno, casou-se duas vezes. Sua primeira esposa chamava-se *Elisabeth Nattmann*, nascida em 24 de fevereiro de 1683. Com ela celebrou núpcias no dia 12 de janeiro de 1724 e teve um filho que se chamava *Johan Hermann*. Este nasceu no dia 27 de outubro de 1724. Sua segunda esposa chamava-se Ana *Margaretha Buescher*, nascida em 8 de janeiro de 1695. Casou-se com ela no dia 24 de novembro de 1728. O casal teve três filhos, quais eram: *Anna Catharina Elisabeth*, nascida no dia 8 de novembro de 1736; *Anna Catharina*, nascida no dia 28 de novembro de 1738 e ***Johan Bernhard*, meu pentavô, nascido no dia 2 de fevereiro de 1743.**

Em 1736, quando *Theodor Wilhelm* tinha 41 anos de idade, juntou-se ao jardim do convento de *Münster* uma área de terra que pertencera a um membro de nossa família.

Em 1736, *Joh. Elpers* deu ao mosteiro um jardim em frente ao Portão da catedral de *Schöppingen*, que havia sido comprado da falida propriedade de *Kesting*⁷. (DARPE, 1914, p. 195).

Quando vivia meu hexavô *Theodor Wilhelm*, no ocaso do Século XVII e ao amanhecer o Século XVIII, gestavam-se na França e disseminavam-se em toda Europa, as ideias e os ideais iluministas. Buscavam-se radicais mudanças políticas, econômicas e sociais, pelo abandono do pensamento religioso da Cristandade Absolutista, com o conseqüente e imprescindível uso da razão, como única forma (método) de acessar e disseminar conhecimentos válidos e úteis, sobre o mundo e tudo que nele existe, inclusive Deus.

Com o intuito de acelerar o progresso da humanidade, grandes pensadores, de diversas áreas, fizeram parte dessa corrente intelectual em busca de mudanças radicais. Destacaram-se: o filósofo racionalista René Descartes (1596 – 1650); o filósofo Voltaire (1694 - 1778); o filósofo, escritor e enciclopedista Denis Diderot (1713 – 1784); o filósofo social e economista Adam Smith (1723 – 1790); o filósofo, escritor e teórico político Charles-Louis de Montesquieu (1689 – 1755) e o filósofo contratualista suíço Jean-Jacques Rousseau (1712 - 1778).

Na Prússia e, conseqüentemente, em *Metelen* onde vivia meu hexavô *Theodor Wilhelm*, o imperador Frederico II apropriou-se dos princípios iluministas para ajustar a estrutura política absolutista vigente, às demandas de inovação exigidas pela burguesia. Implantou, assim, o Despotismo Esclarecido como regime de governo.

Na Prússia, o rei Frederico II (1740 – 1786) foi fortemente influenciado pelos ensinamentos de Voltaire. Durante seu

⁷ 1736 trat *Joh. Elpers* dem Kloster einen Garten vor dem Münstertore zu *Schöppingen* ab, der aus der Konkursmasse **Kesting** gekauft war. (DARPE, 1914, p. 195).

reinado, os castigos físicos foram banidos e as leis sofreram reformas. A educação básica tornou-se obrigatória e todos os cultos religiosos foram permitidos. Em contrapartida, as tradições feudais e a irrevogabilidade do poder monárquico foram preservadas. Além disso, contrariando os princípios liberais do iluminismo, adotou medidas econômicas de natureza protecionista. (SOUSA, 2023).

Em Portugal, o déspota esclarecido Dom José I (1750 - 1777) promoveu uma radical reforma educacional, modernizou as organizações militares, incentivou o desenvolvimento manufatureiro e reconstruiu a cidade de Lisboa, destruída pelo terremoto de 1755. (Fig. 17).

Figura 17 - Terremoto de Portugal, em 1755



Fonte: Pintura de João Glama (1708-1792 in BBC NewsBrasil 2022)

[Com o auxílio do Marquês de Pombal], sua ação administrativa também teve reflexos na relação colonial com o Brasil. Ele foi responsável pela expulsão dos jesuítas, que apresentavam uma ameaça à supremacia política da Coroa em terras brasileiras. Além disso, proibiu a escravidão indígena com o objetivo de ampliar os lucros obtidos com o tráfico

negreiro. No campo da administração da colônia, Pombal extinguiu o sistema de capitanias hereditárias que foram incorporadas aos domínios das capitanias da Coroa. (SOUSA, 2023).

2.2.4 Johan Bernhard, meu Pentavô

Johan Bernhard Kesting, meu pentavô paterno, casou-se três vezes. Sua primeira esposa chamava-se *Margareth Hilbus*, nascida no dia 22 de agosto de 1748 e falecida no dia 29 de outubro de 1784. Com ela casou-se no dia 7 de novembro de 1769 e teve uma filha, *Maria Catharina Elisabeth*, nascida no dia 9 de novembro de 1770. Sua segunda esposa chamava-se *Anna Maria Aamann*, nascida em 1757 e falecida no dia 11 de março de 1786. Com ela casou-se no dia 26 de abril de 1785 e teve um filho, *Bernhard Heinrich Anton*, nascido no dia 16 de fevereiro de 1786. Sua terceira esposa, minha pentavó, chamava-se *Anna Catharina Hoppmann*, nascida em 1758 e falecida no dia 11 de abril de 1835. Com ela casou-se no dia 28 de novembro de 1786 e teve um filho, ***Gerd Heinrich Anton*, meu tetravô, nascido no dia 17 de maio de 1788 e falecido em 1837.**

Meu pentavô tinha 46 anos de idade quando, no dia 17 de junho de 1789, iniciou-se a Revolução Francesa e 56 anos quando, em 1799 ela terminou. Esse movimento revolucionário impulsionado pela burguesia francesa contou com a participação dos camponeses e massas urbanas que viviam em miséria. Esclarece-se que, enquanto na Inglaterra iniciava-se a revolução industrial, na França, sob o comando do rei absolutista Luís XVI, prevalecia o sistema agrário feudal.

Interessada em desenvolver a indústria no país e influenciada pelas ideias iluministas de Voltaire, Montesquieu, Rousseau, Diderot e Adam Smith, a burguesia entendia necessário

implantar o liberalismo econômico, para destruir as barreiras que restringiam a liberdade de comércio internacional. Para que fosse ouvida e respeitada, exigia a garantia de direitos políticos porque, isentos o clero e a nobreza de pagarem impostos, era ela quem sustentava o Estado. Napoleão Bonaparte consolidou o movimento revolucionário. Restaurou a paz em território francês, com a instauração do Consulado e, pelo artifício da guerra, disseminou seus ideais por toda Europa. (Fig. 18).

Figura 18 – Napoleão Bonaparte



Fonte: Bezerra (2018)

Em dez anos, de 1789 a 1799, a França passou por profundas modificações políticas, sociais e econômicas. A aristocracia do antigo regime perdeu seus privilégios, libertando os camponeses dos antigos laços que os prendiam aos nobres e ao clero. Desapareceram as amarras feudais que limitavam as atividades da burguesia, e criou-se um mercado de dimensão nacional. A Revolução Francesa foi a alavanca que levou a França do estágio feudal para o capitalista e mostrou que a população era capaz de condenar um rei. Igualmente, instalou

a separação de poderes e a Constituição, uma herança deixada para várias nações do mundo. Em 1799, a alta burguesia aliou-se ao general Napoleão Bonaparte, que foi convidado a fazer parte do governo. Sua missão era recuperar a ordem e a estabilidade do país, proteger a riqueza da burguesia e salvá-los das manifestações populares. (BEZERRA, 2018).

Em 1802, no final das guerras napoleônicas contra o sistema monárquico dos países europeus, representado principalmente pelo Sacro Império Romano-germânico, fez-se uma lista de 18 benfeitores entre os quais havia um membro da família Kesting, no arquivo do gabinete do reitor da abadia de *Borghorst*. Não se descarta a possibilidade de que *Johan Bernhard* tenha sido o mencionado benfeitor dessa abadia, hoje em ruínas. Em 18 benfeitores [as 18 pessoas que tinham direito à renda eram a abadessa, 14 freiras (incluindo a reitora e a sacristã) e os 3 cânones].” (DARPE, 1914, p. 126).⁸

A difusão e implantação das ideias e ideais iluministas que na Europa a classe burguesa conseguiu pelos amargos frutos das guerras napoleônicas, no Brasil, vários membros da classe alta que haviam estudado em universidades do Velho Mundo tentaram fazer.

No caso do Brasil, o iluminismo serviu de base para os movimentos contra o colonialismo português, entre eles: a Inconfidência Mineira de 1789, a Conjuração Fluminense de 1794, a Revolta dos Alfaiates de 1798, na Bahia, e a Revolução Pernambucana de 1817. As ideias iluministas foram decisivas para a Independência do Brasil, proclamada em 1822. (ALIANÇA FRANCESA, 2022).

⁸ (...) ins 18 personen-gut [Die 18 Personen, denen die Einkünfte zustanden, waren die Äbtissin, die 14 Stiftsfräuleins (einschliesslich Pröpstin u. Küsterin) u. die 3 Kanoniker]. (DARPE, 1914, p. 126).

2.2.5 Gerd Heinrich Anton, meu Tetravô

Gerd Heinrich Anton Kesting, meu tetravô paterno, casou-se com *Anna Catharina Elisabeth Renger*, nascida em 1778 e falecida em 1837. Eles tiveram dois filhos. Ambos nasceram em Metelen e migraram para o Brasil. São eles: ***Bernhard Heinrich Anton***, meu trisavô, nascido no dia 28 de junho de 1810 e *Anna Cristina Franziska*, no dia 5 de maio de 1816, logo depois que as tropas napoleônicas haviam dissolvido o Sacro Império Romano-Germânico, em 1806. (Fig. 19). *Anna Christina Franziska*, casou-se com *Johann Bernhard Anton Schmöller* e chegou ao Brasil em 1855 ou 1856, quando o Governo Imperial ainda não havia fundado a Colônia de Teresópolis. Anos mais tarde, esse casal fixou residência em São Ludgero onde deu origem ao grande clã Schmöller.

Figura 19 - Bandeira do Sacro Império Romano-Germânico



Fonte: Sousa (2018 *apud* Kesting, 2018, p. 49)

2.2.6 Bernhard Heinrich Anton, meu Trisavô

No dia 18 de outubro de 1836, *Bernhard Heinrich Anton Kesting*, meu trisavô paterno, casou-se com *Anna*

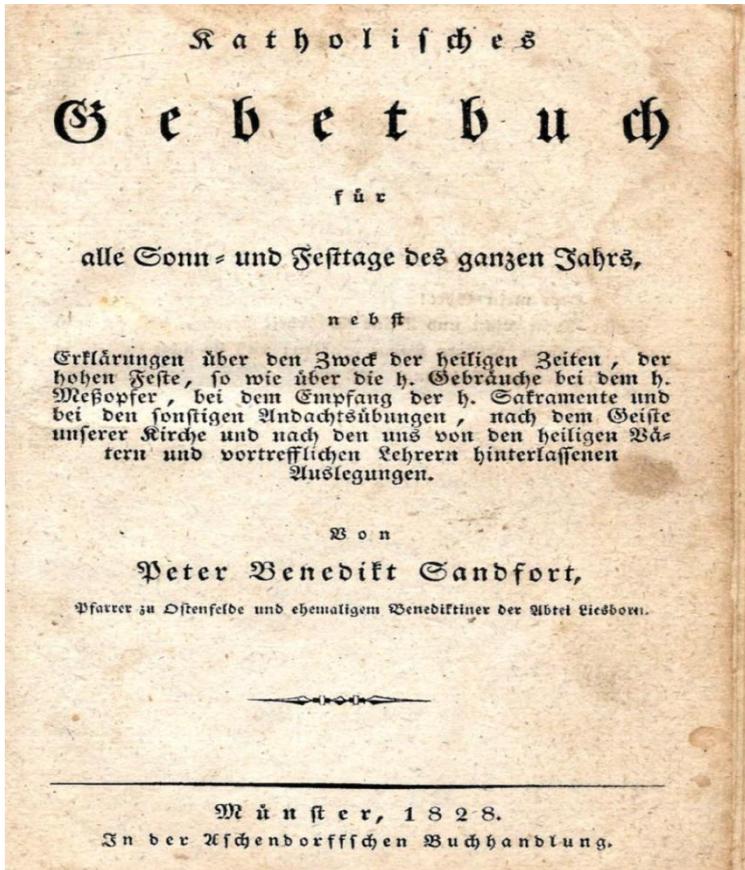
Figura 21 - *Johan Bernhard Anton Kesting*



Fonte: Acervo do autor (1984)

Bernhard Heinrich Anton chegou ao Brasil em 1862, ano em que D. Pedro II completava 21 anos de imperador. (Fig. 22 e 23). Ele tinha 52 anos de idade e sua esposa 48 quando, ao chegar à nova pátria registrou-se como **Henrique Antônio Kestring**. *Elise Franziska*, sua filha mais velha, tinha então 24 anos; *Anna Gertraud*, 21; *Clara Elisabeth*, 18; *Anton Brasilius*, meu bisavô, 15; *Franz Heinrich Hermann*, 12; *Anna Maria Elisabeth*, quatro anos e oito meses e *Catharina*, estima-se que não tivesse mais que três anos de idade.

Figura 22 - Livro que meu trisavô trazia na bagagem, em 1862⁹



Fonte: Acervo do autor (2023)

⁹ Livro de orações católicas para todos os domingos e festas do ano, com explicações sobre as orações sagradas para as grandes festas, bem como sobre os sacramentos e demais exercícios de devoção, segundo o espírito de nossa Igreja e os ensinamentos que nos deixaram os santos padres e excelentes mestres.

De Pedro Benedito Ganbfort, padre de Ostenferde, ex-beneditino de Ubert Piesborn.

Munster, 1828.

Na Livraria Usschendorf

Figura 23 - Livro que meu trisavô trazia na bagagem, em 1862¹⁰



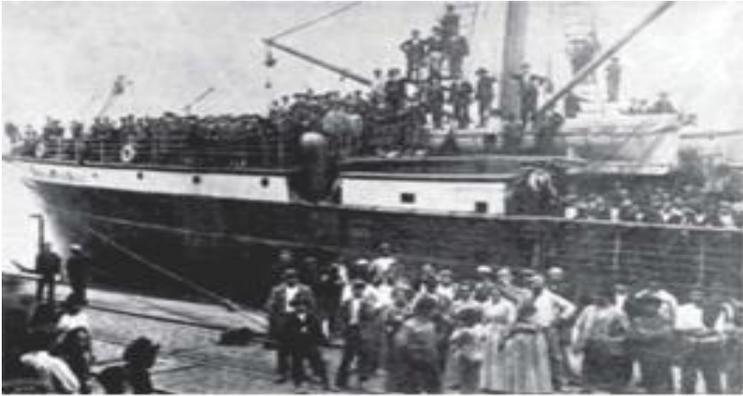
Fonte: Acervo do autor (2023)

¹⁰ Vá com Deus!
Um livro completo de orações católicas.
Terceiro grau.
Com uma marca forte.
Com aprovação episcopal.
Münster, (...)
1854.

2.2.7 Por que Henrique Antônio Migrou?

Bernhard Heinrich Anton Kestring, meu trisavô paterno, migrou para o Brasil porque a terra que recebera como herança de seus pais não era suficiente para extrair dela o sustento de sua família. Essa era, aliás, a razão maior da migração de muitos alemães, desde antes mesmo da independência do Brasil, e se manteve relativamente constante até a década de 1960. O entendimento dessa migração encontra-se, de um lado, nas transformações sócio-político-econômicas por que passava a Alemanha e, do outro, nas excepcionais condições que favoreciam a migração. Assim, entre 1824 e 1972, cerca de 260.000 alemães entraram no Brasil. (Fig. 24).

Figura 24 – Migração alemã para o Brasil



Fonte: Petrin (2017 *apud* Kesting, 2019b, p. 291)

Desde os tempos de Carlos Magno, o termo “alemão”, que originalmente só se aplicava ao idioma, já não é mais um termo com referência e conotação político-administrativa. Em tal sentido, consideram-se alemães os imigrantes que falavam a língua alemã, através dos conceitos decorrentes do *jus sanguinis*: direito pelo sangue, direito pela herança. Por este

conceito classifica-se como “alemão” todo aquele que faz uso das especificidades decorrentes do *jus sanguinis*, independente do País/Estado onde tenha nascido. Provinham dos Estados do Reich, incluindo a Alsácia-Lorena, Luxemburgo, Suíça, Áustria, Hungria, Romênia, Polônia, Rússia e suas Províncias Bálticas e das regiões que passaram a integrar o Império Austro-Húngaro e imediações. Dessa forma “a nacionalidade configura uma condição humana desvinculada da condição de cidadania”. Se a nacionalidade – que pode ser denominada de *Volkstum* ou etnicidade – é um atributo cultural decorrente do povo, a cidadania decorre das prerrogativas do Estado enquanto unidade político-administrativa autônoma e soberana.

A maioria dos imigrantes de língua alemã instalados no Brasil era originária da Confederação dos Estados Alemães, cuja instituição política tinha atribuições muito limitadas; dispunha-se apenas a decidir sobre os problemas comuns aos Estados que o compunham cabendo a eles a execução das resoluções tomadas pelo poder central, denominado *Bundestag*. Diante deste complexo mosaico político-administrativo-cultural, os imigrantes originários dos Estados Alemães até 1870, e depois do Reich e do Império Austro-Húngaro eram denominados, no Brasil, “alemães”. As autoridades constituídas usualmente classificavam os imigrantes de acordo com sua procedência, de conformidade com o Estado que lhe fornecia o passaporte ou, ainda, de acordo com o Estado ao qual pertencia o indivíduo ao nascer. (...)

Nas listas elaboradas pelas autoridades brasileiras, os imigrantes eram classificados pelo respectivo “lugar de nascimento” ou pela “naturalidade”. No primeiro item consta a aldeia/cidade de nascimento como, por exemplo, Assbeck, Maukhausen, Höhscheid, Solingen, Südlohn, Mühlheim etc.; no segundo item consta o estado/reino/ducado/país ou similar onde o imigrante nasceu: Prússia, Holanda, Luxemburgo, Baden, Oldemburgo, Bélgica, Baviera, Suíça, Vestfália, Saxônia etc.. (GERTZ, 1994; RAMBO, 1994; WEIMER, 1983; DIÉGUES JÚNIOR, 1980 *apud* JOCHEM, 2002, p. 18-19).

2.2.8 Henrique Antônio em Teresópolis

O governo germânico criava incentivos para que os alemães se estabelecessem em outras terras. Em algumas situações, ele chegava a contratar administradores e profissionais liberais para a formação de colônias. Com o surgimento da máquina a vapor e a evolução dos meios de transportes marítimos, houve também uma maior procura pela migração, pois a travessia do Oceano Atlântico estava com suas dificuldades parcialmente resolvidas. Henrique Antônio chegou ao Brasil com quase nada além de sua tradição cultural, disposição e força para o trabalho. Como os outros colonos alemães, com incentivo do governo, ele conquistou uma pequena propriedade e algumas cabeças de gado onde e com que se manteve por conta própria.

Não se sabe ainda o nome do porto e a data em que *Bernhard Heinrich Anton* saiu da Alemanha com sua família. Sabe-se que chegou ao porto do Rio de Janeiro no dia 26 de julho de 1862. De lá prosseguiu viagem até o porto da Ilha de Nossa Senhora do Desterro onde desembarcou e encaminhou-se para o núcleo de colonização de Teresópolis, próximo ao atual município de São Bonifácio. (Fig. 25).

Figura 25 – Colônia alemã de Teresópolis



Fonte: Mattos (1917 *apud* Kesting, 2019b, p. 295)

A Colônia de Teresópolis havia sido fundada pelo Governo Imperial no dia 3 de julho de 1860, para assentar imigrantes provenientes da *Renânia* e *Westfalia*, transportados pela companhia *Steinmann*. (JOCHEM, 2002).

Ainda debilitados da grande travessia marítima e da maratona por picadas na mata virgem, os imigrantes westfalianos, que mais tarde colonizariam o Vale do Braço do Norte, foram instalados na linha colonial Rio Salto, na ex-colônia de Teresópolis, e que hoje é uma comunidade pertencente ao município de Águas Mornas, próximo ao município de Santo Amaro, onde as terras eram totalmente montanhosas, uma verdadeira serra, pode-se dizer, não apropriadas para agricultura e ainda, totalmente, cobertas por florestas. (BUSS, 2007, p. 17).

2.2.9 Henrique Antônio em Mãe Luzia

Embora tenham nascido na Alemanha, consideram-se Henrique Antônio e sua esposa Anna Margaretha Elisabeth Morremann como a primeira geração da família no Brasil. Com seus filhos, na nova pátria, eles enfrentaram muitas dificuldades que a vida e a conjuntura política e administrativa do imperador Pedro II lhes reservaram. Os problemas agigantavam-se pelo relevo extremamente montanhoso e pela infertilidade da terra que compraram.

Devido à baixa fertilidade do solo da colônia e ao seu relevo excessivamente montanhoso e, portanto, impróprio para a agricultura, a produção da colônia, em 1863, consistia exclusivamente de batatas, milho e feijão. A cana-de-açúcar, o algodão e o café, devido às circunstâncias climáticas, não se adaptaram. Por esses motivos o Presidente da Província de Santa Catarina, Pedro Leitão da Cunha, diz não ter sido acertada a escolha da região de Teresópolis para o

estabelecimento da colônia. (JOCHEM, 2015 *apud* KESTERING, 2018, p. 55).

Além disso, eles amargaram completo abandono a que a família imperial submeteu os colonos assentados às margens do Rio Salto, atual município de Águas Mornas¹¹. Henrique Antônio viu-se, por isso, forçado a migrar, com seus filhos, para um terreno de várzea que comprou em Santa Luzia (Mãe Luzia), junto à atual cidade de Criciúma.

[Henrique Antônio] não se acostumou com o terreno íngreme [de Teresópolis] e mudou-se para Criciúma. Fixou residência em terreno de várzea, próximo à capela de Santa Luzia (também denominada Mãe Luzia) distante seis quilômetros da cidade de Criciúma. (KESTERING, 2008, p. 6).

2.2.10 Henrique Antônio em São Ludgero

Anos mais tarde, uma grande enchente alagou Mãe Luzia. Antônio Henrique mudou-se, então, para São Ludgero onde se estabelecera um grupo de westfalianos, também desiludido com as terras de Teresópolis. Em Santa Luzia ficou o sétimo filho Franz Heinrich Hermann (Germano Kesting), casado com Elisabeth Schlickmann. Até hoje, vivem lá seus sucessores. “Em São Ludgero, Henrique Antônio Kesting adquiriu um terreno rural na estrada (sic) do Morro do Cruzeiro, a 3 km da cidade”. (KESTERING, 2008, p. 6).

Em São Ludgero, havia já um núcleo de colonizadores alemães que, em 1873, pegaram suas ferramentas (machados, foices, picaretas, facões, serrotes e serras) e partiram para o Vale do Braço do Norte. Eles desceram pelo Rio Cubatão,

¹¹ “Os primeiros colonizadores, 40 famílias alemães, chegaram à colônia em 1860, e logo foram seguidos por outras expedições, sendo que, no ano seguinte, a localidade já contava com 622 habitantes.” (IBGE, 2022).

passando por lugares que hoje são cidades. Transpuseram São Bonifácio, São Martinho e Gravatal, para chegarem à atual cidade de Tubarão. De lá subiram o rio até a Barra do Braço do Norte. (BÖGER, 2017, p. 16).

Em São Ludgero, um dos primeiros atos sociais desses imigrantes foi a celebração de uma missa. Como não havia, ainda, qualquer estrutura religiosa que fosse, como igreja, capela, casa ou galpão, padre Wilhelm Roher celebrou-a à sombra de uma grande figueira. (Fig. 26).

Figura 26 - Padre Roher (1873)



Fonte: Buss (2007, p. 21 *apud* Kesteting, 2019b, p. 296)

Nessa celebração litúrgica, utilizou o tempo da homilia para dizer que acreditava no futuro próspero da colônia porque, finalmente, havia-se encontrado terra boa. Lembrou aos imigrantes que estava solidário com eles, na construção da nova vida, mas que, pela imensidão do campo de trabalho, não os acompanharia de perto na direção e estruturação da colônia. Recomendou que se mantivessem fiéis à língua, à religião e aos costumes que haviam trazido da Alemanha.

2.2.11 Os Filhos de Henrique Antônio

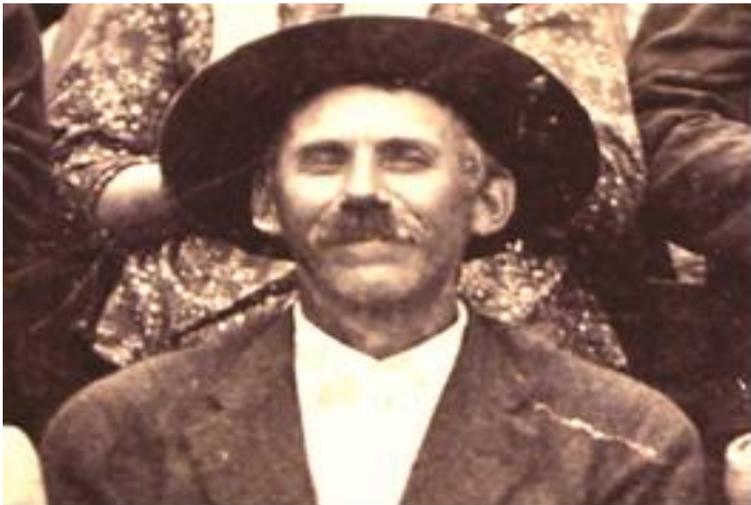
Consideram-se os sete filhos de Henrique Antônio e sua esposa Anna Margareth Elisabeth Morremann, meus trisavós paternos, como a segunda geração da família Kesting no Brasil. Elise Franziska (Ramo 1), nascida em Metelen no dia 13 de março de 1838, casou-se com Teodoro Eberhard, nascido no dia 11 de novembro de 1837. Deles não se têm informações sobre filhos. Anna Gertraud (Ramo 2), nascida em Metelen no dia 25 de maio de 1841 casou-se com José G. Nüremberg, nascido em 16 de fevereiro de 1834. Com ele teve quatro filhos. Clara Elisabeth (Ramo 3), nascida em Metelen no dia 15 de março de 1844, casou-se com Franz Stange, nascido no dia 29 de julho de 1841. Com ele teve três filhos. **Anton Brasilius Kestring, meu bisavô (Ramo 4), nascido em Metelen no dia 14 de julho de 1847,** casou-se com Catharina Sommer, nascida em dia e mês ignotos, do ano 1849. Com ela teve dez filhos. Franz Heinrich Hermann (Ramo 5), nascido em Metelen no dia 15 de junho de de 1850, casou-se com Elisabeth Schlickmann, nascida em data ainda incógnita. Com ela teve oito filhos. Anna Maria Elisabeth (Ramo 6), nascida no dia 28 de novembro de 1857, casou-se com Augusto Stange, nascido no dia 01 de dezembro de 1843. Com ele teve seis filhos. Catharina (Ramo 7), nascida em

Metelen nascida em data ainda incógnita, casou-se com Francisco Stange, nascido no dia 29 de julho de 1841. Deles não se têm informações sobre sucessores. (KESTERING, 2008, p. 7-50).

2.2.12 Os Filhos de Antônio Brasilus

Os filhos de Antônio Brasilus Kestring e Catarina Sommer, meus bisavós paternos, constituem a terceira geração do ramo quatro da família Kesting no Brasil. São eles: Jorge, Jorge, Elisabeth, Catarina Elisabeth, Helena, Henrique, Teodoro, Antônio, Bernardo e **José**, meu avô paterno. (Fig. 27). Não se têm informações sobre casamento e filhos do primogênito Jorge. Presume-se que tenha falecido na infância. O segundo Jorge casou-se com Ana Hobold. Com ela teve quatro filhos.

Figura 27 – Jorge Kesting, filho de Antônio Brasilus



Fonte: Museu da Colonização (2018), adaptado pelo autor

Não se têm informações sobre casamento e filhos de Elisabeth. Catarina Elisabeth casou-se com Henrique Lembeck. Com ele teve onze filhos. Helena casou-se com Clemente Schlickmann. Não se têm informações sobre filhos. Também não se têm informações sobre casamento e filhos de Henrique. Teodoro casou-se com Bárbara Filippus. Com ela teve cinco filhos. Antônio casou-se com Elisabeth Voss. Com ela teve sete filhos. Bernardo casou-se com Gertrudes Seubert. Com ela teve oito filhos. **José Kesting casou-se com Francisca Loch** no dia 9 de novembro de 1901. (Fig. 28).

Figura 28 – Francisca Loch e José Kesting



Fonte: Acervo pessoal de Tabita Böger Kesting (2018)

2.2.13 Os Filhos de José Kesting

Os filhos de José Kesting e Francisca Loch, meus avós paternos, constituem a quarta geração do ramo quatro da família Kesting no Brasil. São eles: Francisca, nascida em data ignorada e falecida ainda criança. Para compensar a

saudade da filha que faleceu, o casal adotou e criou Francisca Loch, nascida no dia 10 de dezembro de 1902 e falecida no dia 14 de abril de 1966; Catarina, nascida no dia 22 de dezembro de 1903 e falecida no dia 20 de outubro de 1977; José, nascido no dia 02 de setembro de 1905 e falecido no dia 1ª de março de 1975; Conrado, nascido no dia 10 de fevereiro de 1907 e falecido no dia 6 de outubro de 1973; Huberto, nascido no dia 30 de outubro de 1908 e falecido no dia 7 de julho de 1977; Maria, nascida no dia 11 de abril de 1910 e falecida no dia 12 de julho de 1993; Clara, nascida no dia 2 de maio de 1912 e falecida no dia 25 de junho de 1991; Ágatha, nascida no dia 5 de fevereiro de 1914 e falecida no dia 6 de janeiro de 2001; Antônio, nascido no dia 10 de dezembro de 1915 e falecido no dia 21 de novembro de 1998; Ana, nascida no dia 19 de agosto de 1917 e falecida no dia 16 de julho de 2002; Paulo, nascido no dia 16 de janeiro de 1920 e falecido no dia 6 de setembro de 1982; Luiz, nascido no dia 18 de junho de 1922 e falecido no dia 21 de junho de 1969; João, nascido no dia 10 de abril de 1925 e falecido no dia 13 de junho de 2013. (Fig. 29).

Francisca Loch casou-se com Henrique Huberto Peters. Com ele teve três filhos. Catarina casou-se com Germano Efftig (viúvo) com quem não teve filhos. José não se casou. Conrado casou-se com Virginia Ghisi. Com ela teve quinze filhos. Huberto casou-se com Cecília Schlickmann. Com ela teve oito filhos. Maria não se casou. (Fig. 30). Clara casou-se com Fernando Daufenbach. Com ele teve seis filhos. Ágatha casou-se com João Brünning. Com ele teve treze filhos. (Fig. 31). Antônio casou-se com Amália Daufenbach. Com ela teve dez filhos. Ana casou-se com Gabriel Wanderlind. Com ele teve oito filhos. Paulo casou-se com Paula Böger. Com ela teve nove filhos. **Luiz Kestring**, meu pai **casou-se com Tabita Böger**, minha mãe, no dia 2 de setembro de 1949. Com ela teve onze filhos. (Fig. 32). João não se casou.

Figura 29 - Família de José Kesting e Francisca Loch



Fonte: Acervo pessoal de Tabita Böger Kesting (2018)

Figura 30 – Os irmãos José e Maria Kesting não casaram



Fonte: Acervo pessoal do autor (2018)

Figura 31 – Agatha e João Brüning, com 11 filhos



Fonte: Museu da Colonização (2018)

Figura 32 - Tabita Böger e Luiz Kestring



Fonte: Acervo pessoal de Tabita Böger Kestering (2018)

Durante o mandato de Venceslau Brás (1914 a 1918), o Brasil participou da I Guerra mundial. Mandaram-se soldados para lutarem contra a Alemanha. Com base na Lei de Guerra, nesse período, o governo brasileiro proibiu publicações em

língua alemã no Brasil, com drásticas consequências para as escolas e famílias da região sul onde se concentrava a imigração teutônica.

Observa-se que os filhos de José Kesting e Francisca Loch nasceram todos no período de 1902 a 1925 quando era vigente a República Velha, também conhecida como República do Café com Leite. Nesse período, movida por interesses políticos e econômicos, as elites cafejeiras paulista e mineira revezavam-se na presidência da República. Desprestigiada a região sul, os imigrantes alemães amargaram abandono do poder central cuja sede era o Rio de Janeiro.

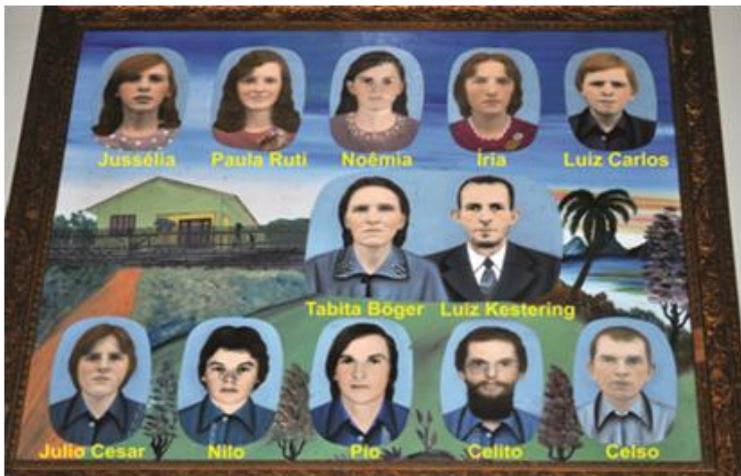
A partir daí, as agressões e manifestações de repúdio aos descendentes germânicos (quaisquer que fossem) se ampliam, passando os teuto-brasileiros a serem considerados como inimigos e estrangeiros. A divulgação do mito do “perigo alemão” adquire um espaço cada vez mais destacado na imprensa de língua portuguesa: o “fantasma” da anexação do sul no caso da derrota dos aliados instiga a indignação dos mais diversos segmentos sociais, que passam da aversão ao ódio pela figura do alemão, enxergando nele, uma inclinação hereditária à agressividade. Estas imagens favorecem uma onda de quebra-quebras, comícios e empastelamentos de jornais, atos oriundos, notem bem, da sociedade civil, e não do Estado, como aqueles que ocorrem na era Vargas. Em 1917, é a sociedade receptora *versus* a comunidade teuta quem entra em guerra; de ambos os lados, uma postura beligerante, como se estivessem residindo na Europa, não no Brasil. (MAGALHÃES, 1994, s. p. *apud* OLIVEIRA, 2012).

2.2.14 Os Filhos de Luiz Kesting

Os filhos de **Luiz Kesting e Tabita Böger** constituem a quinta geração do ramo quatro da família Kesting no Brasil. São

eles: Celso, nascido no dia 11 de julho de 1950; Celito, no dia 20 de abril de 1952; Noêmia, no dia 1º de maio de 1954; Pio, no dia 17 de agosto de 1956; Íria, no dia 19 de agosto de 1958 e falecida no dia 27 de outubro de 2013; **Paula Ruti**, no dia 30 de dezembro de 1959 e falecida no dia 14 de abril de 2012; Nilo, no dia 2 de outubro de 1961; Júlio César, no dia 15 de julho de 1964; Jussélia, no dia 27 de junho de 1966; Cláudia, no dia 24 de abril de 1968 e falecida no dia 21 de novembro do mesmo ano; Luiz Carlos, no dia 12 de agosto de 1969. (Fig. 33).

Figura 33 - Família de Tabita Böger e Luiz Kestring



Fonte: Acervo pessoal de Tabita Böger Kestring (2018)

Observa-se que meus irmãos e eu nascemos no período que se seguiu à II Guerra Mundial quando, na maioria das famílias alemãs do Sul de Santa Catarina, sepultou-se em definitivo o costume de se falar a língua alemã. Em nossa casa, por um bom tempo, continuou-se a rezar apenas o *Rosenkrans* em alemão, à noite.

Lembro-me que, após a ceia, enquanto as mulheres lavavam a louça, acompanhando a reza da cozinha, tio João, à mesa,

puxava às *Gegrussed seist Du Maria, vol der Gnade*¹². Nós, os demais, respondíamos com as *Heilige Maria, Mutter Gottes*¹³. Lembro, perfeitamente, da voz, dos trejeitos e gestos do tio Zeca em oração, a meu lado, ao canto esquerdo da mesa.

Naqueles tempos, durante e após a Guerra, a política nacionalista de Vargas já não era muito amigável com as manifestações culturais dos estrangeiros. A declaração de guerra contra a Alemanha, em 1942, representou um abrupto corte na vida das pessoas que, há décadas, moravam em solo brasileiro.

Foi proibido falar alemão. Sobrou o silêncio para as pessoas que não falassem português. Os alemães passaram a ser chamados de Súditos do Eixo, ou então, Quinta Coluna, a expressão que designava os espiões e sabotadores, mas que era usada para humilhar crianças, jovens, famílias inteiras. (LESSA, 2011).

Impôs-se o silêncio. Bens foram confiscados. A locomoção dentro do país, cerceada e muitas pessoas (não se sabe quantas) retidas em presídios e colônias penais agrícolas.

Todos contam que mesmo nas décadas de 60, 70 e até 80, principalmente o alemão, não se expressava publicamente em alemão. Era algo muito restrito à vida privada. Aquela vergonha, aquele medo de falar alemão durante a Segunda Guerra, deixou uma herança que parece até genética. (KLOCK, 2011 *apud* LESSA, 2011).

A proibição de se ouvir rádio, o impedimento de se cantar e festejar e as restrições de se realizarem rituais religiosos causaram uma grande mágoa. Esse desgosto os alemães mais velhos jamais esquecerão.

A própria polícia política demoliu boa parte das lápides nos cemitérios, que eram principalmente de alemães e italianos.

¹² Ave Maria, cheia de graça.

¹³ Santa Maria, Mãe de Deus.

Fez com que um sofrimento e um abalo muito grande acontecessem sobre essas populações que se ressentem ainda hoje. Guardam a mágoa de sequer poderem fazer seus rituais em sua língua. Ressentem-se por não poderem colocar uma frase em uma lápide. (LESSA, 2011).

2.2.15 Hino da Família Kesting

Letra: Raul Kesting

Música: Henrique Kesting

Neste mundo, Deus plantou muitas sementes,
E um Jardim nasceu, cresceu e se espalhou;
Flores, frutos, animais, lagos, nascentes;
E o homem e a mulher ali deixou.

Refrão:

E a família, então surgiu como celeiro
De amor, vida, justiça, paz e esperança;
Nós também, família Kesting, ligeiro,
Vamos todos ao encontro de alegria, fé e dança.

Na Europa uma semente germinou,
Terra boa alimentou tronco e raiz.
E nos ramos frutos bons o Pai achou;
Na América, ansioso, Ele a quis.

Gente forte, valorosa e confiante,
No trabalho, no lazer e na oração,
Desbravaram esta terra, fiéis, constantes,
Construindo em parceria esta nação.

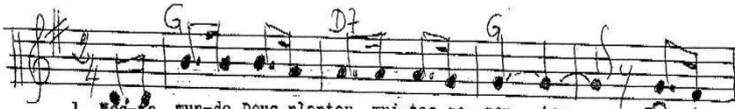
Para a frente, ó família, luz e vida!
Possas firme, o novo tempo atravessar!
Mais milênios, frutos bons, por Deus querida,
Neste mundo, continues a plantar!

Baiões Tatauí

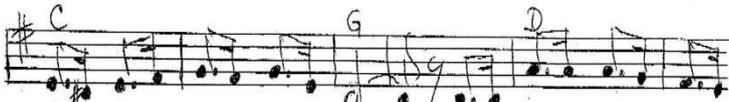
HENRIQUE DA FAMILIA KESTERING

LETRA: RAUL KESTRING

MUSICA: HENRIQUE KESTERING



1. Nes-te mun-do Deus plantou mui-tas se-men - tes, E um jar-
 2. Na Eu-ro-pa u-ma se-men-te ger-mi-nou . . . Terra
 3. Gente for-te, va-lo-ro-sa e con-fi-an-te, No tra-
 4. Para a frente, ó fa-mí-lia, luz e vi-da! Possas,



1. dis nasceu, cresceu e se espa-lhou: Flores, frutos, a-ni-mais, la
 2. boa a-li-men-tou tronco e ra-iz; E nos ra-mos frutos bons o
 3. balho, no la-zer e na o-ra-ção, Desbrava-ram es-ta terra,
 4. firme, o novo tem-po atra-ve-ssar! Mais milênios, frutos bons por



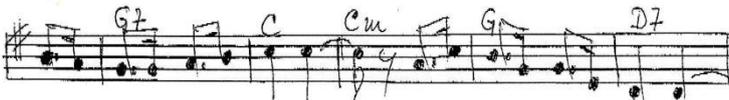
1. gos, nascen-tes; E o homem e a mu-lher a-li-dei-xou!
 2. Pai a-chou; Na A-mé-ri-ca an-si-o-so E-lé a quiz!
 3. fiéis, constantes, Construín-do em par-oe-ri-a esta Na-ção!
 4. Deus que-ri-da, Neste mun-do con-ti-nues a plan-tar!



E A FA-MI-LIA ENTÃO SUR-CIU COMO CE-LEI-RO DE AMOR,



VI-DA, JUSTI-ÇA, PAZ E ES-PE-RAN-ÇA; NOS TAM-BÉM, PA-



MÍLIA KESTE-RING, LI-GEI-RO, VAMOS TO-DOS AO EN-CON-TRO

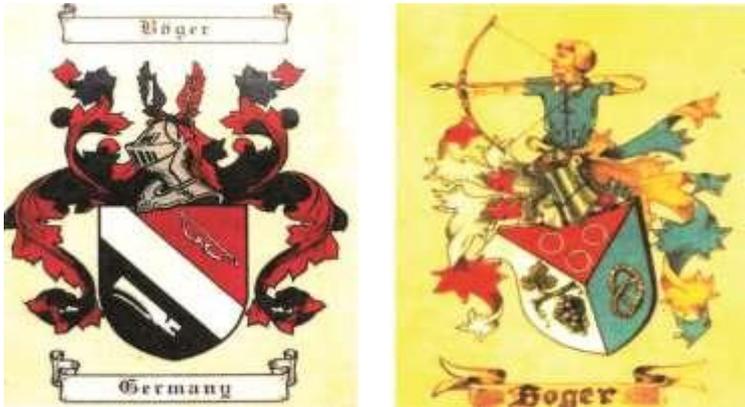


DE ALE-GRI-A, FE E DAN-ÇA!

3 ORIGEM E HISTÓRIA DA FAMÍLIA BÖGER

O sobrenome Böger deriva do ofício de pessoas que, na Idade Média, confeccionavam, vendiam ou utilizavam arcos com maestria, expertise, destreza e/ou profissionalismo. (Fig. 34).

Figura 34 - Brasão da família Böger na Alemanha e USA



Fonte: Böger (2013, p. 10 *apud* Kesting, 2019b, p. 292)

Há diversos registros históricos desse sobrenome ou de suas variantes. Em 1237, Otto Bogener foi registrado como residente em Augsburg. Em 1287 Marquard Gen. Böger estava vivendo em Schwend perto de Laupsheim e um Böger era fazendeiro em Echterbingen, perto de Stuttgart (BÖGER, 2013, p. 11).

3.1 A Família Böger na Alemanha

A família Böger que migrou para o Brasil era originária de Hunsrück, região montanhosa do estado da Renânia - Palatinado, a oeste do Rio Reno, no Sudoeste da Alemanha. (Fig. 35).

Figura 35 – Região de Hunsrück, na Alemanha



Fonte: Espíndola (2017)

Em 1237, a cidade de *Augsburg*, no sul do estado alemão da Baviera, onde vivia *Otto Bogener*, pertencia ao Sacro Império Romano – Germânico. Ela é a segunda cidade mais antiga da Alemanha. Surgiu de um acampamento militar, implantado pelo Imperador Romano Augusto, no ano 15 antes de Cristo. Fazia parte do império estabelecido por Carlos Magno, no ano 800 depois de Cristo e perdurou por toda a Idade Média.

Em 1287, a cidade de Schwend, onde vivia *Marquard Gen. Böger*, era um aglomerado humano do distrito de *Biberach*, na região administrativa de *Tubinga*, estado de *Baden-Württemberg*. Essa cidade localiza-se 20 quilômetros ao sul de *Ulm*. Quando *Marquard Gen. Böger* morava lá, ela ainda pertencia ao Sacro Império Romano – Germânico, sob a dinastia dos *von Habsburg*. (AUGUSTO, 2017 *apud* KESTERING, 2018, p. 70).

Em 1287, a cidade de Echterbingen onde morava um fazendeiro da família Böger, de nome ainda ignoto, pertencia ao distrito de *Esslingen*, região administrativa de *Stuttgart*, estado de *Baden-Württemberg*.

Em 1870, havia membros da família Böger na região de *Münster*, próximo à fronteira com a Holanda. Ali, morava o casal *Johann Wilhelm Böger* e *Anna Maria Sibbing*, meus trisavós maternos. Um de seus filhos, *Heinrich Böger*, nascido no dia 12 de outubro de 1833, ainda solteiro, quando tinha 36 anos de idade migrou para o Brasil, em companhia de seus futuros sogros *Wilhelm Wernke* e *Catharina Böing*.

O motivo principal dessa escolha era, sem dúvida, o convite do Imperador D. Pedro II, que era simpatizante e conhecia bem o povo alemão. De mais a mais, D. Pedro II era casado com Tereza Cristina, imperatriz de origem alemã e que teria destinado terras a preços especiais para colonos alemães na região Sul do Brasil. (BÖGER, 2013, p. 12).

3.2 Heinrich Böger em Teresópolis

Muito embora tenham nascido na Alemanha, consideram-se Heinrich Böger e Anna Margareth Wernke, meus bisavós maternos, como a primeira geração da família Böger no Brasil. Na nova pátria, Henrique e Ana Margareth enfrentaram muitos obstáculos que a vida e a conjuntura política e administrativa reservaram para eles. Essas dificuldades avultavam-se pelo relevo extremamente montanhoso e pela infertilidade da terra que compraram. Em Teresópolis, o casal teve três filhos: Guilherme, José e Gertrudes. (Fig. 36).

Guilherme nasceu no dia 29 de março de 1871; José nasceu no dia 5 de junho de 1872 e **Gertrudes**, no dia 28 de julho de 1874. No final do ano de 1875, Henrique, Margareth e seus três filhos mudaram-se para São Ludgero onde um grupo de alemães, também descontente com as improdutivas pirambeiras de Teresópolis, havia se estabelecido em 1873.

Figura 36 – Gertrudes Böger



Fonte: Böger (2017, p. 234), adaptada pelo autor

3.3 Heinrich Böger em São Ludgero

Henrique e Anna Margareth com seus três filhos mais velhos assentaram-se em um lote de terra que se lhes destinou, na margem direita do Rio Braço do Norte, ao norte da atual cidade de São Ludgero e ao sul da atual cidade de Braço do Norte, no lugar que hoje se conhece como Nova Estrela. (Fig. 37). Nas terras que originalmente eram de Henrique Böger e Ana Margareth Wernke, hoje moram herdeiros de seus netos Matheus e Elias. (Fig. 38).

Em São Ludgero nasceram mais nove filhos do casal migrante. São eles: Ana, Elisabeth, Bernardo, Maria, Germano, Catarina, **Augusto**, Antônio e Antonieta.

Figura 37 – Matheus e Elias Böger



Fonte: Böger (2013, p. 28)

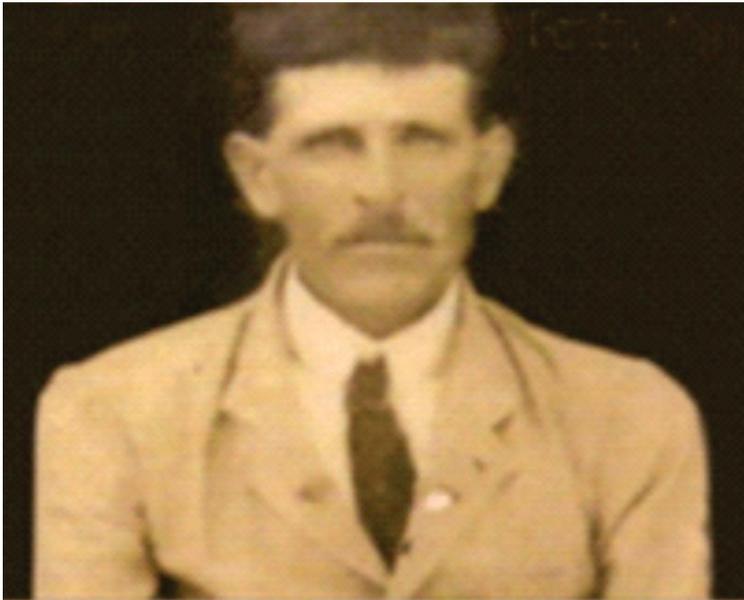
Figura 38 – Bernardo Böger



Fonte: Böger (2017, p. 184)

Augusto, meu avô materno, era um homem forte, com mais ou menos um metro e oitenta centímetros de altura, porte atlético, pernas e braços longos, rosto oval, cabelos castanhos, e barba abundante. Gostava de se vestir bem, caprichar no visual e de usar botas compridas e bigode. (Fig. 39). Lutador incansável, não fugia das dificuldades. (BÖGER, 2013, p. 40).

Figura 39 – Augusto Böger quando tinha 34 anos de idade



Fonte: Böger (2013, p. 36)

Ana nasceu no dia 1º de maio de 1876; Elisabeth, no dia 23 de agosto de 1877; Bernardo, no dia 28 de abril de 1879; Maria, no dia 20 de novembro de 1880; Germano, no dia 8 de julho de 1882; Catarina, no dia 9 de outubro de 1883; **Augusto**, no dia 28 de março de 1886; Antônio, no dia 8 de abril de 1889 e Antonieta, no dia 24 de dezembro de 1890. Henrique Böger morreu com 56 anos de idade, no dia 13 de maio de 1892. Ana Margareth Wernke morreu com 75 anos de idade, no dia 1º de novembro de 1922.

3.3.1 Os Filhos de Heinrich Böger

Guilherme casou-se com Gertrudes Önning com quem teve seis filhos. (Fig. 40). São eles: Bernardo, Antônio Augusto, José, Cecília e Vendolino.

Figura 40 – Gertrudes Önning e Guilherme Böger



Fonte: Böger (2017, p. 22)

José casou-se com Antonieta Lembeck com quem teve oito filhos. São eles: Henrique, Francisco, Nicolau, Ana, Elizabeth, Maria, Geraldo José e João. Gertrudes casou com Henrique Schlickmann com quem teve dois filhos. São eles: Adolfo e Gregório. Ana casou com Bernardo Schlickmann. Elisabeth casou com José Schlickmann. Maria casou com Henrique Böing. Catarina morreu solteira. Germano casou com Ana Schmöller com quem teve três filhos. (Fig. 41). São eles: Maria (adotiva), Nicodemos e Manoel.

Com a morte de Ana, Germano casou com Catarina Wiemmes. Não teve filhos com ela. Bernardo casou com Maria Wanderlind com quem teve seis filhos: Gustavo, Avelino,

Huberto, Ana, Helena e Josefina. Com a morte de Maria, casou com Helena Nürnberg com quem não teve filhos. **Augusto casou com Paula Becker** no dia 25 de abril de 1914. (Fig. 42).

Figura 41 – Germano Böger e Ana Schmöller



Fonte: Böger (2013, p. 24)

Figura 42 – Paula Becker e Augusto Böger



Fonte: Família Böger (2018)

Antônio casou-se com Catarina Wanderlind com quem teve doze filhos. (Fig. 43). São Eles: Daniel, Santos, Severiano, Cristina, Terezinha, Verônica, Maria, Paulo, Rosalina, Gregório, Matheus e Elias. Antonieta casou-se com Hugo Wanderlind com quem teve cinco filhos. (Fig. 44). São eles: José, Gabriel, Alfredo, Cecília e Ana. (Fig. 45).

Figura 43 – Antônio Böger e Catarina Wanderlind



Fonte: Böger (2017, p. 207)

Figura 44 – Antonieta Böger e Hugo Wanderlind



Fonte: Böger (2017, p. 171)

Figura 45 – Ana, Alfredo e Cecília Wanderlind



Fonte: Acervo pessoal de Miguel Wanderlind (2018)

3.3.2 Os filhos de Augusto Böger

Augusto casou-se com Paula Becker no dia 25 de abril de 1914. Paula Becker nasceu no dia 8 de agosto de 1895. Eles tiveram onze filhos. São eles: Augustinho, nascido no dia 13 de abril de 1915; Verônica, no dia 22 de janeiro de 1917; Rodolfo, no dia 31 de março de 1919; Marta, no dia 22 de março de 1921. (Fig. 46 a 50).

Figura 46 - Augusto e Paula com os filhos mais velhos



Fonte: Família Böger (2018)

Figura 47 – Augustinho no Exército Brasileiro, em Curitiba



Fonte: Böger (2013, p. 50), modificada pelo autor

Figura 48 – Verônica Böger, nonagenária



Fonte: Böger (2013, p. 61), adaptada pelo autor

Figura 49 – Rodolfo Böger, nonagenário



Fonte: Böger (2017, p. 132), adaptada pelo autor

Figura 50 – Marta Böger, octogenária



Fonte: Acervo pessoal de Tabita Böger Kesting (2018)

Juliana, nascida no dia 26 de fevereiro de 1923; Êrica, no dia 26 de dezembro de 1924; Paula, no dia 12 de outubro de 1926; Álvaro, no dia 16 de outubro de 1928; **Tabita**, no dia 30 de agosto de 1930; Lauro, no dia 4 de setembro de 1935 e Lúcia, no dia 11 de junho de 1937. (Fig. 51 a 57).

Figura 51 – Juliana Böger, nonagenária



Fonte: Böger (2013, p. 74), adaptada pelo autor

Figura 52 – Érica Böger



Fonte: Böger (2013, p. 75), adaptada pelo autor

Figura 53 - Paula Böger, nonagenária



Fonte: Acervo pessoal do autor (2012)

Figura 54 – Álvaro Böger



Fonte: Böger (2017, p. 140), adaptada pelo autor

Figura 55 - Tabita Böger, aos 16 anos de idade



Fonte: Acervo pessoal do autor (2018)

Figura 56 – Lauro Böger octogenário



Fonte: Böger (2017, p. 138), adaptada pelo autor

Figura 57 – Lúcia Böger, octogenária



Fonte: Acervo pessoal do autor (2018)

Augustinho casou-se com Lúcia Lembeck com quem teve doze filhos. (Fig. 58). São Eles: Blandina, Hilda, Justina, Celestino, Breno, Getúlio, Hercílio, Ervino, Albertina, Erna, Jaime e Edite.

Figura 58 – Augustinho, Lúcia e os filhos mais velhos, em 1951



Fonte: Böger (2013, p. 119)

Verônica casou-se com Germano Daufenbach com quem teve onze filhos (Fig. 59). São eles: Augustinho, Bruno, Benito, Marino, Vilson, Marta, Raulino, Maria de Lourdes, José, Marlene e Bernardo.

Figura 59 – Verônica Böger e Germano Daufenbach



Fonte: Acervo pessoal do autor (2018)

Rodolfo casou-se com Margarida Bonetti com quem teve sete filhos. (Fig. 60). São eles: Celito, Ronei, Augusto, Marli, Maria Corina, Albertina e Carmem. Marta casou-se com Paulo Daufenbach com quem teve seis filhos. São eles: Ema, Tecla, Ivone, Lourivaldo, Nilo e Flávio. Juliana casou-se com Reinhardt Neumann com quem teve cinco filhos. (Fig. 61). São eles: Ingo Augusto, Ema Úrsula, Egon Arno, Norberto e Rolânia (adotiva).

Figura 60– Rodolfo Böger e Margarida Bonetti



Fonte: Família Böger (2018)

Figura 61 – Juliana e Reinhardt na década de 1940



Fonte: Böger (2013, p. 65)

Êrica casou-se com Martinho Wessler com quem teve onze filhos. São eles: Ervino, Ingue, Alaíde, Ramiro, Adelaide, Ingo, Norma, Margarete, Rute, Aldo e Clésia. (Fig. 62). Paula casou-se com Paulo Kesting com quem teve nove filhos. São eles: Eulália, Míriam, Nívia, Méri, Edson, Níria, Ilson, Gilson e Nilson. (Fig. 63).

Figura 62 – Martinho e Êrica com a família



Fonte: Böger (2013, p. 75)

Figura 63 – Paula Böger com a família



Fonte: Böger (2013, p. 77), adaptada pelo autor

Álvaro casou-se com Maria Eing com quem teve quatro filhos. (Fig. 64). São eles: Aldo, Adalberto, Aldair e Ricardo. Tabita casou-se com Luiz Kestring com quem teve onze filhos. São eles: Celso, Celito, Noêmia, Pio, Íria, Paula Rutí, Nilo, Júlio César, Jussélia, Cláudia e Luiz Carlos. (Fig. 65).

Figura 64 – Maria Eing e Álvaro Böger



Fonte: Böger (2013, p. 79)

Figura 65 – Tabita e Luiz com os seis filhos mais velhos



Fonte: Família Böger (2018)

Lauro casou com Maria de Lourdes Graciano com quem teve sete filhos. (Fig. 66). São eles: Antônio, Laércio, Rudinaldo, Anoir, Albertina, Maria Gorete e Líria. Lúcia casou com Silvino Kesting com quem teve cinco filhos. (Fig. 67). São eles: Augusto, Guido, Romeli, Solânia e Gildo.

Figura 66 – Lauro Böger e Maria de Lourdes Graciano



Fonte: Família Böger (2018)

Figura 67 – Lúcia Böger e Silvino Kesting



Fonte: Acervo pessoal do autor (2018)

3.3.3 Os Filhos de Tabita Böger

Tabita Böger casou com Luiz Kesting, no dia 2 de setembro de 1949, quando ela tinha dezenove anos de idade. Com ele teve onze filhos. São eles: Celso, nascido no dia 11 de julho de 1950; Celito, no dia 20 de abril de 1952; Noêmia, no dia 1º de maio de 1954 (Fig. 68 e 69). Pio, nascido no dia 17 de agosto de 1956; Íria, no dia 19 de agosto de 1958 e falecida no dia 27 de outubro de 2013; Paula Ruti, no dia 30 de dezembro de 1959 e falecida no dia 14 de abril de 2012 (Fig. 70); Nilo, no dia 2 de outubro de 1961; Júlio César, no dia 15 de julho de 1964; Jussélia, no dia 27 de junho de 1966 (Fig. 71); Cláudia, no dia 24 de abril de 1968 e falecida no dia 21 de novembro do mesmo ano; Luiz Carlos, no dia 12 de agosto de 1969. (Fig. 72).

Figura 68 - Celso, Celito e Noêmia, os filhos mais velhos



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1955)

Figura 69 - Celso, Celito e Noêmia, em áurea juventude



Fonte: Acervo pessoal do autor (2018)

Figura 70 – Pio, Íria e Paula Ruti, em áurea juventude



Fonte: Acervo pessoal do autor (2018)

Figura 71 – Nilo, Julio Cesar e Jussélia, em área juventude



Fonte: Acervo pessoal do autor (2018)

Figura 72 – Luiz Carlos, em área juventude



Fonte: Acervo pessoal do autor (2018)

4 DA CASA DOS PAIS AO CLAUSTRO

Quando chegaram meus ancestrais ao Brasil, já se havia plantado em solo da região litorânea catarinense a ideologia do extermínio das populações autóctones. Atribuía-se aos bugreiros¹⁴ a responsabilidade pelo empreendimento derradeiro e definitivo de assepsia étnica nas terras que se reconheciam pertencentes ao Conde de Orleans. Dizia-se que as tribos dos nativos sobreviventes ao apocalíptico massacre ocorrido no Século XIX teriam migrado para os altiplanos da Serra Geral ou campos do Oeste gaúcho, catarinense e paranaense. Sobre eles, falava-se que eram ferocíssimos, traiçoeiros e resistentes. Argumentava-se que a distância era a melhor estratégia para uma vida harmônica com os autóctones remanescentes. Não se cogitava a mínima possibilidade de que, pela miscigenação genética e cultural, durante os mais de trezentos anos que antecederam a migração alemã e italiana, houvesse ocorrido casamentos ou mesmo acasalamentos entre os índios e trabalhadores portugueses¹⁵, mormente das ilhas de Açores¹⁶.

Nos séculos XVI e XVII, era comum a miscigenação de colonos sediados em territórios altiplanos hoje pertencentes aos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do

¹⁴ No Sul do Estado de Santa Catarina, os índios eram genericamente chamados de bugres, assim como no sertão nordestino eram conhecidos como tapuias, sem o necessário reconhecimento de etnias. Bugreiros eram profissionais responsáveis por seu extermínio.

¹⁵ “O paulista era em essência fruto da miscigenação entre portugueses e indígenas desde os primeiros tempos da ocupação da capitania vicentina”. (SPOSITO, 2006, p. 145). “Na ilha de Santa Catarina também viviam muitos naufragos. O mais conhecido deles, chamado Aleixo Garcia, realizou em 1524 expedição quase impossível ao Império Inca, no Peru (...)”. (SOARES, 2009, p. 20 *apud* RIBEIRO, 2015, p. 49).

¹⁶ Antes de 1532, já havia pequenas feitorias em Santa Catarina. (MALHEIROS, 1867, CAP. I).

Sul, com mulheres nativas guarani e, em regiões litorâneas, com indígenas do grupo tupi. Coabitavam e amalgamavam cultura.

Jamais aos nossos cronistas ocorreu ocultar o laivo indiático transfundido às populações paulistas pela união dos primeiros povoadores do solo vicentino às mulheres indígenas. Pelo contrário, exaltam, e com justiça, esse cruzamento de onde haviam surgido tão numerosos espécimes superiores no tocante à energia e à resistência, o amor às aventuras e o ânimo empreendedor, fatores da prodigiosa dilatação do Brasil pela América do Sul adentro e do recuo castelhano. (TAUNAY, 2003, p. 387 *apud* RIBEIRO, 2015, p. 105).

Era confortável pensar como colonizador e assim se fazia. Ordenavam-se os outros pelos parâmetros exclusivos da rebeldia ou indocilidade dos brasileiros (índios e remanescentes) de quem se dizia nada terem e da reverência ou submissão dos negros e mestiços a trabalhos agropastoris.

Diz-se que eram falsos, infiéis, desconfiados, e até bárbaros. Se alguns se mostraram tais, e cometeram mesmo traições, sobretudo em épocas posteriores e diversas, foi antes por vingança, ou por justa desconfiança e represália contra os que já então e desde o começo se fizeram seus opressores e gratuitos perseguidores. Na quase generalidade os índios se mostraram sempre de fácil acesso e trato, desejando mesmo as relações dos estrangeiros; e até foram generosos protetores de muitos, que aliás poderiam ter morto e devorado. (MALHEIROS, 1867, CAP. I).

Quando nasci, em 1952, já havia transcorrido 90 anos desde que Bernhard Heinrich e Anton Brasilus, meu trisavô e bisavô paternos, haviam desembarcado no porto da Ilha de Nossa Senhora do Desterro. (Fig. 73). Havia passado 79 anos desde que os velhos prussianos da *Westphalia*, entre os quais Heinrich Böger e Anna Margareth Wernke, meus bisavós maternos, tinham ocupado as terras dotais da Princesa Isabel,

no Vale do Rio Braço do Norte onde se dizia haver ainda alguns remanescentes dos grupos autóctones.

Figura 73 – Casa onde nasci e vivi a infância



Fonte: Kesting (2019, p. 296)

Eu tinha dez anos completos quando saí de casa para estudar. Era a primeira vez que eu deixava o seio da família. (Fig. 74). O acontecimento revestia-se para os Böger-Kesting, de relevância muitas vezes superior ao que representava o simples ritual de traslado de um neófito aos renques eclesiásticos, do Morro do Gato ao Educandário São Joaquim que os colonizadores haviam edificado nas proximidades de sua igreja matriz.

Figura 74 - Com dez anos de idade, saí de casa para estudar



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1963)

Do Morro do Gato ao núcleo de colonização alemã do Vale do Braço do Norte, viajava-se a pé, a cavalo ou em carro de boi. (Fig. 75). Eram poucas as famílias a terem charrete. Não sei porque, no Morro do Gato, ela tinha o nome de aranha. Tio Paulo possuía uma delas. Era diferente das outras que eu conhecia porque munia-se de freio. Os cavalos dele não se esforçavam tanto quanto os de outros colonos, para segurarem a aranha nas descidas mais íngremes da estrada do Morro dos Locks.

Figura 75 - Carro de Bois, em Morro do Gato



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1976)

Naquele trecho do caminho, tio Paulo punha o pé direito ao freio, brecando a charrete com firmeza. Às vezes, o rústico veículo brecado deslizava de arrasto, pela estrada lamacenta e escorregadia, impondo ao cavalo um esforço adicional, para não se despencar no medonho grotão.

Não viajei com a aranha do tio Paulo porque meu pai precisava passar na Cooperativa Agrícola Mista de São Ludgero onde compraria algumas latas de querosene da marca Jacaré. Esse combustível usava-se para abastecer os lampiões de nossa casa, peças fundamentais à execução diária dos rituais da noite.

Na casa de meus pais, o ritual noturno era sagrado. Obedecia a uma sequência de cantilena: lavação dos pés em grandes gamelas de madeira; preparo da ceia, esquentando, cozinhando ou fritando a comida que sobrara do café da manhã, do almoço, da janta e do café da tarde; servir e servir-se da ceia, com toda a família reunida, conversando sobre os acontecimentos do dia e planejando as atividades do dia seguinte; a reza do *Roserkrans* (rosário), intercalando Ave-Marias e Santa-Marias, intermediando com a ladainha de Nossa Senhora e concluindo com a Salve Rainha; a lavação da louça e, finalmente, a bênção na pia de água benta, localizada em uma parede da sala, para meter-se, logo depois, em baixo de um cobertor de penas e dormir o merecido sono, sem ser perturbado pelos temidos e indesejados pesadelos que o diabo inoculava no coração, na mente e na alma dos relapsos. (KESTERING, 2005, p. 99-100).

Acordamos muito cedo, como de costume. Enquanto minha mãe e eu terminávamos de arrumar as malas, meu pai punha os bois à canga e os amarrava no mourão da porteira, junto à saída do terreiro da casa. Nossos bois, o Barroso e o Queimado, eram bons, bem domados e mansos. Aravam terra, tiravam madeira em rústico carretão, sulcavam a roça, gradeavam o solo e puxavam o carro, em posição ereta, sem se estribarem¹⁷, como faziam algumas juntas mal domadas de bois que eu conhecia. (Fig. 76).

Fizemos a costumeira oração que precedia o café da manhã. Alimentamo-nos bem. Servimo-nos do café que produzíamos na roça do morro; do açúcar e do cuscuz que industrializávamos no engenho da família Kesting; do pão de milho moído em nossa atafona; do pão de trigo produzido na roça da gruta funda; do leite tirado das vacas que sempre tínhamos no pasto; de broas de polvilho, de cuca e de bolo.

¹⁷ Entendia-se por estribar o costume que tinham algumas juntas de bois de fazerem esforço para as laterais do cabeçalho do carro, diminuindo assim o esforço de tração que deveriam direcionar para frente.

(Fig. 77 a 81). Não faltaram também a *Schmier*¹⁸, o *Schmant*¹⁹, a coalhada, a manteiga, o colostro²⁰, a morcilha²¹ e o salame.

Atafona era um moinho constituído por dois blocos de granito talhados de forma circular. O bloco inferior era fixo enquanto o bloco superior girava, triturando os grãos de milho ou de trigo que por entre eles passavam. Os grãos caíam em um orifício que se localizava no centro do bloco superior e saíam triturados, em forma de farinha, pelas suas laterais. (KESTERING, 2005, p. 100-101)

Figura 76 - Aração de terra, com bois



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1976)

Ouvimos, com atenção, meu pai e eu, os conselhos e as recomendações de minha mãe e saímos. Meu pai, sentado sobre uma mala velha que tio João comprara quando servira o exército e usada agora para transportar meu enxoval,

¹⁸ Doce de frutas que era servido no café da manhã para ser consumido junto com o pão de milho ou de trigo.

¹⁹ Nata de leite.

²⁰ O colostro era servido como coalhada escorrida. Era feito com o leite tirado da vaca, nos primeiros dias após o nascimento do bezerro. É uma comida de sabor muito agradável, rico em proteínas e gorduras.

²¹ Morcilha é uma linguiça feita com o sangue e os miúdos do porco.

dirigia os bois. Em sua cintura, ele portava um grande facão, peça indumentária de mil e uma utilidades e indispensável para todo o agricultor que viajasse de carro de boi. A mala estava bem amarrada com um torçal, em dois pinos fixos nas laterais inferiores do carro. Eu viajei na parte traseira do rústico transporte, em pé e segurado em dois fueiros. Era eu quem descia para abrir e fechar as muitas porteiças que havia no percurso.

Figura 77 - Abertura de sulcos, para plantio



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1976)

Figura 78 - Minha mãe e meus irmãos, a almoçarem na roça



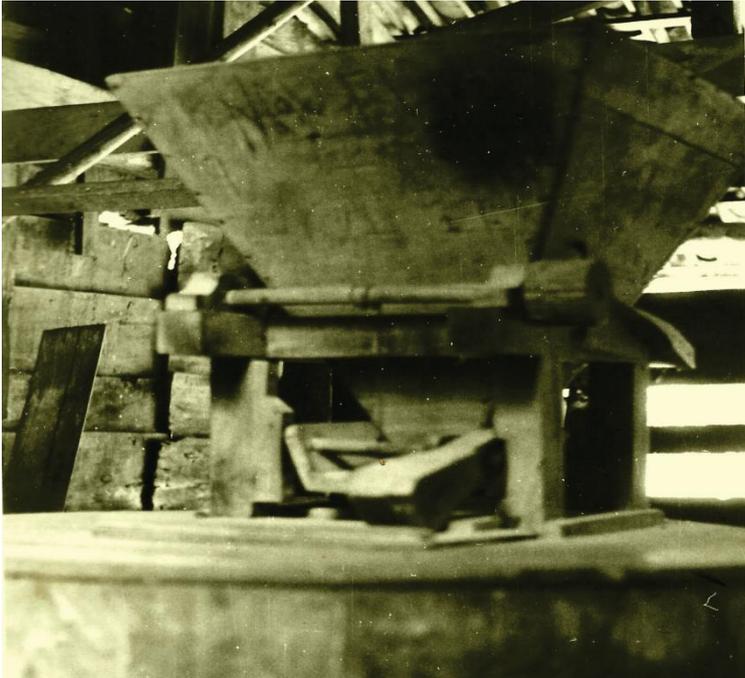
Fonte: Acervo fotográfico do autor (1976)

Figura 79 - Engenho da família Kesting



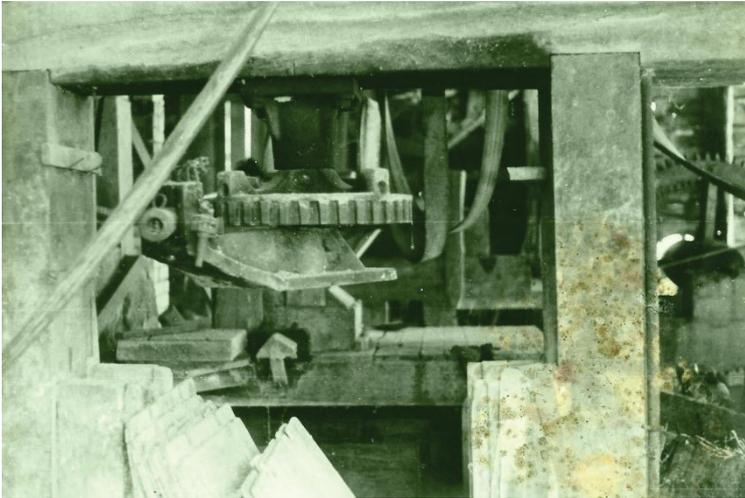
Fonte: Acervo fotográfico do autor (1976)

Figura 80 - Atafona



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1976)

Figura 81 - Prensa do engenho de farinha da família Kesting



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1976)

Feliz determinação aquela que me fez sair, embora a roer saudade amarga, do ninho quente de amor, da casa de meus pais, onde a morte rondava com sua gadanha afiada, usando as níveas vestimentas da tradição cultural religiosa da Crisandade tridentina, imperialista e capitalista. No carro de boi, sem saber, meu pai transportava minha mala e viabilizava minha sobrevivência. Atendia assim ao egoísta interesse dos *genes* em busca de meu sucesso reprodutivo.

No Educandário São Joaquim, em 1963, eu ouvi divulgar-se no rádio, a notícia da morte de John Fitzgerald Kennedy e João XXIII e, da mesma forma, em 1964, o informe da implantação do Regime Militar no Brasil. (Fig. 82). O memorável padre Afonso Schlickmann, então nosso reitor, interpretava cada um dos comunicados. Ele fez-me acreditar que, por ter sido o primeiro presidente católico dos Estados Unidos da América, John Kennedy seria um dia canonizado. Fez-me crer que, por ter impedido a invasão comunista, o regime militar tiraria do Brasil o estigma de nação subdesenvolvida e integrá-lo-ia ao

grupo dos países ricos. Fez-me pensar que, por ter proposto abrir as portas e as janelas do Vaticano para que a ciência e as aspirações sociais tirassem o mofo nele acumulado pelo distanciamento dos ideais cristãos, João XXIII seria, indubitavelmente, o papa do século.

Figura 82 – Educandário São Joaquim, em São Ludgero – SC



Fonte: Kesting (2018, p. 95)

Naquele educandário eu ouvi, durante um dia e uma noite, o repicar de um dos sinos da igreja matriz de São Ludgero. Ele ecoou pelas montanhas daquela colônia prussiana e encontrou abrigo nas conexões neurais de meu cérebro infante, como diapasão a ajudar-me, vida a fora, no descarte de arranjos dissonantes e condutas inadequadas à harmonia dos humanos. Lamentei, profundamente, a morte daquele papa.

5 NO SEMINÁRIO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Em dez anos de aprendizagem, com meus superiores e companheiros, no Seminário Nossa Senhora de Fátima, em Tubarão - SC, eu consolidei a estrutura mental e emocional que preservo, apesar das constantes mudanças no horizonte conceitual de Deus com que me deparei, em diferentes contextos sociais, culturais e ambientais. (Fig. 83).

Figura 83 – Seminário Nossa Senhora de Fátima, em Tubarão - SC

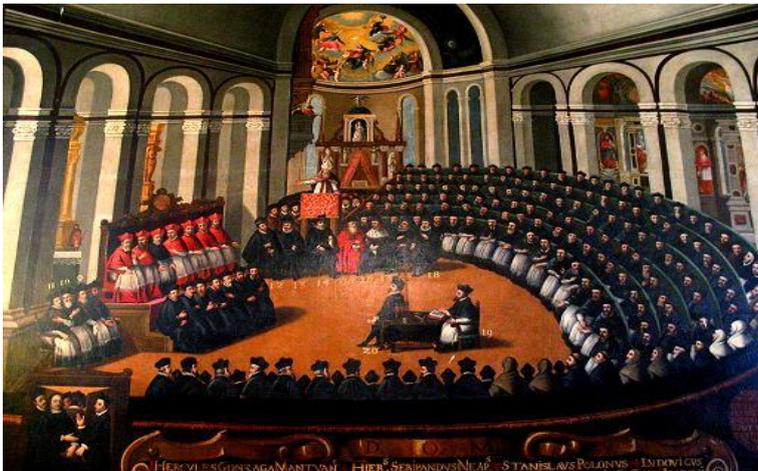


Fonte: Acervo fotográfico do autor (1973)

Quando ingressei no Seminário, após concluir o curso de Admissão ao Ginásio, eram vigentes no Sul do Estado de Santa Catarina, como em toda Igreja Católica Apostólica Romana, as normas da Contra Reforma, determinadas pelo Concílio de Trento. Naquela reunião episcopal, realizada no Século XVI, redefinira-se o horizonte conceitual do mito mor judaico cristão, quando a contra-reforma propunha sustar o avanço das teses de Martin Lutero que, abençoado e sustentado pelo poder econômico germânico feudal, grassava no Velho Mundo. (Fig. 84).

A Igreja Católica Apostólica Romana, baseada muito mais na filosofia grega que na cristalina mensagem bíblica, adotou o conceito idealista de um Deus Espírito. Definiu-o como um **espírito perfeitíssimo, criador do céu e da terra**. Como os mitos de todas as religiões, o Deus de Trento era eterno. Ao desabrocharem para a vida, os humanos, herdavam uma centelha dele, a alma, que deveria retornar a ele, quando findassem suas efêmeras existências terrenas. (KESTERING, 2018, p. 99-100).

Figura 84 – Concílio de Trento



Fonte: Aquino (2018 *apud* Kesting, 2018, p. 100)

Dizia-se que, para retornarem ao seio de Deus, os *sapiens* teriam que acreditar em verdades que o papa pontificasse como dogmas. Propagava-se que o chefe mais poderoso da Igreja era santo e infalível. Era ele o representante do supremo Ser que habitava um intergaláctico céu, acessível e abordável somente por seletos grupo de sacerdotes credenciados pelo indelével Sacramento da Ordem. Para salvarem sua alma, os vulgares humanos comuns deveriam cumprir normas claras, materializadas nos sacramentos que se traduziam como sinais sensíveis da presença do altíssimo

Ente das graças magnas. Quem pretendesse salvar-se, teria que cumprir os dez mandamentos da Lei de Deus, sete sacramentos, cinco normas sagradas da Igreja e cinco preceitos de uma boa confissão, quando cometesse qualquer deslize que o fizesse sentir-se verme. Quem não o fizesse, expurgava-se do convívio religioso como herege (*anatema sit*) ou condenava-se ao fogo eterno do inferno, caso não se arrependesse e não se confessasse pecador, conforme os cinco preceitos claros do ritual de resgate: exame de consciência, arrependimento, propósito, acusação e penitência.

Observe-se que o Concílio de Trento não se propôs a restaurar as crenças e práticas religiosas dos primeiros cristãos, da mesma forma que Lutero, também não o fizera. Tanto os bispos católicos quanto o religioso reformista prussiano trataram de aprimorar os princípios e as condutas estabelecidas por Constantino I, quando, em 313 depois de Cristo, adotou a Cristandade como religião oficial do Império Romano.

A Igreja e o Estado passam a constituir um sistema único de poder e legitimação. A relação bipolar, todavia, só se mostra significativa se levarmos em conta a sociedade como um terceiro elemento mais abrangente. Podemos, então, falar de **Cristandade** (grifo nosso) como um sistema de relações da Igreja e do Estado *na* sociedade. As relações estruturais da Igreja e do Estado medeiam a relação de cada uma dessas instituições com a sociedade.

O sistema de Cristandade apresenta várias modalidades no decorrer da já bimilenar história do cristianismo e da Igreja. Nas denominadas modalidades "constantinianas" de Cristandade (até o século XIX), a Igreja e o Estado constituem um sistema único respaldado num regime de união e na consideração do cristianismo como religião de Estado. O Império Cristão (século IV e V) foi a primeira modalidade histórica de Cristandade "constantiniana" (GOMES, 1997: 33-34).

Com o novo estatuto de religião oficial do Estado, o cristianismo passou a desempenhar um novo papel, o de sacralizar o poder do Estado, das autoridades, em particular do imperador, e os valores dominantes do sistema (a *romanitas*). O Império, em crise, encontrou no cristianismo uma nova forma de legitimação e, na Igreja, um novo aparelho de hegemonia. A "conciliação constantiniana" ofereceu a *Pax*, mas pediu o comprometimento com o sistema. A conciliação interessava, pois, ao mesmo tempo à Igreja e ao Estado.

Os imperadores, querendo salvar a unidade do Império, reforçar o seu poder e autoridade, legitimar a ordem estabelecida, encontraram uma nova religião de Estado e passaram a instrumentalizar a Igreja. O cristianismo converteu-se num sistema religioso privilegiado e a Igreja numa força político-ideológica, a mais expressiva, depois do Estado. De perseguida, a Igreja tomou-se triunfante (GOMES, 1997: 38-40).

A divinização do poder imperial não lograra na fórmula do Dominato, em parte pela resistência que os cristãos lhe haviam feito. Os imperadores, como Constantino, encontraram no cristianismo uma nova forma de legitimar o seu poder pela sacralização do mesmo em termos cristãos. O Dominato podia permanecer porque renovado no "Império Cristão".

A partir de 313, o Cristo *Pantocrator*, entronizado nos mosaicos das ábsides das basílicas cristãs, passava a conferir por delegação a sua soberania ao imperador. Este tomou-se a imagem visível da monarquia divina e vigário de Cristo. A ele era conferida a tarefa de propagar o Reino de Cristo e de defendê-lo contra os inimigos. O imperador não era mais visto como um "deus de glória" sobre a terra, mas a imagem, o *vicarius* do Cristo glorioso e triunfante (MARAVALL, 1997: 1-12). Não por acaso, os imperadores, depois das hesitações iniciais do século IV, sempre foram ardorosos defensores da divindade de Cristo contra as heresias que a negavam implícita ou explicitamente. Para manter a unidade do Império, fazia-se necessário manter a todo o custo a unidade da fé. Na qualidade equívoca de *episcopos ton ectos* (para assuntos de fora), Constantino convocou, organizou e presidiu o primeiro

concílio ecumênico com a finalidade de refazer a unidade dos cristãos no Oriente. Os imperadores tomaram o hábito de convocar concílios e a tradição firmou-se (MEYENDORFF, 1993: 42-53).

Ao se tornar religião oficial do Estado, com a *Pax Ecclesiae*, a Igreja sofreu o perigo do triunfalismo e da identificação com o sistema. O universalismo da mensagem cristã era aberto, mas o universalismo romano (*romanitas*), pelo contrário, fora construído em tomo da pretensão de ser Roma a única *civilitas* e encontrava-se fechado num ecúmeno totalizado. A Cristandade operou uma quase-identificação da *romanitas* com o cristianismo.

A Igreja com o seu "triumfalismo" parecia ter-se apoderado do futuro, parecia como que realizada em sua tensão escatológica (relação da Igreja com o Reino), perdia a consciência clara do transitório, do histórico. O mundo deixava de ser um mero acontecer para passar a ser a imagem do céu. A helenização do pensamento judaico-cristão esvaziara, parcialmente, o sentido do histórico, do transitório e acentuara uma reflexão mais substancialista e cósmica em teologia, e mais alegórica na exegese bíblica. As estruturas helenizantes de pensamento tenderam a ser consideradas únicas e universais. O universalismo cristão corria o risco de se absolutizar e se identificar, pura e simplesmente, com o universalismo romano. As diversidades históricas e culturais não pareciam mais marcar diferenças (DUSSEL, 1969: 48-66). Atitudes de intolerância e uniformização passaram a ser vistas como a defesa da unidade da fé (ortodoxia) e da Igreja.

Tanto os discursos quanto as práticas cristãs sofreram então um claro processo de uniformização, considerado indispensável à unidade dos cristãos. A diversidade, tradicional no cristianismo, fixou-se na imutabilidade. O pluralismo não era mais admissível. As vivências múltiplas das Igrejas particulares (até 313) eram sentidas como flutuações perigosas e contraditórias. (GOMES, 2000, p. 179-181).

A organização social da Igreja de Trento continuou fundamentada na estrutura e no modelo imperialista romano, conforme propusera Constantino I. O papa gozava do

prestígio de imperador. Tinha obreiros que, mais pela confiança do que pela competência, agiam próximos a ele e/ou às almas dos fiéis. A confiança eternizava-se no ritual de iniciação do sacramento da ordem. Construíram-se, para isso, em todo Planeta, seminários menores e maiores, cujo objetivo primordial era o de preparar meninos, jovens e adultos, para imprimir neles ou carimbá-los com o caráter indelével de sacerdotes, eternos obreiros da Igreja.

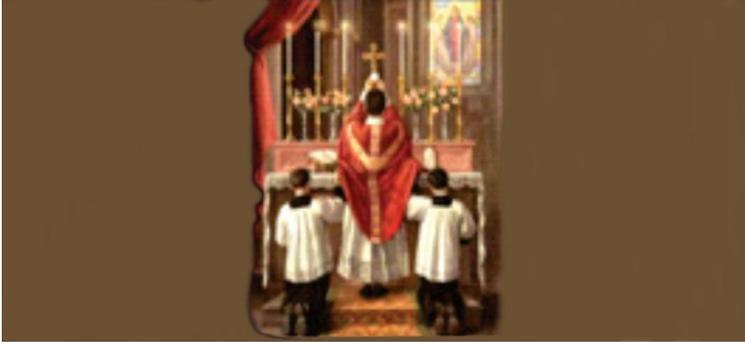
Nós, 125 neófitos, regidos pela ortodoxia de Constantino I e pelos dogmas tridentinos, alistamo-nos no exército da salvação, quando a Igreja da Cristandade, como sempre fizera, desde o Século IV, não ouvia o povo. As palavras de ordem eram: *Magister dixit* que se traduzia como **o mestre falou, está falado** e *Roma locuta causa finita* que se aportuguesava como **quando o papa fala, não se discute**. Tinha-se que executar ou considerar-se herege. Os padres celebravam as missas, em latim, de costas para os fiéis. (Fig. 85 e 86).

Figura 85 - Templo edificado conforme modelo da Cristandade



Fonte: iStock (2022 *apud* Kesting, 2022, p. 36)

Figura 86 - Missa de costas para o povo



Fonte: Azevedo (2018 *apud* Kesting, 2018, p. 102)

A Igreja chama aquela posição do Sacerdote na Missa de “ad orientem”, ou “versus Deum”: O Sacerdote está como pastor que vai adiante guiando o rebanho que o segue, levando o rebanho do redil de Cristo (a Igreja) para o Céu, Céu que se faz presente no Altar: Cristo vem! O Sacerdote está voltado para o Altar e para a Cruz, a espera do Cristo que vem. Não era uma postura fechada e soberba dos Sacerdotes na Missa, como as pessoas são levadas a pensar hoje, tinha e tem um sentido profundíssimo. (AZEVEDO, 2018 *apud* KESTERING, 2018, p. 101).

Meus colegas (entre os quais alguns primos), e eu éramos crias de Constantino I e do Concílio de Trento. (Fig. 87). Não participávamos das missas. Nós as assistíamos, passivamente. Se os atributos da identidade popular católica apostólica romana eram claros, os dos neófitos ao pedestal do sacerdócio, mais claros ainda, porém transitórios. Estes passavam pelo ritual de iniciação que culminaria com o sacramento da ordem, quando se diferenciavam, em definitivo, dos católicos comuns, pelos atributos eternos adquiridos no sacramentado ritual da ordem.

Nós todos vivemos esta fase, uns por mais, outros por menos tempo, até que um momento de crise justificasse o desgarrar

de alguém do rebanho seleteo, nas famosas chamadas para aconselhamento e/ou expulsão. Vários resistiam. Ainda não sei se heróis eram os que saíam ou os que ficavam. Na conclusão do Curso Ginásial, em 1968, restavam, ainda, 33 dos neófitos. (Fig. 88).

Figura 87 - Meu primo Ivo Kesting e eu



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1967)

Figura 88 – Turma de 1965, na conclusão do curso ginásial



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1968)

5.1 Resgate do Cristianismo

No Concílio Vaticano II, para adoção em todas as dioceses e paróquias do mundo, propôs-se um novo horizonte conceitual de Deus. Começou-se a enaltecer os atributos do Deus de João XXIII. (Fig. 89 e 90). Revelava-se esse novo Deus na imagem de pai bondoso. Dizia-se que Ele reconhecia como filhos os humanos batizados e não batizados, guiava seus passos e tudo o que fizessem na vida. Ele não queria a morte dos pecadores. Queria, sim, que esses se convertessem, para viverem em plenitude. A esse imperativo vinculava-se um modelo político identitário de adaptação dos seguidores de Cristo às demandas científicas e sociais, para auferirem, com os diferentes, qualidade universal de vida, pela implantação do Reino que Jesus sonhara.

Figura 89 - Papa João XXIII



Fonte: Vatican News (2022)

A intenção fundamental do Concílio Vaticano II foi atualizar a ação salvífica da Igreja no mundo moderno. Isto significou uma ruptura corajosa e difícil com o passado, pois ao retomar o diálogo com a sociedade e com o mundo do trabalho, da ciência, da técnica e das culturas, foi necessário um novo paradigma de compreensão da própria Igreja. (PUC-RIO, SD, p. 29 *apud* KESTERING, 2022, p. 38).

Figura 90 – Concílio Vaticano II



Fonte: Santos (2018 *apud* Kesting 2018, p. 106)

No Seminário Nossa Senhora de Fátima, as missas e as orações passaram a ser recitadas em Português. Nas igrejas, o padre celebrava-os em posição de diálogo, de frente para o povo. Os fiéis participavam ativamente dos rituais, com cantos e rezas. As músicas não precisavam mais de acompanhamento exclusivo de teclado, como órgãos de tubo ou harmônios. Os cânticos podiam acompanhar-se com violão e outros instrumentos musicais de corda e/ou de percussão, considerados profanos até então. O padre Zezinho fazia grande sucesso. Ele próprio, em atendimento a um convite de padre Antônio Jerônimo Herdt, pregou um bom e proveitoso retiro espiritual em nosso seminário.

Aos domingos, acompanhávamos os padres para ministrar aulas de catequese, comentar as leituras das missas e ensaiar cantos nas visitas pastorais que eles faziam, quando assistiam espiritualmente várias paróquias da Diocese de Tubarão. (Fig. 91 e 92). De quando em vez participávamos até de eventos dançantes que as paróquias promoviam para angariar fundos, nas festas de seus respectivos padroeiros.

Vários companheiros viveram essa fase. Alguns desistiram porque o celibato tolhia-lhes o direito de viver a vida plena

que Deus propunha. Era, de fato, contraditório sublimar ou reprimir a libido ou o apetite sexual inerente à estrutura física humana, dotada de hormônios que determinavam o sucesso reprodutivo (físico e espiritual) da espécie *sapiens*. Questionava-se: se Deus quer uma vida plena e feliz, por que Roma, por interesses puramente econômicos e/ou filosóficos, proibia aos candidatos ao sacerdócio o desfrute do prazer sexual? Assim, em 1971, éramos 19, apenas. (Fig. 93 e 94).

Figura 91 - Catequistas e catequizados na igreja de Morrotes



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1972)

Figura 92 - Geraldo Zanini e eu, com nossos catequizados



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1972)

Figura 93 – Turma de 1965, na formatura do Colegial



Fonte: Kesting (2018, p. 108)

Figura 94 - Minha formatura no Colegial



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1971)

Fiquei no seminário durante doze longos anos. Nos primeiros dias, a saudade de casa quase me fez desistir. Eu me alimentava muito mal, apesar da farta comida servida aos seminaristas. Aos tormentos existenciais vividos na infância, acrescera-se em mim a dor da saudade. Para felicidade dos

genes, sobreviveu, porém, o *container* Böger-Kesting *sapiens*. Aprendi a jogar futebol de campo, futebol de salão, vôlei, basquete, tênis de campo, tênis de mesa, espiribol e quadrilha. (Fig. 95 a 97). Afeição-me à vida do claustro porque eu gostava do estudo e de música. (Fig. 98 a 101).

Figura 95 - Aprendi a jogar futebol de campo



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1965)

Figura 96 - Abertura dos jogos abertos em Florianópolis



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1973)

Figura 97 - Na equipe de basquete



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1973)

Figura 98 - No coral do Hospital Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1973)

Figura 99 - No Coral Elfos da Cidade Azul



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1968)

Figura 100 - Na orquestra, com o rabecão ou baixo de corda



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1968)

Figura 101 - Na orquestra, com o rabecão ou baixo de corda



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1968)

Deleitava-me com os trabalhos na horta. Nela produzíamos repolho, alface, rabanete, nabo, couve, quiabo, milho, tomate, feijão de vara, feijão preto, cebola, cebolinha e salsa. Como eram prazerosos os banhos no rio, logo que terminavam os trabalhos agrícolas! Nas horas de estudo sério, desligava-me do mundo. Viajava na fantasia. Enquanto estudava latim, parecia estar em Roma, com Cícero; no senado, com Júlio César; nas guerras de conquista. Odiava Catilina. Amava Cleópatra, com pura devoção platônica. Como gostava de estudar grego! Invejava a inteligência de Homero. Que prazer propiciava-me traduzir a bíblia do grego ao português e descobrir que palavras escritas em algumas bíblias não haviam sido traduzidas com o mesmo sentido da bíblia original grega ou aramaica! Comecei a gostar até das rezas porque Pe. Afonso Schlickmann preenchia quase todo o tempo da reza com cantos religiosos. Eu gostava de cantar. O canto fez-me gostar da oração e meditação.

Vivi, com intensidade, a mudança no horizonte conceitual de Deus, promovida pelo Concílio Vaticano II e adotada, no Seminário Nossa Senhora de Fátima, durante a maior parte do tempo que lá vivi. Durante os doze anos de claustro, pratiquei muito esporte; trabalhei, com muito gosto; rezei e cantei feito um condenado, para conquistar o céu e, acima de tudo, li e estudei tudo o que me era proposto. (Fig. 102).

Figura 102 - Li e estudei tudo que me era proposto



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1973)

Quando terminei o curso de Filosofia, eu relacionava-me relativamente bem com a vida. Alimentava-me como um padre santo e dormia como um porco farto. O seminário deixou-me um jovem saudável, com disciplina e com fantástica referência cultural. Eu ainda tinha medo do inferno, mas ele não me atemorizava como nos tempos passados de minha infância. Os *genes* da família Böger-Kesting usufruíam então de um corpo sadio e de uma mente refrescada pelos conhecimentos de outras culturas.

O seminário, fomentando o consumo de Deus como lenitivo (não importava se tinha o rótulo de remédio, analgésico, anestésico, droga ou ópio e nem se criaria dependência física, emocional ou mental), aliviou-me, por um bom tempo, as angústias, as dores existenciais, os traumas e as doenças que a religião criara em minha infância. Muniu-me de uma bagagem cultural que poderia muito bem ser utilizada como asas para o voo nupcial que os *genes* precisavam fazer, em busca de sucesso reprodutivo. Estavam os *genes* prontos para voar. Dependiam somente de uma plataforma para partirem rumo a novas culturas e estranhas etnias com quem pudessem, pela miscigenação, contribuir para fortalecer-se e perpetuar-se a espécie humana. (KESTERING, 2005, p. 103).

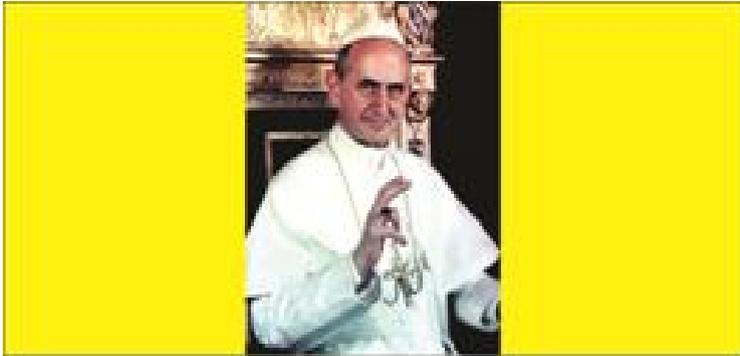
5.1.1 Congresso de Medellín

Os bispos reunidos no Congresso de Medellín, na Colômbia, enfatizaram os atributos do conceito do Deus de Paulo VI. (Fig. 89). Propunha-se, então, um Deus comprometido com as massas marginalizadas da sociedade.

A interpretar o sonho de João XXIII, a Igreja Católica Apostólica Romana da América Latina pós-conciliar fomentava a inserção de seus fiéis e sobretudo religiosos nos movimentos sociais. Radicalizava as metáforas evangélicas da

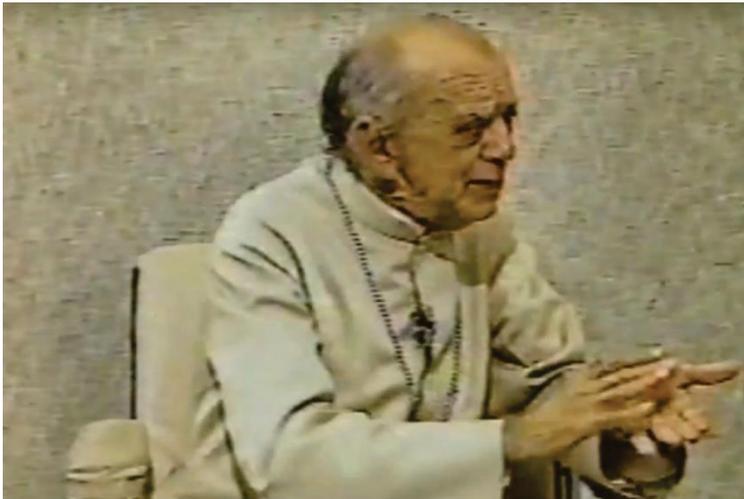
luz e do sal. Dizia-se que os cristãos comprometidos com Jesus Cristo tinham que ser sal da terra e luz do mundo. À Igreja das terras pindorâmicas do Novo Mundo propunha que houvesse maior preocupação com os problemas sociais do que com a conversão dos gentios. (Fig. 103 a 106).

Figura 103 – Papa Paulo VI



Fonte: Wikipedia (2018 *apud* Kesting 2018, p. 109)

Figura 104 - Dom Hélder Câmara, um dos líderes de Medellín



Fonte: Wille (1987)

Figura 105 - Templo edificado conforme o Concílio Vaticano II



Fonte: Diário do Sul (2015 *apud* Kesting, 2022, p. 39)

Figura 106 - Ritual da missa, conforme o Concílio Vaticano II



Fonte: Local Guides Connect (2018 *apud* Kesting, 2022, p. 40)

A Igreja Latino-Americana tem uma mensagem para todos os homens que neste continente têm fome e sede de justiça. O

mesmo Deus que criou o homem a sua imagem e semelhança, criou a terra e tudo o que nela existe para uso de todos os homens, e de todos os povos, de modo que os bens criados possam bastar a todos de maneira mais justa (GS 69), e dá poder ao homem para que solidariamente transforme e aperfeiçoe o mundo (GÊNESIS 1,29). É o mesmo Deus que, na plenitude dos tempos envia seu Filho para que, feito carne, venha libertar todos os homens, de todas as escravidões a que o pecado os sujeita: a fome, a miséria, a opressão e a ignorância, numa palavra, a injustiça que tem sua origem no egoísmo humano (JÓ 8,32-34). Por isso, para nossa verdadeira libertação, todos os homens necessitam de profunda conversão para que chegue a nós o “Reino de justiça, de amor e de paz”. (DOCUMENTO DE MEDELLÍN, 1968, p. 3 e 4 *apud* Kesting, 2022, p. 39).

No Curso de Filosofia da antiga Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina (FESSC), hoje Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), mostrava-se que havia homérica contradição entre os ideais que o regime militar propalava em 1964 e a prática política repressora do início dos anos 1970. Deve-se essa fineza aos professores que, à luz dos princípios filosóficos, abriam nossos olhos à realidade política do Brasil.

No final do Curso que nos fazia pensar, a indignação contra o regime militar transcendia os horizontes do mosteiro da Virgem de Fátima e da Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina. Nossos cabelos, muitos então, e as barbas, ainda parcas, exprimiam o espírito de contestação e o anseio de mudanças na hierarquia de valores que os militares propunham e impunham à sociedade brasileira. Nossos professores incentivavam-nos a adotarmos o espírito crítico. Um deles incitava-nos a que deixássemos crescer as barbas e os cabelos. Sugeriu até que, em suas aulas, fumássemos cachimbo e/ou charuto. Prescrevia que discutíssemos as ideias existencialistas de Jean-Paul Sartre, Martin Heidegger, Karl Jaspers, Soren Kierkegaard, Edmund Husserl, Arthur

Schopenhauer, Friedrich Nietzsche e até de Raul Seixas, com os pulmões cheios de nicotina²². Éramos, ainda, 15 aspirantes ao status de representantes de Deus na Terra. (Fig. 107 a 109).

Figura 107 - Festa com o resultado do vestibular dos pioneiros



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1971)

Figura 108 – Pioneiros do Curso de Filosofia da UNISUL



Fonte: Kesting (2018, p. 111)

²² Não havia, na época, a consciência que se tem hoje sobre os prejuízos que essa droga de Jean Nicot e o alcatrão provocam à saúde dos tabagistas.

Figura 109 - Pioneiros do curso de Filosofia



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1973)

Seguindo o apelo da Igreja de Medellín, seis da turma de 1965, quais éramos, Donato Píccolo Ortolan, eu, Miraldo Damiani, Fiorindo José Fontana, Wilson Tenfen e Agenor Heidemann Margotti (ausente na foto) decidimos radicalizar o evangelho, no Projeto Igrejas Irmãs do Regional Sul IV e do Regional Nordeste III. Àquela equipe integraram-se Valdemir Miotello e Luiz Kesting Daufenback, da turma de 1964, que estudavam em Viamão – RS. (Fig. 110 e 111).

Figura 110 – Integrantes ao Projeto Igrejas Irmãs



Fonte: Kesting (2018, p. 111)

Figura 111 - Pioneiros do Projeto Igrejas Irmãs, em Florianópolis



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1974)

5.1.2 Minha Decisão de Trabalhar na Bahia

Sem qualquer fagulha de saude, lembro-me da enchente que, em março 1974, ocorreu nos municípios do Sul do Estado de Santa Catarina. Cidades inteiras amargaram os efeitos catastróficos das águas que, sem piedade alguma, na calada da noite, silenciosa e traiçoeiramente invadiram casas, destruíram plantações, deslizaram encostas, arrasaram ruas, danificaram estradas, removeram pontes e retorceram até os trilhos de aço da centenária Ferrovia Theresa Cristina²³. Morreu gente às miríades.

²³ “The Donna Thereza Christina Railway Company Limited, e o apoio financeiro de D. Pedro II, por lei de 20 de maio de 1874, o Visconde de Barbacena recebe autorização para construir a ferrovia com o privilégio de exploração por oitenta anos. Em 1880, no dia 10 de dezembro, toda obra civil é empreitada à firma James Perry e Cia. No dia 18 de dezembro de 1880 tiveram início os trabalhos de construção em Imbituba atravessando os municípios de Laguna, Tubarão, Pedras Grandes, Orleans e Lauro Muller. Foi concluída em dezembro de 1884. Também foi construído um ramal de Tubarão até Urussanga. A obra foi responsável pela ocupação das terras ribeirinhas do Rio Tubarão bem como pelo desenvolvimento da região. Foi totalmente destruída pela enchente dos dias 23 e 24 de março de 1974.” (FOTOS DE ORLEANS, 2020).

Hoje, 24 de março. Quinta-feira chuvosa. Chuva que lembra água, água que lembra enchente, enchente que lembra Tubarão. Sim, foi há 48 anos que uma grande enchente cobriu a cidade de Tubarão. Esta enchente me traz tristes lembranças. Eu era pároco de Morro da Fumaça. Também ali houve enchente que desabrigou pessoas, derrubou casas, entre elas a casa onde se abrigava a família do Tareco, um divertido palhaço que, fora do seu trabalho era proprietário e diretor do Teatro Inhana que fazia uma temporada em Morro da Fumaça. Sua família e artistas foram acolhidos no salão paroquial e ali permaneceram até as coisas se normalizarem. A enchente aconteceu em sábado e domingo com as águas vindas da região de Lauro Müller, onde, no costão da serra, nasce o rio Tubarão. Fez enormes estragos por onde passou, extrapolando as margens, arrasando e levando tudo o que encontrava, também a casa de meus parentes, da família Daros Bristot, na vila São Raimundo, entrando no Seminário até o primeiro andar, cujo reitor era meu colega Pe. Ângelo Bússolo. O seminário não sofreu danos maiores porque um eucalipto conteve e filtrou as águas antes de chegarem às paredes do seminário. Eu mesmo fui um dos seminaristas que em 1957 plantou aqueles eucaliptos para enxugar o banhado ali existente, sendo reitor do Seminário o Pe. Alfredo Yunkes. Na quarta-feira após a enchente, meu compadre Silvino Matiola e eu compramos dois sacos grandes de pães, e fomos para Tubarão. Deixamos o carro nas proximidades da Cerâmica Itagres, pois uma ponte da Br 101 também fora levada pelas águas. Uma pequena balsa fazia a travessia dos que ali chegavam. Seguimos a pé e do alto do morro, onde hoje há o túnel, olhamos estarecidos a cidade. Parecia uma grande taba de índios, escura tendo um rio de águas amarelas a passar pelo meio. Descemos o morro e caminhamos pelas ruas quase inexistentes, pois os paralelepípedos tinham sido todos removidos e em outros lugares a lama cobria tudo, até às janelas de muitas casas. Encontrávamos alguns habitantes a quem dávamos um pão. Seguimos pela margem do rio, um imenso canal com margens de puro barro, passamos pela ponte e subimos a rua Cel. Colaço que leva à catedral que abrigava uma multidão de desabrigados. A emoção tomou

conta de nós. Ali deixamos os sacos de pão. Não havia diferença de classes, todos eram iguais, com um prato na mão, em uma longa fileira para pegar a sopa que diminuía a fome. Nas paredes da catedral cartazes da Campanha da Fraternidade, por uma real coincidência, diziam: Onde está teu irmão? Ao lado do cemitério um trator abria uma vala para depositar mortos. Descemos rumo ao bairro Oficinas. Os trilhos da via férrea estavam tortos e revirados. Vi um homem retirando barro de sua casa e pensei desanimado: Como é que irão reconstruir esta cidade? E se mostrou que o povo de Tubarão, fazia valer o nome da cidade, valente, forte que a tornou mais bela e pujante do que era antes. Subimos o morro da caixa d'água, descemos o morro do Formigão, chegamos ao carro e retornamos a Morro da Fumaça onde também tínhamos muitos problemas da enchente para resolver. (DAROS, 2022).

No primeiro andar do Seminário Nossa Senhora de Fátima, do domingo à noite (23/03) até terça feira de manhã (25/03), nada se podia fazer além de contemplar o que se passava no entorno do edifício e temer que desmoronassem suas paredes e ruísse nossa esperança de sobreviver ao episódio. Preenchia-se o tempo com apressadas confissões, em preparação à quase certa viagem definitiva à eternidade e planejamento de projetos em forma de promessas, a se concretizarem ao longo da vida se, por muita sorte, subsistíssemos. (Fig. 112 a 115).

Não eram detalhes o telhado dos sanitários, a trave do campo de futebol de salão e a tabela da quadra de basquete. Tudo ficou inundado. Como estaria o povo que morava nos lugares mais baixos da cidade de Tubarão? Nada sabíamos. Nenhuma notícia. Nada a fazer que não fosse esperar. Só esperar. Como o tempo demorou a passar! Se, pelo menos um helicóptero! Não adiantaria. Onde pousar? (...) Quando vi que as águas da enchente estavam quase a cobrir a ponte da BR-101, peguei uma bola de basquete, coloquei-a em uma fronha e confabulei com meus botões: “Vou boiar até a BR-101. Com um pouco de esforço, eu poderei vencer a correnteza [porque ali a água

aparentava não fluir com muita força de tração]. Se eu não conseguir chegar ao asfalto, deixarei que me leve até o mar. As ondas deixar-me-ão em alguma praia. (KESTERING, 2002, 113-114).

Figura 112 - Enchente do Rio Tubarão, em 1974



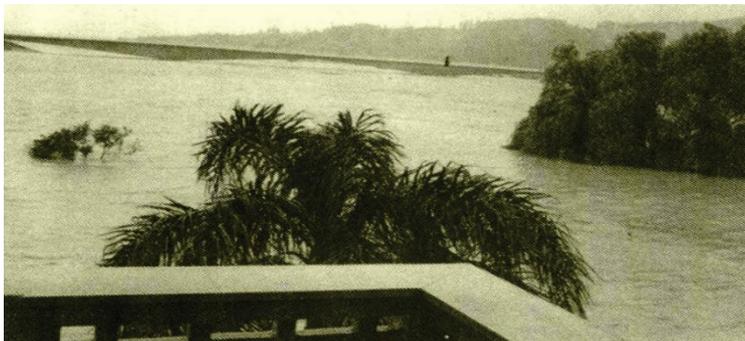
Fonte: Kesting (2002, p. 113)

Figura 113 - Enchente do Rio Tubarão



Fonte: Kesting (2002, p. 113)

Figura 114 - Enchente do Rio Tubarão



Fonte: Kesting (2002, p. 114)

Figura 115 - Enchente do Rio Tubarão



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1974)

Nas intermináveis horas da circunstancial e compulsória angústia existencial, eu cozinhava a sugestão que, dias antes, um colega propusera-me: a de viver dois anos no Nordeste do Brasil, com o propósito de compartilhar o que se aprendera no educandário religioso e estava-se a conhecer no Curso de Filosofia da Universidade do Sul de Santa Catarina. Nas entranhas da proposta gestava-se a ideia de agregarem-se as horas de experiência pastoral junto às comunidades da gente sofrida do sertão semiárido, à carga horária teórica do curso de Teologia que, no ano seguinte, eu iniciaria em Florianópolis.

Por oportuno, lembro que, por aqueles dias, nas salas de aula da UNISUL, estava em voga o Estruturalismo. Tanto era que os professores do curso de Filosofia, ao invés de enfatizarem o estudo da lógica clássica, aristotélico-tomista, preferiam incentivar a adoção dessa inovação filosófica como referência básica para compreensão e ordenamento da realidade material e espiritual dos universitários e da sociedade. Nessa época, eu ensaiava pensar, compreender o mundo tangível e gerar conhecimentos novos, estribado no sistema binário estruturalista.

Estudei singularmente, Claude Lèvi-Strauss. Desse pensador francês fiz-me herdeiro, na compreensão de que, em posse de estrutura mental única, essencialmente binária, o *Homo sapiens*, independentemente de ser pré-histórico, antigo, medievo, moderno, contemporâneo ou pós-moderno, para orientar-se na vida, elabora saberes míticos e/ou científicos, com a adoção de parâmetros conceituais diametralmente antagonísticos. Para guiar-se, ele precisa ter a noção precisa dos opostos, leste e oeste, dia e noite. Para nortear-se, a ideia clara do ártico ou setentrão e antártico ou sul.

Exemplificava-se com o evidente antagonismo entre os regionais Nordeste III, excessivamente pobre, e Sul IV, razoavelmente rico. Com dados estatísticos e sociológicos, explicava-se, a gritante disparidade econômica e social dos dois territórios. Dizia-se, com convicção dogmática: *Contra facta nullae erant argumenta* (contra os fatos não havia argumentos). Para compreensão da evidente dessemelhança entre as áreas, destacavam-se dois modelos explicativos interdependentes e complementares, quais eram, fenômenos climáticos (seca) e razões histórico-culturais (ancestralidade nativa e/ou africana). Sequer imaginávamos que, em assim raciocinar, atapulhávamos a caserna dos preconceituosos.

É bastante recorrente, no âmbito do senso comum e dos meios de comunicação, o ato de entender a região Nordeste

como o sinônimo da seca, da miséria e da pobreza. Isso cria um estereótipo sobre a população nordestina, estimulando preconceitos e discriminações de toda ordem e reduzindo toda pluralidade étnica dessa população a uma única representação.

Na verdade, essa construção é uma visão muito simplista da realidade. O que realmente existe, podemos dizer, é a existência de vários “nordestes” dentro de um mesmo Nordeste. Isso é representativo não somente das questões climáticas e naturais, mas também das relações culturais, econômicas, sociais e étnicas, representando uma elevada gama de riquezas naturais e humanas. Por isso, podemos dizer: Nordeste não é só seca, é diversidade.

Além disso, sempre houve um exagero sobre a dimensão do problema da seca no Nordeste. Sabemos que esse problema existe e que ele é uma das questões mais sérias a serem enfrentadas no Brasil. No entanto, em função da chamada “indústria das secas”, muitas vezes, há um dimensionamento exagerado tanto geograficamente quanto semanticamente do problema, a fim de se angariar mais recursos para a realização de investimentos em meios privados.

(...) o Nordeste não se resume apenas à região da seca, sendo essa apenas uma de suas inúmeras espacialidades. A região do Polígono das Secas, inúmeras vezes ampliada cartograficamente, transformou-se em uma verdadeira fantasia, uma vez que as regiões com reais problemas de deficit hídrico (quando os índices de evaporação são maiores que os índices de chuvas) não totalizam toda a área apontada. Além do mais, conforme apontam alguns críticos da imagem que se construiu no Nordeste nos últimos anos, o problema da seca na região do Semiárido nordestino não se resume apenas à falta de água, mas sim à ausência de interesse político. As acusações giram em torno de outra questão que se junta à indústria das secas: a indústria dos votos, uma vez que muitos políticos, em tese, beneficiam-se das condições de miséria de parte da população para lhe conceder bens materiais de breve duração – como cestas básicas – em troca de apoio eleitoral. (PENA, 2022).

Quando a água baixou, na terça feira de manhã (25/03), alguns colegas foram à casa das freiras, buscar um pouco de comida que no primeiro andar se havia guardado. (Fig. 116). No liceu eclesial não havia a mínima condição de continuarmos. Faltava água potável, energia elétrica, comida e salubridade sobretudo. Tinha-se que buscar guarida para os estudantes, junto às próprias famílias que moravam relativamente distante daquele ateneu religioso. Parti, assim, a São Ludgero, minha paróquia natal, com o propósito de revelar ao vigário e aos familiares a decisão que parecia apropriada a meu contexto existencial. Pesava grandemente o fato de ter perdido meu pai ainda jovem, por enfarto fulminante do miocárdio, e sentir-me pesado fardo à genitora que, além de mim, tinha nove outros filhos a criar, nas lides agrícolas, e educá-los em colégio que distava seis quilômetros do Morro do Gato, onde morava.

Figura 116 - Foi-se à casa das freiras buscar comida



Fonte: Kesting (2002, p. 114)

[Com alguns colegas], fiz a pé o trecho Tubarão - São Ludgero, via Barra do Norte. Não havia estrada. Não havia ponte. Pernoitei na casa de Inácio Custódio, na Ponte Baixa. No outro dia, segui viagem. Quando cheguei em São Ludgero, não havia ponte. Atravessei o rio em uma balsa improvisada. Segui viagem para Morro do Cruzeiro. Cheguei, finalmente, em casa. Minha mãe chorou de felicidade. Seu filho estava vivo. Duas horas depois, choramos de tristeza [quando] chegou a notícia

de que a mãe de Bonifácio Schulz a enchente tinha levado. Nunca mais dela se teve notícia alguma. (KESTERING, 2002, 114).

À noite do mesmo dia, durante a ceia, enquanto minha mãe, meus nove irmãos e eu sentamos em torno à mesa de jantar de nossa casa, para nos alimentar, planejar as atividades do dia seguinte e rezar um terço do *Rosenkrans* (rosário), comuniquei a decisão de interromper meus estudos. Disse-lhes que, ao concluir o Curso de Filosofia, vincular-me-ia ao Projeto Igrejas Irmãs, elaborado e assumido pelas dioceses dos regionais Sul IV e Nordeste III, para trabalhar durante dois anos em comunidade ainda incógnita, do sertão nordestino.

Por nada entenderem do que se tratava, meus irmãos mais novos sequer perceberam que eu estava a solicitar endosso familiar à missão que me propusera realizar, longe da companhia e do afago deles. Minha genitora, por sua vez, em nome de toda parentela, com voz embargada pela contenção de uma lágrima rebelde, disse preferir ter-me a seu lado, na tarefa de criar meus irmãos mais novos. **Aber** (mas, em alemão), arrematou, se você entende que é bom para você, será bom para nós. Dois anos passam rápido como um sopro.

Em assembleia que, no mês de junho do mesmo ano, realizou-se em Florianópolis, selecionaram-se mais de duas dezenas de candidatos, dispostos a viver a mesma experiência a que eu decidira aplicar-me. Entre eles figuravam oito jovens outros, em condições semelhantes às minhas. Decidiu-se, nessa oportunidade, que até a primeira quinzena de março do ano seguinte, por ocasião do lançamento da Campanha da Fraternidade, nos apresentássemos todos às comunidades nas quais partilharíamos teoria e prática religiosa cristã, durante o biênio 1975-1976. Antes, porém, de pormo-nos a caminho da Bahia, recomendou-se expormos nossos propósitos pessoais, às paróquias sul-catarinenses, para receber delas a devida

aprovação, em ritual religioso específico, caracterizado como **mandato**.

Em homilias proferidas por autoridades eclesiais que, em estribarem-se no modelo explicativo histórico-cultural, pensavam representar o pensamento dos paroquianos, destilou-se o suprassumo do preconceito e da discriminação às comunidades nordestinas. Em alto, bizarro e péssimo som, sem pejo, rubor e/ou embaraço qualquer, reiteradas vezes recomendou-se-nos que não nos deixássemos contaminar pelas águas impregnadas da indolência dos varões nordestinos e sedução das mulheres baianas, de ancestralidade negra e/ou indígena. Em clássico humor sarcástico, sugeriu-se que, à semelhança de antigos tropeiros, se preciso fosse, sacrificasse-se um boi de piranha, que fosse o mais fraco dos mandatários, para salvarem-se os mais fortes. Como estratégia de sobrevivência cultural e religiosa propôs-se que toda a ação missionária fizesse-se, por isso, em equipes muito bem estruturadas, a contarem com a experiência comprovada de idosos (*virī probati*), taticamente imiscuídos nelas.

No dia 2 de março de 1975, às 20 horas, diferentemente dos demais colegas que viajaram em equipes muito bem constituídas, eu parti, atrasado e solitário, de Tubarão a São Paulo onde, na manhã do mesmo dia, pela Empresa Bonfinense, segui viagem a Salvador. Lá cheguei no dia 4, pela manhã. À noite do mesmo dia prossegui viagem a Paulo Afonso onde cheguei à madrugada do dia 5 de março. Seria eu o boi de piranha, destinado a sucumbir nas águas nordestinas, para salvar os componentes mais fortes do rebanho missionário que, em pequenos e bem estruturados magotes, haviam-me antecedido?

No mesmo dia, segui viagem com destino a Rodelas. Daquela cidade, incrustada no Semiárido, dizia-se ter originado de um aldeamento indígena Tuxá, organizado por missionários

franciscanos que, na sobretarde do século XVII, haviam iniciado a catequização concomitante de vários grupos nativos do Submédio São Francisco, para cujos territórios estava-se naquele momento a planejar a implantação do Lago de Itaparica. Perguntava a meus botões se estava eu habilitado a prosseguir o trabalho que aqueles destemidos evangelizadores, três séculos antes do Projeto Igrejas Irmãs, haviam começado.

O vocábulo Rodela provém do formato de um escudo circular usado pelos tapuias [indígenas de etnia desconhecida] como arma de guerra. Foi este instrumento bélico que deu nome a um dos mais valorosos combatentes da tribo – o índio Francisco que, a seu prenome acrescentou-se o nome Rodela, passando a chamar-se Francisco Rodela. Porém, como a tribo era substantivo coletivo, passou-se a utilizar no plural seu atributo identitário. Dessa forma, o índio guerreiro ficou conhecido como Francisco Rodelas. (BARBALHO, 1982 *apud* FONSECA, 1996).

Discordantemente da equipe missionária que se deslocara a Sobradinho, distante 300 km rio acima, e se alojara dentro do acampamento da empresa que estava a exigir traumática relocação de 72 mil pessoas, encontrei abrigo na casa de uma família, na iminência de transferir-se compulsoriamente, pela construção da Barragem de Itaparica. De imediato integrei-me à equipe local de catequese e evangelização. A ela devo infinita gratidão pela calorosa receptividade, generosa hospitalidade, pródiga amabilidade e, sobretudo, pelo eficiente repasse de informações históricas e dados antropológicos que fizeram encantar-me pelo jeito de ser das famílias em geral e, especificamente pela parentela de Ducilene, a mulher que escolhi para ser minha vitalícia companheira.

Como desdenhar meu encanto pela **espiritualidade**, pelo jeito de ser e pela estrutura do sistema simbólico das índias e dos índios, das mestiças e dos mestiços do sertão semiárido

nordestino? Na companhia dos indígenas Tuxá de Francisco Pereira Rodelas e das ramas da cepa nativa Massacará de Uauá eu aprendi a ser feliz.

Sou eu o esquivo mandatário catarinense que, por ignorar recomendações eivadas de preconceito e menoscabar fazer-se boi de piranha, no Sertão de Francisco Pereira Rodelas, encontrou fartas razões históricas, antropológicas, genéticas, religiosas, sociológicas, políticas e culturais, para nele aprender a ser feliz, casar-se e constituir família. Para que, na esteira do tempo não se perca essa benfazeja história pessoal, registro e publico meu encanto pelos negros, pardos e brancos que, ao longo dos séculos, o sistema colonialista empobreceu no Nordeste, marginalizam-se ainda hoje e discriminam-se no Sul e Sudeste do Brasil. Enfatiza-se o desvendar do contexto histórico, antropológico e arqueológico da Doce Lua, de nascença Massacará e herança cultural Tuxá, a iluminar as noites até então tenebrosas de minha existência.

6 NO SERTÃO DE FRANCISCO PEREIRA RODELAS

Com o objetivo de organizar os trabalhadores rurais para o enfrentamento conjunto de problemas que a construção da Barragem de Itaparica traria, quando se inundassem as terras ribeirinhas do Rio São Francisco, cheguei à cidade de Rodelas - BA, no sertão semiárido, no dia cinco de março de 1975. Lá se pretendia evitar, pela conscientização e organização dos trabalhadores rurais, que se repetissem os impactos sociais e traumas da relocação que se estava a impor a parcela significativa da população ribeirinha na região de Sobradinho que, no Século XVII, integrava-se ao mesmo Sertão.

Frei Martinho de Nantes, um dos primeiros missionários a doutrinar os Cariris nas margens médias do rio São Francisco, chamou aquela ribeira de **sertão de Rodelas**, território entre o rio Carinhanha e a foz do rio Moxotó, de onde derivou (sic) importantes vilas das capitânicas da Bahia (Urubu), de Pernambuco (Barra e Pilão Arcado) e do Piauí (Mocha, Parangá e Jerumenha). (NANTES, 1979, p. 68 *apud* ARRAES, 2017, p. 66).

Junto à Cachoeira de Santana do Sobrado, estava-se a transferir 72 mil pessoas das terras húmicas da margem do Rio São Francisco, para os estéreis terraços fluviais arcaicos da borda do que seria o maior lago artificial do mundo em espelho de água. No alto do sertão semiárido de Rodelas, havia-se planejado acumular 34,1 bilhões de m³ de água doce, para formar um Lago regulador do fluxo hídrico do Rio dos Currais e implantar usinas que gerariam energia elétrica e desenvolvimento para a região Nordeste do Brasil.

Enquanto apresentava-me ao povo, chamou-me particular atenção uma jovem mestiça, de ancestralidade indígena e portuguesa, postada em um dos primeiros bancos da igreja, com simples trajes a delinearem sensuais contornos, em

estonteante beleza congênita e cristalina singeleza nativa. No encontro de olhares carentes, cruzaram-se recíprocos sentimentos de amor e arrebatamento, aditivados pela efervescência de hormônios que ambos, em profusão dispúnhamos em nossos corpos juvenis. Nascia ali, no templo sagrado do padroeiro São João Batista, que antigos indígenas Tuxá, sob coordenação de missionários franciscanos ou capuchinhos²⁴, no século XVII haviam começado a erigir, um grande amor a imprimir sentido maior a nossas vidas.

Em 1669, Frei Francisco Domfront já evangelizava os índios Cariris nos sertões de Rodelas. As poucas informações sobre a catequese de Domfront impossibilita o tratamento detalhado de sua relação com a transformação da paisagem ribeirinha. Sabe-se, entretanto, que ele administrava, em 1685, as aldeias de **Uracapá** (ou Aracapá) e **Rodelas**. (PRIMERIO, 1942, p. 60 *apud* ARRAES, 2017, p. 96).

Era muito mais que puro encantamento pelos atributos físicos da jovem mestiça sertaneja, que estava a pesar na balança de meus sentimentos. Além do portentoso patrimônio imaterial, o povo Tuxá e a população mestiça ribeirinha a ele agregada tinham memória de fazer inveja a qualquer alemão recém-chegado. Tinham também história que em livro algum se consegue narrar com fidedigna precisão. Diz-se, aos ventos alísios, que a sobrevivência dos índios de Francisco Pereira, em Rodelas, fez-se e faz-se à custa de muita luta e bravura, principalmente depois que se perdeu o apoio da batina protetora dos missionários. Há centenas de anos, eles subsistem basicamente do que oferece a natureza e produzem as ilhas do São Francisco. Ainda hoje eles se reúnem, para reafirmar sua identidade

²⁴ “A Ordem dos Capuchinhos foi inaugurada em 1525 por Mateus de Basci. Ele iniciou a reforma do hábito aproximando-se daquele usado por São Francisco, com capuz simples e preso à vestimenta. Preservaram o voto de pobreza como meio de vida, trilhando os passos do santo padroeiro da Ordem e de Cristo.” (PRIMERIO, 1942, p. 21 *apud* ARRAES, 2017, p. 92).

pela dança guerreira do Toré. Por terem-se catequizado pelos capuchinhos, muito de suas tradições se preservou e disseminou-se junto à população branca e negra do entorno. Assim, pela assimilação dos costumes, Rodelas fez-se, integral e essencialmente, indígena Tuxá.

Por serem mais tolerantes que os jesuítas, interessavam-se os capuchos mais por civilizar que converter ao catolicismo. Serviam-se de seus hábitos, sem a eles frontalmente se contraporem, para disseminar com sutileza as ideias religiosas de linearidade vertical. Pouco ou quase nada de rendimento obtinham com sua pregação. Não se inibiam com isso porque seu objetivo maior era viver a pobreza recomendada por Francisco de Assis, nos moldes do que faziam os primeiros cristãos. (KESTERING, 2020a , p. 129).

A criação de gado no Submédio São Francisco e nas nascentes do Vasa Barris fez surgir uma sociedade diferente da que se disseminou no Sul e Sudeste do Brasil. Percebendo a importância da mestiçagem na ocupação efetiva do sertão, a Coroa incentivou não só o casamento de lusitanos com as índias, mas também o de portuguesas com os nativos. É claro que, no incentivo à mestiçagem desejava-se padronizar o comportamento silvícola ao dos europeus. Não poucas vezes, porém, os colonizadores aderiam aos costumes e crenças indígenas. Os europeus estavam sujeitos a essa aculturação às avessas, indianizando-se ao invés de civilizar os nativos. (VAINFAS, 1995, p. 148 *apud* KESTERING, 2020a, p. 144).

A aculturação não se reduz a uma única marcha, à simples passagem da cultura indígena à cultura ocidental; existe um processo inverso pelo qual a cultura indígena integra os elementos europeus sem perder suas características originais. Essa dupla polaridade confirma que a aculturação não pode ser reduzida à difusão, no espaço e no tempo, de traços culturais arbitrariamente isolados: trata-se de um fenômeno global que compromete toda a sociedade. (WACHTEL, 1979, p. 114 *apud* KESTERING, 2020a, p. 144).

6.1 Ancestralidade de Ducilene

Ducilene Soares Silva, **branca**, filha de Matias Ribeiro da Silva e Maria Anunciada Soares, nasceu no dia 28 de abril de 1959, à beira do Rio São Francisco, na velha cidade de Rodelas, próximo à Igreja São João Batista, em singela casa da rua de cima. (Fig. 117 a 119).

Figura 117 - Fachada da casa onde nasceu Ducilene



Fonte: Acervo fotográfico da família (1974), adaptado pelo autor

Da igreja para cima, a aldeia [Tuxá]; da igreja para baixo, o povoado. Divisa, simbólica, poder-se-á dizer, era a igreja, com um pequeno espaço livre entre os dois agrupamentos populacionais. (FONSECA, 1996 *apud* CUNHA, 2019).

Figura 118 - Da Igreja para cima, os Tuxá; para baixo, o povoado



Fonte: Prefeitura Municipal de Rodelas (2019)

Figura 119 - Rua de cima, onde Ducilene nasceu e viveu sua infância



Fonte: Acervo fotográfico da família (1974)

6.1.1 Seus Trisavós

De seus oito trisavós paternos tem-se informação de Lázaro (sem sobrenome), Silvéria Maria de Jesus, Severina Ribeiro, Honório Ferreira de Abreu e Carolina Maria de Jesus. Nada se sabe ainda sobre seus trisavós maternos. Por não ter sobrenome, deduz-se que Lázaro era escravo porque as ordens normativas pombalinas, de registrar-se com sobrenomes portugueses a quem gozasse da condição servil, nem sempre se observavam. Muitos escravos (de origem nativa e/ou africana) eram, assim, registrados apenas com seu pré-nome, como normalmente se fazia antes de 1758²⁵.

Sempre houve, em território Massacará que em nível preliminar propõe-se ter sido entre os rios Itapicuru e Vaza Barris, os municípios de Jeremoabo e Jaguarari²⁶, a presença inegável de nativos Pindorama, em cristalina demonstração de que eles jamais se extinguiram, como ao longo da história propuseram os defensores da historiografia tradicional.

Se por um lado, as palavras **Uracapá, Zorobabé, Pambu, Massacará e Ararumus** diziam respeito às etnias ou, simplesmente, às aldeias, localidades de convívio familiar e tribal dos nativos dos sertões, elas ainda se referiam às aldeias missionárias voltadas à catequese indígena. Os missionários se apropriaram dos vocábulos indígenas no intuito de facilitar a congregação e a atração de um crescente número de “almas gentias” ao seio da Igreja Católica e Coroa portuguesa umbilicalmente unidas pelo acordo do Padroado régio. A aldeia indígena transformada em aldeia missionária adquiriu um caráter essencialmente híbrido desde o momento de sua

²⁵ Até a abolição da escravidão, muitos escravos não tinham sobrenome.

²⁶ A dificuldade de caminho levou os padres a recorrer ao principal dos Paiaias, o Jagurari, por ser “conhecedor de todos os caminhos do sertão, hábil no salteá-los.” (LEITE, 1938, p. 272 *apud* ARRAES, 2017, p. 100-101).

conversão, como *locus* de manifestação da cultura ameríndia e como espaço de exercício dos princípios dogmáticos católicos e da europeização do modo de vida dos índios. (ARAÚJO, 2013, p. 95 *apud* ARRAES, 2017, p. 91).

Na segunda metade do Século XVII, construíram-se rústicas igrejas, capelas e ermidas, fundamentalmente destinadas à catequização dos indígenas. Contudo, essas edificações missionárias utilizavam-se também pelos neopovoadores portugueses.

A população a que os portugueses caracterizaram como indígenas não desapareceu e sequer perdeu atributos básicos de sua identidade. Pela mestiçagem física e/ou cultural integrou-se à sociedade colonial, como vaqueiros. Há suficientes relatos de sertanejos a argumentarem sua bisavó ter sido nativa e corroborarem a proposição de que na zona pastoril existiam poucos negros e assimilaram-se muitos índios. (ABREU, 1998, p. 200 *apud* KESTERING, 2021a, p. 11).

É que os administradores procuraram dissimular a origem étnica dos índios, designando-os por meio de categorias mestiças (caboclo, curiboca, cabra da terra, entre tantos outros). Ao nomear os índios coloniais com tais categorias de mestiçagem (o que produziu uma “invisibilidade” dessas populações), aproveitavam a brecha na legislação que não impedia o cativo de mestiços e, com esse expediente, legitimavam a escravidão. (RESENDE; LANGFUR, 2007, p. 19 *apud* KESTERING, 2021a, p. 11).

6.1.2 Seus Bisavós

Os quatro bisavós paternos de Ducilene, de ancestralidade portuguesa e origem nativa Massacará²⁷, eram: Lázaro

²⁷ “A partir de 1666, as ânua relatarem a fundação de seis missões nos sertões da Bahia: **São Francisco Xavier, Maçacará** (sic), **Saco dos Morcegos, Natuba, Canabrava e Juru** (Gerú).” (LEITE, 1940, p. 479 *apud* ARRAES, 2017, p. 101).

Mamede da Silva, Nicácia Maria de Jesus, Virgínio José Ribeiro e Ana Maria Ribeiro. Seus quatro bisavós maternos, de origem portuguesa e cepa nativa Tuxá, eram: Antônio Eloy Soares, Maria Felismina da Fonseca, João Soares da Silva e Emília Soares da Silva.

Lázaro Mamede da Silva, filho de Lázaro nasceu em data e local ainda incógnitos. Casou-se com Nicácia Maria de Jesus, filha de Silvéria Maria de Jesus. Com ela não se sabe quantos filhos ele teve. Sabe-se apenas que um deles era José Mamede da Silva, avô paterno de Ducilene.

Virgínio José Ribeiro, filho de pai incógnito e Severina Ribeiro, nasceu em data e lugar ainda ignotos. Casou-se com Ana Maria Ribeiro, filha de Honório Ferreira de Abreu e Carolina Maria de Jesus. Com ela não se sabe quantos filhos ele teve. Sabe-se apenas que um deles era Maria Edvirges Ribeiro, avó paterna de Ducilene.

Na Fazenda Várzea, encontram-se ainda poucos restos da residência em que habitavam Virgínio José Ribeiro e Ana Maria Ribeiro. (Fig. 120 a 122).

Figura 120 – Restos da residência de Virgínio José e Ana Maria



Fonte: Kesting (2019b, p. 302)

Figura 121 – Restos da residência de Virgínio José e Ana Maria



Fonte: Kesting (2019b, p. 302)

Figura 122 – Restos da residência de Virgínio José e Ana Maria



Fonte: Kesting (2019b, p. 303)

6.1.3 Seus Avós

Seus quatro avós eram: José Mamede da Silva e Maria Edvirges Ribeiro (paternos); Domingos Eloy Soares e Maria Emília de Sá (maternos).

Seu avô paterno, José Mamede, **pardo**, filho de Lázaro Mamede da Silva e Nicácia Maria de Jesus, nasceu em 1878, na Fazenda Várzea, termo de Uauá, quando no Semiárido ocorria a histórica seca em que, por falta de estruturas para armazenamento e distribuição de água, somente no Ceará morreram 100 mil pessoas. (BUENO, 2018 *apud* KESTERING, 2020a, p. 251).

Zuza (como era conhecido) tinha 11 anos de idade quando, no dia 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca liderou a parada militar que legitimou a proclamação da República, efetivada para defender interesses de uma minoria escravagista constituída de grandes latifundiários, cafeicultores indignados com a monarquia, militares revoltados e maçonaria.

Tinha 15 anos quando, no dia 13 de junho de 1893, Antônio Conselheiro e seus seguidores ocuparam as terras de Belo Monte, em Canudos, a 40 Km de distância da Fazenda Várzea, para implantarem nela uma comunidade não sujeita ao mando e à exploração dos representantes do poder republicano vigente. (Fig. 123).

Eles criaram uma espécie de utopia evangélica. As roças eram coletivas. Plantavam milho, mandioca, feijão e começaram a criar cabra. Com o couro, a carne, o queijo e o leite de cabra eles se tornaram autossustentáveis. Os couros das cabras de Canudos chegaram a ser exportados para os Estados Unidos e o arraial começou a florescer à sombra do poder central, do Brasil que nunca se interessou pelos seus desvalidos. O líder incontestado daquele local era justamente Antônio Conselheiro,

o homem que dava conselhos. (BUENO, 2018 *apud* KESTERING, 2020, p. 254).

Figura 123 - Relação espacial de Canudos, Uauá e Fazenda Várzea



Fonte: Google Earth (2022) adaptado pelo autor

A eles a sociedade farisaica do ocaso do Século XIX discriminava, tanto quanto em 1974, nas liturgias de mandato dos missionários do Projeto Igrejas Irmãs evidenciava-se em comunidades religiosas sul-catarinenses, contra os homens nordestinos e especialmente as mulheres baianas.

De um lado, a Igreja atacava a comunidade, alegando que os seguidores de Conselheiro eram apegados à **heresia** e à **depravação**. Por outro, os políticos e senhores de terra, com o uso dos meios de comunicação da época, diziam que Antônio Conselheiro era monarquista e liderava um movimento que almejava derrubar o governo republicano, instalado em 1889. (SOUSA, 2019 *apud* KESTERING, 2020a, p. 253)

Na Fazenda Várzea, por influência do movimento conselheirista e por respeitarem-se as tradições culturais

nativas, imperava o mesmo estilo da vida de Canudos²⁸. Em seu território plantava-se milho, mandioca e feijão, em pequenas caixaras junto às casas de taipa, servia-se comunitariamente da água do tanque de pedra e usufruía-se coletivamente da caatinga, onde se criavam pequenos animais, caçava-se e coletavam-se frutas e madeira, desde o tempo em que o ocupava o povo Massacará²⁹.

Os pardos naquela ocasião eram 5,35 milhões, numa população total de 9,93 milhões. No mesmo ano, 52,87% dos negros seguiam sendo escravos, mas somavam apenas 708 mil indivíduos. No censo de 1890, logo após a abolição, os pardos seguiriam formando a maioria da população nacional e somente seriam superados pelos brancos, reforçados pelo enorme fluxo migratório europeu, em 1940. (...)

De qualquer forma, era impossível deixar de constatar o caráter mestiço do brasileiro do final do século XIX. Mestiço não apenas na cor, mas, como assinalou o polemista Sílvio Romero, “todo brasileiro é mestiço, se não no sangue, pelo menos nas ideias”. (SCHOMMER, 2012, p. 63, *apud* KESTERING, 2021a, p. 153-154).

José Mamede tinha 18 anos de idade quando, no dia 19 de novembro de 1896, em Uauá, a 8 Km de distância da Fazenda Várzea, iniciou-se efetivamente o conjunto orquestrado de conflitos da famigerada Guerra de Canudos.

²⁸ Originalmente, Canudos era uma pequena aldeia de que se tem referência desde o Século XVIII. Em 1870 registrava-se como uma fazenda de gado, “situada nos limites entre as freguesias do Santíssimo Coração de Jesus de Monte Santo e Santíssima Trindade de Massacará”. (FREIRE, 1906 *apud* CALASANS, 1973, p. 238).

²⁹ Os colonizadores portugueses chegaram a Monte Santo por referências que dele faziam os índios de Massacará. Esses nativos, aldeados em missão jesuíta no ano de 1639, há muito ocupavam as terras das cabeceiras dos rios Vaza Barris e Itapicuru. Seu chão original tomou-se deles e dos missionários franciscanos, em 1854 quando o governo provincial da Bahia extinguiu sua missão e liberou-o à ocupação de fazendeiros. (PALACIN, 1987, p. 11 *apud* KESTERING, 2020, p. 240).

Três oficiais, 113 soldados, um médico, uma ambulância e dois guias, sob o comando do Tenente Manuel da Silva Pires Ferreira, partiram [de Juazeiro] em direção a Canudos com o fito de conter [uma] suposta ação dos sertanejos. Em Uauá, (...) foram atacados pelos conselheiristas comandados por Pajeú e João Abade. (KESTERING, 2020a, p. 258).

Ele não completara ainda 19 anos quando, em março de 1897 o governo federal Prudente de Moraes formou a terceira expedição contra os conselheiristas de Canudos, após derrota de 500 soldados militares comandados pelo Major Febrônio de Brito. Confiou-a ao comando de Moreira César cuja equipe constituía-se de mais de 1.300 soldados munidos com 15 milhões de cartuchos e seis canhões *Krupp* que, para arrasar Canudos havia-se comprado na Alemanha.

Na época, Moreira Cezar era a segunda pessoa mais importante da República. Em 1893, em Santa Catarina, sob as ordens de Floriano Peixoto, na Fortaleza de Santa Cruz, Ilha de Anhatomirim, com seu velho hábito de assassinar pessoas por fuzilamento sumário e degola, ele tinha liquidado com a Revolução Federalista. Foi lá que ele adquiriu a fama e o apelido de corta-cabeças. Prudente de Moraes mandou então, o famigerado testa-de-ferro de Floriano Peixoto e consagrado herói catarinense, ao sertão dos nativos de Rodelas e remanescentes Massacará... (KESTERING, 2020a, p. 267).

Semelhantemente ao ritual de envio dos membros do Projeto Igrejas Irmãs, em 1974, Moreira César, em 1897, quase cem anos antes, veio à Bahia com **mandato** das comunidades civis e religiosas catarinenses que, explícita ou implicitamente, solidarizavam-se com as atrocidades orquestradas pelos governos republicanos Floriano Peixoto (federal) e Hercílio Luz (estadual).

A culpa desse massacre não pode recair única e exclusivamente sobre Moreira César e seus principais auxiliares diretos, nem mesmo apenas sobre Floriano, mandatário maior do país. Ela deve ser compartilhada

também com a classe política local e **as demais instituições organizadas da época** (grifo do autor deste). Quando não compactuaram diretamente com os atos sanguinários de Moreira César, foram, na melhor hipótese, inertes e omissas aos seus desmandos arbitrários. (TONERA, 2004 *apud* KESTERING, 2020a, p. 203).

A mística florianista teve amplitude nacional, aquilatando-se pelo número de homenagens em formas de manifestações, denominação de logradouros públicos, ereção de monumentos, após a vitória sobre os rebelados de 1893. Nessa euforia em Santa Catarina, o florianismo repercutiu de imediato, em vista dos acirrados ânimos entre republicanos e federalistas. (MEIRINHO, 1995, p. 46 *apud* KESTERING, 2020a, p. 2012).

Mensagens de apoio transmitiram-se de Tubarão, Laguna, Tijucas, Camboriú, Itajaí, Blumenau, Lages, São Joaquim, Joinville, São Francisco, São Bento, Campos Novos e Curitiba. Nos anos subseqüentes comemoraram-se os aniversários da rebelião herciliista, homenageando o primeiro governador republicano presidencialista como redentor de Santa Catarina.

Graças à ufanía da República Velha catarinense que bem se havia sucedido no combate aos ideais parlamentaristas do Sul do Brasil, decidiu-se guerrear, com violência similar, contra os bugres Xokleng e os tapuias Tuxá e Massacará. Esses guerreiros nativos acalentavam o sonho de se implantar a terra sem mal, o mundo sem dor ou reino de Tupã no Vale do Itajaí e nas nascentes do Rio Vasa Barris [respectivamente]. (KESTERING, 2020a, p. 2012).

O jovem Zuza tinha já 19 anos de idade quando, no dia 5 de outubro de 1897, mediante promessa de anistia, em Canudos renderam-se homens, mulheres e crianças a quem, horas depois, a tropa republicana, covarde e traiçoeiramente, degolou. (Fig. 124).

Desgraçou-se muita gente nos Canudos! Morreu gente naquele Canudos! Não tinha mais onde botar. Lá não enterravam gente mais não. Ficavam estendidos aí. Tocavam

fogo. Não enterravam não. Não davam vencimento. Morreu gente! Morreu gente!

Quando venceram Canudos, foi um Artur Oscar, o tenente que brigou lá e venceu Canudos. Fechou Canudos, com muita gente presa dentro. Deu a ordem: “até tantas horas, quem quiser sair saia para ir embora. Quem ficar é degolado”. Foi dito e feito. Foi aí que passou um lote de gente que saíram e passaram, gente de Sergipe e desse mundo todo. Os que ficaram foram tudo degolado. Cortaram o pescoço. Ele mandou cortar. (ANTÔNIO DE ISABEL *apud* KESTERING, 2020a, p. 275).

Figura 124 – Canudos transformou-se em um grande cemitério



Fonte: Fontenelle (2005 *apud* Kesting, 2020a, p. 279)

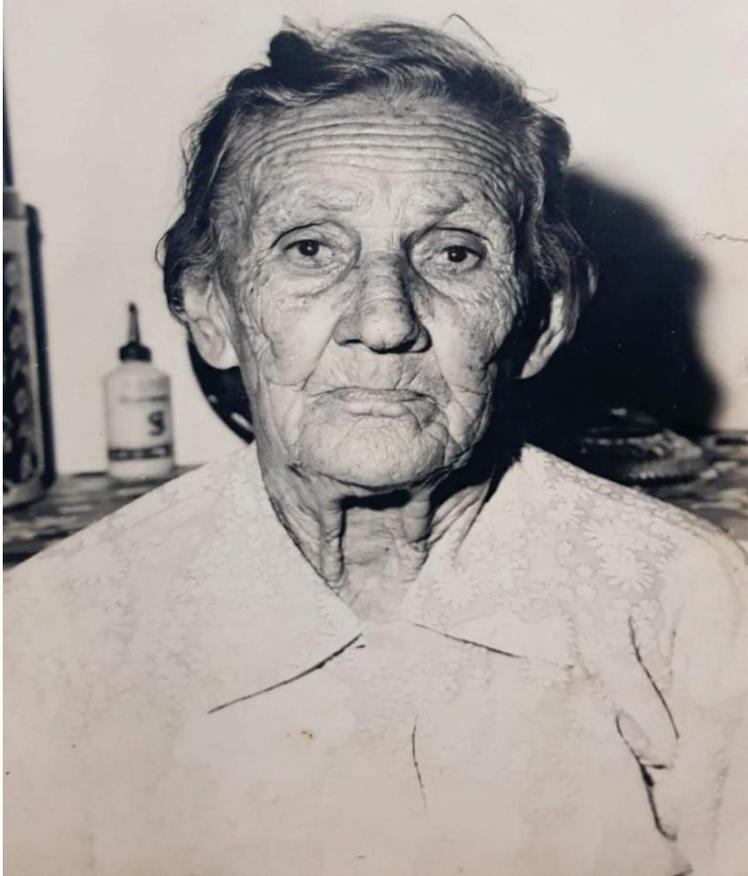
No dia 8 de novembro de 1910, com 32 anos de idade, Zuzacasou-se com Maria Edvirges Ribeiro (Mariquinha). Com ela teve 12 filhos entre os quais Matias Ribeiro da Silva, pai de Ducilene.

Mariquinha, **branca**, agricultora, criadora e costureira, era filha de Virgínio José Ribeiro e Ana Maria Ribeiro. Nasceu na Fazenda Várzea, em Uauá, no dia 30 de outubro de 1885. (Fig. 125).

Tinha, quatro anos de idade quando se proclamou a República; sete, quando Antônio Conselheiro e seus seguidores ocuparam as terras de Belo Monte; 11, quando os soldados comandados pelo Tenente Manuel da Silva Pires Ferreira foram atacados pelos conselheiristas em Uauá e 12,

quando se degolaram homens mulheres e crianças, no final da Guerra de Canudos.

Figura 125 - Maria Edvirges Ribeiro



Fonte: Acervo fotográfico da família (1973)

José Mamede (Zuza) faleceu com 88 anos de idade, no dia 26 de agosto de 1966, na Fazenda Várzea, em Uauá e Mariquinha faleceu com 90 anos de idade, no dia 1º de novembro de 1975, em Euclides da Cunha - BA. Sepultaram-se os corpos de ambos no cemitério de Uauá. Na Fazenda

Várzea, junto a um velho tamarineiro encontram-se ainda os escombros da residência deles. (Fig. 126 e 127).

Figura 126 – Restos da casa de José Mamede e Maria Edvirges



Fonte: Kesting (2019b, p. 300)

Figura 127 – Restos da casa de José Mamede e Maria Edvirges



Fonte: Kesting (2019b, p. 301)

Por ouvir contarem os mais velhos, a população atual da antiga fazenda dos Ribeiro informa que, à borda do tanque de pedra, quando o vento soprava favorável, ouviam-se os estampidos dos rifles do conflito em Uauá e do canhão inglês *Withworth*, apelidado de matadeira pelos sertanejos, que se usou em Canudos. Fala-se que, nas noites sem lua, via-se também os renitentes clarões dos tiros das armas que no campo de batalha manuseavam os contendores. (Fig. 128 e 129).

Figura 128 – Tia Maria Salomé Ribeiro da Silva



Fonte: Kesting (2020a, p. 234)

Figura 129 – Tio João Tolentino de Souza



Fonte: Kesting (2020a, p. 275)

Muito embora, até aquele momento eu não tivesse muitas informações sobre Uauá e Canudos, durante o cortejo fúnebre e sepultamento do corpo de Tia Domingas, sua irmã, a Tia Maria Salomé Ribeiro da Silva (Tia Saló) e Tio João Tolentino de Souza, seu marido, relataram-me episódios sobre a guerra dos seguidores de Antônio Conselheiro. Tio João comentou que guardava em sua casa uma relíquia daquele conflito armado. Prosseguiu a me dizer que, em função de meu interesse pela história de sua família, ele fazia questão de me presentear com ela. Tratava-se de um xunxo usado por um ancestral seu, morto em combate junto ao Rio Vasa Barris, próximo ao então povoado de Uauá. Recebi-o e, anos mais tarde, Ducilene e eu pusemo-lo como adereço em monumento que se fez em Sobradinho – BA, por ocasião da inauguração do local de reuniões que, pela semelhança das lutas populares da terra dos ex-barrageiros com as dos conselheiristas de Uauá e Canudos, houve-se por bem chamá-lo de Centro Comunitário Antônio Conselheiro. (KESTERING, 2020a, p. 228).

Seu avô materno, Domingos Eloy Soares, **branco**, filho de Antônio Eloy Soares e Maria Felismina da Fonseca, nasceu em Rodelas, no dia 2 de outubro de 1895. Era carpinteiro, marceneiro, pedreiro, agricultor, criador e canoieiro. Como testemunho de suas habilidades profissionais, a todos causava admiração a casa de farinha que edificou sobre embasamento rochoso cristalino, junto ao jardim da Igreja São João Batista, a resistir por décadas as periódicas enchentes do Rio São Francisco. (Fig. 130).

Diferentemente das famílias brancas tradicionais que, na caatinga, durante séculos, dedicavam-se à criação extensiva de gado e outros animais domésticos, Domingos Eloy, à semelhança e em companhia dos indígenas Tuxá, cultivava terras de vazante, na margem pernambucana e nas fartas ilhas daquele trecho do velho Rio dos Currais. Com os nativos mantinha permanente e sólida relação de amizade e estreitos vínculos comerciais e culturais. Em sua casa de farinha, em frequência regular, os caboclos chegavam com barcos

abarroçados de mandioca para, em parceria com ele, fazerem muita farinha e abundante tapioca destinada ao consumo diário de suas parentelas. (Fig. 131).

Figura 130 - Casa de farinha edificada junto ao Rio São Francisco



Fonte: Prefeitura Municipal de Rodelas (2019), adaptada pelo autor

Figura 131 - Barcos chegavam com muita mandioca para a farinhada



Fonte: Prefeitura Municipal de Rodelas (2019), adaptada pelo autor

Em sua roça, na Fazenda Saco, no lado pernambucano do Rio São Francisco, Domingos Eloy (Pai Velho) implantou um sistema vernáculo de irrigação cuja água inicialmente bombeava-se com um cata vento artesanal que ele próprio confeccionou e depois, com uma roda d'água, também construída por ele. Para transportar a produção agrícola que partilhava com todos os membros de sua grande família (filhos, noras, genros e netos) construiu um espaçoso barco a vela, o maior que se dizia haver em Rodelas.

Ele fez um barco bem grande. Era tão grande que ele colocava dez jumentos de cada vez, com carga e tudo, para levar da Bahia para o Pernambuco e do Pernambuco para a Bahia. (SOARES, 2022).

Assiduamente participava de rituais religiosos vinculados aos costumes indígenas, quais eram: procissões com cantorias de penitência quaresmal, repetidas anualmente, desde quando Antônio Conselheiro, em suas peregrinações pelo sertão e na Vila Belo Monte, em Canudos, incentivava seus seguidores a realizá-las como ritual identitário; novenas festivas juninas em homenagem a São João Batista; ofícios e cortejos de hábito religioso tridentino, preservados durante séculos, desde que avoengos religiosos iniciaram a catequização dos nativos Tuxá, aldeados no final do século XVII. (Fig. 132 e 133).

Figura 132 - Domingos Eloy a portar o grande cruzeiro de madeira



Fonte: Acervo fotográfico da família (1967)

Figura 133 - Cortejo de hábito religioso tridentino



Fonte: Prefeitura Municipal de Rodelas (2019), adaptada pelo autor

A multidão guerreira [de Antônio Conselheiro] avançava para Uauá, derivando à toada vagarosa dos kyries, rezando. Parecia uma procissão de penitência, dessas a que há muito se afeiçoaram os matutos crendeiros para abrandarem os céus quando os estios longos geram os flagícios das secas. (...) Guiavam-nos símbolos de paz: a bandeira do Divino e, ladeando-a, nos braços fortes de um crente possante, grande cruz de madeira, alta como um cruzeiro. (CUNHA, 1901 *apud* KESTERING, 2020a, p. 260).

Domingos Eloy casou-se com Maria Emília Gomes de Sá, rama provável do sargento-mor Antônio Gomes de Sá que, em 1696 era procurador da Casa da Torre. (FONSECA, 1996 *apud* CUNHA, 2019). Com ela teve seis filhos: Maria, Antônio Eloy, José Eloy, **Maria Anunciada** (mãe de Ducilene), Aurelina e Manoel Eloy. Eles moravam em Rodelas, no lado norte da rua de cima, próximo à Igreja São João Batista e junto à aldeia Tuxá. (Fig. 134 e 135).

Sua avó materna, Maria Emília Gomes de Sá, **branca**, filha de João Soares da Silva e Emília Gomes Maniçoba, nasceu em Pernambuco, no dia 5 de abril de 1901. Dedicava-se exclusivamente ao marido, aos filhos e às atividades domésticas.

Domingos Eloy faleceu no dia 17 de agosto de 1969, com 74 anos de idade, e Maria Emília, no dia 13 de janeiro de 1971, com 70 anos de idade, ambos em Rodelas - BA em cujo cemitério sepultaram-se seus corpos.

Figura 134 – Domingos Eloy Soares e Maria Emília Gomes de Sá



Fonte: Acervo fotográfico de Antônio Eloy Soares (2022)

Figura 135 - Casa de Domingos Eloy e Maria Emília, próximo à igreja



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1976)

6.1.4 Seus Pais

Seu pai, Matias Ribeiro da Silva, **pardo**, filho de José Mamede da Silva e Maria Edvirges Ribeiro, nasceu no dia 5 de janeiro de 1919, na Fazenda Várzea, Uauá. Ele tinha apenas quatro anos de idade quando, no dia 23 de maio de 1923, por decreto do Arcebispo Dom Jerônimo Tomé de Sousa, criou-se a Paróquia de Uauá e sete anos somente, quando, em 9 de julho de 1926, por desmembramento de Monte Santo, emancipou-se politicamente aquele município. (Fig. 136).

Figura 136 - Igreja e Praça São João Batista, de Uauá



Fonte: IBGE (1923)

Sua ancestralidade indígena evidencia-se no sobrenome (da Silva) e na cor da pele (**pardo**), atributos de identidade que herdou de antecessores paternos.

Atente-se que aos escravos (índios e africanos) que até a Reforma Pombalina não se registravam com sobrenomes, exigiu-se que lhes atribuíssem os mesmos de seus proprietários portugueses. Para evitar que reivindicassem direitos sobre seu patrimônio, muitos portugueses tiveram o cuidado de os assentarem com seu sobrenome, precedido pela preposição **de**. Essa relação subordinativa mostrava que o sobrenome do fazendeiro não se dissociava do que se atribuía

ao escravo vaqueiro. Antes, pelo contrário, deixava claro que esse continuava propriedade sua. Foi assim que se registraram muitos escravos índios e africanos com sobrenomes **dos Santos, de Sousa, de Sá, da Fonseca, da Rocha, de Medeiros, da Costa, da Silva, de Abreu e de Jesus**. (KESTERING, 2020a, p. 247).

O foco descritivo de Caminha incidiu sobre os habitantes dessa terra desconhecida. Em primeiro lugar, atentou em seus rostos: “*A feição deles é serem **pardos** (grifo nosso), maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes*”. Em seguida observou: “*Andam nus, sem nenhuma cobertura*”, ostentando seus corpos “*com tanta inocência como têm em mostrar o rosto*”. Esses homens **pardos**, todos nus, “*sem nenhuma coisa que lhes cobrisse suas vergonhas*”, desconheciam o pudor dos homens brancos. (SILVA, 2010 *apud* KESTERING, 2020a, p. 248).

Na pacata fazenda, junto ao tanque de pedra que seus antepassados Ribeiro, com mão de obra escrava, haviam construído, passou a infância e adolescência. (Fig. 137 e 138. Diz-se que na juventude, em 1937, cansado da monótona vida de roça, tão logo completou 18 anos, postou-se sobre o lombo de um jumento e foi à feira de Uauá onde o vendeu por preço compatível ao valor da passagem e uma semana de estadia na capital do estado.

Figura 137 – Muro de pedra construído com mão de obra escrava



Fonte: Kesting (2019b, p. 304)

Figura 138 – Cancela de acesso ao centenário caldeirão de pedra



Fonte: Kesting (2019b, p. 304)

Com o dinheiro à mão, na mesma hora firmou contrato verbal com um organizador de lotação, mandou à família, por confiável portador, o recado de que decidira morar na capital e evadiu-se. Bem chegado a Salvador, de imediato apresentou-se ao comandante do batalhão da Polícia Militar que, sem caranguejar nem procrastinar, alistou-o no pelotão de recrutas que estava a formar.

Naquela corporação destacou-se como soldado, pela confiança, disciplina militar, idoneidade moral e fidelidade aos princípios éticos. (Fig. 139). Integrou-se, por isso, em 1938, ao contingente de policiais, enviado a Casa Nova pelo governo da Bahia, em missão de apaziguamento aos ânimos dos fazendeiros e cerca de quatro mil caceteiros que, na Fazenda Pau de Colher, disputavam terras.

Por infelicidade, quando o agrupamento de soldados baianos chegou ao ambiente da guerra, o conflito havia já terminado porque Getúlio Vargas, então presidente da República, convocara soldados de estados vizinhos que, sumariamente

havam assassinado os líderes e homens de guerra do movimento caceteiro. As crianças órfãs levaram-se então a Salvador. Algumas internaram-se em conventos e outras integraram-se à Marinha e ao Exército. (PORTAL CASA NOVA, 2019 *apud* KESTERING, 2021a, p. 181).

Figura 139 - Soldado Matias Ribeiro da Silva



Fonte: Acervo fotográfico da família (2018)

Em 11 de novembro de 1964, ele promoveu-se a cabo, função que o tornou conhecido em toda região norte do estado da Bahia. (Fig. 140). Em cada período eleitoral, porém, por

perseguição política, transferia-se compulsoriamente de uma cidade a outra, com maior permanência na terra dos vagalumes³⁰, onde nasceu. Além de ter sido delegado em sua terra natal, foi também em Rodelas, Macururé e Chorrochó.

Figura 140 - Carteira de registro na Polícia Militar da Bahia



Fonte: Acervo documental da família (1964)

No dia 27 de julho de 1960, aos 51 anos de idade, casou-se com Maria Anunciada Soares, Mãe Noquinha, em Rodelas. Com ela teve oito filhos: Dezuíta, Doralice, Dilma, Rubens, Dorisneide, **Ducilene**, Deireluce e Regivaldo. A despeito de ausentar-se demoradamente para exercício da profissão, quando lhe facultavam as circunstâncias, marcava furtiva presença junto à família, distribuindo farto afago e pródigos aconselhamentos.

Faleceu com 78 anos de idade, no dia 6 de fevereiro de 1997, em Uauá - BA em cujo cemitério, junto ao Rio Vaza Barris, plantou-se seu corpo, em cova sepulcral onde jazem também

³⁰ Na linguagem indígena local, chamavam-se de uauá os vagalumes.

os restos mortais de seus pais (José Mamede e Maria Edvirges) e irmãos (Abdias, Domingas, Salomé e Acilina).

Sua mãe, Maria Anunciada Soares (Mãe Noquinha), **branca**, filha de Domingos Eloy Soares e Maria Emília Gomes de Sá, nasceu no dia 15 de agosto de 1923, em Jatinã - PE. Não teve oportunidade de frequentar escola alguma e sequer alfabetizar-se, pelo que, ao longo da vida lamentava-se profundamente, sempre que alguma ocasião lhe permitia extravasar crônicos sentimentos de revolta. Enquanto jovem dedicou-se, com exclusividade, a atividades agrícolas e quando adulta, a afazeres domésticos e educação dos filhos. (Fig. 141).

Figura 141 - Mãe Noquinha



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1978)

Até 1931, [quando Maria Anunciada tinha oito anos de idade] Rodelas era, praticamente, o grupo indígena e pessoas outras que viviam em função das ilhas e dos terrenos de vazante da beira rio, alguns lavrando terra própria, outros na condição de meeiros ou trabalhadores diaristas da lavoura, gente pobre, em geral os descendentes de **escravos** (grifo nosso), agregados

e vaqueiros. Aí moravam também os homens de comércio, que podiam ser ao mesmo tempo fazendeiros e proprietários de terra, utilizando-se, para o trabalho da lavoura, de meeiros ou de diaristas, também chamados de trabalhadores de aluguel. Compravam pele de bode, peles silvestres e algodão, que renegociavam em Juazeiro. Vendiam tecidos, bebidas, sal, fumo, instrumentos agrícolas, como machado, enxada, facão e outros produtos e miudezas não produzidos na localidade. As lojas tinham variado sortimento, que ia do tecido à rapadura e o mercado de fumo. Havia uma feira semanal, no Domingo, que reunia as gentes da redondeza, abrigando-se os feirantes em barracas montadas e desmontadas toda semana. Somente na segunda década do século XX se construiria um barracão para a feira. Moravam aí, também os barqueiros. Era o tempo do transporte fluvial, através de barças, que navegavam até Juazeiro e até Jatobá e do transporte cargueiro - tropas de muares. Em Jatobá e Juazeiro estavam os terminais de estrada de ferro que partiam de Piranhas e de Salvador. Piranhas é um porto fluvial que se entronca com o porto marítimo de Propriá, este, interligado aos portos de Aracaju, Maceió e Recife, que, a esse tempo, se faziam ligar a Jatobá por aquele pequeno trecho ferroviário. As barcas levavam os produtos locais, traziam os de fora. Vinham de Jatobá especialmente o sal do mar - sal grosso, ensacado - e filtros de arenito, artefato de produção daquela povoação altamente requisitado na região beradeira do São Francisco - alguns outros produtos procedentes do comércio do litoral norte. Vinham de Juazeiro os tecidos, a bebida, instrumentos agrícolas, outros produtos, em parte adquiridos aí, em parte comprados na praça de Salvador por via dos caixeiros-viajantes, que representavam o comércio grossista. Não se importavam farinha, arroz e outros cereais, nem açúcar, salvo em escassa quantidade.

A produção local de farinha e cereais sustentava o consumo. Como substituto menos custoso do açúcar, usava-se a rapadura, de produção local ou descida do Rio Grande via Juazeiro, ou do Cariri, pelo transporte de carga. Da região chamada de Freguesia - Antas, Cícero Dantas, em transporte cargueiro vinha o fumo em rolo. Os barqueiros não se limitavam à prestação do serviço de transporte de

mercadorias. Antes, ao lado do fretamento de mercadorias, exerciam o comércio de porto em porto. Vendiam e compravam tudo que fosse objeto de comércio na região. Saíam de Jatobá carregados de sal e pedras de filtro e paravam de porto em porto, vendendo-os. Voltavam carregados de rapadura e quanto produto fosse requisitado no rio de baixo, igualmente vendendo o produto de porto em porto. Eram os chamados regatões ou negociantes da carreira do rio. (FONSECA, 1966 *apud* CUNHA, 2019).

Mãe Noquinha faleceu em Juazeiro - BA, no dia 1º de junho de 2006, com 82 anos de idade. Seu corpo sepultou-se no cemitério municipal da nova cidade de Rodelas, em jazido onde, por ocasião da construção da Barragem de Itaparica, haviam-se acondicionado os restos mortais de seus progenitores. Por oportuno, lembra-se que muitos atributos de sua identidade permanecem vivíssimos na memória dos membros de sua família e de muitíssimas amigas que ao longo da vida esmerou-se em granjear e preservar. (Fig. 142).

Ela está em meu sangue,
Assim como em meus olhos.
Está em minha boca
E percorre meus traços.

Está na coragem que busco ter,
Na ousadia que me atrevo ousar,
Na perseverança dos sonhos sonhados,
Na resiliência de toda paixão.

Está no gosto de viver,
Muito mais no jeito de amar.
Um ser sublime e inesquecível,
Totalmente insubstituível,

Aguerrida e arretada.
A fortaleza foi sua aliada.
Sua coragem eterna se fez.
Jamais morrerá.

Perpetuou-se em minha cabeça.
Fez morada em meu coração.
Alegra-me nela ter sido gerada
Pra gerar os filhos meus.

Quisera eu, meu Deus,
Ser metade do que ela foi e será
Mamãe Maria Anunciada Soares,
Minha inesquecível Mãe Noquinha. (KESTERING, 2022).

Figura 142 - Mãe Noquinha



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1992)

6.2 Primeiras Letras

Muito embora fosse relativamente pequena a distância entre Uauá e Rodelas, apenas 140 km em linha reta, por absoluta falta de transportes, muito raramente os filhos faziam visita a seu pai, Matias Ribeiro da Silva. A confortável companhia de mãe Noquinha, alguns tios, vários primos e muitos amigos, amainava um pouco a saudade das crianças.

Ducilene cresceu a ouvir mil histórias referentes à extraordinária inteligência de Pai Velho e Mãe Noquinha a lamentar enésimas vezes não lhe terem facultado a sorte de frequentar salas de aula, onde poderia ter aprendido a conquistar a sabedoria de uma advogada em cujas laudas, dizia, juiz algum encontraria falhas. Fez-se menina a escutar sua família dizer que a escola era o espaço ideal para aprender tudo e até mais do que sabia seu avô a quem tanto admirava e estimava. (Fig. 143).

Figura 143 - Ducilene com seis anos de idade, no ensino básico



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1966)

Na esperança de em sabedoria igualar-se a Pai Velho, ela fez o curso primário na Escola Professora Dulcina Cruz Lima que se localizava no alto de uma colina adjacente à cidade, junto à roça de Teté e ao antigo Posto de Saúde. (Fig. 144). Enquanto edificavam-na os pedreiros, alfabetizou-se em companhia de seus colegas contemporâneos, no sobrado onde a professora Dulcina residia e a um dos cômodos do primeiro andar utilizava como sala de aula. (Fig. 145 e 146).

Figura 144 - Escola Dulcina Cruz Lima



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1976)

Figura 145 - Sobrado da Professora Dulcina



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1976)

Figura 146 - Professora Dulcina Cruz Lima



Fonte: Arfer (2017)

Em 1933 seria a professora Dulcina Cruz Lima, a grande educadora de Rodelas (...). Recém-formada em Recife, veio como professora pública de sua terra, nomeada pelo Governo do Estado da Bahia. Tinha 20 anos de idade. Dedicaria toda a vida a sua terra e a sua gente. Não se casou para ter dedicação a filhos; só a Rodelas, à escola e aos alunos se dedicava. Por longos anos, o único destaque de Rodelas, a única boa referência, foi a escola de Dulcina, alguma coisa como uma pequena universidade, de titular único, atendendo com amor, sem distinção de índios, morenos e brancos, matrícula rodando os sessenta alunos. Dulcina deu vida nova a Rodelas, preparou os caminhos não só para a educação, hoje bem desenvolvida, com duas escolas de formação de professoras, mas para o desenvolvimento. (FONSECA, 1996 *apud* CUNHA, 2019).

Dizia-se que era mal assombrada uma das dependências do pavimento superior daquele casarão, onde ela guardava um velho confessionário. Tinha aquele abandonado cômodo pouca iluminação e exalava sutil graveolência da urina que se

volatilizava nos resíduos morcegaís, em montículos lá acumulados. Diz-se que, vez por outra, um desses indesejados inquilinos deixava seu esconderijo junto ao teto do velho edifício, para revoltear, em frenético desatino, pela sala de aula, a alvoroçar a criançada.

Se quisesse, poderia seguir carreira em Olinda, onde se formou professora, ou no Recife. Mas Dulcina Cruz Lima optou por voltar à vila do Rudela para, em 1933, comandar uma das primeiras escolas do lado baiano do médio São Francisco.

Por décadas a Escola Estadual Felipe dos Santos funcionou no primeiro andar do mítico sobrado amarelo construído por João Alventino, tio dela, e comandada com doçura e rigor. É uma casa cravada na memória coletiva dos rudelenses e respeitada e lembrada pelos rodelenses, mesmo aqueles que nunca a viram.

O espaço era democrático. Não se têm notícias de discriminação na sua única sala, onde a professora se desdobrava para atender a todos, não raro mais de 40. Por lá passaram muitos rudelenses. A sala era dividida por brancos, negros e índios da tribo Tuxá. Meninas e meninos. Filhos das poucas famílias abastadas na época e das muitas pobres. Todos recebiam a mesma atenção da jovem, como ainda atestam os estudantes da época – os da primeira turma já chegaram aos 90 anos.

Dona Dulcina, que nasceu numa fazenda na área de influência da vila, distribuía carinho e corretivos a quem os merecessem. Que os ousados não pensassem que aquela figura franzina era de amolecer diante da indisciplina, de quem quer que fosse.

Naquela época era permitida a aplicação de castigos físicos nas salas de aulas, tido como uma ferramenta à boa educação. Ao bom comportamento. Uma palmatória foi levada por um ex-aluno na homenagem prestada à mestra, quando do centenário do seu nascimento. Arrancou risos e histórias sobre o seu uso foram contadas ou lembradas. Lembraram que o temido instrumento apenas era usado em caso de indisciplina e não por problemas de aprendizado. Nesses casos, a professora era por demais paciente. (...)

A escola tinha até o quarto ano. A partir daí ou o aluno saía para outras cidades para continuar seus estudos ou parava (...) Parar de estudar era o destino da grande maioria dos seus alunos. Naquela época, ler e escrever eram meio caminho andado para o sucesso na vida. Muitos ganhavam o mundo, com o peito inflado de orgulho de ter estudado na escola. E de ter sido aluno de dona Dulcina.

E o sobrado não abria as portas e oferecia suas vagas apenas para os rudelenses. Meninos e meninas de cidades e povoados próximos, que tinham parentes no Rudela, vinham aprender o ABC e a fazer contas, conhecer geografia e ciências na escola do sobrado. Virou uma referência em toda a região, pela qualidade e empenho. (ARFER, 2017).

À Professora Dulcina deve-se a tradição de, no dia sete de setembro de todos os anos, postarem-se em campo de futebol dois times a representarem, em acirrado antagonismo competitivo, as cores verde e amarelo a que se auto-segregam, em trincheiras separatistas, a totalidade dos habitantes de Rodelas. Passado, porém, o dia da rivalidade pela preferência de uma das cores, voltam a reinar na cidade a ordem e o progresso, representados na faixa branca a passar o globo azul da bandeira republicana.

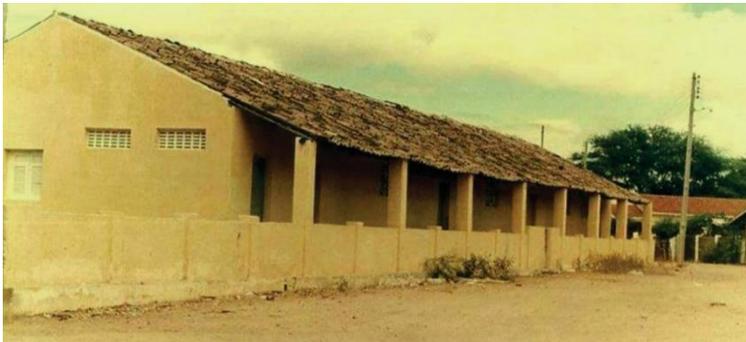
Um dos mais longevos clássicos do futebol do interior nordestino é disputado há quase 70 anos em Rodelas, na região norte da Bahia, a 550 km de Salvador. No dia 7 de setembro, e apenas naquele dia, os times do Verde e do Amarelo entram em campo para alimentar uma rivalidade iniciada em meados dos anos 50. E a cidade se divide entre torcedores das duas cores. Ou torce pelo Verde ou pelo Amarelo. Não existe meio-termo – a não ser que se tenha chegado muito recentemente e ainda não tenha tido tempo para posicionar-se.

Rodelas respira a fundo esta disputa. A partida de futebol entre os dois partidos – são partidos mesmo, atravessou e apaixonadamente envolveu gerações. Um ou outro é o primeiro time do coração dos rodelenses, homens e mulheres, mesmo aqueles e aquelas que não gostam de futebol, não

sabem como se cobra um lateral ou nunca ouviram falar em pênalti. O gostar de um e o detestar o outro começa na mais tenra idade. Alguns mais apaixonados afirmam que o rodense nasce torcendo por uma das cores. (ARFER, 2017).

O Curso Ginásial Ducilene fez no Centro Educacional Luiz Viana Filho. (Fig. 147). Essa escola incentivou-a a cursar letras. Nela, desde muito cedo descobriu sua habilidade para declamar poesias, cantar, dançar e representar, de diversas formas, em momentos cívicos, religiosos e festivos. À semelhança do que, durante séculos faziam os indígenas Tuxá, seus mestres, com frequência, propunham-lhe a tarefa de declamar versos, quando na pacata cidade recepcionavam-se bispos e ilustres conterrâneos que, em busca de sucesso profissional, nas capitais do Nordeste formavam-se em Medicina ou outros cursos de nível superior³¹.

Figura 147 - Centro Educacional Luiz Viana Filho



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1976)

O fato mais marcante de sua vida estudantil era, sem dúvida, o desafio de chegar ao Centro Educacional Luiz Viana Filho. Para alcançar ao destino, atravessava um estreito beco entre

³¹ “(...) os índios das aldeias mobilizavam os rituais de encontro com os padres e outras autoridades de modo a afirmar a sua devoção sem abrir mão das tradições que ganhavam novas feições a cada encenação.” (MONTEIRO, 2007, p. 53-54).

duas roças. Apelava à sorte para não se deparar com bois e vacas que nele, por vezes ficavam soltos, a perambular em típica pachorra de bovinos domesticados. Quando o fortúnio não lhe era solidário, contudo, ao deparar-se com esses animais à solta, jogava seus materiais escolares dentro de um dos cercados adjacentes. Mais que depressa transpunha uma das cercas e lá ficava até eles passarem. A adrenalina agitava seu coração infante, a ponto de aparentar-lhe querer evadir-se pela boca. Depois do susto, muitas gargalhadas compartilhava com seus colegas e professores. O episódio, por vezes, virava tema de redação.

Concluiu o dito curso, em dezembro de 1974, quando tinha 15 anos de idade. Em sua família, a colação de grau comemorou-se com singela festa, concomitante a seu modesto debutar, quando seu pai, em típico orgulho Massacará, com mil recomendações sobre preservação da honra familiar, apresentou-a à sociedade do Sertão de Rodelas. (Fig. 148 e 149).

Figura 148 - Colação de grau, com 15 anos, em Rodelas



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1974)

Figura 149 - Modesto debutar, em família



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1974)

Começava, assim, uma nova fase de sua vida. Com esse ritual de passagem, autorizou-se a púbere Doce Lua a frequentar festas e reuniões sociais, usar roupas adultas e, principalmente, namorar e casar-se com quem lhe aprovesse compartilhar a existência e os sonhos.

6.3 Amor à Primeira Vista e para Sempre

Apenas dois meses e alguns dias, na esteira do tempo, haviam passado quando, aos cinco de março de 1975, em cerimônia religiosa na Igreja São João Batista, apresentei-me aos jovens e ao povo de Rodelas. Na ocasião, disse-lhes que, a convite de Alcides Modesto Coelho, então vigário geral da Diocese de Paulo Afonso, havia eu decidido solidarizar-me com eles no enfrentamento dos problemas que adviriam pela construção da Barragem de Itaparica, a demandar relocarem-se as famílias, de sua cidade natal e povoados ribeirinhos³². Expus-lhes que, em vésperas de licenciar-me em Filosofia, com habilitação em Psicologia e Sociologia, em festividade que ocorreria, como de fato realizou-se em dezembro de 1974, na Universidade do Sul de Santa Catarina, decidira compartilhar saberes e atitudes, em dois anos de convivência com eles.

Disponibilizei meus conhecimentos às comunidades eclesiais de base, para ajudá-las a superarem seus problemas. Vi que, na prática, o mundo e as ideias liberais e capitalistas de John Kennedy promoviam fome e miséria, na região Nordeste do Brasil. Percebi que o padre Afonso Schlickmann estava errado em sua interpretação de que o presidente assassinado dos Estados Unidos da América seria canonizado. Os ideais do Fitzgerald nada tinham a ver com o sonho de João XXIII e de Jesus Cristo.

Entendi necessário ler a bíblia sob uma ótica diferente da que aprendera no Seminário Nossa Senhora de Fátima, para compreender a estrutura injusta da sociedade e ajudar a dismantelar seus muros. Aprendi a lê-la com as lentes vermelhas do Materialismo Histórico Marxista. Compreendi a

³² “Em 1975, após manter ligações com o vigário de PAULO AFONSO/BA, foi trazido para o Município de RODELAS/BA por este clérigo, e aí permaneceu durante dois anos. Durante sua estada nessa cidade, lecionava matemática nos Colégios Nossa Senhora do Rosário e Luiz Viana, mantendo contatos com todos os fiéis do local.” (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1984).

proposta de Gramsci e a necessidade de tornar-me um intelectual orgânico, conscientizando e fomentando a participação dos trabalhadores nos movimentos sociais.

Embriaguei-me com as ideias de Marx e de Jesus Cristo. Fiz-me revolucionário. Sonhava com a construção do Reino de Deus, aqui e agora. Esvaiu-se, aos poucos, em mim, a crença anestésica da vida eterna *post-mortem* como se esgota uma fonte exposta aos raios solares no sertão seco do Nordeste brasileiro. [Descobri que] a morte e ressurreição de Cristo aconteciam no contexto das comunidades que, à luz da bíblia, se insurgiam contra o capitalismo, plantando, nas fendas deste sistema nefasto, a semente de sociedade justa e fraterna que Deus queria.

Nas comunidades eclesiais de base da região Nordeste, eu bebi com sofreguidão a proposta de Medellín, o ideal da Igreja comprometida com a sociedade. Meu Deus era o mesmo de D. Helder Câmara, D. Pedro Casaldáliga, D. José Rodrigues de Souza e de outros bispos empenhados na promoção das mudanças sociais.

Vivenciei o horizonte conceitual de Deus como justiça. Meu Deus fomentava a construção de um reino fraterno e igualitário, situado no tempo e no espaço. Revoltava-me porque o sangue de Cristo derramava-se nos assassinatos promovidos pelo modelo de sociedade capitalista de John Kennedy e pela ditadura militar alinhada muito mais com interesses econômicos externos do que com o bem estar da sociedade brasileira. (KESTERING, 2018, p. 112-114).

Com tédio no atendimento aos preceitos eclesiais obsoletos a meu contexto existencial e às recomendações das igrejas do Regional Sul IV e Nordeste III, decretei conceder comedida liberdade a meus sentimentos. Com Ducilene eu plantava e regava as flores de um jardim que se fizera sobre um abandonado cemitério, no adro do templo de São João Batista. Vez por outra eu sentava com ela em toscos bancos onde investia furtivos minutos a conversar sobre inocentes e descomprometidas veleidades do dia a dia da vida sertaneja. (Fig. 150 a 152).

Figura 150 - Plantio de flores no jardim da igreja



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1976)

Figura 151 - Rega das flores do jardim da igreja



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1976)

Figura 152 - Paixão com discrição



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1976)

Quando nos viu sentados como duas asas brancas (*Patagioenas picazuro*) que na Caatinga do Sertão Semiárido habitam em profusão e, em outro momento, a nos banharmos junto aos barcos que na margem direita do Velho Chico se aportavam, chamou-me a uma conversa séria o meu futuro sogro, então sargento de reserva da polícia Militar da Bahia. Convocou-me a um diálogo franco sobre as intenções daquele relacionamento que lhe pareceu sério e de consequências previsíveis e irreversíveis. (...)

Disse-lhe eu, de pronto, que não se preocupasse porque, em consequência de meu compromisso com a Igreja, conservaram-me casto por mais de duas décadas e o faria pelo resto de meus dias. Não seria por sua bela filha Massacará que abdicaria de meu trato com a Igreja de Roma. Argumentei-lhe que o celibato era o sinal claro e sensível de meu pacto com a milenar instituição religiosa católica, apostólica, de Roma, Latrão e Trento. (...)

Contra argumentou, de chofre, o delegado de Uauá. Disse-me que, para ele e o povo sertanejo tapuia, minha castidade, bem como a de todos os neófitos ao sacramento da ordem,

representava absolutamente nada. Afirmou-me, então, com categoria e respeito, que seus ancestrais e Antônio Conselheiro diziam ter valor real o casamento alicerçado na honra, a primeira das instituições e respectiva exigência divina maior. Para lhe dar incentivo e sustentação, continuou ele, Tupã criou as mulheres com apetite sexual inerente e os homens com um casal de culhões, para honrarem obrigação eterna de respeito à pureza dos sentimentos despertados em cria de tapuia macho. Expôs-me que, na intimidade familiar, sua predileta filha havia segredado seu púbere coração pulsar frenético e descompassado, sua respiração ofegar por falta de oxigênio e em seu virginal baixo ventre sentir estranho frenesi, quando seu olhar trigueiro pousava em meus verdes lumes oculares. (...) Ato contínuo, o velho guerreiro remanescente Massacará mandou chamar sua pudica filha a quem os hormônios estavam a exigir o usufruto do prazer natural da carne que as fêmeas necessitam para perpetuarem suas respectivas espécies, em elevada autoestima e conseqüente felicidade ampla. Relatou, com detalhes, a conversa que, de homem para homem tivera comigo. Autorizou-nos e recomendou-nos a comer os frutos de todas as árvores do libidinoso paraíso, exceto o da honra que, por dizer respeito ao brotar de novos rebentos familiares, teria que ser previamente abençoado pela Igreja e pelo Estado. Com voz firme e olhar severo ordenou que, a todo preço, lutasse pela felicidade plena de sua filha, mesmo que isso custasse o rompimento com milenares tradições de qualquer natureza, religiosa ou cultural, que fosse principalmente a da castidade. Exigiu-me, assim, com sua bênção e a qualquer importe, solidarizasse-me com sua cria na arte de usufruir, em vitalícia parceria tapuia, mormente Massacará, as respectivas reações naturais orgânicas que as íntimas carícias proporcionam. (KESTERING, 2020a, p. 161-165).

No Centro Educacional Luiz Viana Filho, no transcorrer de todo ano letivo de 1975, mantivemos secreta cumplicidade, manifesta apenas no cruzar de ardentes olhares furtivos de professor apaixonado e estudante púbere, ávidos ambos por consumir, em estilo nativo silvícola, o que os respectivos

corpos juvenis estavam a exigir. No amanhecer do ano 1976, enfim, decidimos conceder liberdade aos recíprocos sentimentos do impetuoso amor e ardente desejo que, para cumprirem-se preceitos e formalidades canônicas tridentinas, havíamos acondicionado em compulsória prisão.

Convenci-me de que não havia sentido algum voltar ao Sul do Brasil, com objetivo outro que não fosse o de informar à família e comunidade religiosa catarinense de que, em singelo jardim do Sertão de Rodelas, apaixonara-me pelos encantos de uma linda flor de cepa nativa Massacará-Tuxá.

De imediato senti-me na obrigação de comunicar todo ocorrido às famílias Böger e Kesting e a Dom Anselmo Pietrulla, Bispo da Diocese a que me vinculava no Sul de Santa Catarina. Em carro de lotação, mais que depressa fui a Paulo Afonso onde embarquei no primeiro pinga-pinga a seguir viagem a São Paulo. Dois dias depois, em bem chegado à terra dos bandeirantes, parti de imediato, com destino a Tubarão e, da Cidade Azul a São Ludgero. Daquele núcleo de colonização alemã, a pé eu percorri os últimos seis quilômetros, para enfim chegar à casa de minha mãe e meus irmãos, no sopé do Morro do Gato.

A ouvir meu relato, com atenção e cautela genuinamente prussianas, minha mãe de pronto disse preferir que voltasse a sua companhia, para auxiliá-la na tarefa de criar meus irmãos mais novos. **Aber** (mas, em alemão), como a vida é uma só e tão passageira quanto um fogo a lastrar-se em palha seca, se for para sua felicidade, volte ao Nordeste e case com a mulher de seus encantos.

Igual compreensão teve o velho bispo alemão Pietrulla. Por conhecer profundamente o povo nordestino, solidarizou-se de imediato com minha decisão de abdicar dos estudos de Teologia, para formar-me em Agronomia e permanecer junto aos nativos de ancestralidade indígena e lusitana, no Sertão

de Francisco Pereira Rodelas³³. Em sábia linguagem metafórica, parabenizou-me pela intrepidez em substituir o estudo do Deus das alturas, pela busca e exercício de técnicas agrícolas apropriadas ao Semiárido onde, em infinita permanência amorosa, a divindade suprema cristã residia no coração das pessoas que, de boa vontade lutavam pela conquista da Terra sem Males. Sintetizou seu pensamento, em genuíno humor teutônico, pelo dizer que “no Nordeste, a terra e o povo padeciam pela ingratidão do estratosférico e impiedoso Deus colonialista das alturas celestiais que, sem razão alguma plausível, sonegava-lhes quase tudo, até mesmo a benfazeja água da chuva”. (PIETRULLA, 1996).

Semelhante entendimento não tiveram alguns membros da parentela paterna e o vigário da paróquia do Santo de *Münster* que, no ocaso de 1974, haviam celebrado o ritual de meu **mandato** à Bahia de Todos os Santos e “quase todos os pecados relativos à indolência dos homens e impudicícia das mulheres.” Ao tomarem conhecimento de minha decisão, não somente recomendaram, como também financiaram uma consulta emergencial a Dr. Bráulio, médico especializado na arte e técnica de curar espíritos enfermiços.

Para minha felicidade, ao ouvir-me com interesse e zelo tipicamente westfalianos, disse o médico seguidor das então revolucionárias teorias de Freud e Reich, lamentar ter que contrariar as vontades da intrusa parentela e do desavisado guia espiritual de minha paróquia de origem. Em boa fundamentação filosófica e científica, disse-me estar a acompanhar profissionalmente dezenas de gurus do rebanho maníaco-depressivo sul-catarinense. Falou-me que aqueles profetas da desgraça, por mal resolverem-se hormonal e sexualmente, viviam a amargar infandas angústias e a

³³ Antes de ser bispo de Tubarão - SC, Dom Anselmo Pietrulla havia sido vigário da paróquia de Propriá - SE e bispo de Campina Grande - PB.

disseminar germes de sadismo e masoquismo³⁴, intolerância ao prazer, discriminação social e preconceito racial entre seus seguidores encabrestados. Apressou-se em propor que, para não me deixar contaminar pelo unísono coro dos pestilentos e malfazejos corvos colonialistas embatinados, voltasse eu, às pressas, ao sertão nordestino, onde residia a razão de minha infinita felicidade, o sentido maior de minha existência. Em tempo acrescentou: “Se aspiras a felicidade, vive intensamente a sexualidade natural, em estilo nativo da Silva, de Abreu e de Jesus, ao modo conselheirista dos Ribeiro da Várzea de Uauá, sem sentimento algum de culpa e/ou pecado, do jeito que o pai de sua pudenda cabocla, sábia e sensatamente recomendou.”

Deus é a natureza e Cristo é a realização da lei natural. Deus Natureza criou os órgãos genitais em todos os seres vivos. Assim fez para que eles funcionem de acordo com a lei natural, divina. Portanto, atribuir uma vida de amor natural e divino ao mensageiro de Deus na Terra não é nenhum sacrilégio, nenhuma blasfêmia. É, ao contrário, o estabelecimento de Deus na profundidade mais limpa do homem e da mulher. Essa profundidade está presente desde o mais prematuro começo da vida. A procriação só é acrescentada à genitalidade, na puberdade. O amor genital divino está presente bem antes da procriação. **Portanto, o abraço genital não foi criado pela natureza e por Deus, apenas com o objetivo da procriação** (grifo nosso). (REICH, 1953 *apud* VASSOLER, 2021).

Por pensar ser oportuno, aproveitou o momento da consulta para lembrar-me que a castidade, exigida como condição *sine qua non* para o efetivo exercício do gerenciamento religioso

³⁴ O masoquismo é uma expressão sócio-sexual coletiva ou individual oposta e/ou complementar ao sadismo. Define-se como o prazer sexual relacionado com o desejo de sentir dor no próprio corpo, mediante humilhação e/ou dominação. Em muitos casos o prazer não advém exatamente da sensação corpórea da dor, mas de uma situação de inferioridade perante o parceiro sexual, real ou idealizado. (HOW STUFF WORKS, 2013).

de cristãos desavisados, era obsoleta desde o Século XVII. Citou que Baruch Spinoza, racionalista e criticista da centúria setecentista (1632-1677) mostrava terem as religiões perdido sua essência quando, para cultuarem ilusória divindade absoluta transcendente, reduzira-a a palavras vazias, gestos sem sentido, aparências e rituais engessados. Segundo ele, para serem úteis, as verdades e exercícios espirituais deveriam conectar-se intimamente com a realidade material, física e, sobretudo sexual das pessoas.

As coisas são necessárias como elas são. Por isso, acreditar em milagres e em sobrenatural, é desrespeitar a Deus. Tudo que existe é natural e verdadeiro, porque existe. Acreditar em milagre e em sobrenatural é ter ideias confusas e equivocadas do que é a natureza e do que é Deus. (...)

Hoje, os médicos e cientistas não separam mais o corpo da alma. A gente sabe hoje que quando se fica triste, altera-se fisiologicamente o corpo. Muda a circulação do sangue, a quantidade de **serotonina** (grifo nosso). A gente sabe hoje que as coisas da alma estão ligadas às coisas do corpo. Mente e corpo são uma coisa só. Estão absolutamente conectados ao **afeto** (grifo nosso). (...)

Afetos são ideias pelas quais a potência é aumentada ou estimulada, diminuída ou refreada. Eles aumentam a potência de existir ou a diminuem. Há pessoas que a gente encontra e estimulam nossa potência ou alegria, fazem a gente querer viver mais e melhor. Outras há que a desestimulam, fazem a gente ficar pior, mais triste, mais cansado e querer viver menos. (...)

Alegria é a passagem de uma perfeição menor a uma perfeição maior. As coisas serão mais perfeitas se estiverem de acordo com o existir, a felicidade, a vida. Deus não ama, não se vinga, não se alegra e não odeia. Todas essas coisas têm a ver com ser mais ou menos perfeito. Então, amor ou prazer é uma alegria acompanhada de uma causa externa. Se existe alguém que se ama, é esta pessoa ou a ideia desta pessoa, ou a visão dela que aumenta o prazer e, conseqüentemente, a potência de existir. (...)

Pessoas que vivem de paixões tristes, são escravas. Pior do que elas, são as pessoas que exploram as paixões tristes das outras pessoas. Elas são tiranas. Os tiranos precisam e aproveitam-se de pessoas com almas despedaçadas. Pessoas com almas despedaçadas entregam-se aos tiranos. A alegria pode ajudá-las, contudo, a se oporem à tirania. Pessoas alegres, que perseveraram em sua existência, não entregam sua consciência aos tiranos. Não dedicam suas vidas a beijar os pés dos tiranos. Quem idolatra tiranos são as pessoas com almas despedaçadas. Os tiranos usam dessas pessoas para se perpetuarem no poder. **A alegria é contrária à tirania. É contrária também aos padres que se aproveitam das paixões tristes; que vivem da tristeza dos outros.** (grifo nosso). (...)

Não existe perversão e pecado. O que se pode e deve fazer é usar a razão para ser mais alegres, mais felizes. (SPINOZA, 1670 *apud* GOMES, 2022).

Pelo vínculo histórico com minha família paterna, testemunhado no desejo expresso de entregar-me o certificado na colação de grau da licenciatura em Filosofia, o tubaronense médico da psiqué humana entendeu necessário explicar-me a estreita relação da felicidade com o usufruto regular do orgasmo compartilhado com quem se ama. (Fig. 153). Disse que, pelo ápice do prazer sexual liberam-se hormônios essenciais à felicidade e/ou alegria de viver e, pelo compartilhamento dele, fortalece-se a autoestima recíproca, no constatar e sentir eficaz desempenho pessoal em proporcioná-lo à pessoa amada.

Lembrou-me que, nos meios da ciência médica psiquiátrica reconheciam-se como quarteto da felicidade os hormônios: **endorfina, dopamina, serotonina e ocitocina.** Disse-me que a falta deles, em conjunto ou individualmente, gerava insônia, stresse, palidez, fadiga e irritabilidade; tristeza no olhar; sonolência diurna; baixa energia; fraca autoestima; perda de equilíbrio; dificuldade para sorrir; secura nos olhos; câibras musculares; espasmos e/ou tremores; pensamentos suicidas e alucinações; falta de expressões emocionais; frieza em

demonstrar sentimentos; medo e fobias; diminuição da libido, função cognitiva, memória e atenção; mau humor e depressão. Hoje, depois de quase meio século de casamento, natural e diariamente renovado, Ducilene e eu sabemos que Dr. Bráulio tinha razão.

Figura 153 - Colação de grau em Filosofia



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1974)

Dopamina é o neurotransmissor principal na regulação dos processos motivacionais. Ele nos impulsiona a alcançar os objetivos.

Serotonina é o neurotransmissor responsável por promover sensação de prazer e bem-estar. A ausência dessa substância no cérebro pode causar de mau humor a depressão.

Endorfina é liberada no organismo como um analgésico diante das situações de dificuldades, como dor e stresse, com o objetivo de amenizá-los.

Ocitocina é conhecida por ser responsável por promover sensação de confiança, auxiliando na criação de laços nos relacionamentos de modo geral. É produzido no parto, na amamentação e durante o orgasmo. (UNIMED, 2019).

Quando voltei ao Sertão dos guerreiros Tuxá, por bem compreender a necessidade de afetos a meu até então celibatário e amargurado existir, Ducilene havia já viajado à terra dos pirlampos, para informar a seu pai o desejo de casar-se em brevidade, que fosse por ocasião de sua formatura em docência. (Fig. 154).

Figura 154 - Dezuíta, Lúcia, Dorisneide, Leda e Ducilene em Uauá



Fonte: Acervo fotográfico do autor (12/07/1976)

7 DE RODELAS À PASSAGEM DO JUAZEIRO

Na primeira quinzena de março de 1977, quase um ano antes de casar-me com Ducilene, cheguei à terra da Passagem do Juazeiro onde, nos séculos XVII e XVIII, tropeiros do Maranhão e Piauí atravessavam com suas boiadas itinerantes, à Feira de Capoame, próximo à cidade de Salvador. Fechavam-se, então, as comportas da Barragem de Sobradinho cujos efeitos traumáticos à população ribeirinha haviam justificado minha inserção nos trabalhos da preventiva organização popular, nas terras de Dzorobabé de Cordolina Tuxá. Antes mesmo de apresentar-me aos funcionários da secretaria da Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF), Josefina Lemos, então agente de pastoral da Diocese, convidou-me a testemunhar com ela a invasão que a água represada promovia às ruas da velha cidade de Casa Nova. (Fig. 155 e 156).

Figura 155 - Josefina Lemos, Sílvio Roberto de Brito e eu



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1977)

Mal chegados ao povoado de Papagaio, próximo ao distrito de Santana do Sobrado, populares informaram-nos que os restos

da velha aldeia sagrada Amoipirá, onde se edificara a antiga cidade dos Viana, não se podia ver porque o Riacho do Mosquito inundara a estrada que lhe dava acesso. Disse-se a nós que agricultores de Sobradinho, Sento Sé e Casa Nova havia que se surpreenderam também com a água do lago artificial a invadir suas propriedades, posses e benfeitorias sem que se lhes houvesse sido pago indenização justa qualquer. Havia um conflito homérico entre o que seria justo indenizar. Aos prepostos da empresa responsável pela construção da Barragem, quinquilharias seriam mais que suficientes para calar a voz dos insubordinados agricultores. Dizia-se que melhor seria não estarem ocupando as terras das quais o progresso exigia melhor usufruto e rentabilidade econômica, cobrindo-as com águas represadas do Velho Chico. (KESTERING, 2019b, p. 56).

Figura 156 - Exitoso no vestibular, não estivera ainda na Faculdade



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1977)

Encontrava-se então no auge o regime militar. Marcava-se esse período por uma grave crise energética mundial, decorrente de grande instabilidade do petróleo. Isso havia feito com que se buscassem alternativas para geração de energia renovável. A partir daí o imperativo da modernização capitalista chegava muito forte no Vale do Rio São Francisco. Inaugurava-se no sertão nordestino o processo de tratamento da água e outros componentes do patrimônio natural como mercadorias.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) denunciava, então, que se estava começando a valorizar a água como negócio para o estado e os grupos mais ricos da sociedade. Afirmavam seus técnicos que esse modelo de desenvolvimento era autoritário. Esclarecia a população de que a classe já opulenta mandava construir grandes obras e se beneficiava com o dinheiro desse negócio. O projeto de modernidade neoliberal estava a impor o empobrecimento de amplas massas populares para enriquecimento de específicos setores da burguesia contemporânea. Lembro-me que diziam os profissionais do MAB ser um exemplo claro dessa política a implantação das barragens para o aumento da geração de energia no país. Arrazoavam tratar-se de um negócio que promovia a retirada de milhares de pessoas da sua terra de origem, com o cerceamento consequente ao usufruto de seu patrimônio natural e cultural que durante milênios serviam-se para sobreviver. Desde o início da década de 1970, o povo resistia a esse modelo econômico. Porém, o dinheiro das classes mais abastadas ditava as regras. (KESTERING, 2019a, p. 56).

O Lago de Sobradinho estava a submergir 350 km de margens férteis do rio, além de muitas ilhas onde, durante milênios praticava-se a agricultura de vazante ou lameiro. A construção da Barragem artificial não era um projeto isolado. Ela seguia um planejamento colonialista de países do Hemisfério Norte, com objetivos capitalistas muito bem definidos.

A tônica geral, o ponto comum em todas essas obras, independentemente de onde são construídas, é que são planejadas, desenvolvidas e executadas como se tudo acontecesse em um deserto, ou melhor, onde não houvesse vida alguma para se preocupar, processo algum para interromper, história alguma para respeitar. Como se tudo começasse – o processo, a vida, a história – com a chegada dos executores do projeto à área. E mais importante ainda, como se o projeto fosse a melhor coisa que poderia acontecer, não cabendo, portanto, dúvida ou oposição. (GERMANI, 1993, p. 557 *apud* SILVA, 2010, p. 118).

A vida solitária, profundamente melancólica e saudosista, em Juazeiro, não foi fácil. Assim, no dia 24 de dezembro de 1977, quando Ducilene, com 18 anos de idade, colava grau em Magistério, em evento festivo, civil e religioso concomitantes, realizados na Igreja São João Batista, como era costume fazer-se, na cidade dos Tuxá, fui a Rodelas buscá-la para compartilhar com ela minha vida. À noite do mesmo dia, em liturgia única e sem pompa, celebraram-se enlaces matrimoniais de vários casais, entre os quais o nosso, da Doce Lua sertaneja comigo. (Fig. 157 a 161).

Figura 157 - Colação de grau, na Igreja São João Batista, em Rodelas



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1977)

Figura 158 - Ritual comum, para vários casais



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1977)

Figura 159 – Ritual comum, para vários casais



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1977)

Figura 160 – Casamento sem pompa



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1977)

Figura 161 – Casamento sem pompa



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1977)

No dia seguinte às núpcias, em 25 de dezembro de 1977, por lamacentas estradas de chão, com muitas poças de água acumulada em consequência de torrencial chuva que, aos cântaros, durante toda noite, havia-se precipitado, deslocamo-nos de Rodelas a Juazeiro.

Na cidade de Nossa Senhora das Grotas abrigamo-nos na Casa Paroquial Santo Afonso Maria de Liguori que, ao fundo da igreja do Bairro Castelo Branco, missionários estavam a construir. (Fig. 162). Apesar da hospitalidade genuinamente redentorista dos religiosos cujas normas de conduta pautavam-se no preceito da frugalidade, recomendado pelo italiano fundador da ordem, sabíamos que aquele não era o paraíso de nossos sonhos essencialmente terrenos, temporais e humanos.

Ser leigo era ser vulgar. Implicava tornar-se mortal comum. Ducilene e eu, por determinação genética, então nos fizemos,

plebe, ralé da aristocracia católica apostólica romana e escória da hierarquia eclesial estoica. Nodamo-nos no lamaçal da existência humana comum, para viver intensamente o amor e a sexualidade natural, do jeito tapuia, sem repressão. Deixamos de ser quase divinos, porta-vozes do Deus altíssimo, para sermos alforriados pelos reclamos da impudícia carnal nativa sertaneja Massacará. Consumamos, em plenitude, nosso infinito e prazeroso amor, ambos pela vez primeira e para sempre, com toda a honradez pessoal e familiar preservada, três dias depois de casados, na casa paroquial de Sobradinho - BA onde o vigário, amigo nosso, hospedava-se somente aos finais de semana. (KESTERING, 2020a, p. 168).

Figura 162 - Na Casa Paroquial Santo Afonso Maria de Liguori



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1977)

Tão logo pudemos, em sistema de mutirão com os vizinhos Zé do Gás, Augustinho Tobé, Job Marques e João de Neco, implantamos a infraestrutura urbana no subúrbio que se conhecia como Corredor do Matatu. (Fig. 163 a 167). Escavamos uma valeta do Bairro Centenário a nossos lotes

para que a empresa de Serviço de Água e Esgoto (SAAE) implantasse o sistema de abastecimento de água. Abrimos trincheiras para que nelas a Fundação de Serviços de Saúde Pública (Fundação SESP) instalasse fossas sépticas destinadas à coleta dos dejetos pessoais e domésticos. Perfuramos buracos e neles fixamos postes para que a Companhia de Eletrificação da Bahia (COELBA) efetivasse o fornecimento de energia elétrica.

Figura 163 - Corredor do Matatu, sem infraestrutura urbana



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1977)

Figura 164 - Ducilene no Corredor do Matatu, em Juazeiro - BA



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1977)

Figura 165 - Com a mão na massa



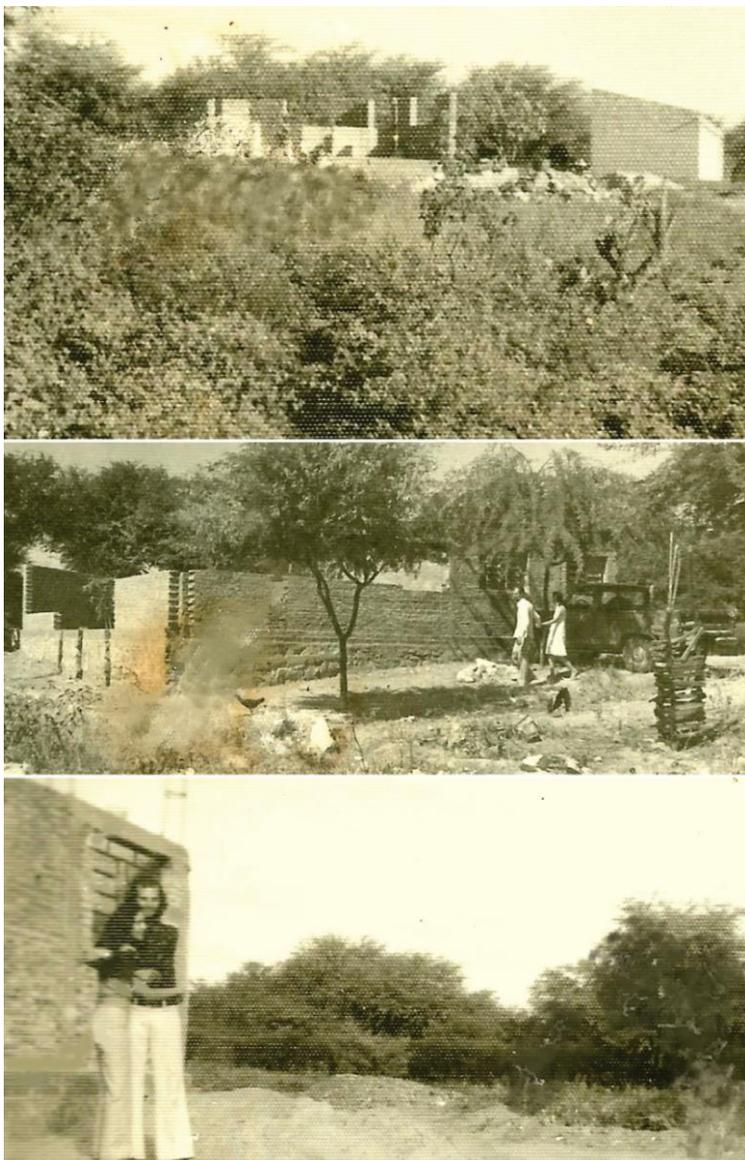
Fonte: Acervo fotográfico do autor (1977)

Figura 166 - Visita ao noivo e à construção



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1977)

Figura 167 - Nossa residência em construção e, enfim, habitável



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1978-1979)

Ao vender-nos o terreno, Eliseu Martins do Nascimento havia-nos alertado que fizéssemos fundações altas como muros de arrimo porque, disse ele, na enchente do ano 1960, quando toda cidade de Juazeiro se inundara, o gado das roças circunvizinhas teria se abrigado nesse alto. Ao erigirmos um cômodo, ainda sem reboco, muro e divisórias internas, transferimo-nos para a surgentessa casa que, ainda solteiros, no início de 1977, com mão de obra e poucos recursos próprios, havíamos começado a construir. (Fig. 168 a 170).

Figura 168 - Fundações altas como muros de arrimo



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1977)

Figura 169 - Em nossa casa



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1978)

Figura 170 - Em nossa casa



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1978)

7.1 Alfabetizadora Revolucionária

Na primeira quinzena de março de 1978, convidou-se Ducilene a integrar a equipe de alfabetização a profissionais do sexo do baixo meretrício da cidade de Juazeiro, conhecido então como Nova Brasília³⁵. Propunha Dom José Rodrigues de Souza, bispo da Diocese e coordenador daquele projeto, que as atividades educativas às mulheres marginalizadas pela sociedade farisaica regional pautassem-se no Programa de Educação Popular desenvolvido por Paulo Freire de quem ele e a equipe contavam com efetivo acompanhamento. (Fig. 171 a 173).

Figura 171 - Na alfabetização de profissionais do sexo, em Juazeiro



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1978)

³⁵ “Em 1978, já formado pela Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco - JUAZEIRO/BA (sic), [Celito Kesting] trabalhava para a entidade alemã "MISEREOR" juntamente com sua esposa DUCILENE KESTERING, que ministrava aulas às prostitutas de JUAZEIRO.” (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1984).

Minha Doce Lua sentiu na pele, o preconceito de colegas e amigos que lhe recomendavam a ninguém dizer que alfabetizava “mulheres da vida”. Mas a pedagogia de Paulo Freire, o apoio da MISEREOR e incentivo do bispo que nunca traía os pobres fortaleceram suas ações e tornaram-na convicta da importância de seu papel como educadora, no processo de transformação das mulheres marginalizadas e da sociedade³⁶.

Figura 172 - Dom José Rodrigues e Paulo Freire



Fonte: Acervo de Luiz Gonzaga Gonçalves (1979)

³⁶ “A “MISEREOR” é uma organização de origem alemã, possuidora de representantes no Brasil, com o aparente objetivo de oferecer apoio moral e econômico aos necessitados do Brasil e de outras nações. Possui estreita relação com a Diocese de Juazeiro/BA, escudando-se da filantropia, tendo ligação direta com o Bispo Diocesano, D. JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA, que recebe donativos da citada organização (verbas, roupas usadas, alimentos etc), por intermédio do representante naquela região, HARALD SCHISTEK, austríaco, residente naquela cidade, estudante da Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco, cujo representante viaja constantemente às cidades que pertencem àquela Diocese. (...) A referida organização tem também, outro funcionário na mencionada cidade, CELITO KESTERING, brasileiro, estudante da Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco. As esposas dos referidos funcionários fazem parte do grupo que ministra aulas às prostitutas.” (POLÍCIA MILITAR DA BAHIA, 1978).

Figura 173 - Acompanhamento de Paulo Freire e Dona Elza



Fonte: Rosa e Santos (2012)

Foram quatro anos de intensa e grande experiência pessoal e profissional. Inspirada na Pedagogia do Oprimido, proposta por Paulo Freire, passou a rever, gradativamente, suas práticas educacionais. Aprendeu a apostar no papel da escola como espaço de transformação cultural e, sobretudo, social. Em caráter definitivo e irrevogável, deixou de ser mera transmissora de conhecimentos, para fazer-se aprendiz permanente, no processo dialógico e libertador da educação. Compreendeu a premente necessidade de utilizar o tripé: ação, reflexão e ação, reiteradamente recomendado por Paulo Freire, Dona Elsa (sua esposa) e Dom José Rodrigues. Esforçou-se no sentido de trocar ideias com suas estudantes e incentivá-las a assumirem posições de reflexão e crítica, diante das condições existenciais em que se encontravam. Elas, que viviam em um sistema de completa exploração, começaram a entender que, somente pela educação dialógica, poderiam deixar a vida de escravidão social e econômica,

para libertarem-se, em busca da vida plena que Jesus propunha à humanidade. (Fig. 174).

Figura 174 - Vida de escravidão social e econômica



Fonte: Rosa e Santos (2012)

O grito de Dom José Rodrigues estava presente em todos os momentos, desde a construção da Barragem de Sobradinho até a pós-construção. Dom José Rodrigues tanto lutava, brigava e gritava pelos que foram relocados como por aqueles que vieram para a construção da barragem e depois da construção ficaram sem alternativas de sobrevivência. Assim, muitas mulheres vieram parar em Juazeiro, em busca de vender seu corpo para sobreviver.

Agora, um detalhe que vale a pena ressaltar, é que essas mulheres, quando chegavam na Nova Brasília, ficavam sediadas nessas residências, de forma que nosso trabalho foi muito difícil neste aspecto, porque quando elas estavam conscientes da problemática da sociedade na qual elas se

encontravam inseridas, que elas sentiam aquela ansiedade de saírem daquela vida, daquele mundo, elas não conseguiam sair porque elas estavam totalmente endividadas.

Nós iniciamos o trabalho na Nova Brasília, visitando as residências. Esse foi um pedido de Dom José. Ele queria que se fizesse uma diagnose de todo o local, de toda vida delas. Nós fizemos visitas. Fizemos levantamentos. Nos aproximamos delas e, depois de algum tempo dessa diagnose, depois de levantar todos os problemas existentes na Nova Brasília é que Dom José alugou, ali mesmo na Nova Brasília, um prédio. Dentro desse prédio havia salas de alfabetização e salas de cursos profissionalizantes.

Ao tempo em que realizávamos esse trabalho, nós também realizávamos visitas. Dom José queria que as mulheres percebessem, através de todo esse trabalho que foi realizado durante todos esses anos, que elas percebessem como a sociedade funcionava; que elas percebessem que elas não eram pecadoras; que elas não eram as vilãs; que elas eram apenas vítimas daquele processo.

Diante de todas oportunidades que estavam sendo dadas através dos cursos profissionalizantes, da alfabetização que era conscientização para a vida, elas percebessem como essa sociedade funcionava e elas próprias buscassem sua libertação; que elas próprias compreendessem que elas tinham um conjunto de oportunidades; que elas poderiam sair daquele processo; mas por elas próprias e não por imposição o exigência pastoral.

Ele não tinha apoio algum. Muito pelo contrário, ele era muito criticado porque fazia esse trabalho. Muita gente da alta sociedade, quando a gente procurava emprego para essas mulheres, dizia assim: “Esse bispo precisa arranjar o que fazer”. Foi um trabalho muito árduo, muito difícil, mas a gente conseguiu, eu tenho certeza disso, elevar a autoestima; a gente conseguiu oportunizar porque várias conseguiram sua libertação. Muitas saíram daquela vida. Hoje são casadas, têm filhos; têm seus empregos. Não foi fácil não, porque a sociedade daquela época era muito malvada. (KESTERING, 2012 *in* ROSA e SANTOS, 2012).

7.2 Pesquisadores da Realidade Brasileira

No embrião da residência que estávamos a construir, nosso filho mais velho viveu os primeiros quatro meses de sua vida. (Fig. 175 e 176). Quando estava já em adiantada aprendizagem de convivência com as condições de austeridade da rústica residência, por ocasião de minha formatura, Dom José Rodrigues de Souza, meu padrinho na colação de grau, presenteou-nos com uma bolsa de estudos para, com os Jesuítas, capacitarmos-nos, no Bairro Botafogo, Rio de Janeiro. (Fig. 177 e 178). Tratava-se de um curso de quatro meses sobre a realidade brasileira, ofertado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRADES), no Centro Cultural João XXIII.

Figura 175 - Com Rodrigo, o filho mais velho, na casa de Juazeiro



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1981)

Fomos nós três, Rodrigo, Ducilene e eu, de ônibus, à cidade maravilhosa onde chegamos na madrugada da quarta feira de

cinzas do ano 1981. Na avenida das festividades momescas, desfilavam ainda as últimas escolas de samba, a constatar-se pelo vazio das ruas, desde a rodoviária até o Bairro da Tijuca onde as irmãs da Congregação Cabrini, no sótão da clausura, para alugar-nos, haviam reservado um modesto apartamento.

Figura 176 - Com Rodrigo, na casa de Juazeiro



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1981)

Figura 177 - Meu padrinho na formatura de Engenharia Agrônômica



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1980)

Pelas manhãs, ministravam-se as aulas aos pés do monumento do Cristo Redentor, à Rua Bambina, nº 115, no Bairro Botafogo. (Fig. 179).

Figura 178 - Centro Cultural João XXIII, no Bairro Botafogo - RJ



Fonte: Facebook (2018)

Figura 179 - Aula de Sociologia, no IBRADES



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1981)

Às tardes, encontrávamo-nos os três, a digerir textos referentes às disciplinas: Economia, Sociologia, Ciência Política, História da Igreja, Religiosidade Popular, Doutrina Social da Igreja, Pastoral Social, Demografia, Teologia do Social, História do Brasil e Educação Popular. Aos domingos, visitávamos famílias amigas, centros históricos e pontos turísticos. (Fig. 180 a 185).

Figura 180 - No convento das irmãs Cabrini



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1981)

Figura 181 - No convento das irmãs Cabrini



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1981)

Figura 182 - Aos domingos, visita aos amigos



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1981)

Figura 183 - Na casa dos amigos



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1981)

Figura 184 - Em centros históricos



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1981)

Figura 185 - Em pontos turísticos



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1981)

8 **FAMILIA PROBATA EM SOBRADINHO - BA**

Em 1982, convocou-nos D. José Rodrigues de Souza, a assumirmos a Paróquia São Francisco, em Sobradinho. Ducilene e eu, pelo que sei, fomos, assim, o primeiro casal da América Latina a quem um bispo, com o consentimento do papa João Paulo II, confiou a responsabilidade pela administração de uma paróquia católica apostólica romana³⁷. (Fig. 186 a 190).

Figura 186 – Dom José Rodrigues, Ducilene e eu, em Sobradinho



Fonte: Kesting (2019b, p. 59)

Em fins de 1982, Pe. José Carlos, da Diocese Irmã de Limeira, deixou a direção da Paróquia. As irmãs da Fraternidade / Esperança já tinham deixado a paróquia um ano antes. Nesta situação, sem padre nem irmãs, o bispo confiou a paróquia ao jovem casal Celito e Ducilene Kesting. Uma vez por mês, Pe. Almeida de Casa Nova vai celebrar missa em Sobradinho e, arresadadamente, numa das 11 comunidades que formam

³⁷ [Dom José Rodrigues de Souza] “criou inúmeras Comunidades Eclesiais de Base, em todos os municípios que formam a Diocese de JUAZEIRO/BA e mantém uma permanente ligação com essas comunidades, destacando-se nessas ligações a advogada MARIA ANGÉLICA CARNEIRO FRAGA LIMA e o funcionário da MISEREOR, CELITO KESTERING, de descendência alemã.” (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, 1980).

a paróquia. Dia 8 de janeiro passado, o Bispo visitou Sobradinho e voltou encantado com o trabalho pastoral que vem sendo realizado. Formou-se o Conselho Paroquial com cinco equipes muito dinâmicas que já fizeram o planejamento para 1984. (SOUZA, 1984, p. 13-14 *apud* KESTERING, 2019b, p. 60).

Figura 187 - Visita do Padre Abílio Almeida, vigário de Casa Nova



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1983)

Figura 188 - Ministério do sacramento do batismo



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1983)

Figura 189 - Ministério do sacramento do batismo



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1983)

Figura 190 - Ministério do sacramento do matrimônio



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1985)

Em Sobradinho, participamos ativamente de bravas e intermináveis lutas contra as injustiças sociais promovidas pelo Regime Militar e sobretudo pela empresa colonialista e capitalista responsável pela construção da barragem na Cachoeira do Sobrado³⁸. Vivemos, na prática, radical e plenamente, a teoria e o método que Paulo Freire propunha para libertarem-se homens e mulheres da condição de oprimidos. Em atitude de radical solidariedade com os marginalizados, moramos na Vila São Joaquim onde disponibilizamos nosso ombro amigo ao esforço coletivo, para nela solucionarem-se endêmicos problemas sociais quais eram: precário sistema de abastecimento de água, ausência de esgotamento sanitário, violência urbana, desemprego e

³⁸ “CELITO KESTERING, filho de TABITA BÖGER KESTERING, natural de SANTA CATARINA, agrônomo, Agente Pastoral da Diocese de JUAZEIRO/BA, com atuação na área de SOBRADINHO, é o responsável pela organização de toda a agitação contra a ação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF na região, inclusive criando obstáculos ao desenvolvimento do projeto da barragem de ITAPARICA, no Rio São Francisco.” (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1984).

completo desamparo governamental³⁹. Exemplifica-se com a lembrança de que nela se fornecia água para dessedentação humana, em precário sistema de chafarizes; urubus, animais domésticos, insetos e crianças disputavam lixo e rejeitos domésticos que nas ruas acumulavam-se fartamente e o alto índice de violência que lhe imprimia a alcunha de Cai Duro.

A população dos que se dizia nada terem assentou-se no Alto dos Pretos que se havia indenizado a Juca Pombo e, por ser infestada de ectoparasitas conhecia-se também como Alto dos Carrapatos. Formou ali um aglomerado humano abrigado em barracos de papelão, folhas de flandres, lona, esteira de tabua e taipa. No centro dele, onde anos mais tarde se implantou a Praça Sete de Setembro, havia um grande umbuzeiro em cuja

³⁹ "(...) ex-seminarista Celito Kesting, de 28 anos, ao lado de 03 pessoas, também "agente de pastoral", integrante do Partido dos Trabalhadores, e engajado na Pastoral da Terra da Diocese de Juazeiro da Bahia, que age na área de conflito pela posse de terras, e dando a seguinte orientação à comunidade:

- o político não resolve, o Bispo é muito ocupado e a Justiça está do lado dos poderosos.

- Colocam mulheres e filhos dos moradores nos locais de conflito, para evitar a ação dos tratores, a fim de não derrubarem suas casas;

- promove passeata pelas ruas de Juazeiro (BA).

- orienta juridicamente os agricultores da região acerca do contido no Art. 902 do Código Civil Brasileiro: "O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se, ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo.

h) Contudo, esse pseudo jurista não explica o parágrafo único desse artigo, que assim reza:

- "Os atos de defesa, ou de desforço não podem ir além do indispensável à manutenção, ou restituição da posse", bem como os demais artigos até o 519, que tratam dos efeitos de posse.

i) A matéria, encerra, assim discorrendo "Mas, ao estimular o recurso a violência em áreas historicamente explosivas, coloca os agentes de pastoral em desacordo com sucessivas manifestações do Papa João Paulo II. Pode, também, colocá-los num curso de colisão com as autoridades encarregadas de gerir a questão fundiária", o que entendemos, no aspecto da Guerra Revolucionária, salvo melhor interpretação, como a 3ª fase da atividade revolucionária, cognominada de subversão da ordem. (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO." 1980).

sombra sediava-se a antiga feirinha. Próximo a ela, em rústicas estruturas de esteira, tábuas velhas e sacos vazios, concentrava-se o conjunto de serviços essenciais como matadouros, armarinhos, mercearias, bares, cafés, costureiras e açougues. Havia também um cinema de cigano, que se montou em lona. Ali, instalavam-se, periodicamente, também os parques de diversão e os circos. Sobradinho fez-se, assim, o maior e mais desumano povoado do Distrito de Junco, município de Juazeiro. Aos poucos, ordenou-se a caótica ocupação, transformando-se em comunidade. Com o passar do tempo, melhoraram-se as habitações e surgiram as primeiras casas de taipa ou pau a pique, com coberturas de palha. Posteriormente, foram elas substituídas por residências de alvenaria e telhas de cerâmica. Nascia assim a filha abortiva do colonialismo excludente, que a CHESF registrou como Vila São Joaquim. (KESTERING, 2019b, p. 98).

Nesse período, como membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT), colaboramos com a fundação de associações agrícolas⁴⁰. Acreditamos e apostamos ser possível e necessário permanecer na terra dos Moquim, com as

⁴⁰ “Membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Dioceses dos Estados da BAHIA e SERGIPE envolvidos em problemas fundiários, dentro e fora de suas respectivas áreas de atuação:

1. ESTADO DA BAHIA - JUAZEIRO/BA: a) D. JOSE RODRIGUES DE SOUZA (B0114984) - Bispo; b) MARIA CRISTINA ANGELLINI (B1587985) - Apresentadora do programa "Rádio Mulher" na Rádio Juazeiro. Criou o Movimento pela Emancipação da Mulher Juazeirense (MEMJ); c) CELITO KESTERING (B1765346) - Agente Pastoral com atuação em SOBRADINHO/BA; d) ABILIO ALMEIDA (B1903780) - Padre da Paróquia de CASA NOVA/BA; e) GERVAZIO FRANCISCO DEZEM (B2867898) - "Padre Chiquinho", da Paróquia de Amalhador, trabalhou como gari da LIMPURB, Orgão da Prefeitura Municipal de SALVADOR/BA; f) BERNARD HAMK - Padre da Paróquia de REMANSO/BA; g) AMÂNCIO SENA VIANA - Padre da Paróquia de CAMPO ALEGRE DE LOURDES/BA; h) ROBERTO MALVEZZI - "Gogó", autor do livro "Os Sete Pecados do Capital", publicado pela Diocese de JUAZEIRO/BA, com o auxílio da CNBB; e i) CARLOS ALMEIDA DIAS - Integrante do grupo de jovens de REMANSO/BA." (BR DFANBSB VB MIC GNC PPP, 1989).

desempregadas famílias barrageiras, mesmo que necessário fosse contrariar os governantes em cujos projetos prevalecia o de abortar as vilas, principalmente a de São Joaquim, onde residiam os peões mais pobres. (Fig. 191).

Figura 191 - Apostamos ficar na terra dos Tamoquim



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1987)

8.1 Sobradinho e a Luta pela Libertação⁴¹

A Vila São Joaquim, junto à Barragem de Sobradinho, tinha história de escravidão, como a tinham outras tantas vilas espalhadas por esse Brasil afora. Além dos 484 anos de

⁴¹ KESTERING, Celito; KESTERING, Ducilene Soares Silva. **Sobradinho e a Luta pela Libertação**. Caminhar Juntos: Boletim Informativo da Diocese de Juazeiro, nº 91 (ISSN 0101-8450), p. 1-10, 1984.

cativeiro que muitos brasileiros carregam às costas, a Vila São Joaquim tinha a lembrança viva de uma sujeição recente, que a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) lhe estava a impor. Essa empresa de economia mista fazia argamassa de areia, água e sangue humano, para construir a barragem que produziria energia elétrica às capitais, mas deixava sua escravaria na miséria e fome. O povo subjugado da Vila São Joaquim reagiu, porém. Organizou-se em associações e buscou sua independência e liberdade na terra prometida dos Tamoquim. (Fig. 192).

Figura 192 – Escavação para fundações da Barragem de Sobradinho



Fonte: Moreira (2017)

Sobradinho construiu o maior lago artificial do mundo, com 350 Km de extensão, largura média de 15 km e máxima de 40 km, área inundada de 4.214 km², 34,1 bilhões de m³ de água, equivalente a 20 vezes o volume da Bahia da Guanabara. Em sua edificação trabalharam profissionais qualificados e semiquilificados que moravam dentro do acampamento. Os técnicos qualificados residiam na Vila Santana e gozavam do conforto de residências bem construídas, água encanada, luz

elétrica gratuita, clube com piscina, arborização farta a minimizar o calor dos dias quentes de verão, ruas bem traçadas e revestidas de asfalto. Para os operários semiquualificados, construiu-se a Vila São Francisco, com menor conforto que a primeira. Tinha, contudo, água encanada, energia elétrica gratuita e ruas asfaltadas.

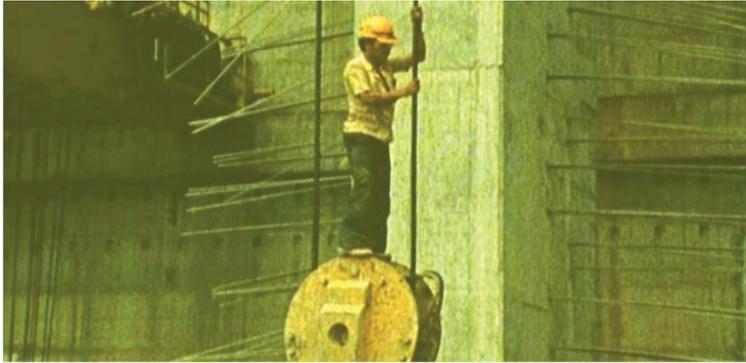
Junto às duas vilas, cercadas de arame farpado, com guaritas onde sentinelas mantinham-se a postos, baixando correntes para os carros entrarem e saírem do acampamento, peões vindos de todos os estados do Nordeste, construíram seus barracos. Nascia, assim, no Alto dos Pretos, a Vila São Joaquim, filha abortiva da CHESF. Nela, as ruas não eram asfaltadas. As casas não possuíam energia elétrica gratuita e sequer água encanada. Não foi construído hospital. Não havia piscinas nem clubes. O descaso era total. Pela fome e violência daquela favela, os peões chamavam-na, simplesmente, de Cai Duro.

As três vilas irmãs haviam participado da construção da Barragem. A irmã rica entrara com o trabalho intelectual que, por considerar-se nobre, fora mais bem pago. A irmã da classe média participara com a mão de obra semi-qualificada e fora, por isso, semi-remunerada. Da mana abortiva exigira-se o trabalho pesado, a escravidão e exploração. (Fig. 193 e 194). Para ela não houvera bons tratos econômicos e, tampouco, herança qualquer.

Acabadas as obras de construção da Barragem, grande parte dos técnicos qualificados e semiquualificados foi para outras regiões do país. À empresa pública de direito privado interessavam apenas os trabalhos de operação e manutenção das usinas, do barramento e da eclusa. Esse pessoal morava nas vilas Santana e São Francisco. A Vila São Joaquim deveria então desaparecer de Sobradinho. Ela não estava nos planos daquela que a gerou. Ouvimo-la infinitas vezes, no Alto dos

Pretos a sussurrar: maldita empresa colonialista, neoliberal, iluminista, positivista e republicana, por que me abandonaste?

Figura 193 – Perigos na construção da barragem



Fonte: Gunten (1980)

Figura 194 – Perigos na construção da barragem



Fonte: Gunten (1980)

Havia-se passado três anos, desde que se concluíram as obras e a Vila São Joaquim ainda resistia teimosa como, pela vida, durante séculos, luta o nordestino. Nesse período de abandono daquela que sugara de suas veias o sangue vigoroso dos trabalhadores, ela buscava e continuava a procurar alternativas que garantissem sua sobrevivência e libertação. Começou, então, a organizar-se em associações.

Iniciou, assim, um novo capítulo de sua história. Ontem a escravidão; hoje, o deserto; amanhã, a terra prometida.

8.1.1 Associação Agrícola São Joaquim

No dia 26 de julho de 1981, as autoridades ouviram o angustiante grito dos Pretos da Terra, reunidos na Associação Agrícola São Joaquim, em abaixo-assinado de 3.180 subscrições de concordância. Nele relatava-se o sofrimento que a comunidade estava a sentir, pela carestia, fome, falta de emprego e condições para trabalhar. A comunidade exigia a construção de um canal nos solos agricultáveis, próximas ao Riacho Tatauí, com distribuição de terra irrigável aos desempregados; condições econômicas e eletrificação rural para cultivarem-na. (Fig. 195).

Figura 195 - Lideranças da Associação Agrícola São Joaquim



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1983)

Caso fossem atendidas essas exigências, a comunidade acabaria com a situação desesperadora em que se encontrava,

pois findariam a miséria, o desemprego e a fome. Para que o abaixo-assinado não fosse mais um documento engavetado pelas autoridades, sem providências reais aos problemas apresentados, os pretos da São Joaquim organizaram-se em uma entidade agrícola. Com o auxílio da Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Juazeiro, elaboraram os estatutos; publicaram seu extrato no Diário Oficial do Estado da Bahia e registraram-no em Cartório. Estava, assim, oficialmente fundada a Associação Agrícola São Joaquim, com sua diretoria, conselho fiscal e sócios fundadores, em número de 650. Sua assembleia geral fazia-se no último dia de cada mês.

Os técnicos da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) haviam partido para a construção da nova barragem de Itaparica no Rio São Francisco, na altura de Petrolândia, entre o Pernambuco e a Bahia, deixando em Sobradinho 10 mil pessoas desempregadas, passando fome e miséria. É assim o progresso do modelo capitalista. Constrói obras faraônicas e cria grandes ajuntamentos de pessoas. Terminada a obra, partem os técnicos e fica o povo na pior.

Nessa situação aflitiva, a CPT da Diocese de Juazeiro multiplicou seus esforços para ajudar o povo de Sobradinho a se organizar. Fizeram-se muitas reuniões. Fizeram-se diversos abaixo-assinados. Representantes dos desempregados deslocaram-se, várias vezes, até Salvador para falar com o Governador e demais autoridades. Em 04/04/1982, fundou-se a Associação Agrícola São Joaquim, que foi depois registrada. A Diocese deu todo apoio pessoal e financeiro. Agora ela anda com suas próprias pernas e apresenta o relatório do que fez em 1983.

1 - Irrigação: Foram realizados o trabalho de desmatamento e destoca manual de 300 hectares e os estudos pedológicos e testes de infiltração para se elaborar o projeto de irrigação, que recebemos neste mês e já foi encaminhado ao Governador do Estado. Estamos buscando alternativas para se iniciarem as obras quanto mais breve possível. Esse projeto assumirá 650 famílias.

2 - Horta Comunitária: Foram desmatados e destocados 23 hectares; foram realizados os trabalhos de divisão de lotes, cabendo duas tarefas por família; foram realizados os trabalhos de aração e gradagem; foi construído um depósito para armazenar produtos e ferramentas e uma caixa d'água com capacidade de 50 mil litros; foi espalhada a tubulação, mas não pode ser feita a ligação por falta de anel de vedação que não se acha no comércio; foi conseguido e comprado em Salvador, estando para ser entregue em janeiro próximo; foram instalados 1.330 metros de instalação elétrica, trazendo a rede rural para nosso projeto; foi adquirida uma eletrobomba de 25 Cv que na próxima semana será instalada.

3 - Caprinocultura: Foram cercados 857 hectares para a implantação do Projeto de Caprinos; foi construído um aprisco com a capacidade de 200 matrizes e oito reprodutores; foi construída uma casa para o vaqueiro, um depósito para armazenar remédios e ração para os caprinos; foi construída uma caixa d'água com capacidade de 32 mil litros; foram implantados 8.502 metros de cano, saindo do centro de manejo com direção ao viveiro da CHESF; foram compradas 146 cabeças de criação, sendo 100 matrizes mestiças e seis reprodutores puro sangue; foram comprados três animais, sendo um cavalo, uma burra e uma poldra com os respectivos arreios; foi destocada uma área de 150 hectares para ser plantada forrageira, algaroba, capim buffel e palmas.

4 - Patrimônio: Foram compradas 50 cadeiras de plástico para uso dos associados em reuniões e assembleias; foram comprados uma moto, quatro birôs de madeira, um armário de aço, cinco cadeiras de madeira e uma mesa para datilografia; foram comprados dois birôs, uma mesa para datilografia, uma máquina de escrever e um armário de madeira, com portas de correr, de segunda mão; foi comprado um trator, com todos implementos para trabalho na agricultura; foi comprada uma calculadora elétrica; foi comprada a sede social, uma eletrobomba de 25 Cv, para ser instalada na horta comunitária e uma eletrobomba de dois Cv, para levar água ao centro de manejo.

5 - Sequeiro: Foram divididos os lotes de cinco hectares para cada associado. Foi feito o cadastramento bancário e 300

sócios foram beneficiados com o custeio agrícola; este financiamento foi mais uma reivindicação da associação junto ao Governo do Estado. Foram plantadas as culturas mais conhecidas pelos associados e resistentes à seca, tais como: mamona, algodão, jergelim e feijão. Foi construído um galpão com a finalidade de armazenar as culturas na época de comercialização; foi assinado um contrato com a COCANE para o algodão. Esta compra a safra pelo preço do dia, mais 15%; foram construídos dois tanques na área do projeto pela CODEVASF, que ficarão para beneficiar os produtores.

6 - Administração financeira: Foi realizado um treinamento, promovido pela SEPLANTEC, tendo como instrutora a filha de um associado, Eliomar, que há muito tempo trabalha com a gente.

7 - Social e Comunicação: Foi elaborado o jornal A Voz da Esperança, órgão oficial de divulgação da Associação. Este grupo tem por finalidade assessorar outros empreendimentos desta entidade, como ocorreu no curso do Professor Hiroshi, sobre Agricultura Alternativa que foi de muito proveito para os participantes. Foi realizado um encontro sobre associativismo ministrado pelo Dr. Nilson Sotero que abordou assunto de interesse geral e se prontificou a acompanhar os passos da associação no que lhe for solicitado. Está sendo terminada a contagem realizada na Vila com o objetivo de apurar a situação sócio-político-econômica da Vila São Joaquim.

8 - Saúde: Foi intensificado o trabalho da medicina caseira, aproveitando o máximo do conhecimento do pessoal. Foi discutida e está sendo amadurecida a implantação de uma farmácia medicinal que contenha as ervas mais usadas pela comunidade e estão localizando uma área disponível para o cultivo da mesma. Dr. Paulo Pena participou de vários encontros com o pessoal, intensificando a necessidade da medicina preventiva, já que nossa população é mal atendida na medicina curativa.

Para 1984 pretende-se: implantar a adutora da horta comunitária; iniciar o plantio e intensificar o trabalho comunitário, visando a comercialização; centrar a luta na implantação do projeto de irrigação (esta luta será bastante árdua pois o projeto todo custará Cr\$ 485.000.000,00 e este

recurso já está sendo negociado com o Governo do Estado, Finsocial e outros órgãos interessados no apoio social às comunidades); intensificar a luta para buscar alternativas de plantio nas áreas de sequeiro, tendo como objetivo único dos associados uma molhação que amenizará a situação atual; lutar pela construção de tanques em vários locais do projeto, para ser abastecido pelo pipa e usado racionalmente pelos produtores; construir mata-burros nos canais do projeto; fazer o manejo racional dos caprinos, melhorando o rebanho sem perder a rusticidade. (SOUZA, 1984, p. 16-17).

8.1.2 Associação do Alagadiço

No dia 29 de junho de 1983, um grupo de 20 chefes de família reuniu-se pela primeira vez, para discutir os problemas do desemprego e da fome que estava enfrentando na Vila São Joaquim. Em sua maior parte, esses chefes de família haviam sido sócios da Associação Agrícola São Joaquim, mas se desligaram dela porque não concordavam com a maneira de alguns líderes conduzirem seus trabalhos e porque o projeto caminhava em ritmo muito lento. Quem sentia fome, não podia esperar muito para que os projetos se concretizassem. A máquina do Estado era fria, morosa e insensível aos problemas do povo faminto. Os técnicos, metidos naquela engrenagem pachorrenta, atendiam muito mais aos interesses imediatos do Estado do que do povo que pagava imposto. A Associação Agrícola São Joaquim caminhava em obediência ao compasso do Estado. O grupo dissidente havia-se cansado de esperar e decidiu buscar outra solução para seu problema.

Em reunião que fez no dia 29 de junho de 1983, deliberou ocupar terras inaproveitadas, ao norte da Vila São Joaquim. Ninguém delas havia-se apossado até então porque se dizia pertencerem à CHESF que tinha, em mãos, um decreto de

desapropriação. O grupo não quis saber se elas pertenciam àquela empresa de economia mista ou a outra identidade. Estava com fome e a vida era-lhe mais importante.

Decidiu apropriar-se delas. Abriu variantes; cavou buracos para a cerca; foi ao mato, com machados e foices, tirar estacas destinadas ao tapume da caixara coletiva. Levou rapadura, farinha e feijão e passou dois dias na caatinga. À noite, fez uma fogueira e dormiu ao redor dela, depois de se haver contado várias anedotas e muitas histórias do Nordeste. Tirou 1500 estacas. Assim, em poucas semanas, os 20 homens tinham aproximadamente 100 hectares de terra cercada. (Fig. 196).

Figura 196 – Aproximadamente 100 hectares de terra cercada



Fonte: Kesting (2019b, p. 108)

Aí começam a surgir problemas: A CHESF não permitia que o grupo apoderasse-se daquela área⁴²; começou a dar documentos dela a outras pessoas que iniciaram a pressionar a turma para dar vez a eles, seus apadrinhados; sabendo que a equipe mantinha-se unida e firme na resolução de ocupá-la, fez-se pressão sobre a Secretaria de Planejamento, Ciência e

⁴² Dizia-se que ela poderia ceder apenas metade da área ocupada.

Tecnologia (SEPLANTEC) para que não auxiliasse os insubordinados; essa empresa governamental da Bahia negou-se a atender o pedido e ajudou o grupo com arame para a cerca. Não contente com isso, a empresa gestora da Barragem de Sobradinho pressionou a SEPLANTEC de Salvador, para que impedisse a gerência de Sobradinho de ajudar o grupo perigoso que estava a invadir terras; nada conseguindo com a SEPLANTEC, ameaçou apelar à Polícia Federal a fim de amedrontá-lo e fazê-lo desistir de “invadir suas terras”; o grupo continuou unido e firme em sua decisão; vendo que não conseguia desestabilizá-lo, inventou-se que as terras ocupadas eram da Prefeitura Municipal de Juazeiro e estavam dentro do perímetro urbano⁴³; exigiu-se, então, que se fizesse um novo mapa da área, pois não se confiava no mapa feito anteriormente pelo INTERBA⁴⁴.

Depois de todos esses problemas, liberou-se a área e cada sócio fez, no INTERBA, o requerimento de 4,75 hectares dela. Durante todo esse tempo, os sócios estavam a desmatar e arar o território conquistado. Contudo, por causa dos problemas causados pela CHESF, não obteve mais ajuda da SEPLANTEC que prometera implantar a infraestrutura de irrigação. A corporação precisava irrigar as terras, mas não tinha eletrobomba. A saída foi fazer greve de fome na frente da Prefeitura Municipal de Juazeiro, para conseguí-la. Depois de longa repreensão, o prefeito emprestou o equipamento reivindicado, no valor de Cr\$ 600.000,00.

⁴³ A Prefeitura de Juazeiro possuía um documento fornecido pelo Instituto de Terras da Bahia (INTERBA), provando que a CHESF havia lhe doado 449 hectares de terra. Possuía um mapa da área, feito pelo INTERBA. O pessoal da CHESF, acostumado a fazer e ler plantas, alegava que o grupo havia ocupado essa área e marcou no mapa o lugar. Na carta deles, a área olcupada situava-se bem no centro da Vila São Joaquim.

⁴⁴ Isso tudo levou tempo. Os 20 sócios reuniram-se e pressionaram a Prefeitura, afim de que acabasse com a palhaçada.

A luta continua pois ainda falta muito a ser feito na área ocupada. Hoje, os 20 chefes de família estão organizados em uma agremiação que se chama Associação do Alagadiço que possui estatutos e está registrada em Cartório. Reúnem-se em assembleia geral para avaliar os trabalhos e planejar as atividades, no dia 1º de cada mês, às 19 horas, em sua sede provisória, na Vila São Joaquim.

Em 1983 fizeram-se 1.500 metros de cerca de arame farpado; desmataram-se 45 hectares; arrancaram-se tocos de 30 hectares; araram-se e gradearam-se 20 hectares; plantou-se 10 hectares de arroz, feijão e melancia (perdidos pela cheia do Rio São Francisco); dividiram-se e distribuíram-se lotes com os associados e os requereu-se junto ao INTERBA. Em 1984 pretende-se terminar as cercas; fazer cancelas e mata-burros; desmatar e arrancar os tocos de toda área; arar e gradear o solo e implantar o projeto de irrigação comunitária. (Fig. 197 a 205)

Figura 197 – Implantação do canal de irrigação artesanal



Fonte: Kesting (2019b, p. 108)

Figura 198 – Sistematização do solo



Fonte: Kesting (2019b, p. 108)

Figura 199 – Instalação da eletrobomba conquistada com greve



Fonte: Kesting (2019b, p. 109)

Figura 200 - Instalação da eletrobomba



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1983)

Figura 201 – Sistema artesanal de distribuição de água



Fonte: Kesting (2019b, p. 109)

Figura 202 – Primeiro plantio de cebola



Fonte: Kesting (2019b, p. 108)

Figura 203 - Plantio de cebola



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1983)

Figura 204 – Primeiro plantio de cebola



Fonte: Kesting (2019b, p. 110)

Figura 205 – Primeiro plantio de abóbora



Fonte: Kesting (2019b, p. 110)

8.1.3 Associação da Lagoa Seca

A exemplo da Associação do Alagadiço, um grupo de 18 sócios, em maioria mulheres, começou a cercar também uma gleba de terra de aproximadamente 25 hectares para fazer sua roça irrigada e manter, com o produto dela, suas famílias. Abriu variantes, esticou arames e fez a cerca para garantir seu projeto comunitário.

Um vereador de Juazeiro e presidente do Conselho de Moradores da Vila São Joaquim convocou, então, uma reunião com o prefeito municipal e funcionários da CHESF para denunciar, veementemente, que se estava a promover grilagem na área urbana da Vila São Joaquim e que se deveriam tomar medidas urgentes, a fim de impedir que ela se efetivasse⁴⁵. Pressionada pela CHESF e Prefeitura Municipal, a SEPLANTEC que estava inicialmente a ajudar o grupo, não pôde mais prestar auxílios enquanto não se delimitasse o perímetro urbano. Uma vez circunscrito, a agremiação da Lagoa seca recuou a cerca, respeitando a área pública municipal. (Fig. 206).

Figura 206 – Recuou-se a cerca para respeitar o perímetro urbano



Fonte: Kesting (2019b, p. 111)

Depois de cinco meses, o pessoal da Lagoa Seca organizou-se em associação que possui estatutos aprovados em assembleia geral. Com apoio da SEPLANTEC publicou o extrato deles no Diário Oficial do Estado da Bahia. De posse do extrato dos estatutos publicados no Diário Oficial, protocolou processo de registro no Cartório do Fórum de Juazeiro - BA. Reúne-se

⁴⁵ Não convidou a população da Vila São Joaquim.

todos os sábados, às 15 horas, em sua sede provisória, na Vila São Joaquim e faz assembleia geral de três em três meses.

O Prefeito Jorge Khoury esteve ontem em reunião, em Sobradinho, atendendo a convite dos moradores da Vila São Joaquim. Além do prefeito e sua equipe, compareceram: o Diretor de Obras da CHESF, o diretor da SEPLANTEC, o Diretor do SAAE de Juazeiro, o Diretor da COELBA, educadores de Sobradinho vinculados à CHESF e moradores interessados em encontrar caminhos e soluções para seus problemas maiores. Pela exposição dos representantes dos moradores da Vila São Joaquim, cinco itens resumem suas principais reivindicações: programa de extensão e normalização da rede de energia⁴⁶; atendimento escolar mais eficiente, pois pelo menos 275 adolescentes estudam o 2º Grau em Juazeiro; abastecimento de água que ali é muito precário⁴⁷; denúncia contra grilagem séria e sistemática que ali está sendo feita em muitas áreas de Sobradinho, inclusive com boa cerca de arame farpado montada e limpeza pública mais eficiente.

Falando ao final, o Prefeito Jorge Khoury explicou que o serviço de limpeza pública não pode ser mais eficiente, pelo menos enquanto dure a crise do desemprego pois, a pedido dos próprios moradores, o serviço está sendo feito manualmente, para dar chance de emprego a muitos garis.

Quanto à grilagem, Jorge Khoury afirmou já ter tido recentemente conhecimento da mesma e garantiu que iria tomar enérgicas medidas, pois as terras são da prefeitura e ele não admite as invasões das áreas. (REPÓRTER PETROVEL, 30/09/1983).

Diante da ameaça do prefeito, a Paróquia de Sobradinho fez os seguintes questionamentos que foram distribuídos para reflexão nos grupos: Quem fez as reivindicações ao Prefeito Jorge Khoury? Quem eram os representantes da Vila São

⁴⁶ Incrível! Trechos sem energia elétrica na beira da fonte geradora de energia para tantos lugares do Nordeste!

⁴⁷ Outro fato interessante: precariedade no abastecimento de água junto ao maior lago artificial do mundo.

Joaquim? Os representantes representavam as aspirações dos moradores da Vila São Joaquim? Por que não foram convidados todos os grupo da Vila São Joaquim? Quais as terras da prefeitura que estão sendo griladas em Sobradinho e quem as está grilando? Sobradinho é cidade para ter perímetro urbano? Se é cidade, quem é o prefeito e onde se localiza a Câmara de Vereadores? O problema maior de Sobradinho é a delimitação do perímetro urbano ou a fome do povo? Que vamos fazer diante dos fatos? Responder ou ficar calados? Morrer de fome para que viva o perímetro urbano?

Em 1983 a Associação desmatou aproximadamente 15 hectares de terra; escavou de 1200 buracos para estacas; foi à caatinga tirar 1200 estacas e distribuiu os lotes de terra com os sócios. Em 1984 pretende terminar as cercas; conseguir eletrobomba e encanação para irrigação das terras; ará-la, gradeá-la e plantar nela.

8.1.4 Associação do Brejo de Dentro

Um empresário bem sucedido de Sobradinho havia recebido da CHESF, uma área de terra, na borda do Lago de Sobradinho, próximo à comunidade de Brejo de Fora. Depois de muita pressão feita pelas famílias de Brejo de Dentro e Brejo de Fora, a CHESF promoveu sua desocupação, porém nunca a transferiu ao povo, apesar das cobranças que seus representantes reiteradamente faziam ao diretor de obras. Com a chegada da SEPLANTEC, a Comunidade de Brejo de Dentro reivindicou apoio dela. Em articulação feita por Norton Víctor Sampaio (Coordenador da SEPLANTEC em Sobradinho), a CHESF passou-a ela a fim de que a distribísse com a comunidade. Quinze famílias de Brejo de Dentro pleitearam-na para implantarem um projeto comunitário de

irrigação. As famílias receberam as terras e uma declaração da CHESF, autorizando sua ocupação. Cada chefe de família recebeu 4,3 hectares de terra irrigável. Em seguida, as 15 famílias providenciaram o INCRA e o requerimento do título de propriedade junto ao Instituto de Terras da Bahia (INTERBA).

A exemplo do que fizeram as 15 famílias, outras mais pressionaram a CHESF, a fim de que dividissem terras doadas a um vereador de Sento Sé, com as famílias do Brejo de Dentro. Conseguiram-nas. Outras famílias ainda, em número de 25, decidiram ocupar uma área de terra devoluta, próximo ao lago de Sobradinho. Abriram variantes para iniciarem sua roça comunitária. Assim, em Brejo de Dentro, existe hoje uma associação registrada em Cartório, que faz suas assembleias gerais onde e quando se discutem problemas e buscam-se soluções aos mesmos. Ela reúne-se nas segundas e sextas feiras, na igreja ou no prédio da escola.

Em 1983 ocupou 65 hectares e cercou as terras que se dizia pertencerem ao empresário de Sobradinho; dividiu a gleba ocupada em lotes de 4,3 hectares para cada um dos 15 chefes de família; comprou um conjunto de motobomba com 1.000 metros de cano de seis polegadas; desmatou, arrou e gradeou aproximadamente 30 hectares de terra; instalou o sistema de irrigação; plantou feijão e milho; conquistou a terra que se dizia pertencer ao vereador e abriu variantes em terras devolutas.

8.1.5 Associação da Mina do Incaibro

A Mina do Incaibro foi descoberta no ano de 1941, quando Manoel Martins dos Santos (Seu Né) encontrou as primeiras unidades de ametista na Serra do Incaibro. Nos tempos

áureos do garimpo havia muitas casas junto à jazida. Houve tempo em que até padaria havia lá. Depois a ametista começou a escassear. Hoje, no povoado moram apenas 25 famílias pobres de velhos garimpeiros que enriqueceram muitos donos de cortes e pedristas que compravam toda produção a preço de banana, para venderem por valor elevadíssimo nas capitais. (Fig. 207). As 25 famílias da Mina do Incaibro vivem de cavar mina, criar bode e plantar roça no período chuvoso.

Figura 207 - Povoado da Mina do Incaibro



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1983)

Nesses seis anos de seca que estão a enfrentar, o problema maior delas é a falta de água. Buscam-na para beber, no Lago de Sobradinho, que fica a 4 km do povoado. Quem não possui jegue para transportá-la, compra-a ao preço de Cr\$ 300,00 por lata de 18 litros. Por isso, um grupo de 17 famílias reúne-se regularmente para consegui-la. Houve várias reuniões para solicitar à SEPLANTEC um topógrafo para ver a diferença do nível do Lago de Sobradinho e o povoado. Já se passou um ano, porém, e o topógrafo ainda não veio. Sem a noção do

desnível, não há como calcular o projeto. O grupo pretende formar uma associação, com estatutos e registro no Cartório para que suas exigências junto à SEPLANTEC tenham mais força e sejam atendidas.

Em 1983, reuniu-se no dia 8 de cada mês para resolver o problema da falta de água; construiu um tanque; conseguiu abastecimento com um carro pipa. Em 1984 perfurou um poço tubular que abastece às famílias e ao criatório do povoado. (Fig. 208 e 209).

Figura 208 - Perfuração do poço tubular



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1984)

Figura 209 - Inauguração do poço, com celebração de missa



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1984)

8.1.6 Associação da Chapadinha

No dia 19 de setembro de 1983, um grupo de 20 chefes de famílias desempregadas reuniu-se pela primeira vez a fim de encontrar alternativa de sobrevivência, pois estava sem emprego desde que haviam terminado as obras de construção da barragem. Algumas pessoas do grupo haviam pesquisado e encontrado uma área de terra desocupada junto à Serra da Batateira, próximo ao Lago de Sobradinho. Diziam que daria para 20 famílias extraírem dela sua sobrevivência. Ninguém sabia se ela tinha dono. Concluiu-se que, ao invés de procurar-se o suposto proprietário, melhor seria conquistá-la. Se houvesse possuinte, esse apareceria quando soubesse que uma turma estava a apossar-se dela.

No outro dia, cedo, foram ao local. Abriram variantes e escavaram buracos para nelas colocar estacas. Quando a área toda estava cercada de variantes, surgiu um morador do lugar, dizendo que aquela área de terra pertencia a um farmacêutico de Petrolina - PE. O grupo foi, então, ao INTERBA saber se o tal farmacêutico tinha documento dela. Os técnicos desse órgão governamental responderam achar que ela tinha documento e que seu dono, ex-operário da CHESF, morava em Itaparica. O grupo exigiu, então uma definição urgente sobre a área ocupada. Depois de várias promessas, seu Diretor Regional foi ver a área, e dar a resposta de que o grupo pedia ocupá-la porque ninguém possuía dela documento algum. Recomendou que cada chefe de família fizesse requerimento de seu lote de terra. Imediatamente se o fez.

Vencida essa primeira batalha, o grupo fez a política da boa vizinhança. Promoveu reunião com os proprietários de terras vizinhas, para que entrassem também na luta para conseguirem um projeto comunitário de irrigação que

beneficiasse a todos agricultores daquele local. Para que sua luta fosse adiante, achou conveniente organizar-se em uma associação. Deu a ela o nome de Associação da Chapadinha porque as terras ocupadas eram de chapada. Fizeram e aprovaram seus estatutos e os registraram em cartório. Hoje ela tem sua diretoria e seus associados reúnem-se uma vez por mês, no dia 12, às 19 horas.

Em 1983, abriu variantes, cortou estacas, cercou aproximadamente 50 hectares de terra com nove fios de arame farpado; dividiu lotes com os associados; desmatou aproximadamente 10 hectares; fez plantio de sequeiro que morreu tudo por causa da seca; formou, organizou e registrou a associação. Em 1984, implantou o projeto de irrigação comunitária. (Fig. 210 a 217).

Figura 210 – Desmatamento da área ocupada



Fonte: Kesting (2019b, p. 113)

Figura 211 – Primeiro plantio de sequeiro que se fez na área



Fonte: Kesting (2019b, p. 113)

Figura 212 – Augustinho Freire Leite na gleba que encoivarou



Fonte: Kesting (2019b, p. 113)

Figura 213 - Primeiro plantio, com irrigação artesanal



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1984)

Figura 214 – Antônio Alves da Luz a explicar seu sistema de irrigação



Fonte: Kesting (2019b, p. 114)

Figura 215 - Sistema de irrigação, com rústica casa de bomba



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1984)

Figura 216 - Primeiro sistema de irrigação comunitária



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1984)

Figura 217 – Jaime Barbosa de Oliveira a mostrar sua roça irrigada



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1984)

8.1.7 Associação Agrícola São Sebastião

Muitos moradores da Vila São Joaquim haviam ocupado terras às margens do Riacho Tatauí. São excelentes solos aluviais onde as famílias plantam de sequeiro. O sonho delas era plantar com irrigação. Em novembro de 1982, um grupo de 30 famílias iniciou a luta para irrigá-las. Dirigiu-se à CHESF para solicitar ajuda a seu projeto. Conseguiu 2.000 metros de cano Brasilit de 4 polegadas e levantamento topográfico planialtimétrico da calha do Riacho.

O primeiro plano do grupo era levar água encanada até o povoado. Depois do levantamento topográfico, viu que seria mais econômico e relativamente fácil construir uma barragem na foz do riacho, para, com uma estação de bombeamento conduzir água do Rio São Francisco a sua montante. A barragem formaria um lago dentro da calha do riacho até o povoado de Lagoa Grande. A direção da CHESF argumentou, então, não poder construir a dita barragem. A prefeitura de Juazeiro disse também não ter recursos, mas, se o grupo lhe fornecesse o projeto e o orçamento dela, ficaria fácil consegui-los. Representantes da turma foram então à SEPLANTEC, solicitar que seus técnicos o elaborassem. Essa entidade governamental comprometeu-se por fazê-lo com seu respectivo orçamento. O grupo ainda hoje espera por ele.

Enquanto lutava por seu projeto, a comunidade organizava-se em agremiação que recebeu o nome de Associação Agrícola São Sebastião, porque o padroeiro da comunidade é São Sebastião. Já possui estatutos. Não foi ainda registrada porque a SEPLANTEC comprometeu-se em publicar o extrato de seus estatutos no Diário Oficial do Estado da Bahia e ainda não o fez. Enquanto não chega a água para irrigar suas terras, a Associação Agrícola São Sebastião reúne-se em Assembleia

Geral todos os meses, no dia sete, às 19 horas, na igreja da comunidade de Lagoa Grande.

Em 1983, conseguiu 2.000 m de cano; levantamento topográfico do riacho e organizou-se em associação. Em 1984 pretendia construir a barragem.

8.1.8 Associação das Lavadeiras

As lavadeiras de Sobradinho também se organizam para lutar por uma vida melhor. A maioria delas mora na Vila São Joaquim e lava roupa a patroas da Vila Santana, a seis quilômetros de distância de suas casas. Lavam trouxas com 100, 200 e até 300 peças. Até dezembro de 1983, antes de se reunirem e organizarem-se, elas recebiam Cr\$ 500,00, Cr\$ 700,00 ou Cr\$ 1.000,00 por trouxa lavada. Depois que se organizaram, gritaram por sua independência e pediram apoio de outras lavadeiras de Sobradinho e Juazeiro. Solicitaram aprovação também de todas pessoas que acham sua luta justa.

Decidiram reunir-se em assembleia geral, todos os meses, no dia 15, às 20 horas, no Centro Social São Joaquim, para avaliar a luta do mês e planejar as atividades do mês seguinte. Na assembleia geral do mês de janeiro fez avaliação de sua luta por um salário justo. Várias lavadeiras disseram que haviam conseguido CR\$ 2.500,00 por trouxa de roupa lavada e passada. Conseguiram, assim o salário mínimo regional de Cr\$ 50.000,00. A lavadeira que lava roupa para para cinco patroas, recebe Cr\$ 12.500,00 por semana. Multiplicando-se CR\$ 12.500,00 por quatro semanas, tem-se exatamente o salário mínimo por mês. Estão de parabéns as lavadeiras de Sobradinho que conseguiram essa vitória em sua luta pela libertação.

8.1.9 Sociedade Amigos de Sobradinho

Fundada em 1979, a Sociedade Amigos de Sobradinho fez seus estatutos cujos extratos publicaram-se no Diário Oficial da Bahia. Depois de três ou quatro assembleias gerais, a Sociedade paralisou suas atividades. Ninguém mais ouviu falar dela, nem tampouco de seus trabalhos. Vasculhando a papelada velha da paróquia, os jovens descobriram-na e decidiram organizá-la, reformulando alguns artigos de seus estatutos. Em reunião que se fez no Centro Social, no dia 14 de janeiro de 1984, resolveram lutar por sua libertação econômica. Para que sua luta tenha estrutura organizacional, decidiram usar a “calça pronta” fazendo alguns remendos para ajustar-se a suas conveniências.

Resgata-se, assim, a Sociedade Amigos de Sobradinho, para que os jovens não fiquem se reunindo apenas para enfeitar as liturgias da comunidade, mas para lutarem por sua independência econômica. Os rapazes de hoje serão os chefes de família do amanhã. Como cabeças de família, eles não vão fazer somente reflexões com seus filhos. Vão ter que trazer o pão para que eles possam viver. A hora de preparar os futuros gerentes de família é agora.

8.1.10 Associação dos Estudantes

Sobradinho tem mais de 15.000 habitantes e não tem sequer uma escola de II Grau. As famílias aqui residentes, oriundas de quase todos os estados do Brasil, formam uma enciclopédia cultural das mais ricas da região. É pena não haver uma estrutura que capitalize sua rica cultura. Mais de 275 jovens estudam o II Grau em Juazeiro, pagando passagem de ônibus, para irem e voltarem, todos os dias. Nesse vai e

vem, forçam-se a pagar o que seus pais não possuem, pois, em sua maioria, trabalham nas frentes de serviço, recebendo o mísero salário de Cr\$ 15.300,00 por mês.

A Associação dos Estudantes batalha para que se crie uma escola de II Grau em Sobradinho. No dia 14 de cada mês, reúne-se em comissão, a fim de planejar estratégias para que ela se implante o mais rapidamente possível. Nesse sentido, entregou abaixo-assinado ao governador João Durval, quando visitou Sobradinho, no dia 15 de fevereiro passado.

8.1.11 Conselho de Moradores da Vila São Joaquim

Criado em 11 de janeiro de 1977, o Conselho de Moradores da Vila São Joaquim tem atrapalhado o trabalho de libertação de Sobradinho. Quando ela faz assembleia geral, os moradores da Vila São Joaquim são os últimos a saberem. Para participarem delas convidam-se os exploradores do povo. Seu presidente é vereador do PDS.

Em tempo, o Conselho de Moradores da Vila São Joaquim possui estatutos e é registrado em Cartório como Pessoa Jurídica. Há um trabalho para tomar seu comando e outorgá-lo aos associados.

8.1.12 Associação dos Moradores da Vila São Francisco

A exemplo do que ocorre na Vila São Joaquim, os moradores da Vila São Francisco também começam a despertar para lutar por uma vida melhor. Um grupo de pessoas reúne-se e organiza-se em associação.

8.1.13 Colônia de Pescadores Z-26

Quando a CHESF construiu a Barragem de Sobradinho, por conveniência econômica ignorou que a maioria dos peixes do Rio São Francisco são de piracema, isto é, precisam subir o rio para desovar. A Barragem de Sobradinho formou uma barreira intransponível. Menosprezou também a necessidade de construir-se uma escada para piracema, para que os peixes pudessem transpor a Barragem. Isso faz com que, à jusante dela, eles fiquem em cardume, tornando-se presa fácil aos pescadores da Colônia Z-26. (Fig. 218).

Figura 218 - Pescador da Colônia Z-26, à jusante da Barragem



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1983)

Os pescadores reúnem-se para reivindicar direitos junto à SEPLANTEC que vende a ideia de que está a desenvolver a pesca e a beneficiá-los. Até agora, porém, só encontraram “deveres” e ameaças de multa a quem transgredir as leis. Compram-se peixes para vendê-los em outras cidades. Aqui, em Sobradinho, ficam apenas as cabeças do pescado. É dura a realidade, mas é a verdade.

8.1.14 Considerações

Os trabalhadores de Sobradinho conscientizaram-se de que havia terminado o tempo do emprego farto na Terra da Barragem. Perceberam que não podiam esperar que os mandatários do Brasil colonialista e neoliberal (iluministas, republicanos, positivistas), resolvessem seus problemas. Descobriram que eram eles próprios quem deveria buscar soluções alternativas de sobrevivência. Na luta pelo sustento, perceberam que eram mais fortes quando se organizavam em associações. Constataram que a república positivista não era sua aliada, mas lutava contra eles; atentaram que seus projetos comunitários não tinham apoio dos governantes neoliberais⁴⁸. Os órgãos do governo (INTERBA, CHESF, PREFEITURA, SEPLANTEC) usavam de todos os meios para que se abortassem os projetos populares, para continuarem a defender sua histórica tese de que os empobrecidos desfrutavam a condição da marginalidade porque são preguiçosos.

Nessa luta desigual, os trabalhadores ainda estavam a sofrer contínuas derrotas na terra da Barragem que se edificou para

⁴⁸ “Essas associações são dominadas pelo “Clero Progresnista” e exercem um intenso trabalho de doutrinação marxista. (...) CELITO KESTERING e sua mulher DUCILENE são os encarregados da paróquia de SOBRADINHO e os principais críticos da CHESF naquela localidade. CELITO é o mais ativo líder da área, e o responsável por várias invasões de terras ocorridas na região e instigador dos habitantes do Vale do Rio Salitre. (...) Uma das áreas mais críticas do município de JUAZEIRO é o Vale do Rio Salitre. Em 07 de Fev 84, os fazendeiros OTACÍLIO NUNES DE SOUZA e JOAQUIM AMANDO AGRA foram assassinados naquele local, em virtude de problemas gerados pela disputa do represamento da água do Rio Salitre. CELITO KESTERING foi o principal elo de ligação entre D. JOSÉ RODRIGUES, os posseiros e os proprietários do Baixo Salitre, levando àquela população a mensagem de revolta e ódio, que culminou com o assassinato desses dois fazendeiros.” (BR DFANBSB V8 MIC GNC PPP, 1985).

abastecer as eletrointensivas multinacionais. Aqui, neste campo de batalha, não corria sangue porque os trabalhadores desempregados não mais o tinham em suas veias. Éramos testemunhas de que, na Vila São Joaquim, diariamente morriam crianças e adultos vitimados pela subnutrição (fome). Por oportuno lembra-se que houve dias em que se sepultaram seis crianças. Era uma guerra cruel, aquela do sistema colonialista contra os milenares sonhos libertadores do povo nordestino.

Assim como do peito salvador agonizante na cruz, o punhal de um colonialista romano fez jorrar parcas gotas de água, os habitantes de Sobradinho agonizam sem sangue em suas veias. Acreditam, porém, na ressurreição. Como Ele venceu a morte, a sociedade desempregada ressuscitará também. Deus era maior que a exploração da máquina opressora do estado republicano capitalista. Cristo estava de nosso lado. Lembrávamos todos os dias de que Ele dissera: “Onde dois ou mais estiverem reunidos em meu nome, Eu estarei no meio deles. (MT. 18,20).

Assim, graças à resistência, teimosia e coragem de seu povo, Sobradinho lutou contra todas as adversidades e conseguiu emancipar-se política e administrativamente, no ano exato em que Mikhail Gorbachev desnudava o bloco socialista para revelar ao mundo o fracasso da ditadura do proletariado. A bipolaridade que, durante décadas, justificara a guerra fria entre capitalistas e socialistas, cedeu lugar à multipolaridade, no exato momento em que em Sobradinho davam-se tréguas às divergências pessoais e ideológicas para, em mutirão, emancipar-se a terra que os barrageiros adotaram como sua.

Em 8 de janeiro de 1989, realizou-se o plebiscito para a aprovação de sua emancipação política. Dos 7.867 eleitores inscritos na localidade, 5.125 compareceram às 27 urnas para depositarem seu voto. 4.885 disseram sim à independência

política e administrativa, 81 anularam seus votos, 88 posicionaram-se contrários e 71 votaram em branco.

Desmembrou-se oficialmente do Município de Juazeiro no dia 24 de fevereiro de 1989, por força da Lei Estadual nº 4.843, publicada no Diário Oficial da Bahia, em 25 de fevereiro do mesmo ano. Sua sede integra as vilas Santana, São Francisco e São Joaquim.

Sobradinho, que fora idealizada inicialmente para servir apenas de acampamento aos trabalhadores necessários à construção da barragem, passava à categoria de município porque muitas famílias decidiram adotar o lugar como moradia e nele fixaram residência. Após sua emancipação, passou a receber novos contingentes populacionais, com destaque ao conjunto de índios da Etnia Truká, oriundo da Ilha da Assunção, município de Cabrobó - PE. (Kesting, 2019b, p. 122-123).

8.1.15 Centro Comunitário Antônio Conselheiro

Para fortalecerem-se no enfrentamento dos problemas comuns e coletivos, organizaram-se os associativistas em uma agremiação a que se registrou como União das Associações de Sobradinho e Arredores (UASA). Filiaram-se também ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), à Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia (FETAG) e à Confederação dos Trabalhadores Rurais do Brasil (CONTAG).

Para sediar todas essas agremiações construiu-se um centro comunitário onde regularmente se reunia cada organização e faziam-se assembleias gerais das quais participavam representantes de todo universo associativista e sindical.

O Centro Comunitário Antônio Conselheiro construiu-se em terreno que, no dia 30 de janeiro de 1974 Dom Tomás Guilherme Murphy, primeiro bispo e Presidente da Sociedade das Obras Sociais e Educativas da Diocese de Juazeiro (SOSE)

havia solicitado aos administradores da CHESF. Nele pretendia o velho prelado de origem estadunidense desenvolver atividades religiosas, educativas e sociais junto ao povo da Vila São Joaquim.

No dia 30 de julho de 1976, cedeu-se o terreno ao Centro Social São Joaquim, integrado à Diocese de Juazeiro, com o canteiro de obra dos empreiteiros que haviam construído o acampamento do Projeto Sobradinho, constituído pelas vilas Santana e São Francisco. Nele havia velhos galpões que se havia utilizado como escritório administrativo e almoxarifado.

No dia 10 de abril de 1984, Dom José Rodrigues, Ducilene e eu enviamos à Adveniat (Alemanha) um projeto para construção de um Centro Comunitário no terreno cedido. Nos hangares que nele havia, sediavam-se, por longo tempo, a secretaria da paróquia e faziam-se encontros de pastoral e ação social.

Aprovou-se o projeto e providenciou-se o envio de recursos para sua construção. Argumentava-se na ocasião que, da mesma forma que os projetos de escravização colonialista tinham apoio de entidades internacionais, necessitava-se que as ações de solidariedade, com vistas a fortalecer a resistência dos sentimentos libertários dos trabalhadores oprimidos transpusessem as fronteiras da América Latina. Demoliram-se os velhos barracões e construiu-se o que passou a chamar-se Centro Comunitário Antônio Conselheiro. (Fig. 219 e 220).

Antes mesmo de concluir-se a construção já a utilizavam os seguintes grupos: Associação Comunitária dos Plantadores de Cebola, Catequese para a Crisma, Catequese para a Primeira Eucaristia, associações do Alagadiço e da Chapadinha, Colônia Z-26, Pastoral da Juventude do Meio Popular, Pastoral da Saúde, Delegacia Sindical dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro, Pastoral da Mulher Marginalizada, Secretaria da

Paróquia, Comissão Pastoral da Terra, Associação do Carranquinha e Conselho Paroquial.

Figura 219 – Construção do Centro Comunitário



Fonte: Kesting (2019b, p. 120)

Figura 220 – Centro Comunitário em construção



Fonte: Kesting (2019b, p. 120)

No dia 25 de dezembro de 1986, às 19 horas, o bispo diocesano Dom José Rodrigues de Souza inaugurou o centro pastoral que a comunidade sugeriu nomear como Centro Comunitário Antônio Conselheiro, pela semelhança que havia entre os seguidores desse personagem histórico e o povo de Sobradinho. (Fig. 221).

Figura 221 – Junto ao monumento de Antônio Conselheiro



Fonte: Kesting (2019b, p. 121)

- Antônio Conselheiro nasceu no Ceará. De lá veio grande parte dos moradores de Sobradinho.
 - Foi Antônio Conselheiro quem preconizou que o sertão viraria mar. Sobradinho foi a concretização da profecia do beato.
 - Vivemos hoje a transição da Ditadura Militar para a Nova República. Fato semelhante se deu na passagem da Monarquia para a Velha República quando viviam Antônio Conselheiro e seu povo de Canudos.
 - A luta de Antônio Conselheiro era fundamentalmente pela Reforma Agrária no Brasil. Aqui em Sobradinho ainda hoje estamos às voltas com essa luta.
 - A oligarquia responsável pela implantação dos latifúndios e pelo assassinato de Antônio Conselheiro ainda continua dificultando o surgimento e o fortalecimento de Comunidades Cristãs em nossa região.
- Temos certeza de que o Centro Comunitário Antônio Conselheiro terá papel importante na construção do Reino de Deus onde haverá paz alicerçada na justiça que o povo oprimido conquistará. (KESTERING, 1986 *apud* KESTERING 2019b, p. 121).

Além da Adveniat, solidarizaram-se com os trabalhadores de Sobradinho algumas organizações internacionais e nacionais

quais foram: Institut für Brasilienkunde (Alemanha), Misereor (Alemanha), Instituto Latino Americano (Alemanha), Instituto Mandacaru (Alemanha), Cinov Filmproduktion (Suíça), Cebemo (Holanda), Caritas (Brasil) e Sudene (Brasil).

Seu título de cidadão sobradinhense honra mais Sobradinho do que o homenageado, porque Celito Kesting tem tudo a ver com a história de nossa cidade, desde seus primórdios, quando o Centro Comunitário Antônio Conselheiro era mais que uma prefeitura. Era um centro administrativo e técnico. Era simplesmente nosso referencial. Dele partiam todas as ideias e ações que levaram à emancipação política de nossa cidade. Ali se reuniam várias associações. Ali se programavam todas as ações da sociedade civil organizada. Ali também se criou a União das Associações de Sobradinho e Arredores (UASA) e muitos outros movimentos verdadeiramente libertadores. Tudo isso aconteceu com a participação ativa e estratégica dessa mente brilhante de Celito Kesting. Simplesmente seriam necessárias muitas horas para descrever todas as ações e atividades, enfim, tudo em que Celito Kesting se integrou.

Celito Kesting, doutor com cérebro privilegiado, busca compreender os humanos, o universo e até mesmo ao conceito axial do Deus conosco, do Cristianismo, e o Deus acima de todos, da Cristandade. Ele expõe ideias básicas sobre a vida humana que precisam ser divulgadas para toda humanidade. Continue assim, trabalhando, escrevendo, pesquisando, pensando, criando e celebrando o encontro de novos caminhos para Sobradinho, a Bahia e o Brasil. (SEMENTE, 2022).

8.2 Educadores Públicos Estaduais

A paixão de Ducilene pelas letras criou raízes e solidificou-se quando, em 1987, assumiu a vice-direção do Pré-escolar Maria de Lourdes Maranhão de Aguiar. (Fig. 222). Iniciou,

então, o ambicioso projeto de coordenar professores que lecionavam crianças de quatro anos e meio a seis anos de idade. Para isso, passou a estudar Piaget e aprofundar-se na pesquisa do método pedagógico de Paulo Freire, a propor que somente a educação pode salvar a sociedade de uma dissolução violenta. Nesse contexto, ela escreveu várias histórias infantis que foram e são ainda apresentadas em teatros de fantoches pelos professores da rede pública de ensino de Sobradinho. Suas temáticas versavam sobre saúde, ética, respeito, amor e cidadania.

Figura 222 - Maria Zélia e Ducilene, diretora e vice



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1987)

Constatou, porém, que a escola pública neoliberal, republicana e positivista, não oferecia, aos educandos, horários para leitura e produção de textos prazerosos. Viu que as atividades desenvolvidas em sala de aula não despertavam paixão aos estudantes. Verificou que os educandos demonstravam gostar muito mais do pátio e dos corredores da escola do que das salas de aula.

Como professora concursada da rede pública estadual da Bahia, experimentou a felicidade de alfabetizar centenas de crianças, com o respectivo usufruto de extrema satisfação em vê-las a descortinar o mundo da leitura e da escrita. (Fig. 223).

Figura 223 - Alfabetizou centenas de crianças



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1983)

Em 1992, fiz-me também professor da rede pública estadual, para exercício do magistério na Escola Estadual Vila São Joaquim, em Sobradinho, onde, até o ano 2002, dediquei-me ao ensino de História a estudantes do nível médio.

8.3 Educadores Político-Partidários

Ducilene e eu compreendemos que a educação não podia restringir-se à escola. Percebemos que ela deveria vincular-se a um projeto político mais abrangente que o processo pedagógico. Imbuídos dessa consciência, em 1989, participamos do movimento social pela emancipação política e administrativa de Sobradinho.

8.3.1 Intelectuais Orgânicos

Entendíamos que a educação não podia limitar-se a formar a juventude ao saber fazer que interessava ao Iluminismo, ao

Positivismo, ao Liberalismo Econômico, à República Presidencialista e ao Regime Militar entreguista que edificava obras faraônicas como a Barragem de Sobradinho. Paulo Freire havia dito a nós, que o processo educativo libertador precisava ampliar-se. Além de saberem fazer, os educadores e educandos careciam perguntar-se **por que fazer, para que fazer e para quem fazer**. Com incentivo de Freire, apropriamo-nos do Marxismo⁴⁹, do Cognitivismo⁵⁰, dos ideais políticos de esquerda e da epistemologia do Interacionismo⁵¹.

Esquerda é considerada a posição política que defende uma sociedade mais igualitária. O termo surgiu durante a Revolução Francesa, em referência à disposição dos assentos no parlamento; o grupo que ocupava os assentos da esquerda apoiavam as mudanças radicais da Revolução. O termo "esquerda" passou a definir vários movimentos revolucionários na Europa, especialmente socialistas, anarquistas e comunistas. (KESTERING, 2015, Slide 31).

No mesmo ano, por aconselhamento de Dom José Rodrigues, candidatei-me a Vereador, pelo Partidos dos Trabalhadores⁵².

⁴⁹ O Marxismo compreende que os humanos são sociais, históricos e trabalhadores. Por isso eles se diferem dos outros animais, progredem e podem emancipar-se da escassez da natureza. A luta socialista resume-se, assim, à libertação da classe operária, pela socialização dos bens naturais e dos meios de produção, para exercício do trabalho livre.

⁵⁰ "O cognitivismo analisa o indivíduo como um ser funcional. No processo de aprendizagem avalia-se a estrutura cognitiva, como sendo a organização e integração de conteúdos de suas ideias em uma área reservada de conhecimento, resultando na aprendizagem". (PORTAL EDUCAÇÃO, 2022).

⁵¹ O estudante constrói o conhecimento a partir das estruturas pessoais.

⁵² Sendo considerado como principal centro econômico e maior cidade da região Norte do Estado da BAHIA, o município de JUAZEIRO é também o principal centro irradiador do pensamento do Clero Progressista que difunde para a região a Teoria da Libertação (sic). É em JUAZEIRO que está uma das principais dioceses do Estado, conduzida pelo bispo progressista D. JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA que, além de teólogo religioso marxista é um hábil político e um dos principais responsáveis pelo crescimento do PARTIDO DO TRABALHADORES (PT/BA) junto às populações mais carentes, particularmente às constituídas por trabalhadores rurais. (BR DFANBSB VB MIC GNC PPP, 1987).

Eleito parlamentar, exerci mandato durante os três anos subsequentes. (Fig. 224 a 228).

Do dia 1º de janeiro de 1990 a 31 de dezembro de 1992, Sobradinho confiou-me o mandato de vereador do Partido dos Trabalhadores. De tudo que havia feito até então, essa foi a mais espinhosa missão que se pôs sobre meus ombros. Na Terra da Barragem cobrava-se tudo da edilidade, menos o cumprimento de seu papel de legislar, sugerir ações e fiscalizar o executivo municipal. Estribada na informação fantasiosa de que seus representantes recebiam vultosos proventos, a população esperava que fossem eles funcionários do executivo naquilo que se referisse a ações de paternalismo individualista. Na pele eu senti que a mais pernóstica das maldades do Regime Militar foi a decisão de se pagar a edilidade brasileira com dinheiro que se poderia investir na solução de problemas coletivos da população. Golbery do Couto e Silva, teórico de segurança nacional sabia que, por essa medida implantar-se-ia no Brasil o maléfico vício de se votar em quem, pela prática do favor, comprasse a alma dos eleitores. Reiteradas vezes sugeri que abdicassem os camaristas dos proventos até que se equacionassem os problemas básicos da Vila São Joaquim, quais eram: desemprego e falta de saneamento básico. Durante bom tempo renunciei ao usufruto dos subsídios de vereador. Investia-os em financiar a construção solidária do Partido dos Trabalhadores e apoiar empreendimentos da União das Associações de Sobradinho e Arredores (UASA). (KESTERING, 2019b, p. 123-124).

Em 1992, Ducilene candidatou-se a vice-prefeita, também pelo Partido dos Trabalhadores. (Fig. 229). Apesar de bem fundamentar seu discurso, sobre a necessidade de os trabalhadores conquistarem espaço na gerência dos recursos públicos, para obterem qualidade de vida, não logrou êxito porque Sobradinho viciara-se na prática da política tradicional, robustecida pelo sistema de educação positivista. Constatou que seu mestre Freire tinha razão ao dizer que, pela educação não libertadora, o sonho do oprimido era ser opressor.

Figura 224 - Com Luiz Inácio, no palanque da campanha a vereador



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1989)

Figura 225 - Na campanha com Cristina, candidata a prefeita



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1989)

Figura 226 - Candidato a vereador



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1989)

Figura 227 - Posse ao cargo de vereador



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1990)

Figura 228 - No exercício do mandato de vereador



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1990)

Figura 229 - Ducilene, Luiz Inácio Lula da Silva e Ângela Santana



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1992)

8.4 Educadores Agricultores

Para demonstrar confiança na viabilidade econômica e social dos projetos agrícolas que, com as associações estávamos a

implantar, decidimos morar na roça conquistada junto ao povoado de Lagoa Grande, na margem esquerda do Riacho Tatauí, a seis quilômetros de distância da cidade de Sobradinho. Tratava-se de uma gleba cujos solos, os estudos prévios de pedologia haviam revelado inaptos à agricultura irrigada, em função de que José Balbino de Souza, presidente da Associação Agrícola São Joaquim, manifestara desinteresse em assentar nela seus associados. Enquanto engenheiro agrônomo propus-me a ocupá-la, por isso, para usá-la como campo experimental agropastoril⁵³. A um de meus irmãos, de imediato eu vendi o quinhão da herança que em Santa Catarina tinha direito, em função da morte prematura de meu pai⁵⁴. Com os respectivos recursos, iniciamos a edificação de nossa residência e da estrutura básica da roça (cercas, cacimba, tanques e chiqueiro). (Fig. 230 a 236).

⁵³ “Recentemente, o Superintendente da CHESF no RECIFE/PE enviou carta a D. JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA, Bispo diocesano de JUAZEIRO, na qual acusa KESTERING de tramar as desgraças e a subversão no Baixo São Francisco, atribuindo a ele ambições menores, por se tratar de um aproveitador que, enquanto movimentava agricultores e posseiros, vai conseguindo apoderar-se de terras devolutas, cercando-as em seu proveito.” (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1984). “No mesmo documento há alusão a reuniões promovidas por KESTERING antes do incidente ao fornecimento de energia elétrica à área de irrigação do vale do RIO SALITRE, que culminou nas mortes de OTACÍLIO NUNES DE SOUZA NETO e JOAQUIM AMANDO AGRA dia 07 FEV 84.” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1984).

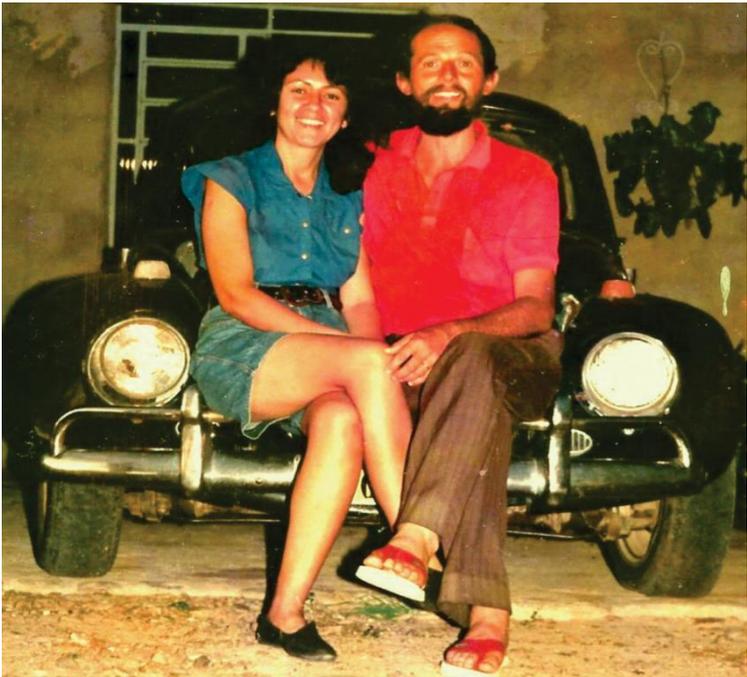
⁵⁴ “Recebi do Senhor Pio Kesting, brasileiro, solteiro, maior e capaz, lavrador, domiciliado e residente em Morro do Cruzeiro, Município de São Ludgero, portador da RG Nº 5/R-513.634 de SC, a importância supra de DEZESSEIS MIL CRUZADOS (CZ\$ 16.000,00), relativa à venda que lhe fiz de um terreno rural, situado em Morro do Cruzeiro, Município de São Ludgero, com área de aproximadamente 23.000 m², cujo terreno acha-se em condomínio com seus irmãos e a mãe Tabita Böger Kesting. Declaro mais que estou completamente pago e satisfeito com a referida venda, podendo o dito comprador fazer uso e posse do mesmo, e darei a devida Escritura Pública de Compra e Venda em favor do mesmo ou a quem este determinar, uma vez regularizado de direito o terreno supra citado. Por ser verdade, firmo o presente. (COMARCA BRAÇO DO NORTE, 1995).

Figura 230 - Residência na roça, edificada com recursos de herança



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1984)

Figura 231 - Nosso doce lar, na roça



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1988)

Figura 232 - Nossos filhos, Rodrigo e Celene, na roça



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1992)

Figura 233 - Nossos filhos, Rodrigo, Celene e Bruno, na roça



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1993)

Figura 234 - Ducilene, Celene e Bruno, na roça



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1993)

Figura 235 - Edificação de infraestrutura para armazenar de água



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1993)

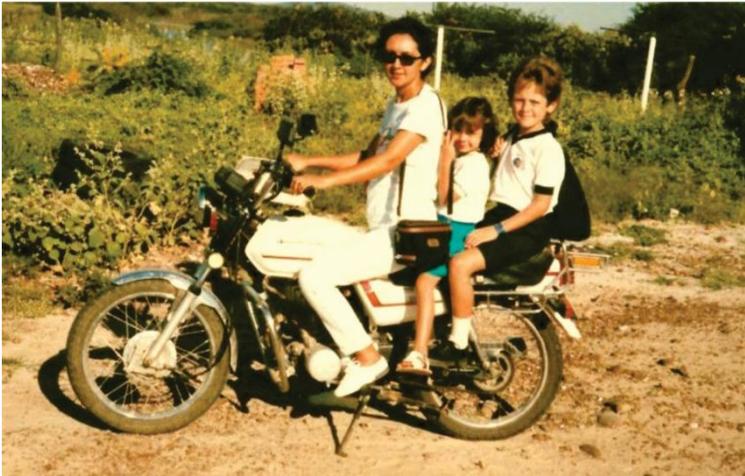
Figura 236 - Criação de ovelhas



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1993)

Enquanto se deslocava para alfabetizar as crianças da Escola Maria de Lourdes Maranhão de Aguiar, Ducilene conduzia nossos filhos Rodrigo e Celene a suas respectivas escolas, na Vila São Francisco. (Fig. 237).

Figura 237 - Condução dos filhos à escola



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1990)

Na prática, vimos o quanto era difícil a sobrevivência e autossustentabilidade das associações, dos grupos nativos e das comunidades eclesiais de base, frente ao bombardeio ideológico promovido pelo tradicional sistema educacional iluminista e positivista e pela secular estrutura religiosa da Cristandade, a serviço do antropofágico modelo econômico capitalista e imperialista. Propusemo-nos, por isso, a implantar a Escola Família Agrícola de Sobradinho (EFAS) e o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA).

8.4.1 Escola Família Agrícola de Sobradinho

Em terreno de 17 hectares, cedido por Joel Pacheco dos Santos à União das Associações de Sobradinho e Arredores (UASA), em 1990 implantou-se a Escola Família Agrícola de Sobradinho (EFAS). Em regime de mutirão, iniciou-se, então, a construção de seis pavimentos, para atender aos anseios dos agricultores que, pela capacitação técnica compatível, pensavam evitar a migração de seus filhos às cidades. Argumentava-se que, ao saírem de casa, os jovens adquiriam hábitos urbanos, desvinculavam-se das tradições e não participavam mais das discussões em busca de solução aos problemas das comunidades de base de suas famílias.

Na ocasião, por intermédio de Dom José Rodrigues de Souza, bispo da Diocese de Juazeiro, celebrou-se convênio com a Associação Alemã de Trabalho com Jovens para financiar a construção dos prédios e custear suas despesas até o ano de 1999. (Fig. 238 e 239). A partir dessa data, ampliaram-se as parcerias, “o que possibilitou o crescimento da escola, passando a trabalhar com um número maior de alunos e aumentando o quadro de funcionários.” (REDE DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS INTEGRADAS DO SEMIÁRIDO, 2020).

Figura 238 - Parceria com a Associação Alemã (Pastor Schulz e eu)



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1990)

Figura 239 - Parceria com a Associação Alemã



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1990)

8.4.2 Instituto Regional da Pequena Agropecuária

Quando se pensou em fundar o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), queria-se mostrar que o discurso profético de D. José Rodrigues de Souza, estribado na utopia de libertação das comunidades secularmente oprimidas, opunha-se frontalmente ao modelo político-econômico capitalista e colonialista, essencialmente depredatório e opressor. Por isso, pensou-se numa estrutura organizacional (estatutos e regimento interno) que assegurassem o cumprimento do objetivo de promover a autossustentabilidade dos movimentos sociais, povos nativos, grupos tradicionais e comunidades eclesiais de base.

Estávamos, Dom José Rodrigues, Harald Schistek, Ducilene e eu, a ler historiadores revisionistas entre os quais destacava-se Edmundo Moniz que, em 1981 publicara um livro sobre a Guerra de Canudos. Soubemos que, no final do Século XIX, os nativos Tuxá, Massacará, Mirandela e Natuba, ocupantes do território baiano, entre os rios São Francisco e Itapicuru, haviam sido os principais incentivadores e fiéis escudeiros de Antônio Conselheiro na implantação de uma aldeia nativa, sem as mordças do capitalismo colonialista e escravagista. Eles se propunham a edificá-la, nos moldes do velho sonho autóctone de um mundo de eterna juventude, a Terra sem Males. A ação missionária do cearense Antônio Mendes Maciel, nascido em Quixeramobim, assemelhava-se à dos pajé-açu, líderes nativos itinerantes que, desde épocas remotas da história nordestina, visitavam as aldeias, exortando os indígenas a resistirem e lutarem pela conquista da Terra sem Males, a Terra Prometida, a Canaã Tapuia, como sempre fizeram seus ancestrais.

Sabíamos que o Semiárido caracteriza-se por sua baixa umidade e irregularidade de chuvas, com períodos de

escassez pluviométrica, que chegam a oito ou nove meses. Tínhamos noção de que essa característica influencia diretamente os cursos de água, em maioria intermitentes, e interfere no ambiente (geomorfologia, fauna e flora) e na vida das pessoas que o habitam. Nele, as secas sempre ocorreram mas, agravaram-se e as populações ficam cada dia mais vulneráveis, pela implantação do latifúndio e agronegócio, com massivos desmatamentos, e de hidrelétricas, com extensos lagos a inundarem solos agricultáveis e desestabilizarem a vida e milenares práticas agro-coletoras, bem como o secular costume de se criarem pequenos animais domésticos e silvestres. Propúnhamos por isso, que se lutasse por radicais mudanças no modelo político e na estrutura econômica, ao tempo em que se resgatassem e aprimorassem-se técnicas milenares de autossustentabilidade, para auferir-se qualidade de vida, pela relação harmônica com o clima e a paisagem dele decorrente.

Possuíamos conhecimento de que não havia como abordar temáticas concernentes ao desenvolvimento do Semiárido, sem tratar primeiramente da definição política da população que a ele se vincula porque sua estrutura racional e, por extensão, paradigmática, edifica-se sobre um modelo político identitário subjacente. Por oportuno, lembrávamos que, já antes da era cristã, Aristóteles afirmava serem os humanos animais essencialmente políticos e naturalmente insatisfeitos. Por isso, afirmava aquele pensador grego: os humanos edificam modelos de sociedade, pelos quais lutam ou abstêm-se de pugnar.

Sabíamos que na América Latina existem dois modelos político-identitários antagônicos quais são: o colonialismo (de berço e ambições externas) e a autossustentabilidade (de nascimento e interesses nativos). No Semiárido, desde o século XVII, o sistema educacional serviu a interesses colonialistas dos latifundiários seiscentistas, setecentistas e

oitocentistas; dos coronéis e das indústrias das centúrias XIX e XX. Ainda hoje, no amanhecer do Século XXI, prepara mão de obra farta para empresas mineradoras e de geração de energia elétrica.

Quando se fundou o IRPAA, estava em vigência, no Semiárido, o paradigma educacional tecnicista. Com aquele padrão educacional, preparavam-se as crianças e os jovens a serem peças úteis à engrenagem industrial do Liberalismo Econômico capitalista. Era o exato avesso da pedagogia libertadora, do modelo de sociedade, do projeto político identitário e da espiritualidade a imprimir sentido ao existir dos movimentos sociais, dos grupos tradicionais, dos povos nativos e, sobretudo, das comunidades eclesiais de base.

O paradigma educacional tecnicista (do saber fazer), implantado e gerenciado pelas instituições de ensino público e privado, baseava-se nos princípios filosóficos do Iluminismo e do Positivismo, nos fundamentos psicológicos do Behaviorismo e nas diretrizes do Liberalismo Econômico. Lembra-se que os mesmos princípios filosóficos, no entardecer do Século XIX, respaldaram o golpe de Estado coordenado por Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Prudente de Moraes, para implantar o regime republicano presidencialista, com assassinato massivo dos federalistas na região Sul e conselheiristas no Sertão da Bahia.

Naquela época, havia entre os indígenas, principalmente nos grupos ligados ao tronco Tupinambá, o milenar costume de se cultivarem pequenas caixaras. Eram cercados familiares, onde se plantavam mandioca, milho, batata-doce, inhame, cará, feijão, amendoim, tabaco, abóbora, urucu, algodão, cuia, cabaça, pimenta, abacaxi, mamão, erva-mate, guaraná, caju e pequi. (RIBEIRO, 1995, p. 32).

[Os europeus] recém-chegados, desde o início de sua instalação, foram favorecidos pela elaborada agricultura e o

conhecimento sofisticado que os índios tinham sobre as espécies animais e vegetais. Raízes como a mandioca e a batata-doce, as abóboras, o milho, o mel de abelhas selvagens ou mesmo a larva de taquara e a bunda da formiga tanajura faziam parte do cardápio substantivo que os mantinha. Os portugueses aprenderam também a abater árvores, fazer coivara queimando troncos, limpar os terrenos e depois o plantio, a erradicação de ervas e a colheita do nutritivo tubérculo. Dele derivaram (...) beijos muito saborosos, sadios e de boa digestão. (...) Dependentes das culturas e saberes indígenas, os colonos deles se apropriaram. Ocorreu entre brancos e índios um jogo de trocas e reciprocidades. Os nativos acabaram se inserindo na economia colonial como produtores de excedentes para trocas. (PRIORE, 2016, p. 23-24).

A integração dos indígenas à sociedade colonialista não foi passiva, inconsciente e nem tampouco inconsequente. Eles souberam administrar os conflitos de forma tal que asseguraram a manutenção de milenares tradições básicas e o concomitante rompimento com costumes periféricos. Fizeram-se vaqueiros para ajudar a implantar e fazer prosperar, respectivamente, as fazendas de gado, sem abandonarem seus milenares hábitos de caçar, coletar frutas e raízes na caatinga, pescar e plantar em pequenas caixaras que cultivavam em solos aluviais dos brejos e dos rios perenes e/ou intermitentes. Da mesma forma que seus ancestrais, eles não eram nômades como deles se havia por mal referirem-se os latifundiários colonizadores interessados em conquistar suas terras. Eles tinham território, memória, utopias e consciência de pertencimento. Mantiveram-se, assim, muitas herdades culturais autóctones que, por se ligarem à sobrevivência no sertão semiárido interessavam muito aos religiosos e fazendeiros. Respeitavam-se sobretudo os milenares costumes indígenas quais eram o hábito de se banhar diariamente nas águas dos rios, andar solto pelas

chapadas caatingueiras, plantar nos lameiros e desfrutar coletiva e comunitariamente do que a natureza oferecia.

Foi por isso que Antônio Conselheiro e seus seguidores, ao ocuparem as terras de Belo Monte, em Canudos, cuidaram em implantar nelas uma comunidade ao estilo nativo, vigente em todo Semiárido, não sujeita ao mando e à exploração dos representantes do poder republicano capitalista vigente. Plantavam milho, mandioca, feijão em pequenas caixaras cultivadas em regime familiar. Serviam-se comunitariamente da água disponível e usufruíam coletivamente da caatinga, onde criavam pequenos animais, caçavam e coletavam frutas, madeira e outros recursos disponíveis. Com o couro, a carne, o queijo e o leite de cabra eles se tornaram autossustentáveis. “Os couros das cabras de Canudos chegaram a ser exportados para os Estados Unidos e o arraial começou a florescer à sombra do poder central, do Brasil que nunca se interessou pelos seus desvalidos”. (BUENO, 2018 *apud* KESTERING, 2020, p. 254).

Em posse de estrutura mental única, essencialmente binária, o *Homo sapiens*, independentemente de ser pré-histórico, antigo, medieval, moderno, contemporâneo ou pós-moderno, para orientar-se na vida, elabora conhecimentos e modelos políticos, com a adoção de parâmetros conceituais diametralmente antagônicos. Para orientar-se precisa ter a noção precisa dos opostos, leste e oeste. Para nortear-se, a ideia clara do setentrão e sul. Assim, saltava-nos aos olhos o antagonismo entre o modelo depredatório de exploração colonialista (capitalista) e a autossustentabilidade, em defesa da vida humana, animal e vegetal. A falta de posicionamento em tutela de um dos modelos gera a sensação de vazio que adquire forma de angústia existencial. Segundo Sócrates (469 a 399 A.C) “o vazio não se sustenta porque a densidade do entorno contínuo imediatamente o ocupa”. Para quem não se solidariza com o capitalismo antropofágico apresenta-se a

Convivência com o Semiárido como modelo político identitário a se propor e defender-se. Enfatiza-se a estratégia de auferir-se qualidade de vida, pela simples disposição em administrar e usufruir seus recursos naturais, com a adoção de técnicas apropriadas. Assim o que, na perspectiva colonialista se interpretava como problemas (seca e escassez de recursos naturais) a serem combatidos, no paradigma da autossustentabilidade compreende-se como potencialidades ou riquezas (sociais, culturais e ambientais) a serem administradas. A convivência é uma nova forma de vê-lo para nele viver-se bem, sem exaurir seus recursos naturais.

Para conviver é fundamental resgatar, restaurar e aprimorar o modelo político identitário e o estilo de vida dos grupos nativos, na perspectiva proposta no século XVIII por Viollet-le-Duc. Inconformado com as transformações que, com a Revolução Industrial, o Iluminismo e a Revolução Francesa, ocorriam na Europa, esse arquiteto francês foi pioneiro na percepção de que aquele momento histórico representava drástica ruptura com o passado e ameaçava destruir tudo que os ancestrais haviam edificado. Muito embora não tenha se referido ao patrimônio ambiental e cultural do Novo Mundo, o sentimento de que eles devem preservar-se, restaurar-se e/ou aperfeiçoar-se adequa-se ao contexto do Semiárido, ameaçado pelo vandalismo destruidor do colonialismo extrativista e depredatório, que, em meados do século XVII, implantou-se com a cultura do couro. À criação extensiva de gado, sucederam-se a construção de grandes barragens, a implantação de amplos projetos de agricultura e, no momento, a mineração acompanhada pelas usinas eólicas e fotovoltaicas. Diante dos impactos a destruírem o patrimônio material (serras, rios, terraços) e a cultura imaterial (saberes, língua, religião, cultura, tradições) dos grupos de origem nativa, a sensibilidade de Viollet-le-Duc precisa fazer-se presente. Urge preservar, restaurar e melhorar.

É bem verdade que os recursos naturais não se construíram e sequer manufacturaram-se por grupos pretéritos, mas foram e são componentes de sustentação da vida. Eles tem significância e valor pela beleza cênica, pela relação com ritos e mitos e pela sobrevivência vegetal e animal e humana. É por isso que, pela importância de seus préstimos, sua preservação representa um direito fundamental dos cidadãos.

Para preservar, com fidelidade, a memória de um povo, cada edifício, ou cada parte de um edifício deve ser restaurado no estilo que lhe pertence, não somente como aparência, mas como estrutura. (...) É, portanto essencial, antes de qualquer trabalho de restauração, constatar exatamente a idade e o caráter de cada parte, compor uma espécie de relatório, respaldado por documentos seguro, seja por notas escritas, seja por levantamentos gráficos. (...)

Nas restaurações há uma condição dominante que se deve sempre ter em mente. É a de substituir toda parte retirada por materiais melhores e por meios mais eficazes ou mais perfeitos. É necessário que o edifício restaurado tenha, no futuro, em consequência da operação a que foi submetido, uma fruição mais longa do que a já decorrida. [O melhor a fazer é] colocar-se no lugar do arquiteto primitivo e supor aquilo que ele faria se, voltando ao mundo, fossem a ele colocados os programas [desafios] que nos são propostos. (VIOLETTE-LE-DUC, Século XVIII *apud* KESTERING, 2003, p. 54).

Esse arquiteto francês parece sugerir a ressignificação dos conceitos, ideias e, sobretudo do modelo político identitário que movia os grupos nativos a conviverem com o Semiárido, de forma autossustentável. A ideia da convivência sustentasse no ideal da sustentabilidade da utopia de vida humana plena, em harmonia com o ecossistema (humanos, clima, minerais, água, animais e vegetais). Quer-se o Semiárido aconchegante, como era antes da implantação do sistema colonialista depredatório e antropofágico. Precisa-se resgatar o **Paraíso Terreal**, com o qual encantavam-se os portugueses, a conhecê-lo, nos séculos XVI e XVII.

8.5 Educadora Licenciada em Letras

No dia 1º de agosto de 1992, depois de quatro longos anos de grande empenho e enfadonhas viagens diárias de ônibus, de Sobradinho a Petrolina, licenciou-se Ducilene em Letras, pela Faculdade de Formação de Professores de Petrolina (FFPP). Foi a concretização de um velho sonho, embrionário no Centro Educacional Luiz Viana Filho, fortalecido no Pré-escolar Maria de Lourdes Maranhão de Aguiar e robustecido na militância política partidária do Partido dos Trabalhadores da Terra da Barragem. Sintetizou suas descolonizadoras utopias no discurso que proferiu como oradora da turma. (Fig. 240 a 244). Com poucas palavras de horizontes conceituais precisos, lamentou ter-se no Século XVII implantado o sistema colonialista no Vale dos Currais, onde seus ancestrais nativos viviam livres, no original território do Sertão de Francisco Pereira Rodelas.

Figura 240 - Licenciada em Letras



Fonte: Loiola (1992)

Figura 241 - Licenciada em Letras



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1992)

Figura 242 - No auditório, a família em festa



Fonte: Loiola (1992)

Figura 243 - Oradora da turma de Letras



Fonte: Loiola (1992)

Figura 244 - Licenciada em Letras



Fonte: Loiola (1992)

Para o Vale do Rio São São Francisco, como soe acontecer desde os tempos do Brasil Colônia, planejadores externos decretaram a tarefa de produzir alimentos para servir a mesa

dos países ricos, enquanto esses, por sua vez, dedicar-se-ão a atividades de pesquisa nos campos da Engenharia Genética e Cibernética Social. (KESTERING, 1992 *in* LOIOLA, 1992).

8.6 Servidores Públicos Municipais

Emancipado politicamente o município de Sobradinho, promoveu-se a realização de concurso público para o preenchimento de vagas que, convenientemente, a Câmara Municipal havia aprovado e o prefeito, com respaldo na Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, oportunamente sancionado. Em ritual festivo, no dia 3 de dezembro de 1990, concedeu-se posse aos 30 escoteiros do funcionalismo público da Terra dos Moquim cuja independência havia-se conquistado no ano anterior. Na lista dos pioneiros profissionais públicos municipais aprovados na vanguardista concorrência constava meu nome, no primeiro lugar que efetivamente conquistei, para o exercício do cargo de Engenheiro Agrônomo. (Fig. 245).

Figura 245 - Posse no cargo efetivo de Engenheiro Agrônomo



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1991)

Além do cargo de Engenheiro Agrônomo, na Prefeitura Municipal dediquei-me ao exercício de algumas funções comissionadas, quais foram: Assessor de Planos e Desenvolvimento; Assessor de Meio Ambiente; Secretário de Planejamento e Assessor de Meio Ambiente e Turismo.

Ducilene ingressou no mesmo ente federado por força de um contrato de natureza administrativa temporária, que firmou no dia 3 de fevereiro de 1997 e, por concurso público, em regime efetivo estatutário, no dia 27 de julho de 1999. Além do cargo de professora de Português, conquistado em concurso, minha Doce Lua dedicou-se ao exercício de funções comissionadas quais foram: Vice-Diretora no Colégio Municipal 24 de Fevereiro, Diretora no Centro Educacional Luís Eduardo Magalhães, integrante da equipe pedagógica, Coordenadora Pedagógica e Secretária Municipal de Educação. (Fig. 246 e 247).

Figura 246 - Vice-Diretora do Colégio Municipal 24 de Fevereiro



Fonte: Acervo fotográfico do autor (1998)

No exercício dos cargos e respectivos postos gratificados facultou-se-nos identificar um problema identitário crônico

em Sobradinho e todo Sertão de Francisco Pereira Rodelas onde, no século XVII, implantaram-se as fazendas Tatauí, Sobradinho e Rodelas, em territórios até então pertencentes aos nativos Amoipirá, Tamoquim e Tuxá, respectivamente. Junto com a criação extensiva de gado, o **sistema colonialista** que se estabeleceu no período colonial, consolidou-se no império dos Bragança, legitimou-se com os coronéis da Velha República, ratificou-se com as grandes obras impostas pelo regime militar e renovou-se com o advento das mineradoras e das usinas eólicas e/ou fotovoltaicas.

Figura 247 - Coordenadora Pedagógica da Secretaria da Educação



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2001)

Descobrimos, então não haver como abordar temáticas concernentes à educação e ao desenvolvimento do município e da região, sem tratar primeiramente da definição política dos professores e dos estudantes porque, sua estrutura racional e, por extensão, paradigmática, edifica-se sobre um modelo político identitário subjacente. Por oportuno, lembramos que, já antes da era cristã, Aristóteles afirmava que, por serem animais essencialmente políticos e naturalmente insatisfeitos, os humanos edificam modelos de

sociedade, pelos quais lutam ou abstém-se de pugnar. Pelo que em 1981 Ducilene e eu havíamos aprendido no Rio de Janeiro, sabíamos que, na América Latina, existem dois modelos político-identitários antagônicos quais são: o colonialismo (de berço e ambições externas) e a autossustentabilidade (de nascimento e interesses nativos).

Com o passar dos dias revelou-se-nos que, em Sobradinho, desde o século XVII, o sistema educacional servia a interesses colonialistas dos latifundiários seiscentistas, setecentistas e oitocentistas; dos coronéis e das indústrias das centúrias XIX e XX, bem como de empresas mineradoras e de geração de energia elétrica do Século XXI.

Quando nela chegamos, encontramos em vigência o paradigma tecnicista, gerenciado pela empresa responsável pelas obras de construção da Barragem, a serviço do modelo político identitário capitalista com que ela se identificava. Com aquele padrão educacional, preparavam-se as crianças e os jovens a serem peças úteis à engrenagem industrial do Liberalismo Econômico capitalista. Era o exato avesso da pedagogia libertadora, do modelo de sociedade, do projeto político identitário e da espiritualidade a imprimir sentido ao existir de nossos encantados guias de luz.

O paradigma educacional tecnicista (do saber fazer), implantado e gerenciado pela CHESF, baseava-se nos princípios filosóficos do Iluminismo⁵⁵ e do Positivismo⁵⁶, nos

⁵⁵ Iluminismo é um movimento da elite intelectual europeia do Século XVIII, despertado pelos filósofos Baruch Spinoza (1632-1677), John Locke (1632-1704), Pierre Bayle (1647-1706) e pelo matemático Isaac Newton (1643-1727). Mobilizou a burguesia para, pelo poder da razão reformar a sociedade e o conhecimento herdado da tradição medieval. Lutou contra a intolerância e os abusos da Igreja e do Estado. (KESTERING, 2015, Slide 8).

⁵⁶ Positivismo é uma doutrina filosófica, sociológica e política, derivada do Iluminismo. Ambos são crias da sociedade industrial que propunha rompimento radical com a Teologia e Metafísica para adotarem-se valores puramente humanos e éticos. (KESTERING, 2015, Slide 4).

fundamentos psicológicos do Behaviorismo⁵⁷ e nas diretrizes do Liberalismo Econômico⁵⁸. Nele pressupunha-se que os alunos (sem luz) aprendiam de fora para dentro, pela transmissão do conhecimento de professores iluminados. Consideravam-se os mestres como sujeitos ativos (que sabiam) e, os alunos, como objetos passivos (sem luz própria) que precisavam aprender, iluminarem-se.

As ideias iluministas chegaram ao Brasil no século XVIII. Muitos brasileiros das classes mais altas da sociedade iam estudar em universidades da Europa e entravam em contato com as teorias e pensamentos que se desenvolviam em território europeu. Ao retornarem ao país, essas pessoas divulgavam as ideias do iluminismo, principalmente, nos centros urbanos.

A principal influência do iluminismo fez-se notar no processo de Inconfidência Mineira (1789). Alguns inconfidentes conheciam as propostas iluministas e usaram como base para fundamentar a tentativa de independência do Brasil. (KESTERING, 2015, Slide 11).

Lembra-se que, com respaldo nos mesmos princípios filosóficos (iluministas e positivistas), no entardecer do Século XIX, por um golpe de Estado coordenado por Marechal Deodoro da Fonseca, implantou-se no Brasil o regime republicano presidencialista, com assassinato massivo dos federalistas na região Sul e conselheiristas no Sertão da Bahia.

Para os positivistas, o conhecimento científico é o único saber verdadeiro. Eles consideram como aprendizagem consistente somente o que se comprova com objetos ou fatos mensuráveis, quantificáveis. Para eles, tudo o que não se

⁵⁷ Behaviorismo é o conjunto das teorias psicológicas que postulam o comportamento como o mais adequado e importante objeto de estudo da Psicologia. (KESTERING, 2015, Slide 22).

⁵⁸ Liberalismo é a teoria política que defende a liberdade individual nos campos econômico, político, religioso e intelectual. Defende o direito à propriedade privada e supremacia do indivíduo às ingerências e atitudes coercitivas do poder estatal. (KESTERING, 2015, Slide 24).

prova com fatos é credence, Teologia, Metafísica ou superstição [e deve ser banido]. O progresso da humanidade depende única e exclusivamente dos avanços científicos, único meio capaz de transformar a sociedade e o planeta, no paraíso que as gerações anteriores colocavam no mundo além-túmulo. (KESTERING, 2015, Slide 5).

Assim, Ducilene e eu apropriamo-nos da sensibilidade, da preocupação, do referencial teórico e operacional de Viollet-le-Duc (1814-1879). Ao constatar o desprezo por saberes populares, valores culturais e atributos identitários que a Revolução Industrial, o Iluminismo e a Revolução Francesa, estavam a promover na Europa, esse arquiteto francês percebeu que aquele momento histórico, por representar drástica ruptura com o passado, ameaçava destruir tudo que seus ancestrais haviam edificado.

Minha Doce Lua e eu percebemos que o sentimento de preservar e/ou restaurar atributos da identidade de gerações pretéritas adequava-se muito bem ao contexto regional ameaçado pelo vandalismo destruidor do colonialismo extrativista depredatório de há muito implantado na região Nordeste do Brasil.

Diante dos impactos a destruírem o patrimônio material (serras, rios, terraços) e a cultura imaterial (saberes, língua, religião, cultura, tradições) dos grupos de origem nativa, percebemos que a sensibilidade e compreensão de Viollet-le-Duc precisavam fazer-se presentes em Sobradinho. Urgia preservar e restaurar atributos da identidade nativa, mormente a utopia da implantação da Terra sem Males, com os projetos de autossustentabilidade a ela vinculados. Imbuídos da percepção e do sentimento de Viollet-le-Duc, Ducilene especializou-se em Psicopedagogia e eu defendi dissertação sobre o patrimônio conservado e tese sobre a identidade dos ancestrais pré-históricos dos grupos nativos de Sobradinho. (Fig. 248).

Figura 248 - Patrimônio cultural pré-histórico conservado



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2005)

8.7 Psicopedagoga

Em 2005, como psicopedagoga, Ducilene observou o alijamento de estudantes no processo de aprendizagem e acesso à educação e à vida social de qualidade. Viu que, nas salas de aula de Sobradinho, não havia o entusiasmo pela busca do saber que se tinha em Rodelas onde as crianças buscavam aprender à sobra da sabedoria de Pai Velho, seu avô materno. Apresentou, por isso, ao então prefeito, um projeto para implantação de um Centro de Atendimento Psicopedagógico (CENAP), sediado junto ao Conselho Tutelar, para ser parceira da Secretaria Municipal de Educação e das escolas da rede local, em busca de sucesso escolar e inclusão social de estudantes com dificuldades de aprendizagem. (Fig. 249).

Figura 249 - Logomarca do Centro de Atendimento Psicopedagógico



Fonte: Secretaria Municipal de Educação (2007)

No CENAP, ela realizou atividades de acompanhamento a 50 estudantes, com devolutivas psicopedagógicas a diretores, coordenadores, professores e famílias vinculadas ao Centro Educacional Luís Eduardo Magalhães, às escolas municipais Geraldo Silva, Tia Rita e Maria Nilza, ao Colégio Municipal 24 de Fevereiro e Pré-Escolar Maria de Lourdes M. de Aguiar.

9 VIVÊNCIA E SOBREVIVÊNCIA TAMOQUIM

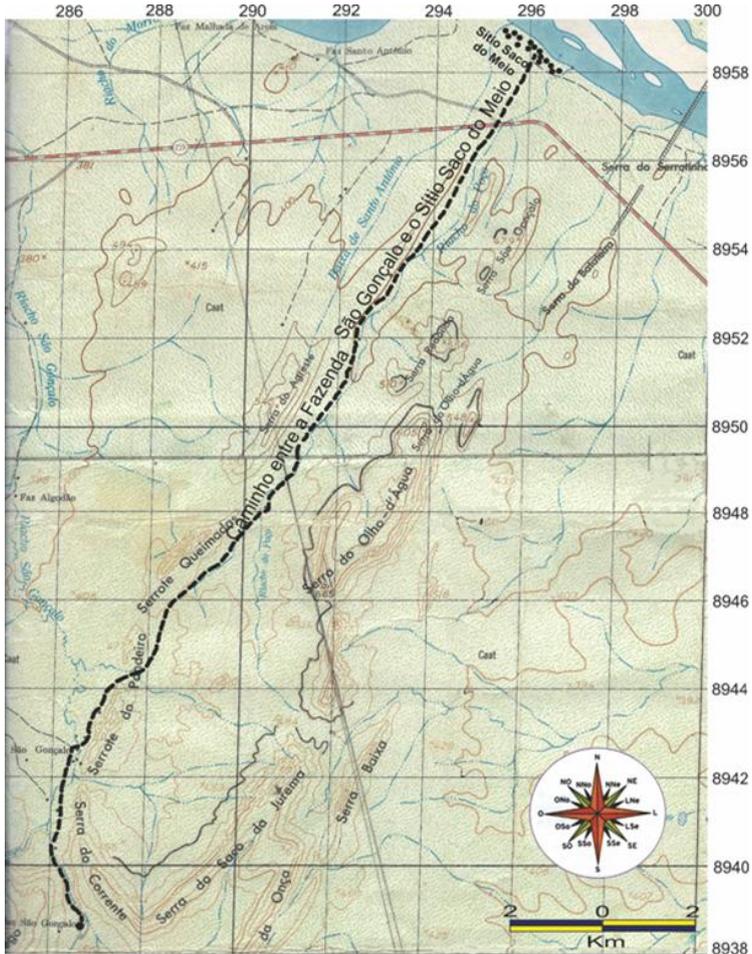
Eu sabia que um velho caminho entre o Saco do Meio e o Sítio São Gonçalo evidenciava ligação atávica dos moradores daquele povoado ribeirinho a uma fonte perene de água doce, à jusante de um grande boqueirão esculpido por dissecação fluvial entre as serras do Corrente e Saco do Morcego. (Fig. 250). Eu compreendia tratar-se de um brejo que, pela abundância perene de animais silvestres no entorno e portentosa fertilidade dos solos adjacentes, era pródigo celeiro de alimentos de grupos ribeirinhos, desde períodos remotos da pré-história regional. Quando as condições eram-lhes favoráveis, eles viviam da pesca e cultivaram os solos aluviais junto ao Rio São Francisco. Desfavoráveis as circunstâncias, eles migravam temporariamente para o brejo onde caçavam e cultivavam pequenas caiçaras à jusante do olho d'água.

O termo designa somente aqueles terrenos nos quais os rios se conservam mais ou menos permanentes e onde, por isso, a agricultura se desenvolve mais cedo. Os brejos se assemelham a uma espécie de "oásis", lugares favoráveis à fixação do homem em terras áridas e agrestes, assim como sucedeu, em 1697, no brejo localizado entre as fazendas São Francisco Xavier e Barra da futura capitania do Piauí. Ali, o capitão-mor dos paulistas, Francisco Dias de Siqueira, erigiu uma povoação de índios que tirava sua subsistência do cultivo da mandioca, arroz, milho, feijão, bananas e batatas. Tudo se dava com grande abundância, mostrando a fertilidade da terra. (LÖFGREN, 1923, p. 26; ENNES, 1938, p. 379 *apud* ARRAES, 2017, p. 68).

Esse tradicional padrão comportamental, essencialmente nativo, estendera-se ao longo dos tempos pré-históricos e históricos até o ocaso da década de 1970, quando se concluiu

a edificação da Barragem de Sobradinho, exigindo a relocação das famílias ribeirinhas para a borda do lago homônimo.

Figura 250 – Traçado do caminho entre São Gonçalo e Saco do Meio



Fonte: Ministério do Exército (1977 *apud* Kesting, 2019b)

Para o Sítio São Gonçalo relocaram-se compulsoriamente mais de setenta famílias. A elas distribuíram-se glebas individuais de terra, para a prática da agricultura familiar de

sequeiro. Junto a elas reservaram-se áreas abertas e coletivas, destinadas à criação de animais domésticos (caprinos, ovinos, muares, equinos, asininos, suínos e bovinos). Com essas áreas de criação irrestrita, as famílias reassentadas amenizaram o trauma da relocação porque continuaram o histórico criatório de animais domésticos soltos na caatinga e a milenar caça de pródigos animais silvestres, como sempre o fizeram seus ancestrais, desde tempos remotos da pré-história local.

Na década de 1990, face à prolongada estiagem e às dificuldades que estavam a enfrentar, para sobreviver nas pequenas glebas onde foram assentados, muitos chefes de família propuseram-se a vendê-las por preços irrisórios, a intermediários de empresas agropastoris que investiam na região. Nas mãos desses, as pequenas glebas ampliavam-se pela invasão e inclusão de áreas de uso coletivo. Assim tornava-se dia a dia mais difícil a permanência na terra cujo direito a usufruto coletivo e pleno haviam herdado de seus ancestrais. Propôs-se, por isso, registrá-la em fundo de pasto onde se pudesse criar animais domésticos, da mesma forma que sempre haviam feito, antes, durante e depois da construção da Barragem de Sobradinho. Propôs-se a criação de uma Fundação a que se caracterizou como Moquim Gato, em respeito e homenagem aos remanescentes nativos Tamoquim e aos Gato ou Piró, como carinhosamente se chamavam os mestiços vinculados às cepas portuguesas na região.

[Essa entidade teria] as seguintes finalidades: a) prover a comunidade de água, construindo uma barragem no local; b) garantir as terras para a comunidade, inclusive adquirindo as glebas dos lavradores que quisessem vendê-las; c) adquirir as terras que Salomão Félix Martins já tinha comprado para o italiano Jean Pietro; d) criar um parque ecológico e arqueológico. A meu pedido, participou desta reunião a agente da CPT Diocesana, Maria Salete Pereira. (SOUZA, 1995 *apud* KESTERING, 2019b, p. 82-83).

Enquanto elaboravam-se os estatutos para organização e registro da Fundação, com recursos enviados por entidades filantrópicas suíças, readquiriram-se glebas de terra que haviam sido vendidas e compraram-se outras de quem insistia na decisão de vendê-las. Pretendia-se, assim, garantir a formação do fundo de pasto, para implantar projetos de sobrevivência à população, em harmonia com a tradição e o meio ambiente. Por interferências políticas, não se a registrou e nem se lhe transferiram as terras compradas para a implantação do Fundo de Pasto dos herdeiros do patrimônio Tamoquim.

Com prescrição normativa aprovada pela Câmara municipal e sancionada pelo então Prefeito Hamilton Pereira de Souza Filho, propôs-se implantar uma reserva, para proteção do patrimônio ambiental e arqueológico (histórico e pré-histórico), com atividades agrícolas e pecuárias que nela continuariam a realizar as famílias de remanescentes indígenas do Povo Tamoquim. Dispusera-se já o executivo municipal a promover a realização de atividades de pesquisa acadêmica, em convênio com a Fundação Museu do Homem Americano e a Universidade Federal de Pernambuco. Esse pacto oficial tinha o objetivo de promover a realização de ações destinadas a incentivar o ecodesenvolvimento das populações circunvizinhas às áreas de Preservação Ecológica e Arqueológica. A conveniente executora assumia os seguintes compromissos:

- a) Coordenar e desenvolver as pesquisas arqueológicas e interdisciplinares (...) no município de Sobradinho.
- b) Fornecer regularmente relatórios sobre os avanços das pesquisas em curso.
- c) Utilizar, na medida do possível, a mão de obra local.
- d) Programar e captar verbas de entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, em nome do município de Sobradinho, para aplicar na pesquisa científica e no desenvolvimento da comunidade das áreas de preservação

ecológica e arqueológica, visando melhorar as condições de infraestrutura, educação e saúde.

e) Implementar todos os projetos para os quais tenha obtido o financiamento necessário. (...).

A conveniente, através do Conselho Municipal do Meio Ambiente, fiscalizará a Fundação Museu do Homem Americano na administração das verbas. (SOBRADINHO - BA, 24/11/1994, p. 1, 2 e 3 *apud* KESTERING, 2019, p. 201-202).

Naquela área sabia-se haver uma feição de relevo dissecada por milenar ação erosiva de um intermitente afluente do Rio São Francisco, em quartzíticas rochas metassedimentares da Chapada Diamantina (Formação Tombador). Em seus alcantis, belos e profusos painéis de registros rupestres resistiam à ação deletéria de naturais e antrópicos agentes de intemperismo. Por isso criou-se a reserva.

Art. 1º - Fica criada a Reserva Ecológica e Arqueológica de São Gonçalo da Serra.

Art. 2º - A área da Reserva Ecológica e Arqueológica de São Gonçalo da Serra será fixada, através de lei municipal, depois de levantamento topográfico.

Art. 3º - A Administração da Reserva Ecológica e Arqueológica de São Gonçalo da Serra será feita pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Art. 4º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a baixar regulamento, disciplinando a exploração econômica da Reserva Ecológica e Arqueológica de São Gonçalo da Serra. (SOBRADINHO – BA, 30/01/1995 *apud* KESTERING, 2019b, p. 202).

Um arquiteto fluminense que se especializava *stricto sensu* na área de Pré-história havia já iniciado as atividades relativas ao levantar, cadastrar e ordenar o universo artefactual arqueológico do Submédio São Francisco, quando se acometeu de incurável e fatal enfermidade. Sem o gabaritado arquiteto pré-historiador, sustou-se a pesquisa até que se encontrasse alguém com qualificação acadêmica símil.

Não muito demorou a que a Coordenadora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco e a Diretora Presidente da Fundação Museu do Homem Americano descobrissem que eu havia estudado no Seminário Nossa Senhora de Fátima e na Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina. Farejaram as profissionais da ciência que, no ateneu religioso secular de Tubarão, ensinava-se e aprendia-se Francês, Inglês, Latim e Grego, requisitos imprescindíveis à compreensão de textos e artefatos relativos ao que fosse *arkaios*. Deparam-se também com informes de que, no espaço universitário que era referência cultural no Sul do Brasil, estudava-se Filosofia, basilar para o reconhecimento de cristalinos atributos (fenomenologia) ligados à castiça *arké* (ontologia) de grupos culturais históricos e pré-históricos.

Pouco tempo passou-se a que concluíssem sugerir-me desligamento das lides político-partidárias, técnico-administrativas e didático-pedagógicas da Prefeitura Municipal de Sobradinho e da Secretaria Estadual de Educação da Bahia, para dedicar-me à pesquisa arqueológica, histórica e pré-histórica, com o fito de preencher a lacuna que restara da morte prematura do pesquisador fluminense. Propuseram-me as divas dos estudos relativos ao patrimônio cultural pré-histórico da região Nordeste do Brasil, que lhes entregasse, em diminuto tempo hábil, uma carta de apresentação do professor de quem eu reconhecesse ter recebido o melhor de minha formação, que fosse a excelência das referências que me creditassem ao ingresso no seletivo meio científico.

Sequer um minuto titubeei, pestanejei ou tartamudeei. Apresentei-lhes um belo documento em cuja base fixava-se a chave que, de graça me fora concedida para chegar ao décimo andar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco onde se abriram-me

amplas portas de acesso ao mestrado em História e doutorado em Arqueologia. A bendita taramela acadêmica materializava-se em uma assinatura que, gratuita e prazentemente concedera-me um velho sacerdote que, na minha juventude, fora professor de Música, Grego e Francês. Seu entendimento sobre a vida e tudo que com ela se relacionava, como gambiarras a resolverem provisoriamente reveses mecânicos de carros com avaria crônica, havia-me ajudado a superar parcialmente problemas duradouros que na bagagem emocional eu portava quando ingressei no seminário menor de Tubarão.

Com o homérico sacrifício de ausentar-me do convívio familiar, para me capacitar na Universidade Federal de Pernambuco e no Parque Nacional Serra da Capivara, pus-me a realizar o que se entendia ser o melhor para Sobradinho. Estribado em convênio que se celebrou e renovou-se entre a Prefeitura Municipal e a Fundação Museu no Homem Americano, durante longos anos, exaustiva, frenética e prazentemente realizei prospecções, escavações arqueológicas e atividades de laboratório, na região Sudeste do Piauí.

O presente convênio tem como objetivo a colaboração mútua entre a PMS e a FUMDHAM, visando a realização de pesquisas arqueológicas e atividades sociais, ambientais e econômicas, no Parque Nacional Serra da Capivara e na Área Arqueológica de Sobradinho. (...) A FUMDHAM responsabiliza-se pela capacitação técnica e científica do servidor disponibilizado. (...). (SOBRADINHO – BA, 15/02/2022 e 15/02/2004 *apud* KESTERING, 2019b, p. 205).

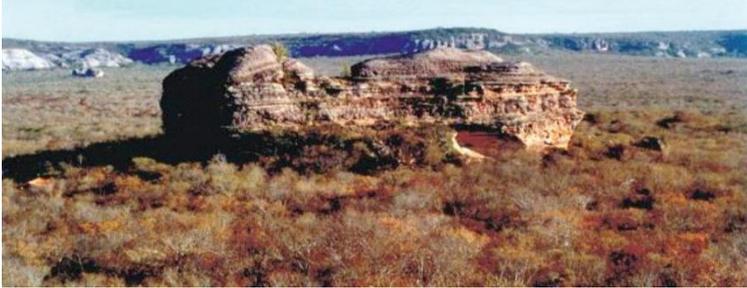
No Parque Nacional Serra da Capivara participei de escavações na Aldeia da Baixa do Carvoeiro, bem como das tocas da Cerca do Elias, da Pedra Solta da Serra Branca, do Barrigudo, do Morcego, do Serrote do Tenente Luiz, do Pau d'Oia, do Vento e outras. (Fig. 251 a 254).

Figura 251 - Com Niéde Guidon, na Toca do Pau d'Óia



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2001)

Figura 252 - Pedra Solta da Serra Branca



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2004)

Figura 253 - Toca do Morcego



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2001)

Figura 254 - Toca do Serrote do Tenente Luiz



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2004)

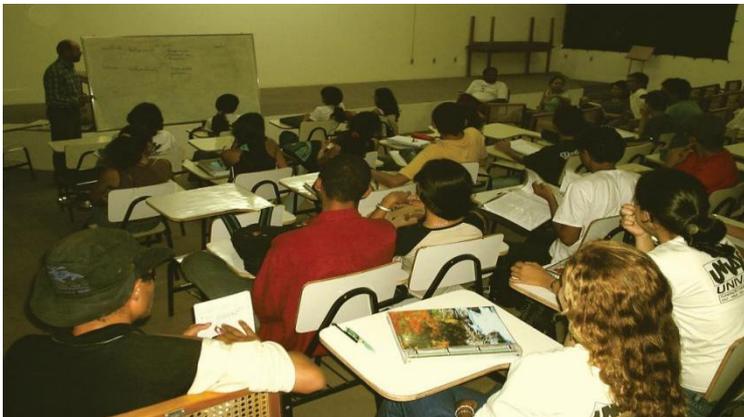
Na Universidade Federal de Pernambuco fiz-me mestre em Pré-História e doutor em Arqueologia. Fui professor efetivo no Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco, no período de 2004 a 2016. (Fig. 255 e 256).

Figura 255 - Posse ao cargo de professor, na UNIVASF



Fonte: Kesting (2009b, p. 212)

Figura 256 - Aula de Arqueologia no Campus Serra da Capivara



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2004)

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por profícuo e oportuno, endosso a reclamação que Dom José Rodrigues de Souza fez quando recebeu o título de cidadania sobradinhense. Lembro que, na ocasião, disse ele não gostar ser reconhecido com a dita honraria porque aquele gentílico remetia aos defensores do sistema colonialista que edificaram um pequeno sobrado na margem esquerda do Rio São Francisco, no Século XVII pertencente à Província de Pernambuco. Sabe-se, disse ele, que naquele famigerado sobrado planejavam-se os detalhes operacionais para implantação de 30 fazendas de gado em território indígena, entre os rios Canindé e Piauí. Disse ser muito provável, também nele, ter-se planejado o assassinato massivo de quase 500 indígenas Guegoá, na aldeia que deu origem à atual cidade de São Lourenço do Piauí.

Acompanhamos as pegadas do inimigo, que foi encontrado nesse pequeno lago, ou brejo, no interior da terra. Estava quase sem armas e morto de fome. Renderam-se todos, sob condição de que lhes poupassem a vida. Mas os portugueses, obrigando-os a entregar as armas, os amarraram e dois dias depois mataram, a sangue frio, todos os homens de arma, em número de quase quinhentos, e fizeram escravos seus filhos e mulheres. Por minha felicidade, não assisti a essa carnificina; não a teria suportado, por injusta e cruel, depois de se haver dada a palavra de que lhes seria poupada a vida. (NANTES, 1708, p. 53 *apud* KESTERING; SOUSA, 2014, p. 75-76).

Em nossa memória filogenética, bonito é ser Tatauí. Dom José Rodrigues de Souza dizia que o povo de Deus, em busca da terra prometida guiava-se, ao dia por uma núvem e, à noite, por uma tocha de fogo que muito bem poderia se chamada de Tatauí. Alias, é dever sagrado de todo cidadão deste chão nativo, ser sal da terra e luz do mundo, como tocha do fogo autóctone Tatauí, a incentivar a conquista da felicidade plena.

Infelizmente, quando chegam as empresas colonialistas, vinculadas à Cristandade mercantilista e/ou capitalista, de imediato promovem a substituição dos nomes originais, pela cooptação dos atributos identitários de santos da devoção preferencialmente popular. Assim, onde era Tatauí pôs-se o nome de Sobradinho; onde era o Alto dos Pretos, Vila São Joaquim; onde era a Aldeia Tamoquim, Vila São Francisco e, onde era o Riacho da Esperança, Vila Santana.

Sobradinho nasceu na beira de um rio, Rio São Francisco, de uma aldeia de índios, chamados [Tamoquim, em território que se conhecia como Tatauí], cujo nome perdura no Riacho Tatauí. Ora, na língua Tupi-Guarani, Tatá significa fogo e uí significa flecha; portanto, Tatauí significa Flecha de Fogo. Sinto-me orgulhoso de ser o primeiro a receber o Título de Cidadão Sobradinhense, ou melhor, **CIDADÃO TATAUÍ**. No deserto uma coluna de fogo guiava o povo israelita rumo à Terra Prometida (Ex. 13, 21). Tatauí - flecha de fogo – deve guiar o povo de Sobradinho, na intuição indígena, rumo à cidade diferente, cidade dos nossos sonhos, que juntos queremos construir. (SOUZA, 1990 *apud* KESTERING, 2019b, p. 129).

Assim, pela substituição dos nomes, apaga-se a memória, anula-se o jeito de ser, mata-se espírito de liberdade e a utopia da Terra sem Males, o Reino de Deus.

REFERÊNCIA À RELEVÂNCIA

Mauro Ramalho

O Doutor Celito Kesting, da região Sul egresso
Adentrando o Semiárido, fomentou nosso progresso
Ninguém do que ele mais imprimiu as digitais,
Do Piauí à Bahia, em Sobradinho mormente,
O que o faz, literalmente, digno de rica honraria.

A glória é uma consequência, a honra, pra quem merece
Cidadão Sobradinhense, prêmio que a casa oferece,
Às pessoas incomuns que ao título fazem jus,
Esse importante projeto, justo, oportuno e bonito
Eleva, assim, o Celito, ao rol de um grupo seletivo.

REFERÊNCIAS

ALIANÇA FRANCESA. **Influência do Iluminismo no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.aliancafrancesa.com.br>. Acesso: 12 jan 2023.

ALVES, Rubem. **Deus Criou Jardins**. In: Entrevista com Antônio Ambujamra (Provocações). Disponível em: [Repost@filosofia.curta](https://repost@filosofia.curta). Acesso: 22 dez 2022.

AM ENDE DES DEISSIGJÄHRIGEN KRIEGES ERBAUT / BESITZER WECHSELTEN. **Recorte de Jornal alemão**. 1914.

ARFER, João Batista Cruz de S. **Dona Dulcina**. 2017. Disponível em: <https://www.meusserto.es.com.br/2017/08/15/5211>. Acesso: 18 mar 2022.

_____. **Rivalidade**. 2017. Disponível em: <https://www.meusserto.es.com.br/2017/10/10>. Acesso: 27 mar 2022.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Ecossistema de um suposto silêncio: paisagem e urbanização dos “certoens” do Norte, c.1666-1820**. 2017. (Tese de Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 31 jan 2023.

BEZERRA, Juliana. **Revolução Francesa (1789)**. 2018. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br>. Acesso: 16 jan 2019.

BÖGER, Celestino. **Boas Memórias não Têm Preço**. Cascavel – PR. 2013.

_____. **Boas Memórias não Têm Preço – Arco e Flecha.** Cascavel – PR. 2017.

BR DFANBSB VB MIC GNC PPP. **Movimento Religioso - Atuação do Clero Progressista nas Dioceses de Juazeiro e Bonfim/BA.** 1985. Disponível em:
<http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br>. Acesso: 24 jan 2023.

_____. **Atuação do Clero Progressista na Diocese de Juazeiro/BA.** 1987. Disponível em:
<http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br>. Acesso: 24 jan 2023.

_____. **Membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Envolvidos com Problemas Fundiários - Bahia/Sergipe.** 1989. Disponível em:
<http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br>. Acesso: 24 jan 2023.

BURDMANN, Marina. **Quem foi Spinoza.** YouTube. 2019. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 06 jan 2023.

BUSS, Iva. **São Ludgero: seu povo – sua história.** Orleans: Lelo, 2007.

CALASANS, José. **Canudos: origem e desenvolvimento de um arraial messiânico.** Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, Belo Horizonte, 1973.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** (Org.). Rio de Janeiro: Campus, 1997. Disponível em:
<https://dphgoiana.files.wordpress.com>. Acesso: 23 nov 2022.

COMARCA BRAÇO DO NORTE. **Reconhecimento de firmas e autenticação do recibo-declaração de compra e venda.** 1995.

COMUNIDADE JUDAICA PORTUGUESA DE AMSTERDÃ. **Carta de Excomunhão de Baruch Spinoza.** 1656. Confederação Israelita do Brasil. Disponível em: <https://www.conib.org.br>. Acesso: 11 jan 2023.

CUNHA, Clemilton. **O São João da Velha Rodelas: um reencontro com a nossa história.** 2019. Disponível em: <https://www.rodelas.ba.gov.br>. Acesso: 05 mar 2022.

DAROS, Jorge. **A Enchente de Tubarão.** 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com>. Acesso: 28 mar 2022.

DARPE, Franz. **Stifter Langenhorst, Metelen, Borghorst, sowie der Klöster Gross – und Klein-Burlo.** Münster: Historischen Kommission der Provinz Westfalen, 1914.

DO I IMPÉRIO À ASCENSÃO DA PRÚSSIA. Made for Minds, 2013. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-br/do-1º-império-à-ascensão-da-prússia/a-890150>. Acesso em: 05 out 2016.

ESPÍNDOLA, Isabel Cristina Pitz. **Unsere Geschichte: Genealogia e História da Família Schmitz Pitz em Santa Catarina.** Disponível em: <http://genealogiaschmitzpitzsc.blogspot.com.br/2014/07/rheinland-pfalz-renania-palatinado.html>. Acesso: 11 ago 2017.

FEOLA, Mauro. **Frederico I foi o Primeiro Rei da Prússia.** Destino: Berlim. Disponível em: <https://destinoberlim.com.br>. Acesso: 11 jan 2023.

FONSECA, João Justiniano da. **Rodelas: curraleiros, índios e missionários**. Salvador – BA: Edições Gráficas, 1996.

FOTOS DE ORLEANS. **Estrada de Ferro Dona Theresa Cristina**. 2020. Disponível em: <https://fotosdeorleans.com.br/estrada-de-ferro-dona-theresa-cristina>. Acesso: 02 abr 2022.

FRAZÃO, Dilva. **Biografia de Filipe Camarão**. 2017. Disponível em: <https://www.ebiografia.com>. Acesso: 06 jan 2023.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Quilombo dos Palmares Multiétnico**. UNICAMPI - SIARQ. 3023. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 15 jan 2023.

GOMES, Francisco José Silva. **Cristandade e Cristianismo Antigo**. *Phoinix*, Rio de Janeiro, Nº 6, p. 178-196, 2000. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 14 nov 2022.

GOOGLE. **Distância entre as cidades alemãs de Metelen e Dillenburg**. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 08 jan 2023.

_____. **Distância entre Amsterdã e Metelen**. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 10 jan 2023.

GOOGLE EARTH. US Dept of State Geographer. Image Landsat / Copernicus. 2022.

GUNTEN, Peter Von. **Terra Roubada**. Bern: Cinov Filmproduktion Ag, 1980.

HAUSE OF NAMES. **Early Origins of the Kaster Family**. Disponível em: <https://www.houseofnames.com/kaster-family-crest>. Acesso: 19 nov 2018.

HILCKMANN. **A story about the Hilckman**. 2020. Disponível em: www.ahhha.nl/hilckmann-family-story.html. Acesso: 05 jan 2021.

HOW STUFF WORKS. **O Masoquismo e o Sadismo de cada um**. 2013. Disponível em: <https://educalingo.com>. Acesso: 21 abr 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Praça São João Batista: Paróquia São João Batista, Uauá - BA**. 1926. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin>. Acesso: 25 mar 2022.

IBGE. **História de Águas Mornas - SC**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso: 23 nov 2022.

JOCHEM, Toni Vidal. **Formação da Colônia Alemã Teresópolis e a atuação da Igreja Católica (1860 – 1910)**. 2002. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas de Santa Catarina. 2002.

KESTERING, Celito; KESTERING, Ducilene Soares Silva. **Sobradinho e a Luta pela Libertação**. Caminhar Juntos: Boletim Informativo da Diocese de Juazeiro, nº 91 (ISSN 0101-8450), p. 1-10, 1984.

KESTERING, Celito. **Estratégias de Conservação das Pinturas Rupestres do Boqueirão do Riacho São Gonçalo, em Sobradinho, BA**. CLIO. Série Arqueológica, Recife, PE: UFPE, v. 1, n.16, p. 49-66, 2003.

_____. **Registros Rupestres na Área Arqueológica de Sobradinho - BA**. 2001. (Dissertação de Mestrado). Programa

de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2007.

_____. Os Espiritados de Deus. In: HERDT, Sebastião Salésio; FONTANA, Fiorindo José; CARVALHO, Eduardo Búrgio de; TENFEN, Wilson; RAMPINELLI, Valmir; BASCHIROTTO, Sérgio; CARDOSO, Celito (Orgs.). **Elfos Seculares: histórias dos tempos de seminário**. Tubarão - SC: UNISUL, 2002, p. 103-119.

_____. Um Container de genes. In: HERDT, Antônio Gerônimo; PATRÍCIO, José de Souza; FONTANA, Fiorindo José; HEERDT, Sebastião Salésio; RECH, Solange. (Orgs.). **A Hora da Colheita**, p. 93-108, Florianópolis, SC: Solange Rech, 2005

_____. **Identidade dos grupos pré-históricos de Sobradinho**. 2007 (Tese de doutorado). Programa de Pós Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2007.

_____. **Diferentes Paradigmas, Distintas Didáticas**. 2015. Disponível em: www.celitokestering.com.br. Acesso: 27 abr 2022.

_____. **Arqueologia, Memória, Ciência e Poesia**. Pedro e João Editores. São Carlos, 2018.

_____. **Reencontro Vida**. Pedro e João Editores. São Carlos, 2019a.

_____. **Cidadãos Tatauí**. Pedro e João Editores. São Carlos, 2019b.

_____. **Encanto Bugre-Tapuia**. Pedro e João Editores. São Carlos, 2020a.

_____. **Patrimônio Amoipirá-Tupinambá**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2021a.

_____. Registro Rupestre e Epistemologia. In: OLIVEIRA, Gabriel F. de; PAIVA, Leandro; JUSTAMAND, Michel; ALMEIDA, Vitor José Rampaneli de (Orgs). **Arte Rupestre Brasileira**. Manaus: EDUA. São Paulo: Alexa Cultural, 2022.

KESTERING, Celito; SOUSA, Gizelle Santos de. **Umbuzeiro dos Defuntos: um marco na história de São Lourenço do Piauí**. Cadernos do LEPAARQ, Vol. XI, nº 22, p. 1-82, 2014.

KESTERING, Ivo. **De Metelen – Alemanha - para o Brasil: doze gerações de história da família Kestring / Kesting**. São Ludgero – SC: Fundação Kestring/Kesting, 2008.

KESTERING, Ducilene Soares Silva. **Minha Mãe Noquinha**. Disponível em: Whatsapp, 2022. Acesso: 11 mai 2022.

LESSA, Daniele. Segunda Guerra Mundial: as restrições enfrentadas por estrangeiros que viviam no Brasil - Bloco 2. Jornalismo – Reportagem Especial da Câmara dos Deputados. Dia 09/11/2011. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>. Acesso: 21 jul 2017.

LOIOLA, Inácio de. **Colação de Grau da Faculdade de Formação de Professores de Petrolina (FFPP)**. Registro Cinematográfico, 1992.

LUACES, Pedro Garcia. 1622: Victoria de los tercios españoles en Fleurus. In: **Almanaque de La Historia de Espania**. 2011. Disponível em: <http://blogs.libertaddigital.com>. Acesso: 06 nov 2018.

LUCKWÜ, Pacelli. **O que danado é Prússia?** História e Cultura. 2018. Disponível em: <https://www.agendaberlim.com>. Acesso: 23 nov 2022.

MALHEIROS, Agostinho Marques Perdigão. **A Escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1867. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 28 fev 2020.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Celito Kesting - Agente Pastoral da Diocese de Juazeiro, em Sobradinho**. Serviço de Informações do Departamento de Polícia Federal, com difusão à CI/DPF; E2/6a; RM; 2QDN; ASV/SNI; SI/BASVI; CI/SSP/BA; PM/BA. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br>. Acesso: 23 jan 2023.

MINISTÉRIO DA MARINHA. **Atuação de Celito Kesting - Juazeiro/BA**. Centro de Informações da Marinha. Nº 0435, com disseminação à AC/SNI - CIE - CISA - CI/DPF, 1984. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br>. Acesso: 23 jan 2023.

MONIZ, Edmundo. **Canudos, a Guerra Social**. Rio de Janeiro: Elo, 1981.

MONTEIRO, John M. Entre o Etnocídio e a Etnogênese: identidades indígenas coloniais. In: FAUSTO, Carlos; MONTEIRO, John (Orgs.). Tempos Índios: **Histórias e Narrativas do Novo Mundo**. Museu Nacional de Etnologia Assírio & Alvin, p. 25-65, 2007. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 13 fev 2023.

MOREIRA, Ana Paula Dantas. **Fotos Marcantes: Construção da Barragem de Sobradinho**. 2017. Disponível em: <http://acaopopular.net>. Acesso: 12 mai 2019.

NEWSBRASIL. **O Terremoto de Lisboa: o desastre que mudou a história e levou a reflexões sobre o papel de Deus**. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com>. Acesso: 15 jan 2023.

OLIVEIRA, Carlos Augusto Ferreira de. **A Cristandade: um modelo eclesial de poder**. fragmentos de Cultura, v. 21, n. 4/6, p. 309-318. Goiânia, 2011.

PENA, Rodolfo F. Alves. **O Nordeste é só seca?**. Brasil Escola. 2022. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/o-nordeste-so-seca.htm>. Acesso: 03 abr 2022.

PIAGET, Jean. **Biologia e Conhecimento: ensaio sobre as relações entre as regulações orgânicas e os processos cognoscitivos**. Tradução de Francisco M. Guimarães. 4. ed. Petrópolis: Vozes. 1996.

PIETRULLA, Anselmo. **Entrevista**. 1976.

POLÍCIA MILITAR DA BAHIA. **“Misereor” - Entidade Religiosa Alemã**. Comando Geral - Estado Maior. Informação Nº PM/2-1-705/78. Protocolo 006240. Difusão: MA2/2º DN; A2/COMCOS; E2/6a RM; ASV/SNI; SR/DPF; SI/SSP. 1978. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br>. Acesso: 23 jan 2023.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Cognitivismo**. 2022. Disponível em: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br>. Acesso: 25 mai 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RODELAS. **Fotos da Velha Igreja.** 2019. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=Fotos+da+velha+igreja+d e+Rodelas>. Acesso: 22 mar 2022.

PRIORE, Mary del. **Histórias da gente brasileira.** Vol 1: Colônia. São Paulo: Leya, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 10 mai 2021.

REDE DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS INTEGRADAS DO SEMIÁRIDO. **Escola Família Agrícola de Sobradinho (EFAS).** 2020. Disponível em: <https://refaisa.org>. Acesso: 25 jan 2023.

REPÓRTER PETROVEL. **Noticiário do dia 30 de setembro de 1983.** Rádio Juazeiro, 1983.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil.** 2015. Disponível em: <https://books.google.com.br>. Acesso: 26 dez 2022.

ROSA, Celane; SANTOS, Edísia. **Nunca Traí os Pobres.** Documentário Cinematográfico, 2012.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Atividades de Agentes de Pastoral - Observações Pessoais.** Centro de Informações da Assistência Policial Militar. 1980. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br>. Acesso: 24 jan 2023.

SEMENTE, Fernando. **Depoimento Pessoal.** Disponível em: <https://web.whatsapp.com>. Acesso: 16 dez 2022.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI). **Atuação da Comissão Pastoral da Terra - CPT nos Estados da Bahia e**

Sergipe. 1980. Disponível em:
<http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br>. Acesso:
24 jan 2023.

SILVA, Daniel Neves. **Invasões Holandesas no Brasil.** Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br>. Acesso: 06 jan 2023.

_____. **Quilombos.** Disponível em:
<https://mundoeducacao.uol.com.br>. Acesso: 09 jan 2023.

SILVA, Edcarlos Mendes da. **Desterritorialização sob as águas de Sobradinho: ganhos e desenganos.** 2010. Dissertação (Mestrado), Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, 2010.

SOARES, Antônio Eloy. **Quem era Pai Velho.** Entrevista concedida no dia 28 abril de 2022.

SOBRADINHO. **Moção de Apoio e Solidariedade a Celito Kesting e ao Conselho Municipal do Meio Ambiente.** Câmara Municipal de Sobradinho, 29 de agosto de 1995.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Despotismo Esclarecido.** Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br>. Acesso: 11 jan 2023.

SOUZA, José Rodrigues de. **Como vai indo a Paróquia de Sobradinho.** CAMINHAR JUNTOS - Boletim Informativo da Diocese de Juazeiro. Nº 88, Fevereiro de 1984, p. 13-17.

_____. **Carta enviada a representantes da paróquia de Wachtendonk (Alemanha),** no dia 05 de novembro de 1995.

SOUTO MAIOR, Pedro. **Cartas Tupis dos Camarões**. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, IAHGP, V. 12, 1912.

TODA MATÉRIA. **Companhia das Índias Ocidentais**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br>. Acesso: 10 jan 2023.

UNIMED. **Os Hormônios da Felicidade**. 2019. Disponível em: <https://www.unimed.coop.br/viver-bem/saude-em-pauta>. Acesso: 20 abr 2022.

VASSOLER, Flávio Ricardo. **Leitura de Vassoler: O Assassinato de Cristo / Wilhelm Reich**. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso: 17 abr 2022.

VATICAN NEWS. **De Dom João XXIII a Francisco um longo caminho, mas Concílio ainda deve ser entendido**. Disponível em: <https://www.vaticannews.va>. Acesso: 09 jan 2023.

VIEIRA, Lia. **Maurício de Nassau, Motivador da Insurreição Pernambucana**. 2016. Disponível em: <https://www.estudokids.com.br>. Acesso: 09jan 2023.

WALTERS, Joshua. **My list of the top 10 most intelligent animals on Earth**. Traduzido por Ânderson Virgílio. Seleção do Quora, 2022. Disponível em: <https://mail.google.com>. Acesso: 25 dez 2022.

WILLE, José. **Dom Helder Câmara na TV de Curitiba, em 1987**. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso: 09 fev 2023.

WILSON, Edward Osborne. **A Diversidade da Vida**. 1978. Tradução de Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.

_____. **Da Natureza Humana**. Tradução de Geraldo Florsheim e Eduardo d'Ambrósio (1981). São Paulo: T. A. Queiroz. SP. 1994.

ZEBALLOS, Pedro. **Por que os gatos enterram suas fezes?** 2021. Disponível em: <https://pt.quora.com>. Acesso: 30 dez 2022.

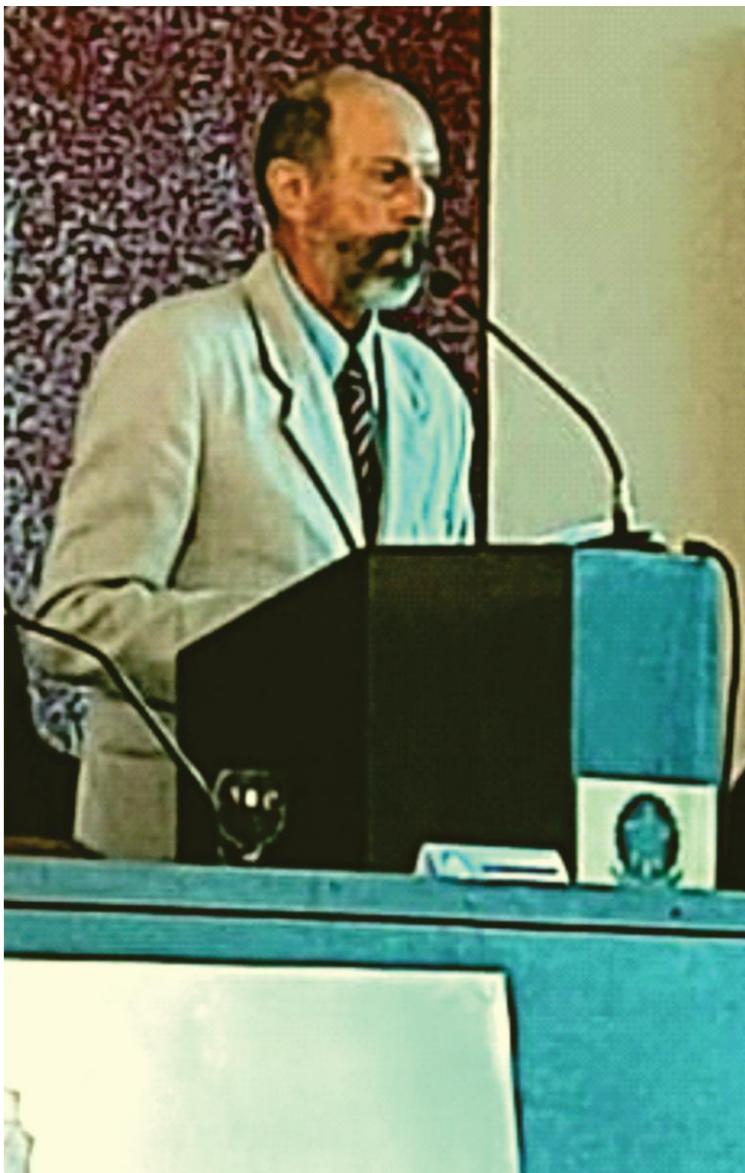
APÊNDICES

1 - Entrega do título de cidadania



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2022)

2 - Palavras de agradecimento



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2022)

3 - Troféu de honra ao mérito



Fonte: Acervo do autor (2022)

4 - Com a esposa Ducilene e os filhos Bruno e Celene



Fonte: Acervo do autor (2022)

5 - Com a esposa Ducilene e os netos Luiz Wagner, Renato e Heitor



Fonte: Acervo do autor (2022)

6 - Com gratidão ao velho amigo Tamoquim, Manoel de Muzinho



Fonte: Acervo do autor (2022)

7 - Manoel de Muzinho e Luciano, caboclos do Sertão de Rodelas



Fonte: Acervo do autor (2023)



Como flechas de fogo, a Celito (Pequeno Céu) e Ducilene (Doce Lua) enviaram os Böger (arqueiros), nativos das colinas de Hunsrück, Alemanha, e os rodeleiros Massacará - Tuxá (Soares, Fonseca, Gomes de Sá, Ribeiro, da Silva, de Abreu e de Jesus), autóctones das cabeceiras do Vaza Barris e barrancas do Submédio São Francisco para, enquanto Kesting (casteleiros), edificarem espaços em que, pela celebração da memória e fortalecimento da autoestima coletiva, reforçasse a autossustentabilidade dos projetos populares, no Semiárido do Nordeste do Brasil.

Em Sobradinho - BA, onde o séquito menestrel colonialista edifica obras escravagistas, Ducilene e Celito robusteceram os atributos da identidade deles, em mergulho que fizeram no Rio de Lutas. No chão da diversidade, adquiriram cicatrizes que hoje, com o reconhecimento da Câmara Municipal daquela cidade, ostentam como medalhas de honra ao mérito. Enchem-se de orgulho porque, por mérito e incentivo de Dom José Rodrigues de Souza e da Teologia da Libertação, fizeram-se cidadãos Tatauí.

Com altivez, neste livro, eles revelam que a bisavó deles era indígena. Ela não se rendeu. Foi pega a dente de cachorros que, nos séculos XVII e XVIII, a Casa da Torre mantinha no Rio dos Currais. Mostram que a espiritualidade dela sobrevive neles e os encoraja a resistirem frente às feras que, nas centúrias XX e XXI, as empresas capitalistas (colonialistas e mercantilistas), ainda criam soltas no Vale do Rio São Francisco. **A luta continua.**

EURELINO COELHO
PROJETO RIO DE LUTAS (2023)